

**solange mittmann e luciene jung de campos
(organizadoras)**

fios do discurso:
entre cerzaduras e descosturas



SOLANGE MITTMANN
LUCIENE JUNG DE CAMPOS
(ORGANIZADORAS)

**FIOS DO DISCURSO:
ENTRE CERZIDURAS E DESCOSTURAS**

1ª. Edição

Porto Alegre
Instituto de Letras da UFRGS
2018

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Reitor: Rui Vicente Oppermann
Vice-Reitora: Jane Fraga Tutikian

Instituto de Letras
Diretor: Sérgio de Moura Menuzzi
Vice-diretora: Beatriz Cerisara Gil

Programa de Pós-Graduação em Letras
Coordenadora: Rita Lenira de Freitas Bittencourt
Coordenadora Substituta: Solange Mittmann

Conselho Editorial do Instituto de Letras - UFRGS

- Ana Zandwais,
- Antonio Marcos Sanseverino,
- Félix Valentin Bugueno Miranda,
- José Carlos Baract Júnior,
- Lúcia Rebelo,
- Luiz Carlos da Silva Schwindt,
- Pedro de Moraes Garcez,
- Regina Zilberman,
- Rita Terezinha Schmidt,
- Sergio de Moura Menuzzi.

Instituto de Letras – UFRGS – www.ufrgs.br/letras - e-mail: iletras@ufrgs.br
Programa de Pós-Graduação em Letras – www.ufrgs.br/ppglet - e-mail:
ppglet@ufrgs.br
Av. Bento Gonçalves, 9500 - Campus do Vale - Prédio 43221, sala 122
Caixa Postal 15002 - 91501-970 - Porto Alegre -RS

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.”

Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS – CAPES – PROEX

FICHA TÉCNICA

© dos autores

1ª edição: 2018

Porto Alegre – RS

Os direitos autorais dos textos deste livro foram liberados por seus autores e organizadores, visto que é proibida a sua comercialização, sendo seu acesso livre e gratuito através do site <https://www.ufrgs.br/ppglettras/ebooks.html>.

Organização: Solange Mittmann e Luciene Jung de Campos

Capa: Solange Mittmann e Luciene Jung de Campos

Diagramação e editoração eletrônica: Tatiana Spalding Perez

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M674

C198

MITTMANN, Solange; CAMPOS, Luciene Jung de (Orgs.). Fios do discurso: entre cerzaduras e descosturas [recurso eletrônico]. 1. ed. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2018. 140 p. : il. color.

ISBN: 978-85-64522-42-8

1. Análise do Discurso. 2. Interpretação. I. Solange Mittmann. II. Luciene Jung de Campos. III. Instituto de Letras da UFRGS. IV. Título.

Dados eletrônicos

Texto eletrônico

Modo de acesso: World Wide Web

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – NA LINHA DA CONTRADIÇÃO	7
DESCOSTURAS EM TRADUÇÃO	
Arquiteturas discursivas: a questão da sintaxe na tradução de artigos acadêmico-científicos - <i>Michele Teixeira Passini</i>	14
A tradução no tabuleiro da baiana - uma análise discursiva da tradução de “Acarajé” para o inglês e o espanhol - <i>Roberta Rosa Portugal, Carla Maicá Silva, Bruna Navarrina de Moura</i>	25
A intraduzibilidade da palavra viva - <i>Camila Faustino de Brito</i>	36
Traduções intersemióticas: poema, canção e HQ sob uma perspectiva discursiva - <i>Luana Poliana da Silva e Maria Thereza Veloso</i>	46
Expropriando dizeres: as condições de produção e a apropriação da charge de Laerte - <i>Mateus Vitor Tadioto</i>	55
A harmonia secreta da desarmonia: esboço sobre o (in)cômodo lugar do discurso metonímico - <i>Priscila Cavalcante do Amaral</i>	65
ESPAÇOS DE TECITURA: ARTE, CULTURA E HISTÓRIA	
(Ex)cultura na Hungria: arquivo e silenciamento - Evandro Oliveira Monteiro	75
A palha de milho elevada à dignidade de a <i>Coisa</i> no artesanato pradense - <i>Mônica Restelatto</i>	86
A dialética não tem duas pontas: o maio de 1968 e a Análise de Discurso francesa - <i>Stefany Rettore Garbin</i>	93
Dilúvio MA: acontecimento discursivo e corte analítico na cidade - <i>Thaís Alves Ghenês</i>	107
Nação do Maracatu Porto Rico e percursos de subjetivação: discursos de (r)existência - <i>Lahana Sambaquy Gomes</i>	119
CORPO, GÊNERO E TEXTUALIDADE: CERZIDURAS	
<i>Sangria</i> : discursos e memórias - <i>Maria Daniela Leite da Silva</i>	130
(Des)costurando o discurso: o corpo como materialidade discursiva - <i>Marilane Mendes Cascaes da Rosa</i>	144
Opressão e resistência: efeitos de sentido em discursos LGBT - <i>Lucas Carboni Vieira</i>	156
“¡Trae Tus Colores!” ou “Traia Suas Cores?”: fragmentos de uma análise sobre as condições de produção do discurso turístico LGBT - Maicon Gularte Moreira	168
Discurso da resistência <i>versus</i> discurso do silêncio - <i>Elisângela Bertolotti e Maria Thereza Veloso</i>	179
DESENLACES ENSI-NO	
Ciclo de vida docente em discurso: mal-estar e errância - <i>Valéria da Silva Silveira</i>	189
Estágio curricular e identidades docentes: efeitos de sentido em movimento - <i>Sandra Regina de Moura</i>	200
Efeitos de sentido sobre a escola por ciclos em Porto Alegre: “O que aconteceu com a Escola Cidadã?” - <i>Kelly da Silva Fernandes</i>	212

NA LINHA DA CONTRADIÇÃO

O sentido desta obra é o da contradição. Ali onde algo não se encaixa e não se acomoda, nos demoramos. Permanecemos num entremeio, num jogo de forças. Poderíamos apresentar o trabalho do analista do discurso como esse trabalho de Penélope – de tecer e de desfazer. De tecer uma interpretação e desfazer uma evidência. Por isso, não se trata de criar um tecido novo, mas de trabalhar num tecido existente, com história e com armação simbólica prévia. Algo como bordar pelo avesso por sobre os nós.

As cerzaduras são pensadas como processos de análise que funcionam nas fissuras, nas falhas. Na contramão do que rasgou, na tentativa de reparar e de costurar o real. É se deparar com a brecha, o furo, e tecer de maneira imperfeita. As cerzaduras atualizam a memória do tecido que se rompeu. Reinterpretam, metaforizam, põem algo num vazio e tentam tramar para fechar o que sempre vai reabrir.

Analisar discursivamente pressupõe, além do cerzir, o descosturar. Contraditoriamente, trabalhar no desmanche da estrutura, na ruptura dos fios para apresentar o processo de construção da evidência. O movimento de descosturar mexe com as relações de forças no interior do discurso – divide, fura, corta e mantém com a linguagem uma relação necessária, que ao deslocar, suspender e abrir, constitui com ela outro sentido em texto. A desconstrução das evidências expõe as alianças, as tensões e as rupturas epistemológicas.

Nesse vai-e-vem de fios, é com grande alegria que oferecemos ao leitor este conjunto de textos que apresentam uma trama de pesquisas que vêm sendo realizadas no âmbito da Análise do Discurso pècheutiana em diversas instituições do estado do Rio Grande do Sul, pontos que se tocam pelos laços do discurso. Numa tentativa de entrelaçar objetos, reflexões e inquietações, costuramos os capítulos em quatro seções que apresentamos a seguir.

A primeira seção, intitulada **DESCOSTURAS EM TRADUÇÃO**, expõe a tensão de sentidos em uma língua ou entre línguas. Aqui se apresentam diferentes formas de ruptura e ressignificação que a tradução coloca em jogo. Desde a tentativa de apropriação semântica de um discurso para transpô-lo, até os riscos de oferecê-lo em outros

possíveis efeitos de sentido, devolvendo-o em uma cultura estrangeira.

Em "Arquiteturas discursivas: a questão da sintaxe na tradução de artigos acadêmico-científicos", Michele Teixeira Passini aborda o papel da sintaxe na produção de sentidos, enfatizando sua importância no processo de tradução. Na relação entre materialidade linguística e materialidade histórica, a sintaxe é um meio privilegiado para observar tensões entre línguas e discursividades distintas que entram em jogo no processo tradutório.

Também abordando a questão da língua na tradução, Roberta Rosa Portugal, Carla Maicá Silva e Bruna Navarrina de Moura, em "A tradução no tabuleiro da baiana: uma análise discursiva da tradução de 'Acarajé' para o inglês e o espanhol", discutem a complexidade da tradução gastronômica e seus efeitos de sentido, a partir da análise do cardápio trilingue de comidas típicas do tabuleiro das baianas de Salvador.

Camila Faustino de Brito, em "A intraduzibilidade da palavra viva", traz como tema a resistência da língua na tradução e mostra a importância de se considerar o contexto sócio-histórico de termos como "democracia" e "palavra viva" (uso retórico da palavra).

Também a tradução intersemiótica é abordada nesta seção, no texto "Traduções intersemióticas: poema, canção e HQ sob uma perspectiva discursiva", onde Luana Poliana da Silva e Maria Thereza Veloso abordam o processo tradutório enquanto produto e competência, analisando e refletindo sobre transposições do discurso literário do poema *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, para outras formas de discurso/linguagem.

Já o texto seguinte, "Expropriando dizeres: as condições de produção e a apropriação de uma charge de Laerte", de Mateus Vitor Tadioto, analisa duas imagens: uma charge de autoria da cartunista Laerte, publicada na edição impressa do jornal *Folha de São Paulo* em 2015, e uma reprodução dessa charge, porém, com alterações. Ambas as charges apresentam a caricatura de Tiradentes sendo conduzido à execução, entretanto os dizeres apresentados nos balões de diálogo de cada uma apresentam posicionamentos ideológicos distintos, levando a diferentes efeitos de sentidos.

Fechando a seção, o texto "A harmonia secreta da desarmonia: esboço sobre o (in)cômodo lugar do discurso metonímico", de Priscila Cavalcante do Amaral, apresenta uma reflexão sobre o funcionamento da metonímia a partir do curta-metragem de animação *Happiness*, de Steve Cutts.

Em suma, na seção que abre este livro, os gestos analíticos que descosturam discursos apontam a tradução, a apropriação e a metonímia como deslizamentos de sentidos em disputa.

A segunda seção, intitulada **ESPAÇOS DE TECITURA: ARTE, CULTURA E HISTÓRIA**, expõe reflexões sobre diferentes manifestações artísticas e de resistência em entrelaçamento com a cidade, numa prática social e histórica, expressão de um saber que se atualiza na cultura.

No âmbito do espaço urbano, Evandro Oliveira Monteiro, em “(Ex)cultura na Hungria: arquivo e silenciamento”, apresenta uma reflexão sobre o parque *Szoborpark*, de Budapeste, e as esculturas que o compõem, que, desde o fim da dominância comunista no país, vêm sendo deslocadas de regiões centrais para o subúrbio da cidade, onde o parque está localizado.

Em “A palha de milho elevada à dignidade de *a Coisa* no artesanato pradense”, Mônica Restelatto procura estabelecer relação entre as bonecas de palha de Antônio Prado/RS e o conceito lacaniano de *a Coisa*, para abordar os desdobramentos simbólicos que esse objeto mobiliza. As bonecas de palha são a materialidade em questão, portanto tomadas como texto para análise discursiva. Através delas, é possível observar os discursos de filiação histórica para além da evidência de sua produção.

“A dialética não tem duas pontas: o maio de 1968 e a Análise de Discurso francesa”, de Stefany Rettore Garbin, foca a efervescência política e intelectual francesa em maio de 1968, conjuntura de aparecimento da Análise de Discurso, tal como foi elaborada por Michel Pêcheux. Para além dos efeitos no estruturalismo, houve um momento em que estudantes e trabalhadores pareciam estar lado a lado, mas algo falhou na prática política. E é sobre esse ‘algo’ que a autora reflete, numa tentativa de apresentar a historicidade de uma teoria naquilo que ela tem de melhor: a dialética.

Em “Dilúvio MA: acontecimento discursivo e corte analítico na cidade”, Thaís Alves Ghenês, busca tensionamentos entre a arte e a clínica psicanalítica, a partir da análise de uma performance que visa aproximar o conceito de corte analítico para a Psicanálise do conceito de acontecimento discursivo para a Análise de Discurso. São analisadas duas fotografias, materialidade em que as questões do campo político ideológico e suas contradições na estrutura social se expressam, problematizando a relação entre o sujeito e o espaço urbano.

O texto “Nação do Maracatu Porto Rico e percursos de subjetivação: discursos de (r)existência”, de autoria de Lahana Sambaquy Gomes, apresenta uma análise da loa 13 de maio, da Nação do Maracatu Porto Rico, abordando relações étnico-raciais e formas de (r)existência às violências decorrentes do racismo, (r)existência que, na materialidade, se expressa por meio da manifestação de cultura popular.

Como é possível observar, com esta breve descrição, o conjunto de objetos de análise desta seção e as reflexões teóricas sobre eles formam um patchwork de disputas de sentidos em diferentes espaços-territórios físicos-simbólicos.

A terceira seção, **CORPO, GÊNERO E TEXTUALIDADE: CERZIDURAS** traz questões sobre o sujeito e o corpo, como materialidade significativa e como gatilho para discussões de ordem social.

E a seção inicia com dois textos que trabalham os sentidos do feminino no livro *Sangria*, de Luiza Romão.

Maria Daniela Leite da Silva, em “*Sangria*: discursos e memórias”, analisa poemas e imagens, refletindo sobre o dito e não dito, no batimento entre a teoria e a materialidade linguística. Mobiliza as noções de subjetividade, formação discursiva e memória para abordar como a condição da mulher na contemporaneidade brasileira é trabalhada na obra.

E Marilane Mendes Cascaes da Rosa, em “(Des)costurando o discurso: o corpo como materialidade discursiva”, realiza a leitura de três imagens do livro – fotografias costuradas com linha vermelha –, articulando as noções de metáfora e memória discursiva.

A seguir, dois textos trazem questões que envolvem o sujeito LGBT.

Em “Opressão e resistência: efeitos de sentido em discursos LGBT”, Lucas Carboni Vieira apresenta um gesto de análise sobre sentidos produzidos por sujeitos LGBT acerca da discriminação sofrida e dos movimentos de militância e resistência desta comunidade. Os resultados da pesquisa revelam a contradição em que se constituem os sujeitos LGBT, ainda afetados pelo silenciamento das suas possibilidades de enunciar.

Já “‘¡Trae Tus Colores’ ou ‘Traia Suas Cores?’: fragmentos de uma análise sobre as condições de produção do discurso turístico LGBT” de Maicon Gularte Moreira, apresenta a análise de duas sequências discursivas selecionadas da campanha “¡Trae tus Colores!”, em que o Brasil foi promovido na Espanha como destino

turístico LGBT. E propõe a observação do efeito metafórico, presente na materialidade, através do conceito de Formações Imaginárias, o que permite problematizar a interpelação do sujeito LGBT como um turista LGBT.

O quinto texto da seção, "Discurso de resistência *versus* discurso do silêncio", de Elisângela Bertolotti e Maria Thereza Veloso, discute questões relacionadas ao comportamento e às atitudes do sujeito discursivo no âmbito social, com base em uma notícia de assédio sexual cometida por um prestigiado ator da teledramaturgia.

O conjunto dos cinco textos da seção apresenta aos leitores reflexões e questionamentos sobre o jogo entre fragilidades e resistências. As cerzaduras expostas nesta seção são tentativas de atar o que escapa, de assinalar furos e cicatrizes no que se fecha.

A quarta e última seção do livro, **DESENLACES ENSI-NO**, traz as relações no processo de educação. Trata-se de o educador considerar a si mesmo em tomada de posição no seu trabalho e em relação ao outro. Busca-se abordar o funcionamento imaginário da prática docente, através da tentativa de encontrar e situar uma sempre fugidia identidade docente.

O texto "Ciclo de vida docente em discurso: mal-estar e errância", de autoria de Valéria da Silva Silveira, traz uma breve análise sobre o discurso pedagógico para melhor compreender modos de constituição das identidades docentes nos diferentes ciclos de vida dos educadores.

Em "Estágio curricular e identidades docentes: efeitos de sentido em movimento", Sandra Regina de Moura aborda o movimento de posições-sujeito e efeitos de sentido no discurso pedagógico a partir de questionamentos sobre as afetações do estágio curricular obrigatório na constituição das identidades docentes de educadoras da rede municipal de ensino de Porto Alegre.

Já Kelly da Silva Fernandes, em "Efeitos de sentidos sobre a escola por ciclos em Porto Alegre: 'O que aconteceu com a Escola Cidadã?'" , aciona uma formação discursiva escolar, a fim de compreender de que forma uma escola por ciclos pode ser considerada uma escola cidadã.

Pode-se dizer que os três textos da seção apresentam o (des)enlace de si (do professor) no âmbito do discurso pedagógico.

Este livro brinda e provoca os leitores com discussões de temas atuais que nos inquietam a todos. A tradução, que se movimenta entre apropriação e ressignificação do texto, no desafio de

não perder a força e ao mesmo tempo, manter a ternura. A problematização que a arte desencadeia na cultura por seu viés histórico e ideológico, colocando os sentidos em suspensão. As questões de corpo e gênero, que não cessam de provocar o conservadorismo ressentido de um antigo modelo. Nessa linha, a educação, que se desdobra entre suas possibilidades e impossibilidades, na complexa relação direta com o outro e com a responsabilidade de responder pela reivindicação de uma sonhada e necessária utopia social.

Aproveitamos para agradecer àqueles que possibilitaram os encontros para debates dos trabalhos, a organização e a publicação deste livro: o Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que através do Programa PROEX-CAPES financiou esta publicação, o Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul que cedeu espaço e apoiou o encontro onde ocorreram os debates, e os pós-graduandos Mateus Vitor Tadioto, Roberta Rosa Portugal, Carla Maicá Silva, Evandro de Oliveira Monteiro e Maria Daniela da Silva Leite, que nos auxiliaram a atar os fios dessa trama.

Solange Mittmann e Luciene Jung de Campos
Organizadoras

DESCOSTURAS EM TRADUÇÃO

Arquiteturas discursivas: a questão da sintaxe na tradução de artigos acadêmico-científicos

Michele Teixeira Passini¹

Introdução

Com o crescente interesse em ampliar o público-leitor de artigos de natureza acadêmico-científica de pesquisadores brasileiros vinculados a Instituições de Ensino Superior (IES), seus autores vêm sendo estimulados por periódicos e, de forma menos direta, por agências de fomento (como, por exemplo, a CAPES), a divulgarem uma versão de seus textos em língua estrangeira – na maioria das vezes em língua inglesa – junto à versão original aceita para publicação. Assim, cada vez mais periódicos brasileiros passam a apresentar versões bilíngues em suas edições, acrescentando mais uma etapa – referente à tradução – ao já complexo processo de editoração e publicação das pesquisas nesses veículos de divulgação.

No caso da área de Letras e Linguística, a recomendação é de que um mínimo de 30% dos artigos de cada edição seja apresentado em inglês (SciELO, 2014), no intuito de aumentar a visibilidade das pesquisas em escala internacional e, desse modo, fomentar o crescimento do número de citações dos trabalhos, fato que influencia diretamente em índices quantitativos utilizados por agências de fomento para mensuração de impacto do trabalho.

Nesse contexto, em que cada vez mais pesquisadores brasileiros submetem artigos a traduções do português para o inglês, cabe questionar quais as implicações desse fato no cenário da produção e da circulação de conhecimento. Não se trata, é preciso ressaltar, de propor uma avaliação quanto à qualidade dessas

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES. Membro do grupo de pesquisa “Discurso, arquivo e autoria”, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Solange Mittmann.

traduções, mas, sim, de melhor compreender os elementos que entram em jogo no processo tradutório e seus efeitos no cenário da produção e circulação de conhecimento (inter)nacional.

Traduzir um texto de uma língua para outra envolve, entre outras coisas, o reconhecimento de certas características próprias de seu espaço de circulação. No caso da disseminação de conhecimento acadêmico-científico, não há como distanciar-se da normatividade imposta pelo padrão de escrita científica, como a busca pelos efeitos de objetividade, neutralidade e verdade. A escrita que se quer científica precisa, portanto, promover o apagamento de elementos linguísticos que remetam ao sujeito que enuncia (efeito de objetividade), às circunstâncias nas quais enuncia (efeito de verdade atemporal) e, ainda, às posições assumidas na pesquisa (efeito de neutralidade).

No que se refere à tradução de textos dessa natureza, tais características, próprias do domínio de saber científico, influenciam também na maneira como o fazer da tradução é concebido por tradutores e pesquisadores, como abordamos em outro trabalho, apresentando a análise de respostas de entrevistas com tradutores e pesquisadores (PASSINI, 2016). Diferentemente do domínio literário, no qual a manifestação subjetiva do tradutor é vista como relativamente aceitável, na tradução de textos de natureza técnica e científica, a linguagem é concebida como transparente, o que leva ao efeito de apagamento de qualquer traço que remeta ao processo tradutório.

Assim, considerando a escassez de discussões acerca da tradução de textos científicos, o percurso empreendido neste trabalho visa contribuir no aprofundamento de questões pertinentes ao processo, enfocando o papel da sintaxe nos processos históricos de significação para então observá-la por meio de análises a partir do processo tradutório. Para tanto, três sequências discursivas oriundas de um artigo publicado em formato bilíngue – português e inglês – são analisadas enfocando o sentido da expressão *língua outra*.

O lugar da sintaxe nos processos históricos de significação

O nível sintático de análise linguística se ocupa das relações entre os termos que constituem uma oração. Há, de acordo com a gramática tradicional, certas *ordens sintáticas* que são consideradas

diretas, usuais ou habituais, sendo que qualquer combinação entre os termos da oração que transgrida os parâmetros estabelecidos pela gramática é entendida como pertencente à chamada *ordem inversa ou ocasional* (BECHARA, 2004). Tais casos são relatados como usados para ressaltar aspectos estéticos, caracterizando as inversões, portanto, como um recurso estilístico.

No que se refere às regras sintáticas que normatizam a colocação dos termos na oração, especificamente a relação entre o substantivo e o termo modificador (adjetivo), entende-se que o termo modificador pode se encontrar tanto à direita quanto à esquerda do substantivo, havendo, contudo, implicações de ordem semântica, de acordo com a posição desse termo. O exemplo proposto por Bechara (2004) apresenta o adjetivo *grande* modificando o substantivo *homem*. Assim, na expressão *homem grande* – ordem tradicional em língua portuguesa brasileira –, teríamos, segundo o gramático, o sentido literal do adjetivo, colocando em evidência, portanto, as características físicas daquele de quem se fala. Na ordem inversa, por outro lado, na qual o adjetivo antecede o substantivo – *grande homem* –, teríamos o sentido figurado², ressaltando-se as características morais daquele de quem se fala.

De um ponto de vista discursivo, a sintaxe interessa como um meio de acesso ao processo discursivo, pois a articulação entre os planos da língua permite observar a maneira como a materialidade linguística e a materialidade histórica se entrecruzam na produção dos sentidos. Nas palavras de Ferreira (2000, p. 102):

O estudo do construto teórico, das possíveis configurações (“arquiteturas”) sintáticas e de sua articulação com outros planos da língua representam um lado da materialidade discursiva que é indispensável para analisar-se a materialidade histórica. (...). Há um caminho que a sintaxe e a AD podem solidariamente trilhar (ressalvadas as especificidades) na apreensão do processo de produção de sentidos.

Desse modo, considerando a relação entre a sintaxe e a produção de sentidos, uma expressão em particular, qual seja, a expressão *língua outra*, chamou-nos atenção na leitura de um artigo

² Do ponto de vista discursivo, as noções de *sentido literal e figurado* não são viáveis, por tratarem da questão do sentido como inerente a um termo.

publicado em um periódico da área de Letras. O interesse na expressão justifica-se, além da recorrência de uso – mais de 10 vezes –, pela importância que possui na pesquisa relatada no artigo e também na área de estudos do discurso de forma geral. O artigo em questão dedica-se à análise de glossários presentes em livros de literatura portuguesa do escritor angolano Ondjaki, observando neles tensões entre diferentes saberes sobre a língua portuguesa. Para a autora, os glossários, enquanto instrumentos que promovem definições e classificações de palavras, sustentam-se em saberes que revelam formas de pertencimento a uma língua, delimitando, portanto, uma demarcação entre o que está dentro e o que está fora:

O glossário, ao separar algumas palavras do universo em que se tece o livro, diz do limite do pertencimento a uma língua e da forma desse pertencimento; ilumina algumas palavras e joga outras no já-posto sobre a língua. Aponta, então, fronteiras na escrita; diz das partições em uma língua. (MEDEIROS, 2016, p. 81).

Assim, na expressão *língua outra*, o termo modificador *outra* aparece à direita do substantivo, com ele concordando em gênero e número. Vejamos a sequência discursiva a seguir:

(Sd1) – “A estas duas marcas se acrescenta a heterogeneidade que se mostra na tipologia de textos, isto é, que decorre da feitura dos glossários como anteriormente mostramos, a saber, que se faz apêndice ou rodapé do texto, ou ainda que se faz texto à parte; que diz respeito ao tempo de elaboração (se posterior ou anterior ao texto); que advém do gesto produzido em direção à *língua outra* tecendo glossário em sua língua (caso de Guimarães Rosa)”. (MEDEIROS, 2016, p. 83, grifo nosso).

A busca por desvelar os saberes sobre língua que sustentam o efeito de (não) pertencimento de uma palavra é inerente ao gesto das delimitações presentes nos glossários. Assim, é possível observar a tensão entre uma língua conhecida, legítima, sobre a qual se sabe – sua língua –, e uma língua opaca, que precisa ser esclarecida e definida. O modificador *outra*, aqui, coloca em relevo a estranheira, a não familiaridade dessa língua, da qual pouco se conhece e que, por essa razão, precisa ser definida. Essa

estrangeiridade, identificada na expressão *língua outra*, pode ser observada também na Sd2:

(Sd2) – “(...) e ainda na manutenção de uma pronúncia que se apresenta nas letras que se pospõem, diferentemente do que se dá em língua portuguesa, e que se indica como provindo de *língua outra*.” (MEDEIROS, 2016, p. 88, grifo nosso).

Ao ressaltar as diferenças com a língua portuguesa, a indefinição e a opacidade dessa língua outra ganham ainda mais relevo:

(Sd3) – “É possível, então, compreender esses glossários como instrumentos de gramatização (AUROUX, 1992a) da língua portuguesa em Angola bem como instrumento de gramatização de línguas africanas em território angolano, na medida em que o que comparece é marcado como *língua outra* em tal território”. (MEDEIROS, 2016, p. 89, grifo nosso).

Na terceira sequência, a relação entre língua e território é abordada para ressaltar os efeitos dos glossários enquanto instrumentos de gramatização, que funcionam regulando as fronteiras entre o que pertence ou não à língua sobre qual se fala.

Analisando, portanto, o funcionamento da expressão *língua outra* nas sequências, observamos que os efeitos de sentido construídos remetem a um movimento contraditório, já que o termo *outra*, ao mesmo tempo em que oferece uma característica distintiva, ressalta a opacidade e indefinição dessa língua. Em outras palavras, o mesmo elemento que determina por seu papel de modificador, indetermina pela ausência de definições. Assim, na construção *língua outra*, a configuração sintática permite interpretar que se trata de uma língua desconhecida sobre a qual se sabe apenas que não coincide com aquela que é tomada como referência. Desse modo, podemos interpretar que a expressão cujo elemento modificador está posicionado à direita do substantivo guarda nuances particulares.

Passamos, a seguir, à observação da versão em inglês do artigo, enfocando as traduções dessas sequências para o inglês, a fim de analisar os efeitos do processo tradutório.

A sintaxe no jogo entre discursividade da tradução

Não há como falar em tradução sem falar em língua. Trata-se, contudo, de um conceito complexo no seio dos estudos da linguagem, podendo ser compreendido de formas distintas de acordo com as lentes teóricas de que nos valem para observá-lo. Ao relativizar a autonomia da língua³, Pêcheux (2009) coloca em evidência a articulação entre, de um lado, aspectos estruturais (fonético-fonológicos, morfológicos e sintáticos) e, de outro, aspectos relativos à natureza material do processo de significação, tomando a semântica não mais como nível, mas como um domínio particular de compreensão, determinado por processos históricos. Dito de outro modo, o autor entende que a língua *faz sentido* porque nela intervém a história, o que não implica negar a estrutura, mas, sim, tomá-la como a base material sobre a qual os sentidos são construídos por sujeitos ideologicamente interpelados. Assim, uma língua define-se simultaneamente por um grupo de relações de ordem estrutural e por uma discursividade que lhe é própria. Tal discursividade diz respeito à maneira como a história determina os sentidos para uma materialidade significativa, delimitando que, em dado processo de significação, certos sentidos sejam possíveis, enquanto outros não são.

Assim, na tradução, tem-se um processo que funciona a partir de duas línguas distintas, com diferentes estruturas e com discursividades próprias. É precisamente por essa relação com a história, com a maneira particular como a história toca e marca a ordem estrutural da língua, que traduzir constitui uma tarefa desafiadora. A discursividade, isto é, o modo particular como a história toca uma língua, pode ser entendida pelo funcionamento das formas de predição, ou sistema de valores próprios de cada língua, que são concebidos como formações discursivas, conforme proposto por Serrani-Infante (1997, s/p):

É para depreender o funcionamento desses "sistemas de valores" que, a meu ver, é operativo entendê-los em termos de formações discursivas, pois elas são as que determinam o que se pode dizer e aquilo que não se

³ A autonomia absoluta da língua, tal como proposta por Saussure no *Curso de Linguística Geral* é um conceito fundante da Linguística enquanto ciência.

poderia, manifestando uma relação com a discursividade, com a língua mesma, e com os diversos domínios de saber que ela permite construir.

Desse modo, para que uma materialidade linguística possa fazer sentido, é preciso relacioná-la a saberes que são históricos, isto é, a formações discursivas, a partir das quais já-ditos são organizados em domínios de saber específicos. O interdiscurso, como princípio de funcionamento da discursividade, intervém em cada língua de forma particular, e, como consequência desse fato, certas formações discursivas delimitadas em um processo de significação podem não ser delimitadas em outra, donde a impossibilidade de equivalência plena entre línguas distintas.

Considerando, portanto, a existência de diferenças tanto de ordem estrutural quanto de ordem discursiva que entram em jogo no processo tradutório, os textos traduzidos podem ser espaços privilegiados para se observar a relação particular entre língua e história. No caso da expressão que aqui nos interessa analisar, observamos que a flexibilidade sintática encontrada na língua portuguesa, que permite que o modificador esteja à esquerda ou à direita do substantivo, não ocorre na língua inglesa.

Ao ser traduzida para a língua inglesa, essa dinamicidade relativa à dupla possibilidade não encontra correspondência. A norma de uso para elementos modificadores nessa língua é a de que estes devem anteceder o elemento modificado, ou seja, adjetivos e outros termos determinantes devem ocupar a esquerda do substantivo. Assim, considerando tais regras, os dois encadeamentos possíveis em português *língua outra* e *outra língua* resultam em uma única possibilidade ao serem vertidos para o inglês, qual seja, *another language*.

Embora as duas expressões sejam possíveis na língua portuguesa, cabe mencionar que elas não funcionam como sinônimas, pois, como discutimos, a expressão *língua outra*, da forma como é usada no artigo em análise, diz respeito à característica de indeterminação, ressaltando sua diferença da outra língua, aquela sobre a qual se sabe e que serve de referência. Assim, se na língua inglesa há uma injunção a uma única forma de dizer, podemos indagar: quais são os efeitos dessa injunção linguística na tradução? E, ainda, o que essa questão sintática representa em termos de funcionamento discursivo? A fim de buscar respostas, apresentamos

novamente as sequências discursivas, agora seguidas de suas traduções:

(Sd1)

[Texto de partida] “A estas duas marcas se acrescenta a heterogeneidade que se mostra na tipologia de textos, isto é, que decorre da feitura dos glossários como anteriormente mostramos, a saber, que se faz apêndice ou rodapé do texto, ou ainda que se faz texto à parte; que diz respeito ao tempo de elaboração (se posterior ou anterior ao texto); que advém do gesto produzido em direção à *língua outra* tecendo glossário em sua língua (caso de Guimarães Rosa).” (MEDEIROS, 2016, p. 83, grifo nosso).

[Texto de chegada] “To these two we can add heterogeneity which is shown in the typology of texts, that is, which stems from the making of the glossaries as we previously showed, namely, if it is in the form of an appendix, or footer text, or even if it is a separate text; with respect to the time of writing (if before or after the writing of the text); that comes from the gesture produced in directing *another language* and weaving it into a glossary in his own language (the case of Guimarães Rosa); and, finally, the heterogeneity that comes from the different discursive positions that engender the glossary.” (MEDEIROS, 2016, p. 83, grifo nosso)

(Sd2)

[Texto de partida] “(...) e ainda na manutenção de uma pronúncia que se apresenta nas letras que se pospõem, diferentemente do que se dá em língua portuguesa, e que se indica como provindo de *língua outra*.” (MEDEIROS, 2016, p. 88, grifo nosso).

[Texto de chegada] “(...) also in maintenance of a pronunciation that appears in letters that come after the other, unlike what happens in Portuguese, and is indicated as coming from *another language*.” (MEDEIROS, 2016, p. 89, grifo nosso).

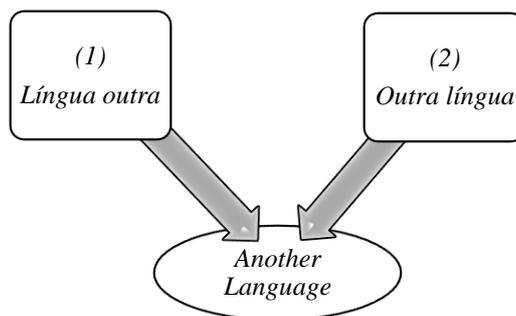
(Sd 3)

[*Texto de partida*] “É possível, então, compreender esses glossários como instrumentos de gramatização (AUROUX, 1992a) da língua portuguesa em Angola bem como instrumento de gramatização de línguas africanas em território angolano, na medida em que o que comparece é marcado como *língua outra* em tal território”. (MEDEIROS, 2016, p. 89, grifo nosso).

[*Texto de chegada*] “Because of this you can understand these glossaries as grammatization instruments (AUROUX, 1992a) for the Portuguese language in Angola as well as grammatization instruments of African languages in Angola, to the extent of what is marked as *another language* in that territory”. (MEDEIROS, 2016, p. 90, grifo nosso).

Como se pode observar, as três ocorrências da expressão *língua outra* foram traduzidas por *another language*, respeitando as injunções impostas pela estrutura da língua de chegada. Assim, conforme resume o esquema abaixo:

Figura 1 – Não equivalência entre os funcionamentos estruturais do português e do inglês



Fonte: Elaborado pela autora.

Desse modo, sem a pretensão de determinar certo ou errado, o que essa análise demonstra é o fato de que no processo tradutório, assim como em qualquer processo discursivo, estrutura e sentido estão intrincados e não há como falar em um sem falar no outro. Assim, considerando-se de um lado o papel constitutivo da exterioridade na produção de sentidos e, de outro, a relação

necessária com a estrutura, a análise dessas configurações sintáticas são relevantes precisamente por deflagrarem a articulação entre materialidade linguística e histórica.

Considerando, portanto, o papel dessa articulação, que denominamos *arquiteturas discursivas*, a expressão *língua outra* não pode ser vista como um sinônimo da expressão *outra língua*, já que remete a diferentes efeitos de sentido, atualizando diferentes já-ditos e, desse modo, mobilizando diferentes redes de sentido no interdiscurso. Assim, considerando tal relação entre a linearidade sintática e a discursividade, é possível afirmar que a posição sintática do elemento modificador em um enunciado possui papel preponderante que deve ser considerado.

Ao tomar o processo tradutório como um processo discursivo específico, a perspectiva discursiva traz à cena o papel da determinação histórica nos processos de significação, deixando em evidência o fato de que a passagem de uma língua para outra envolve distintas relações entre estrutura e sentido, isto é, diferentes discursividades, não podendo, portanto, ser tomada como um processo neutro e espontâneo. Como demonstram as sequências discursivas analisadas neste trabalho, ao ser vertida para o inglês, a expressão *língua outra* é submetida a injunções de ordem estruturais que afetam também as relações interdiscursivas. Assim, poderíamos questionar se *another language* poderia significar tanto *língua outra* quanto *outra língua*. A resposta não nos parece possível, uma vez que se trata de discursividades distintas, de dois modos de dizer não coincidentes, e não de equivalência semântica. O que as análises nos permitem afirmar é, antes de mais nada, a importância de discutir a prática da tradução como um processo de produção de sentidos que não ocorre de forma espontânea, mas que envolve elementos de ordem histórica e ideológica.

Na tensão entre línguas constitutiva de todo processo de tradução, entram em cena modos de dizer particulares de cada discursividade que se marcam na estrutura linguística. Nesse movimento entre línguas e discursividades, a sintaxe possui um papel privilegiado, funcionando como marcas deixadas pela história ao tocar a língua. A observação, portanto, dessas arquiteturas discursivas contribui para aprofundar a discussão sobre os efeitos da prática da tradução como um processo discursivo próprio.

Referências

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática brasileira**. Edição revista e ampliada. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BRASIL. Plataforma sucupira. Qualis Periódicos. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS: 2000.

MEDEIROS, Vanise. **Cartografias das línguas: glossários para livros de literatura**. Alfa, São Paulo, vol.60, n.1, p.79-93, 2016.

_____. **Cartographies of languages: glossaries for literature books**. Alfa, São Paulo, vol.60, n.1, p.79-95, 2016.

PASSINI, Michele Teixeira. Traduzir, verbo intransitivo? **Via Litterae**. Anápolis, v. 8, n.1, jan-jun. 2016.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blinkstein. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCIELO. Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil. São Paulo, set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCriterios_SciELO_Brasil.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

SERRANI-INFANTE, Silvana. Formações discursivas e processos identificatórios na aquisição de línguas. **DELTA**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 63-81, Fev. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501997000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jan. 2018.

A tradução no tabuleiro da baiana: uma análise discursiva da tradução de “Acarajé” para o inglês e o espanhol

Roberta Rosa Portugal⁴
Carla Maicá Silva⁵
Bruna Navarrina de Moura⁶

Mãe negra trouxe acará lá da África/ Mãe negra baiana aprendeu a fazer⁷

A *comida* pode ser abordada unicamente como *alimento*, quando tratada apenas pelo seu caráter nutricional, servindo na busca pela manutenção e saúde do corpo. Ou pode ser significada no *hall* das artes, encontrando seu lugar nos vários movimentos gastronômicos que configuram as artes culinárias. Neste trabalho, é tomada como uma das bases da cultura de um povo. E é através desta mudança, do status de *alimento* para o status de *comida*, que podemos perceber o processo discursivo: enquanto o *alimento* diz respeito ao que é necessário para a sobrevivência física, a *comida*, ao criar identidades e, logo, discursos, é fundamental para a permanência (e transformação) de uma cultura. Assim, a culinária de um povo pode ser entendida como uma materialidade discursiva onde, através dela, de suas práticas, de seus ingredientes e de seus ritos podemos acessar não só a superfície identitária desta

⁴ Docente da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES.

⁶ Bacharelanda do Instituto de Letras e bolsista PIBIC-CNPq/UFRGS. As três autoras estão vinculadas ao Grupo de Pesquisa *Discurso, arquivo e autoria*, sob coordenação da Profa. Dra. Solange Mittmann.

⁷ Cada seção deste artigo inicia com trechos da música *Akará*, do compositor e cordelista baiano Antonio José dos Santos, conhecido como Antônio Vieira (1949-2007).

comunidade, mas também seus processos culturais que, atravessados pela língua, pelas suas condições de produção e pelas suas memórias, mobilizam sentidos:

Analisar o discurso sobre comida e alimentação é pensar em sentidos ideologicamente constituídos e verificar sua inscrição em matrizes de sentido que nomeiam, que adjetivam, que predicam essas comidas de forma ilusoriamente natural – como se fosse um procedimento cognitivo. (ESTEVES, 2014, p. 15).

E é justamente nesse movimento, onde o alimento passa a significar comida, que as práticas alimentares encontram as práticas religiosas. A comida passa a significar o elo, a comunicação com o sagrado através de seus rituais e encantamentos, e o acarajé, como veremos ao longo do texto, é um bom exemplo de como essas práticas são discursivizadas.

Assim, nossa análise parte de uma formação discursiva religiosa, com práticas e dizeres estabilizados pela memória, mas que ao serem assimilados pela sua própria historicidade acabam tomando sentidos outros. São a historicidade e seus sentidos em fuga que tornam possíveis outras formas de dizer, que “se definem por sua inscrição em diferentes formações discursivas que representam diferentes relações com a ideologia, configurando o funcionamento da língua regida pelo imaginário” (ORLANDI, 2001 p.129).

No movimento da/na história, os objetos vão sendo ressignificados pelas relações de forças entre formações discursivas. Vale citar, a título de exemplo, que hoje em dia temos novas releituras dessa iguaria de raiz colonial, como o *acarajé vegano*, que atende a uma nova ideologia alimentar livre de qualquer insumo de origem animal, ou seja, um acarajé sem os camarões que fazem parte da receita, ou ainda o *acarajé pentecostal* ou *bolinho de Jesus*, vendidos em Salvador por evangélicos protestantes numa tentativa de comercializar o acarajé apagando a cultura afrodescendente e toda a sua simbologia religiosa em relação ao bolinho frito em azeite de dendê.

Para este trabalho, tomamos como corpus de análise o cardápio trilingue promovido pela ABAM (Associação das Baianas de Acarajé e Mingau) junto ao SEBRAE desenvolvido para atender aos turistas por ocasião da Copa do Mundo de 2014 (conforme FERREIRA, 2013). O cardápio em português, inglês e espanhol expõe a complexidade da tradução gastronômica e, mais especificamente, de um objeto particular da gastronomia afro-brasileira.

Comida da minha mãe Iansã / Cartão de visita de Salvador

Junto à feijoada, ao churrasco e à caipirinha, bebida símbolo de brasilidade no exterior, provavelmente o acarajé é uma das iguarias mais conhecidas da culinária brasileira pelos estrangeiros, já que Salvador na Bahia é um dos destinos preferidos pelos turistas que chegam ao Brasil⁸.

O acarajé é uma comida típica do tabuleiro da baiana e sua existência na Bahia vem desde o período colonial. Sua venda em espaços urbanos surgiu como uma expressão religiosa das mulheres devotas de Iansã que passaram a vendê-lo como uma forma de afirmar sua devoção religiosa e como meio de adquirir dinheiro. É uma iguaria sagrada que identifica o paladar baiano, tornando-se uma comida popular e hoje é uma das tradições baianas. Trata-se de “uma comida boa de comer e, especialmente, comida boa de representar e de significar, é um marco de permanência do gosto africano, formando e co-formando o paladar do brasileiro” (LODY, 2002, p.38).

O acarajé guarda sabores, saberes e fazeres da culinária afro-brasileira e tem significações étnicas. Representa uma prática ancestral que aponta a relação das mulheres com o sagrado e se coloca como uma afirmação da resistência das tradições afro-brasileiras. Seu reconhecimento como patrimônio imaterial pelo IPHAN (MENDONÇA, 2007) afirma sua representatividade, sua relação com raízes afro-brasileiras de fundamental importância na cultura baiana, assinalando o valor do mito africano, da magia que o envolve.

Ao falar do acarajé, seu sabor e seus ingredientes, é interessante mencionar o conceito sobre paladar, como equivalente a gosto: “aquilo que pode nos distinguir enquanto culturas, enquanto coletividades ou mesmo enquanto indivíduos” (GONÇALVES, 2002, p.09). O acarajé na Bahia agrada ao paladar, não apenas pelo sabor, mas pelo saber que significa, pelas memórias e resistência que representa.

Nesta acepção, o acarajé é um lugar de elaboração dos sentidos, dos sujeitos e deve ser estudado em sua relação com a exterioridade. Posto que os sujeitos são filiados aos sentidos de uma

⁸ Segundo o Anuário Estatístico de Turismo 2017, 132.339 turistas chegaram ao Brasil pela Bahia em 2016.

formação discursiva, o acarajé, como expressão desses sujeitos, é pulsão de significações da cultura e da culinária afro-brasileiras.

A Análise do Discurso (AD), segundo Orlandi (2001), é uma disciplina que trabalha com os processos de interpretação e entende a língua como prática social que resulta da relação entre sujeito e ideologia. É nessa perspectiva que nos interessa estudar o processo de formulação de sentidos sobre o acarajé nas traduções do cardápio, haja vista que está marcado por ressignificações.

O acarajé se inscreve numa rede de memórias que aponta para a interpelação ideológica, que, conforme a tese de Althusser (1996), afeta a todos os sujeitos. Enquanto um objeto de saber, o acarajé é significado a partir da interpelação do sujeito pelo aparelho ideológico religioso, haja vista que historicamente ocupa um lugar de oferenda religiosa nos rituais afro-brasileiros. É nesta perspectiva que pensamos os conceitos da AD, pois o acarajé se coloca como uma prática cultural, apontando, deste modo, para o atravessamento do sujeito pela ideologia.

Segundo Pêcheux (2014) se algo faz sentido é porque já fez sentido antes em algum lugar. Pensando no nosso objeto de análise, isso implica colocar que o acarajé precisa ser estudado como efeito de pré-construído, como efeito do já-lá. Segundo Althusser (1996, p. 129), o sujeito está assujeitado às práticas ideológicas: “ele inscreve suas ideias nos atos de sua prática material”. Entendendo o acarajé como uma iguaria que assinala práticas ritualísticas, culturais e que passou a ter espaço como produto a ser comercializado é possível pensar como se dá a inscrição do sujeito nesta prática que é tanto cultural como comercial e de que modo isso significa.

O acarajé está inscrito em saberes e fazeres afro-brasileiros, é uma comida de caráter religioso, elaborada e vendida por mulheres devotas de Iansã. Para Mendonça (2007, p.15), sua tradição na Bahia “vem do período colonial, quando as mulheres – escravas ou libertas – preparavam-no e, à noite, com cestos ou tabuleiros na cabeça, saíam a vendê-lo nas ruas da cidade”. É nesta acepção que pensamos o processo de deslizamentos de sentidos: o acarajé na Bahia não se restringiu aos espaços religiosos, mas ecoou para outros lugares. Os sentidos não são estáveis, eles se movimentam possibilitando outras interpretações.

Pensando neste processo de deslizamentos de sentidos, diríamos que o acarajé, considerado uma comida votiva, ofertada a orixás, passou a ser comercializada, assinalando, desta forma, que os

sentidos se deslocaram. As palavras de Orlandi (2007, p.13) se fazem relevantes para uma melhor compreensão sobre isto: “O sentido não para; ele muda de caminho”.

O processo de comercialização do acarajé nos faz refletir sobre o processo de produção de sentidos. A iguaria sagrada passou a ser consumida fora dos espaços religiosos, o que aponta para uma ressignificação dos sentidos: a comida de lansã passou a fazer parte da culinária baiana sendo vendida em lugares não religiosos. É interessante assinalar, para entender como os sentidos se desestabilizaram, como se caracterizou a venda de acarajé na Bahia.

A venda de acarajé foi iniciada por mulheres devotas de lansã, que vendiam esses pequenos bolinhos de feijão com camarão e pimenta. Mendonça (2007, p. 23) coloca que “tradicionalmente o acarajé era vendido em gamelas de madeira redondas, semelhantes às usadas nos terreiros de candomblé para oferecer aos orixás e adeptos o mesmo alimento sagrado”. Inicialmente as baianas vendiam acarajés caminhando pelas ruas e, posteriormente, passaram a ocupar espaços fixos e o tabuleiro passou a ser o instrumento de trabalho, substituindo as gamelas, posto que o acarajé passou a ser servido com outras iguarias como o vatapá, o caruru e a salada, exigindo, desta forma, um espaço maior, melhor estruturado.

Neste processo de mudanças, podemos refletir sobre o deslizamento dos sentidos a partir de três aspectos: o acarajé, o instrumento de trabalho e o modo de realizar o ofício. O acarajé, a princípio vendido como um pequeno bolinho se transformou em uma refeição, pois passou a ser servido em tamanho maior e com outras iguarias típicas, a saber, vatapá, caruru e salada. Citando palavras de Lody (2002, p.37), o acarajé se transformou em um “sanduíche nagô”, o que nos mostra desestabilização de sentidos. As baianas de acarajé vendiam as comidas indo às ruas, às casas dos clientes, o que significa que elas iam até a clientela. Dado que o acarajé passou a ser servido como uma espécie de sanduíche, foi preciso usar um tabuleiro que comportasse as panelas e por isso o trabalho passou a ser realizado em espaços fixos, ou seja, não seria mais possível ir até o cliente, devido à quantidade de panelas e bandejas, o que provocou uma transformação na relação da baiana com o freguês, determinando que ele fosse até ela.

A forma de servir o acarajé, a relação da baiana com sua clientela e os instrumentos usados para a realização do ofício passaram por ressignificações. A mudança na forma de vender o acarajé provocou efeitos, fez com que os sentidos se deslocassem,

seguissem outros rumos mostrando que funcionam de maneiras diferentes.

Colocar estas questões se faz importante, pois provoca desafios no tocante à tradução do termo acarajé, que por ser servido com outras iguarias, nos obriga a traduzir outros termos de igual complexidade. O fato de haver comidas nomeadas com palavras de origem africana no tabuleiro da baiana, também nos inquieta, pois o trabalho do tradutor assume mais um desafio.

Neste momento da nossa reflexão é interessante citar Pêcheux (2014, p. 140) que diz: “a questão da *constituição do sentido* se junta à da *constituição do sujeito*”. Isto implica dizer que o sentido não se realiza na ausência do sujeito. Não é possível pensar sobre como os sentidos mudam de direção sem considerar o lugar do sujeito neste processo. Devemos considerar o sujeito em sua interpelação ideológica no tocante à venda de acarajé na Bahia, pois ela atende a uma ideologia religiosa, mercadológica e capitalista que transforma em produto objetos considerados sagrados.

Os enunciados, os dizeres não são evidentes, a ressignificação do acarajé aponta para a incompletude da língua, da ideologia e do sujeito. Ou seja, os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros. Orlandi (2005), ao falar em fuga de sentidos, diz que este processo é complexo e tem caráter polissêmico, posto que funciona como efeito das contradições entre sujeitos. Se a fuga dos sentidos resulta da incompletude dos sujeitos, podemos inferir que os deslocamentos associados ao acarajé apontam para uma incompletude dos saberes e fazeres afro-brasileiros.

Acará significa bolinho de feijão frito/ No azeite de dendê/ jê é o verbo comer

Para o senso comum, traduzir um texto da área da alimentação, comida ou culinária parece ser uma tarefa fácil, bastando transferir uma informação para seu equivalente na língua de chegada, ou seja, apresentar a mesma mensagem em um código diferente. Porém cada processo tradutório envolve desafios próprios para os tradutores. E a culinária é uma área que exige do tradutor certos conhecimentos específicos. Por carregar consigo aspectos culturais de um povo, a culinária exige do tradutor pensar não só a questão da língua, mas o par língua-cultura. (TEIXEIRA, 2008, p. 85)

Um exemplo de desafio específico da tradução na área é a tradução dos ingredientes de uma receita. Teixeira afirma que “as características textuais peculiares ao gênero “receita” mudam não só de língua para língua, mas também de cultura para cultura” (TEIXEIRA, 2009, p. 174). O tradutor deve ter conhecimento sobre os ingredientes para poder traduzir corretamente o termo para o seu correspondente na língua de chegada. Se o ingrediente não existir na cultura da língua-alvo, o tradutor deve ter conhecimento para sugerir outro ingrediente de mesma composição, ou similar. Outro cuidado que o tradutor deve ter é na conversão do sistema de medidas, visto que uma medida errada pode prejudicar o resultado final. Visto que o propósito de uma receita é que ela seja executável, de nada adianta traduzir um ingrediente que não existe no mercado da cultura de chegada, ou substituí-lo por um ingrediente similar cuja composição prejudique a execução da receita. Por esses motivos, a tradução de textos culinários acaba sendo uma tarefa multidisciplinar, pois envolve o conhecimento de muitas outras áreas além do código linguístico.

Na mesma direção, Pereira (2016) questiona a tendência a se considerar a tradução de textos técnicos como simples transposição de informação de uma língua para outra, o que exigiria do tradutor somente o conhecimento sobre os dois códigos e a terminologia da área. A autora lembra que a língua faz parte da cultura, estando, portanto, submetida a variantes. E o tradutor deve interferir no texto “sempre que necessário, realizando adaptações e substituições, a fim de que a tradução seja ambientada de acordo com as exigências da cultura de chegada” (PEREIRA, 2016, p.40). Portanto o tradutor deve considerar, além do conhecimento dos códigos envolvidos e da terminologia da área, aspectos estilísticos, lexicais e sintáticos para adaptar o novo texto para a cultura da língua de chegada.

Pensando a tradução pelo viés da Análise do Discurso pêcheutiana, é preciso salientar que o sujeito tradutor é um sujeito do discurso, interpelado pela ideologia e inscrito na língua. Assim, a tradução não é mera repetição de uma mesma mensagem em outra língua, é processo tradutório, que envolve materialidade linguística e materialidade histórica. Afinal, cada língua tem “sua própria história de produção de discursos e de constituição de sentidos” (MITTMANN, 2003, p.59). Nesta perspectiva, o objeto a traduzir precisa ser considerado em sua historicidade, isto é, no que significa e como significa numa rede de significações em uma formação discursiva dada em que é interpretado.

No caso específico da tradução de acarajé, é preciso considerar que a história apresenta deslizamentos de sentidos, por se tratar de um alimento que envolve o sagrado, o feminino e a resistência da cultura negra baiana. Além disso, sua história tem um movimento pelos espaços da cidade: a devota de Iansã que, inicialmente, levava a gamela à casa do cliente, o cliente que, atualmente, vai ao tabuleiro da baiana na rua.

Além disso, é preciso considerar que o processo tradutório se caracteriza pela relação com diferentes formações discursivas (HENGE, 2015) e que o objeto acarajé já foi significado por formações discursivas como a religiosa de matriz africana, a do comércio local urbano e a do comércio turístico.

A seguir apresentamos algumas sequências tomadas do cardápio trilingue:

	PT	IN	ES
Tipologia	Bolinho	Snack Lanche	Buñuelos - Comida de massa frita (gr. doce)
Ingredientes	Feijão-fradinho Camarão seco Azeite de dendê	Cowpea – Caupi (v.feijão-fradinho) Dried Shrimp – camarão seco Oil palm – azeite de palma	Frijoles – feijão Camarón seco – camarão seco Aceite de palma – Azeite de palma
Técnica	Moído	Ground – moído	Molido – moído
Cocção	Frito	Fried – frito	Frito – frito

É interessante analisar as escolhas feitas nas traduções do cardápio do acarajé para o inglês e o espanhol, pensando nas posições que esses tradutores, enquanto sujeitos, podem ocupar.

A tradução de ‘bolinho’ por ‘*snack*’ remete a um lanche rápido. Em inglês o tradutor manteve a variedade do feijão, pois ‘*cowpea*’ é o correspondente para feijão-fradinho, enquanto que em espanhol essa especificação foi perdida.

Em ambas as traduções, para o espanhol e para o inglês, ‘azeite de dendê’ foi traduzido para um equivalente de ‘azeite de palma’. O azeite de dendê é traduzido desta forma na maioria das vezes e, ao pesquisar sobre sua equivalência com o termo em inglês ‘*palm oil*’, os dois realmente parecem ser o mesmo produto, porém, a palmeira de dendê ou o dendezeiro, planta de onde é extraído o azeite, é traduzida para ‘*palm tree*’, que seria um equivalente a

'palmeira', que seria uma categoria maior de plantas e o dendezeiro um gênero dentro dessa categoria.

Além de '*palm tree*' não ser a mesma variedade de planta que a específica para o azeite de dendê, o azeite de palma não retoma o significado do 'dendê' na cultura baiana. O dendê é um elemento de identidade muito forte dessa cultura e, ao ser traduzido para '*palm oil*', o significado que esse termo traz na memória do falante de português não é retomado na memória do falante de inglês. Isso quebra a ilusão da equivalência total entre dois termos em diferentes línguas e nos lembra que as línguas não têm uma adequação perfeita da palavra à coisa. A sensação de intraduzibilidade do termo 'azeite de dendê' desmitifica a concepção de que a língua é código que deve ser decodificado e recodificado pelo tradutor, buscando equivalentes entre um código e outro. Como Mittmann diz, "a língua é lugar de construção de discurso e de identificação do sujeito" (2003, p. 61). Assim, cada língua traz em si a história, a cultura, a devoção religiosa. E no caso de um cardápio feito para atender à demanda de alimentação dos turistas, não parece ser esse o foco da tradução.

Acarajé veio pra rua garantir a obrigação/ Dinheiro pra laô que fazia devoção

Assim, para efeito de conclusão, entendemos que o processo de deslizamento de sentidos no que toca ao acarajé se dá pela descontinuidade, posto que parte de uma formação discursiva religiosa afro-brasileira para a formação discursiva econômica que atende ao interesse alimentar do cliente turista. E sendo a formação discursiva econômica a que motivou a tradução de um cardápio trilingue, os "equivocos" da tradução não provocam efeitos de sentido de autenticidade de uma cultura e de uma religiosidade carregados em uma *comida*, mas sim, que o consumidor tenha minimamente referentes sobre o produto manifesto na forma de *alimento*, diferença que descrevemos no início deste texto.

É nesta perspectiva que reconhecemos, enquanto analistas de discurso, que o sentido desliza, revelando o assujeitamento do sujeito-tradutor à dominação econômica. Nesta tradução de cunho comercial, houve o apagamento do valor semântico e cultural do azeite de dendê porque na formação discursiva econômica não seria possível dizer determinadas palavras, pois elas seriam comportadas pela formação discursiva religiosa e cultural. A formação discursiva religiosa embora ainda permeie o discurso sobre o acarajé pelas baianas – visto que se configura como um saber e um fazer afro-brasileiro – não é a formação discursiva em que a tradução se

encontra. A religiosidade ocupa o lugar do exótico que em conjunto com a formação discursiva econômica dá conta do que o turismo convoca: o autêntico fetichizado, ressignificado e comercializado.

Referências

ABAM: Disponível em <<https://www.facebook.com/ABAM-Associação-Nacional-das-Baianas-de-Acarajé-181638245253165/>>. Acesso em 15/10/2017.

Anuário Estatístico de Turismo: Disponível em <<http://dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>>. Acesso em 02/02/2018.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva. **O que se pode e se deve comer:** uma leitura discursiva sobre sujeito e alimentação nas enciclopédias brasileiras (1863-1973). Tese de Doutorado. Niterói, UFF, PPG-Estudos de Linguagem, 2014.

FERREIRA, Afonso. Baianas fazem cardápio trilingue para vender acarajé a turista na Copa. **UOL**, São Paulo, 27/6/2013. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/27/baianas-fazem-cardapio-trilingue-para-vender-acaraje-a-turista-na-copa.htm>. Acesso em 02/02/2018.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. A Fome e o paladar: uma perspectiva antropológica. In: **4º. Seminário de Alimentação e Cultura**, 2001. Série de encontros e estudos 4. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 2002. p. 7-16.

HENGE, Gláucia da Silva. **Feitos e efeitos discursivos no processo tradutório do literário:** uma discussão sobre o fazer tradutório da obra *Pride and Prejudice* de Jane Austen. Tese de Doutorado. Porto Alegre, UFRGS, PPG-Letras, 2015.

LODY, Raul. No tabuleiro da baiana tem... pelo reconhecimento do acarajé como patrimônio cultural brasileiro. In: **4º. Seminário de Alimentação e Cultura**, 2001. Série de encontros e estudos 4. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 2002. p. 37-40.

MENDONÇA, Elizabete de Castro; LODY, Raul; VIANNA, Letícia. **Dossiê IPHAN 6**. O ofício das baianas de acarajé. Brasília, DF: Iphan, 2007.

MITTMANN, Solange. **Notas do Tradutor e processo tradutório**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios de procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação de sentidos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6 ed. Campinas: UNICAMP, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de ORLANDI, Eni [et al.]. Campinas: Editora UNICAMP, 2014.

PEREIRA, Luadne Fernandes. **Tradução culinária**: uma ponte de diálogo entre duas culturas. Monografia (Bacharelado em Letras - Tradução - Francês). Brasília, UnB, 2015.

TEIXEIRA, Elisa Duarte. **Especificidades da tradução técnica de receitas** - alguns problemas e possíveis soluções. Tradterm, São Paulo, v. 15, p. 173-196, dec. 2009.

_____. **A linguística de corpus a serviço do tradutor**: proposta de um dicionário de culinária voltado para a produção textual. 2008. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, PPG-Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, 2008.

A intraduzibilidade da palavra viva

Camila Faustino de Brito⁹

Introdução

Pretendo, neste breve estudo, apresentar as dificuldades na tradução de termos chave do texto “Palavra Viva: Isegoria e a Política da Deliberação na Rússia Revolucionária” de Craig Brandist, publicado em uma coletânea de artigos na Academia de Moscou sobre a “palavra viva”. Foi traduzido por mim e pela Profa. Dra. Tanira Castro, sob revisão e supervisão da Profa. Dra. Ana Zandwais, sendo publicado na Revista Conexão Letras, volume 11, em 2016. O texto apresenta o conceito de “palavra viva” (*живое слово* em russo) tal como sugerido por Lênin, que se referia ao termo como a capacidade de usar a oratória nas assembleias livres da Rússia Pós-Revolucionária.

Brandist (2016) busca em seu texto refletir sobre a noção de ‘palavra viva’, traçando um percurso histórico, apresentando em quais áreas a ‘palavra viva’ teve sua importância, tais como o teatro e as assembleias livres. O autor ressalta que o tema ainda é bastante atual, mas apresenta uma série de inquietações, sendo assim, Brandist argumenta que seu artigo pode ser considerado uma semântica paleontológica, pois se propõe a revelar os diversos depósitos de significação aos quais a ‘palavra viva’ se refere.

Para realizar a análise do processo tradutório, selecionei termos específicos em grego e russo, os quais são mantidos nas respectivas línguas ao longo do texto fonte, sendo essenciais para a compreensão do texto de Brandist.

Tendo como suporte Brum de Paula (2009) e a questão da intraduzibilidade total, busco apresentar algumas noções referentes ao intraduzível atrelado à palavra e ao contexto histórico. Para tanto, é importante explicitar que os termos selecionados apresentam uma condição de intraduzibilidade devido ao contexto histórico em que o

⁹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sob orientação da Prof^a Dr^a Ana Zandwais.

texto foi produzido; Brandist elabora seu artigo em 2015, tendo em vista a publicação na Academia de Ciências da Rússia, em uma coletânea de artigos sobre a “palavra viva” em suas diferentes áreas culturais e artísticas. No entanto, o texto apresenta conceitos pautados no contexto da democracia ateniense, bem como no contexto russo das primeiras décadas após a revolução; sendo assim, é importante analisar esses contextos a fim de considerar a intraduzibilidade dos termos.

Condições Históricas

Mittmann (2003) apresenta um dos primeiros trabalhos brasileiros de grande influência que se propõe a criar uma relação entre os Estudos de Tradução e a Análise do Discurso (AD) de escola francesa. A partir da AD, a autora (2003) propõe tratar a tradução como um processo discursivo. Sendo assim, o tradutor seria aquele que produz um novo discurso, o qual se materializaria em um novo texto, isto é, o texto traduzido. Dessa forma:

[...] o discurso que é produzido durante o processo tradutório tem uma materialidade que é ao mesmo tempo linguística e histórica. (...) Ele é um processo discursivo, porque é um processo de produção de discurso, que envolve o linguístico e o histórico (MITTMANN, 2003, p. 172).

Além disso, a autora pontua que a tradução não pode ser compreendida como algo isolado, mas deve estar associada às condições de produção em que o texto é concebido. Sendo assim, podemos destacar que o discurso está relacionado com o contexto histórico-social em que é produzido. Sob esse prisma, Pêcheux sugere que ao contexto seja empregada a denominação de condições de produção. Orlandi (2015) salienta que:

podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. (p. 28-29)

Pêcheux *et al.* destacam que o contexto sócio-histórico passa a ser constitutivo da linguagem, pois este é um dos meios de se realizar a análise de um texto: “com efeito, o laço que une as

'significações' de um texto às suas condições sócio-históricas não é meramente secundário, mas constitutivo das próprias significações" (PÊCHEUX, 2008, p. 6). Além disso, em *Análise Automática do Discurso*, Pêcheux propõe também que "um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições dadas*" (1993, p. 77). Sendo assim, as condições de produção em que o texto é desenvolvido são um caminho para compreender o percurso que levou um discurso a ser produzido.

Dessa forma, a fim de elucidar alguns pontos sobre a tradução de determinados termos do grego, assim como do russo, para o português brasileiro, se faz necessário analisar o contexto histórico ao qual tais termos se referem. Para tanto, apresentarei aspectos presentes no texto de Brandist, os quais são essenciais para uma melhor compreensão da "palavra viva"; dessa forma, irei expor algumas questões a respeito da democracia, da "palavra viva" como teurgia, e do Instituto da Palavra Viva.

Brandist aponta duas questões centrais em seu texto sobre democracia: a democracia pautada na visão aristotélica e a democracia burguesa. A democracia aristotélica tinha como base um conteúdo social, sendo seu governo controlado pela maioria, isto é, pelo nascido livre e pobre. Neste caso, sendo oposta ao modelo do governo oligárquico em que quem controla o poder é o rico e bem-nascido; e, portanto, a minoria. A democracia era controlada pelo *démos*, que exercia seu poder pelo uso do *kratos*, sendo que o primeiro termo se referia às massas pobres (como a *plebe* latina), enquanto que o último se referia ao "controle violento sobre a minoria rica sem poder" (BRANDIST, 2016, p. 16), no caso do modelo democrático.

Além disso, o conceito de democracia se relacionava com a participação do indivíduo na construção de um espaço público exercido por meio da fala e do discurso (SANTANA, 2015, p. 27). Dessa forma, todo o cidadão teria direito à palavra nas assembleias livres, ou seja, exerceria o seu direito de *isegoria*. Segundo Santana (Ibid., p. 5), "isegoria significa acesso igual a fóruns deliberativos, ou seja, direito de falar sobre questões públicas e de estar presente participando da fala do outro". Brandist também destaca o contraste entre a *isegoria* e a liberdade de expressão da democracia burguesa, pois ao contrário da "abstrata 'liberdade de expressão', na qual não há garantias de que a perspectiva do indivíduo será ouvida, quanto mais substancial a noção de isegoria – a igualdade de expressão desenvolvida na *demokratia* ateniense – o direito à palavra de cada indivíduo" (Ibid., p. 16).

A democracia burguesa se refere ao poder político associado diretamente às classes dominantes. Isto é, o poder é exercido por

meio da política representativa; sendo assim, cabe à população eleger seus representantes, os quais supostamente atuarão pelos interesses da população. No entanto, Brandist (Ibid., p. 16) ressalta que “a democracia burguesa também institucionaliza uma distância entre os representantes e seus eleitores e não permite ao eleitor revogar seu representante”. O autor destaca que os liberais também visavam os direitos básicos de assembleia e liberdade de expressão, porém abre uma ressalva para indicar que, no contexto da democracia burguesa, “as eleições deveriam ser limitadas à esfera de uma cidadania abstrata e o controle das bases econômicas de poder deveria ser excluído de qualquer democracia” (Ibid., p 16).

No entanto, no modelo ateniense, o controle político seria exercido principalmente pelo uso da palavra e da argumentação nas assembleias livres. A palavra imbuída da razão e da capacidade retórica (λόγος) seria a verdadeira forma de poder na democracia ateniense, pois a palavra garantia a participação na assembleia. A capacidade de se expressar e de defender suas ideias na assembleia era a base do cidadão; apenas ao adquirir essa capacidade, ele se tornava um cidadão adulto. Para esse fim, a educação se empenhava no desenvolvimento da capacidade retórica do jovem, de modo que ele pudesse atuar politicamente na *polis*.

De modo similar, o conceito de “palavra viva” (живое слово – jivoie slovo) teve destaque na teologia ortodoxa que influenciou o pensamento filosófico russo. V.I Ivanov (1974), seguindo o pensamento de Nietzsche sobre a origem da tragédia, destaca que nos primórdios do teatro grego, o qual teve seu auge na Atenas Clássica, sua função era a transmissão de ritos. Sendo assim, o teatro seria a práxis do texto, a representação viva e comunal da tradição coletiva. Por exemplo, na visão de Ivanov, a encenação de uma cena bíblica aos moldes do teatro grego antigo tornaria esse texto vivo, permitindo a participação dos indivíduos e o compartilhamento dessa tradição. Desse modo, o compartilhamento da palavra representaria o λόγος (logos – razão). Sob esse aspecto, haveria um universalismo (catolicismo) por meio da arte e do ritual coletivo em que poderia ser instaurada uma unidade da população no sentido tanto telúrico (mundano) quanto teúrico (místico).

Com o advento da escrita, a “palavra viva” – o uso retórico da palavra – perde o seu status, tendo a palavra escrita tomado o seu espaço político. Por exemplo, com o Cristianismo, temos a palavra escrita da Bíblia como fonte da verdade teológica; desse modo, a escrita toma o lugar da razão, da tradição e da argumentação. Assim, Zelinsky afirma, “a palavra matou o gesto. A escrita matou a palavra” (BRANDIST, 2016, p. 19 apud ZELINSKY, 1922, p. 172).

Sendo assim, tanto λόγος (logos) como слово (slova) passaram a significar a palavra associada com a razão, isto é, ao domínio argumentativo e retórico da palavra para uso coletivo e político.

Brandist apresenta que após 1905, com o crescimento do ativismo político, assim como dos discursos parlamentares e das apresentações nos tribunais, “a ideia de que o que estava acontecendo na Rússia era um autêntico renascimento da palavra viva, *живое слово*, foi amplamente difundida e apareceram uma série de estudos sobre o fenômeno” (Ibid., p. 19).

Em 1918, foi fundado o Instituto da Palavra Viva, em Petrogrado, o qual era dedicado à pesquisa de práticas da fala cotidiana, assim como da língua oral. O Instituto da Palavra Viva foi criado com o intuito de dar voz àquelas pessoas que faziam parte do proletariado da Rússia. Sendo assim, o Instituto se tornou essencial para o trabalho da linguística, o qual tinha por intenção contribuir para um empoderamento linguístico do proletariado russo. Smith destaca que “através do Instituto da Palavra Viva, eles procuraram elevar as classes mais proletárias da Rússia para fora de seu silêncio anterior (...) transformando-os em membros integrantes de uma nova comunidade de fala” (SMITH, 1998, p. 41 – tradução minha¹⁰). Brandist (2016, p. 19 apud ANOTAÇÕES, 1919, p. 23) apresenta que, segundo Lunacharsky (1919), o propósito da instituição era “ensinar a aprender e a falar [em público] do menor ao maior”.

Além disso, o Departamento Teatral do Narkompros (TEO) foi uma área de contato importante, pois o TEO administrava o Instituto da Palavra Viva e o Moscou Instituto de Oratória Estatal. Além disso, este era o local onde se realizavam os festivais da revolução, assim como também era o palco de reuniões em linhas de pesquisa que se tornariam influentes para a próxima década. Segundo Brandist, as ideias de *isegoria* e *logos* coexistiram e se desenvolveram levando a muitas combinações essenciais.

A partir desses aspectos, podemos compreender a relação da democracia com a palavra viva, pois como definido por Zelinsky (1919):

A democracia de Atenas foi aquela célula que foi alimentada pela palavra viva. A história do mundo antigo (clássico), a seguir, é típica, pelo fato, de que ela nos demonstra a indissolubilidade destes dois conceitos – a

¹⁰ “through the institute of the living word they sought to raise the lower classes of Russia out of their previous silence (...) transforming them into integral members of a new speech community”

democracia e a palavra viva (BRANDIST, Ibid., p. 19 apud ANOTAÇÕES, 1919, p. 19).

Acepções dos Termos

Tendo em vista os aspectos históricos discutidos anteriormente, pode-se compreender que a tradução dos termos, considerando simplesmente a questão da equivalência, acarretaria em uma mudança de sentido que afetaria a compreensão do texto ao se transpor os vocábulos de um contexto histórico para outro. Levando-se em consideração esse aspecto, optei por manter os termos no original, assim como também ocorre no texto fonte. Desse modo, realizei a tradução dos termos de forma complementar, a fim de apresentar uma acepção básica de cada palavra, mesmo que possa ter conotações diferentes no português contemporâneo, como o *живое слово* (jivoie slovo) por “palavra viva”, *demokratia* por “democracia”, assim como outros exemplos conforme apontarei na tabela abaixo.

Para melhor ilustrar a questão da dificuldade em se realizar a tradução dos termos gregos e russo, apresentarei uma tabela em que constam os termos, bem como uma síntese de suas acepções em um contexto grego e em um contexto pós-revolucionário russo.

Termos	Contexto Grécia	Contexto pós-revolucionário russo
живое слово (<i>jivoie slovo</i>) “palavra viva”	Termo não presente neste contexto específico.	A palavra usada nas assembleias livres; a palavra em oposição à palavra escrita; uso oratório da palavra. A palavra que o "agitador" utilizava para tratar de contradições sociais; a palavra ensinada ao proletariado no Instituto de oratória.
λόγος (logos)	Em grego esse termo remete a uma grande possibilidade de acepções, como, por exemplo, ‘verbo’, ‘contar como orador’; mas no contexto do texto de Brandist, refere-se à palavra, associada à razão.	Identificação da palavra viva com a razão.

ἰσχυρία (<i>isegoria</i>)	Igualdade de fala para todos os cidadãos perante à assembleia.	Igualdade de expressão em oposição à abstrata liberdade de expressão.
Dēmokratia	Democracia tinha um conteúdo social na definição aristotélica, sendo o governo controlado pelo nascido livre e pobre.	Lênin relaciona que um governo é mais democrático quanto mais próximo ao sentido aristotélico.
Dēmos	Mesmo sentido de massas pobres (a <i>plebe</i> Latina).	Proletariado.
Kratos	Poder político, o qual poderia ser exercido pelo <i>demos</i> sobre a minoria mais rica.	Denotava um controle violento sobre a minoria rica sem poder.

Fonte: Elaborado pela autora.

Como se pode observar pela tabela, os mesmos termos, uma vez transpostos para o contexto pós-revolucionário russo, apresentam uma mudança substancial no efeito de sentido. Sendo assim, a opção de uma tradução visando uma acepção complementar do significado do termo demonstra ser apropriada para o contexto brasileiro por manter a referência aos termos como utilizados nos diferentes contextos.

Também selecionei, para análise, os termos retóricos gregos – da oratória – os quais foram retomados no contexto russo (soviético), podendo ser utilizados como recursos pelo agitador no contexto russo pós-revolucionário, são eles: *ethos* – estabelecer confiança no orador; *pathos* – despertar os sentimentos da audiência; *pistis* – (prova) dada por meio de *paradeigma* (exemplo) escolhido de acordo com sua adequação; *prepon* – exigia a avaliação das características sociológicas específicas de uma audiência e uma orientação sobre os seus valores.

Dentro do contexto russo, o agitador se utilizava dessas estratégias da “palavra viva” para tornar vivos os argumentos do propagandista; esse, por sua vez, seria o indivíduo que lidaria com a palavra escrita e que apresentaria ‘muitas ideias’, as quais seriam assimiladas somente por poucas pessoas. Já o agitador tomaria as ideias levantadas pelo propagandista, apresentando-as aos ouvintes com as adequações retóricas e linguísticas necessárias ao contexto, esclarecendo as contradições colocadas pelo propagandista. Sendo assim, os recursos da retórica seriam essenciais para que o agitador tivesse êxito em seu propósito.

Análise da tradução sob a perspectiva de Mirian Brum de Paula

Brum de Paula (2009) apresenta, em seu ensaio *O outro no (in)traduzível*, aspectos sobre as resistências criadas pela própria língua em relação à traduzibilidade. A autora argumenta que há sempre um elemento, que pode ser de ordem semântica, morfológica e histórica – como observado anteriormente durante a análise dos termos – causando um deslizamento de sentido; isto é, ocorre uma ruptura entre o texto traduzido e o texto original.

A autora também destaca que a intraduzibilidade pode ser entendida “como uma manifestação de uma resistência produzida pela presença do não-familiar, de algo desconhecido e estranho (o outro), difícil de ser transposto para a língua-cultura de chegada” (BRUM DE PAULA, 2009, p. 14). Brum de Paula propõe que a presença do ‘outro’ está em jogo no discurso; sendo assim, uma análise do processo tradutório estaria interessada em apresentar quando o fenômeno da intraduzibilidade ocorreria e quais seriam os efeitos de sentidos decorrentes em uma tradução.

Além disso, a autora apresenta as resistências da língua como um fator que corrobora a intraduzibilidade:

(...) podemos conceber o intraduzível como algo intrínseco à palavra, presente no seu campo semântico, no número de acepções que a palavra pode ter em função das combinações das quais participa, segundo os enunciados em que está inserida (Ibid., p. 33).

A partir desse aspecto, pode-se inferir que os termos apresentados anteriormente neste texto possuem, em alguns casos, traduções para o português, no entanto, elas não reproduzem as particularidades dos contextos históricos das línguas fonte.

Em relação aos termos destacados, podemos observar que a tradução palavra por palavra não é possível, assim como a transposição do sentido, uma vez que tais termos possuem um campo semântico muito específico; sendo assim, optou-se por manter tais termos no original, com o auxílio de uma tradução do sentido mais estrito de cada termo. Dessa forma, busca-se incorporar as diferentes significações dos contextos de produção na língua alvo ao manter os termos originais, em uma tentativa de “inserir o outro na língua de chegada, ou seja, tornar o intraduzível traduzível, pelo menos parcialmente” (BRUM DE PAULA, 2009, p. 42).

Além disso, levando-se em conta o contexto histórico de publicação e a tradução do texto de Brandist, podemos inferir que a

passagem de um contexto histórico para outro trouxe mudanças de sentido em relação ao significado da palavra como, por exemplo, “democracia”, que na visão aristotélica remetia à questão do poder da maioria, mas, com o desenvolvimento da burguesia e do capitalismo, o termo passa a estar associado, em geral, à democracia representativa e não ao poder popular.

Porém, dentro do contexto pós-revolucionário russo, Lênin buscava aproximar o conceito de democracia com a acepção grega: “Lênin relaciona o nível de democracia em uma dada sociedade burguesa com a hegemonia de *demos* no sentido ateniense” (BRANDIST, 2016, p. 17), ou seja, relaciona o poder do *demos* com o do proletariado (assim como o uso do *kratos* – poder). Dessa forma, na tentativa de criar uma nova ordem social, Lênin intencionava realizar uma retomada do conceito original de democracia – a qual julgava mais próxima do socialismo – em oposição à democracia representativa dos governos capitalistas. Isto é, Lênin reintroduz as acepções que os termos gregos possuíam originalmente, adaptadas para um novo contexto em que esses termos já haviam sido ressignificados.

Conclusão

Busquei expor, neste artigo, algumas dificuldades encontradas no processo tradutório do inglês britânico para o português brasileiro. Para tanto, apresentei determinados termos tanto em grego quanto em russo que continham uma dificuldade maior para a tradução, pois tais termos só podem ser compreendidos uma vez analisados os contextos históricos nos quais foram (re)produzidos.

Com esta breve consideração sobre os termos utilizados no texto de Craig Brandist, busco corroborar a ideia de Brum de Paula sobre a intraduzibilidade. Embora todos os vocábulos possuam sua carga de intraduzibilidade, certos termos possuem uma carga semântica ainda mais variada devido aos processos de ressignificação com o passar do tempo e com os empréstimos culturais presentes neles. Conforme podemos observar ao longo da análise, em alguns casos, não é possível realizar uma tradução prezando a equivalência de termos, uma vez que eles apresentam um sentido fortemente atrelado a contextos sócio-históricos específicos, como o caso da democracia ateniense e a sua apropriação no contexto revolucionário russo; assim como a palavra viva (*jivoie slovo*) e a sua relação com a definição teórica de Lênin.

Referências

BRANDIST, Craig. живое слово, Isegoria and the Politics of Deliberation in Revolutionary Russia. In Vladimir Feshchenko. **Zhivoe slovo: Logos-golos-dvizhenie-zhest**. Moscou: Novoe Literaturnoe obozrenie, pp.66-75, 2015.

BRANDIST, Craig. Palavra viva, Isegoria e a Política da Deliberação na Rússia Revolucionária. **Conexão Letras**. Tradução de Camila Faustino de Brito e Tanira Castro, Porto Alegre, v. 11, n. 16, p. 15-22, 2016.

BRUM DE PAULA, Mirian Rose. **O outro no Intraduzível**. Santa Maria: UFSM, 2009.

MITTMANN, Solange. **Notas do Tradutor e Processo Tradutório: análise sob o ponto de vista discursivo**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

[Институт Живого Слова \(Петроград\)](#). Записки института живого слова. Petrogrado, 1919.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul; HAROCHE, Claudine. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso. **Linguasagem**: Revista eletrônica de popularização científica em ciências da linguagem, São Carlos, n. 03, p. 01-19, out/nov. 2008. Tradução de Roberto L. Baronas e Fábio C. Montanheiro. Disponível em:
<http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao_hph.php>. Acesso em: 01 fev. 2018.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Tradução de Eni P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux**. Campinas: Unicamp, p. 61 – 105, 1993.

SANTANA, Marcelo S. G. dos. **A Significação Original de Democracia e a Isegoria como Pressuposto da Deliberação na Modernidade Teoria do Estado e da Constituição**. Forense, 2015.

SCHNEIDERS, Caroline Mallmann. Resenha: o outro no (in)traduzível. **Conexão Letras**. Porto Alegre, v. 8, n. 10, p. 157-161, 2013.

SMITH, Michael G. **Language and Power in the Creation of the USSR** (Contributions to the Sociology of Language). De Gruyter Mouton, 1998.

Traduções intersemióticas: poema, canção e HQ sob uma perspectiva discursiva

Luana Poliana da Silva¹¹
Maria Thereza Veloso¹²

Introdução: situando a temática

A região nordestina já foi próspera e desenvolvida, tendo sido a base histórica da economia brasileira. No século XVI, o Nordeste era o centro econômico do País, graças à *plantation* da cana-de-açúcar, atividade caracterizada como um modelo de organização econômica que punha em destaque a monocultura, o latifúndio, a mão-de-obra escrava e a produção voltada para o mercado externo. Outro fator positivo dessa região na época era a organização administrativa do Brasil colonial, sendo que Salvador foi a primeira capital do Brasil, durante 214 anos, transferida depois para o Rio de Janeiro em decorrência especialmente da crise açucareira, entre outras questões econômicas daquele período. Esse contexto histórico comprova que a região Nordeste já concentrou a maior parte da população e grande parte das riquezas do país.

Contemporaneamente, fala-se no Nordeste de uma forma generalizadora, reconhecendo-a como região de acentuada pobreza e considerando-se o seu clima quente e árido como a causa determinante dessa realidade. Assim, a escassez de chuva, fenômeno climático que torna a terra improdutiva, vem sendo considerado há décadas como sinônimo de miséria e subdesenvolvimento.

Dados do Censo Demográfico, realizado em 2010 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), informam que a região

¹¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Letras da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Participa do Projeto de Pesquisa “Sobre vozes e silêncios: desnovelando fios discursivos”, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Thereza Veloso, com apoio do CNPq.

¹² Doutora em Letras pela Universidade Católica de Pelotas, professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) Campus de Frederico Westphalen, atuando nos cursos de Graduação e de Mestrado em Letras.

Nordeste possui cerca de 53 milhões de habitantes e ocupa as últimas posições no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nacional. Isso demonstra explicitamente o sofrimento enfrentado pela população, seja pelos efeitos desastrosos das incontáveis e prolongadas estiagens, seja principalmente pela falta de estrutura no meio em que vivem os moradores, fato que os leva a duas alternativas de procedimento - ou permanecem em seus locais de origem, estagnados pela ausência de perspectivas de melhoria de vida, ou, em grande parte, abandonam a região e migram para outras, caracterizando-se assim um permanente êxodo dentro das fronteiras do País.

Realidade como substrato literário

Através de autores e de suas obras a literatura tem manifestado sua preocupação com essa temática. *Morte e Vida Severina – Auto de Natal Pernambucano*, de autoria de João Cabral de Melo Neto, é um exemplo. O poema relata a história de Severino, um retirante nordestino, que viaja em direção ao litoral, em busca de condições de vida mais humanas. João Cabral de Melo Neto evidencia, em sua obra, o que pode ser lido e interpretado discursivamente como uma denúncia de uma situação existencial desfavorável, um libelo em defesa de atitudes e práticas político-sociais e administrativas necessárias e inadiáveis no benefício da população nordestina que habita as porções áridas da região.

Retome-se aqui, inicialmente, a informação de que o século XX foi marcado pelos avanços nos estudos de linguística, possibilitando a explicação de como os seres humanos se comunicam e interagem.

Já a Análise do Discurso (AD), teoria que embasa este estudo crítico, busca compreender como o discurso funciona e constrói significados. Nessa perspectiva teórica, o discurso, inclusive o literário, traduz-se como uma prática política, ao analisar como se produzem os sentidos, ou seja, a AD é uma disciplina que proporciona a interpretação de um discurso considerando sua exterioridade.

O sintagma análise do discurso designa um campo de saber que se desenvolveu na França nos anos 1960-1970, a partir de trabalhos do linguista americano Z. S. Harris, que, em 1952, assim a descrevia:

A análise do discurso dá uma multiplicidade de ensinamentos sobre a estrutura de um texto ou de um tipo de texto, ou sobre o papel de cada elemento nessa estrutura. A linguística descritiva descreve apenas o papel de cada elemento na

estrutura da frase que o contém. A AD nos ensina, além disso, como um discurso pode ser construído para satisfazer diversas especificações, exatamente como à linguística descritiva constrói refinados raciocínios sobre os modos segundo os quais os sistemas linguísticos podem ser construídos para satisfazer diversas especificações. (HARRIS *apud* MAZIÈRE, 2007, p.8)

A língua é um sistema que possui suas próprias normas, entretanto não pode ser percebida isoladamente, necessitando de uma noção crítica. Dessa forma, a AD pêcheutiana representa um novo espaço teórico, que considera língua, história, ideologia e psicanálise, satisfazendo diversas particularidades.

Michel Pêcheux, filósofo francês iniciador da escola francesa da AD, explicita como o discurso é ideologicamente produzido e se manifesta através da linguagem. Sendo Pêcheux a expressão maior dessa teoria, há que se ressaltar que, segundo ele, o discurso produz sentidos, simbólicos e políticos, implicando a criação de significações, configurando uma prática ideológica. É, portanto, marcado pela exterioridade.

Denunciava-se a ilusão que teria o sujeito de ser a fonte do sentido, uma vez que estaria sempre ligado a uma ideologia social; privilegiando a desestruturação dos textos, para se revelar a força inconsciente dessa ideologia coletiva. Pode-se, em sentido amplo, definir essa corrente que tem por foco uma “problemática ideologizante”, como uma tentativa de construir discursos de representação que revelam sistema de valores. (PAULIUKONIS; MONNERA, 2008, p. 48-49)

Pode-se, portanto, dizer que o discurso é uma construção linguística associada ao contexto social no qual o texto é produzido. Logo, as ideologias presentes em um discurso são diretamente determinadas pelo contexto político-social em que o autor vive. A propósito, em 1945, o mundo enfrentava uma nova etapa de desenvolvimento. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, cenários políticos foram modificados, especialmente no Brasil.

Na década de 50, a arte brasileira passou por um momento de renovação, surgindo o período chamado de terceiro tempo do Modernismo, surgindo também a “Geração de 45” (grupo de poetas do terceiro tempo). João Cabral de Melo Neto foi o principal representante dessa geração e, com caráter objetivo e formal, escreve seu poema *Morte e Vida Severina*. Poema narrativo com seu gênero predominantemente lírico, mas com presença dramática, estruturado em duas partes: antes de Severino chegar a Recife e

após. Escrito em forma de auto, peça de origem medieval e popular, com versos em redondilha maior (sete sílabas métricas), remete a um problema social por meio de versos, como se exemplifica a seguir:

*Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida).*

(MELO NETO, 2000, p. 46)

Ao longo do poema, o autor evidencia a realidade de muitas pessoas do sertão, uma vida de fragilidades, miséria, pouca perspectiva, doenças e limitações, como demonstra este fragmento do Recorte Discursivo 1:

*Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte Severina.*

(MELO NETO, 2000, p. 46)

No contexto do poema, o nome próprio Severino passa a ser designado como adjetivo atribuído à morte, e a todos os nordestinos que vivem na precariedade, da mesma forma com que utiliza a expressão “morte Severina”. O personagem fisicamente se assemelha a outros Severinos, da mesma forma será igual a eles na morte Severina, o que coloca ainda maior relevo o aspecto de debilidade orgânica dessa população.

Ainda no seguinte RD 2, destaca-se a baixa expectativa de vida/sobrevivência do nordestino:

*[...] que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte.*

(MELO NETO, 2000, p.46)

Durante a viagem, o retirante se depara com a morte, em faces diversas, mas todas elas retratando o sofrimento vivido pela população, especialmente da que vive em áreas rurais, afastadas da zona litorânea. Dessa forma, ao se referir à “morte que se morre de velhice antes dos trinta”, o poeta reflete sobre o desgaste do ser humano em virtude das condições desumanas a que é submetido. Ainda, no verso “de emboscada antes dos vinte”, recupera-se um *já-lá* em que a historicidade se reatualiza ao remeter às dificuldades cotidianas, associadas a lutas e desavenças que ocorrem, muitas vezes, por questões de posse de terras, à morte ocasionada pelas injustiças sociais, pela violência do sertão.

O RD 3, incontáveis e prolongadas estiagens “[...] *de fome um pouco por dia, de fraqueza e de doença...*” (MELO NETO, João Cabral de, 1920-1999, p. 46), exemplifica um dos maiores problemas presentes no cotidiano da região Nordeste, a fome e as mazelas dela decorrentes, tendo em vista que essa região concentra a maior parte da população brasileira que não se alimenta bem e passa fome, em consequência da falta de renda, vivendo em situações de pobreza extrema.

Outra questão problemática é a ocorrência das mortes infantis nessa região. No RD 4 do poema evidenciam-se e relacionam-se os abortos, ocasionados por uma má gestação e/ou dificuldades nela presentes:

*[...] é que a morte severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida”*

(MELO NETO, 2000, p. 46)

A morte nessa região é corriqueira, atingindo diversas faixas etárias, situação essa presente, no RD 4, pelo o uso do pronome indefinido “qualquer”, indicando a possibilidade de morte em idades indeterminadas, e, muitas vezes, não permitindo que a gestação seja completada. O autor demarca essa fatalidade no poema quando se refere “ataca em qualquer idade, até gente não nascida.”

Percebe-se ser o Nordeste a região que apresenta maiores índices de mortalidade infantil, o que leva a entender a reiterada alusão a esse tema na poesia de João Cabral de Melo Neto.

O autor faz uso de repetições de palavras e versos, como “somos muitos severinos iguais em tudo na vida”, por exemplo. Usa muitos substantivos e pouca adjetivação intensificando o drama presente no poema. O próprio personagem Severino transmite a ideia de que seu nome é usado como adjetivo, ou seja, um sinônimo de

miséria, produto da pobreza e marginalidade, como demonstra o RD 5:

*Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande
que a custo é que se equilibra,
no mesmo ventre crescido
sobre as mesmas pernas finas
e iguais também porque o sangue,
que usamos tem pouca tinta.*
(MELO NETO, 2000, p. 46)

O tempo é indeterminado cronologicamente, a situação da seca se torna a única percepção de marcador temporal presente na obra. Nota-se que o poema foi escrito no tempo verbal presente do Indicativo, (*somos muitos severinos*) representando uma causa atual e contínua, de forma que a problemática apresentada é um fato incessante. João Cabral de Melo Neto revela uma poesia substantiva, crítica e objetiva. Destacam-se os termos “ventre crescido”, “mesma cabeça grande”, “pernas finas” e “sangue com pouca tinta” mencionados no RD 5, em que autor se refere à miséria, principalmente demarcada pela subnutrição, um tipo de sangue, sem vigor, sem energia para lutar por uma vida social igualitária para todos.

Toda a narrativa aparece, a partir de uma carência ou de um desejo inicial, como uma busca, busca que pode finalmente preencher a carência ou satisfazer o desejo (trata-se de amor, de temor, de glória, de sede de liberdade, de poder ou de riqueza, de conhecimento de si mesmo, de perquisição da verdade ou da espiritualidade...), ou ainda não o conseguir. (LEFEBVE, 1980, p.198)

Maurice-Jean Lefebve (1980) afirma ainda que a narrativa só é compreensível a partir de uma ideologia, ou seja, um conjunto de valores em que se apoia, confirma, ou contesta. Dessa forma, João Cabral de Melo Neto apresenta em seu poema *Morte e Vida Severina* a dureza da expressão correspondendo às dificuldades dos retirantes nordestinos, representados através do personagem Severino. Fugindo de qualquer forma de sentimentalismo e concentrando-se nas manifestações do íntimo do ser humano buscando assim compreender os conflitos sociais da época e seus reflexos no sujeito do discurso:

Em AD é conceito básico que o sujeito é efeito de um processo. Inserido em determinada formação social, ele é

construído no entremeio dessa formação e também nas zonas limítrofes entre a sua e as demais formações sociais. Como essas relações/articulações são, pela condição do próprio sujeito, constitutivamente ideológicas e também dialógicas, no sentido de que se inserem em relações diacrônicas e sincrônicas de (re)configurações, (re)construções e (re) significações características da própria linguagem, esse sujeito participa também como coautor em processos semelhantes em relação a outros sujeitos. Na base desse processo está a linguagem – determinada pela ideologia e pela história – atuando como sedimento na cadeia significante. (VELOSO, 2012, p. 53)

No que tange à produção literária que designamos *literatura popular*, importa lembrar que é talhada para a assimilação pela leitura em voz alta, pela declamação, pelo canto. Assim, a imposição da voz do poeta ou do contador de histórias é tão importante quanto a *performance* corporal e dramática na hora de apresentar o produto ao público, tão importantes, ambas, quanto a envolvimento do tema e das palavras utilizadas; quanto as formas poéticas, a rima, o ritmo e o metro. Define Câmara Cascudo, conforme Oliveira:

Todos os autos populares, danças dramáticas, as jornadas dos pastoris, as louvações das lapinhas, cheganças, bumba-meu-boi, fandango, congos, o mundo sonoro e policolor dos reisados, aglutinando saldos de outras representações apagadas na memória coletiva, resistindo numa figura, num verso, num desenho coreográfico, são elementos vivos da literatura oral. (OLIVEIRA, 2003. p.98)

O poema *Morte e Vida Severina* teve sua primeira adaptação para o cinema em 1977, dirigido por Zelito Viana. Foi também adaptado mais três vezes: uma para um teleteatro musical, produzido pela TV Globo (1981) e dirigido por Walter Avancini, com trilha sonora de Chico Buarque; outra para a linguagem dos quadrinhos, com versos retirados do poema original, ilustrados e apresentados por Miguel Falcão na forma de HQ, e a terceira um desenho animado, produzido e divulgado pela TV Escola (2010).

Considerações finais

A linguagem cinematográfica possibilitou a tradução de muitas narrativas literárias para o cinema, assim como viabilizou e continua a viabilizar a leitura discursivo-interpretativa de obras oriundas de outras linguagens, tais como a poética, a dramatúrgica, a das

histórias em quadrinhos (HQs), que associam o desenho com que retratam personagens e cenários, e o diálogo entre os personagens, que dialogam usando o discurso direto, mostrado graficamente ao leitor pelo uso de balões.

A versão audiovisual dos quadrinhos de Miguel Falcão sobre *Morte e Vida Severina*, por exemplo, conserva integralmente o texto poético de João Cabral de Melo Neto, sem modificar o diálogo dos personagens.

Outro fator importante a considerar na HQ mencionada é o uso das cores, sendo utilizado somente preto e branco, predominando o desenho característico de literaturas de cordel, típico da região Nordeste. Percebe-se que o discurso fílmico causa mais comoção ao telespectador em relação ao discurso literário na forma de narrativa escrita, pois possibilita uma maior percepção visual-icônica da dura realidade nordestina, sendo essa vivida pelo personagem principal do poema.

Pode-se dizer, a partir da análise, que a transposição de linguagens, da literária para fílmica e outras não só é cabível como também é de grande valia, pois amplia a possibilidade de acesso à obra literária primeira, mesmo que transcrita, àqueles leitores que, por razões diversas, não teriam oportunidade de entrar em contato com os valores humanos e de cultura presentes na obra poética de João Cabral de Neto.

Referências

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO / TV ESCOLA. **Morte e vida severina** (Animação). Afonso Serpa. 2010. 56 min. som. P&B. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gGnN4lt8Dc>>. Acesso em: 26 de set. 2016.

LEFEBVE, Maurice-Jean. **Estrutura do discurso da poesia e da narrativa**. Trad. José Carlos Seabra Pereira. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

MAZIÈRE, Francine. Introdução. In: _____. **A análise do discurso: história e práticas**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina**. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 2009. 42 p.: il. Edição em quadrinhos realizada por Miguel Falcão. Disponível em: <<http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publications/1402921167454.pdf>>. Acesso em: 26 de set. 2016.

_____. **Morte e vida severina e outros poemas para vozes.** 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MENDONÇA, Márcia Rodrigues de Souza. Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. *In*: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). **Gêneros textuais & ensino.** 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005

OLIVEIRA, Solange Ribeiro de *et al.* **Literatura e música.** São Paulo: SENAC, 2003.

PAULIUKONIS, Maria A. L.; MONNERAT, Rosane S. M. Operações discursivas na enunciação. *In*: LARA, Glaucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Wander (Org.). **Análises do discurso hoje.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. (Lucerna; v.1)

VELOSO, Maria Thereza. **O sujeito do desejo na trama do discurso.** Frederico Westphalen: URI – Frederico Westphalen, 2012.

Expropriando dizeres: as condições de produção e a apropriação da charge de Laerte

Mateus Vitor Tadioto¹³

O presente texto foi construído a partir de uma notícia, veiculada pelo site Pragmatismo Político, intitulada “Movimento pró-impeachment adultera charge de Laerte.¹⁴”. Na notícia são reproduzidas as duas charges. A original, publicada na edição impressa de 21 de abril de 2015 do Jornal Folha de São Paulo, traz a caricatura da figura histórica de Tiradentes indo para a forca, escoltado por soldados imperiais, sob um grito geral e anônimo de “Vai pra Cuba”. A charge adulterada que circulou na internet, traz a mesma construção de cena, entretanto, as palavras entoadas no espaço ao lado são “cozinha”, “reaça”, “sonegador”, “fascista capitalista”, “neoliberal! Americanófilo!” e “20% de imposto já é pouco demais!”.

Ao tomar ambas as charges, a partir do referencial teórico, científico e metodológico da análise do discurso pecheutiana, como materialidades – sem considerar num primeiro momento o que é original e o que é adulterado – pretendo propor um gesto de análise que se centra no aprofundamento das condições de produção de ambos os discursos, em especial nos processos de antecipação imaginária que fundam a estratégia do discurso.

Desse modo, pretendo chamar a atenção para a representação dos lugares presentes no processo discursivo enquanto posições imaginárias que remetem a determinadas virtualidades na formação

¹³ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (PPGTurH-UCS). Bolsista CAPES-PROSUC. Participa do Projeto de Pesquisa Artesatur, sob a coordenação da Prof. Dra. Luciene Jung de Campos.

¹⁴Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/movimento-pro-impeachment-deturpa-charge-de-laerte.html>

social (PÊCHEUX, 1993 [1969]), organizando ideologicamente os sentidos dos textos analisados.

A charge de Laerte: o Tiradentes do século XXI.

Silva (2017) pontua três características fundamentais para a construção de um texto do gênero charge, são elas a temporalidade, a ironia e a caricatura:

A primeira porque situa o tema em um momento específico: os fatos enunciados geralmente são da ordem do dia, dos últimos acontecimentos do cotidiano, especialmente políticos; a segunda porque aciona um tom crítico que gera humor; a terceira porque cria o personagem, cujo reconhecimento é fundamental para a produção de sentido. (SILVA, 2017, p. 29).

Essas características apontadas pela autora encontram uma correspondência com o conceito de condições de produção em AD, como aquelas que designam simultaneamente “o efeito das relações de lugar nas quais se acha inscrito o sujeito e a ‘situação’ no sentido concreto e empírico do termo, isto é, o ambiente material e institucional, os papéis mais ou menos conscientes colocados em jogo, etc.” (PÊCHEUX e FUCHS, 1993 [1975], p. 171).

Vejamos como essa correspondência acontece no texto produzido pela cartunista Laerte:

Figura1: Charge de Laerte.



Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/movimento-pro-impeachment-deturpa-charge-de-laerte.html>.

A charge é publicada em 2015, no dia 21 de abril, data registrada no calendário brasileiro como feriado nacional de Tiradentes, o que situa o texto em uma linha temporal específica. Enquanto isso, a expressão “Vai pra Cuba!”, que ecoa do balão de diálogo, ao mesmo tempo em que remete a um momento contemporâneo, provoca a reflexão e é pretensamente irônica ao rivalizar com o sentido do feriado. Toda a construção da imagem – o homem de cabelos e barba longos, de roupa branca, sendo conduzido à execução por soldados imperiais – permite o reconhecimento de que o homem a caminho da forca é Tiradentes. A relação entre o personagem a ser executado com a caricatura do mártir da Inconfidência Mineira é, praticamente, direta.

Logo, acredito que é possível cogitar que é a relação entre o contexto estrito das condições de enunciação do texto com o contexto amplo – sócio-histórico – em que é produzido que estabelecem o sentido da charge e determinam tanto sua coerência temporal, quanto o tom de crítica e o reconhecimento dos personagens ali representados.

Entretanto, ao retomar as condições de produção, parece ser importante recordar que, não nos importa somente o quando, mas também o onde. A charge de Laerte foi publicada na versão impressa do Jornal Folha de São Paulo em 21 de abril de 2015. O feriado nacional é constantemente retomado na mídia como um momento de exaltação ao patriotismo e à República, resultando num processo sistemático de retomada da imagem de Tiradentes como herói nacional. Esse processo, segundo Fonseca (2002), tem espaço na imprensa desde “o crescimento do movimento republicano na segunda metade do século XIX e, mais ainda, com a instalação da própria República.” (p. 439).

Ainda de acordo com Fonseca (2002), em sua análise sobre a Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela imprensa,

A criação e o enraizamento de mitos políticos, como é o caso de Tiradentes, devem ser entendidos na concretude das experiências e das referências sociais que “naturalizaram” a sua aceitação, permitindo sua circulação, seu reconhecimento e facilitando sua apropriação. Os elementos que compõem as representações predominantes da Inconfidência e, sobretudo, de seu mártir — como as idéias de liberdade, coragem, abnegação, sacrifício, patriotismo — são parte integrante das experiências sociais, culturais e políticas

da sociedade brasileira, desde o século XVIII. (FONSECA, 2002, p. 441).

Considerando que a charge de Laerte encontra espaço na edição impressa de um jornal – aqui entendido como um veículo de mídia responsável por reforçar os ideais de liberdade, coragem, abnegação, sacrifício, patriotismo de Tiradentes – observa-se o tangenciamento de discursos estabilizados sobre o herói da Inconfidência Mineira, num efeito de discurso transversal. Pois retoma “um pré-construído que foi objeto de asserção em outro lugar e que, no discurso que dele se apropria, ressoa metonimicamente, como um implícito” (INDURSKY, 2011, p. 70). Não é necessário que Laerte diga “este é Tiradentes sendo executado”, o próprio contexto em que a imagem se posiciona já permite tal interpretação.

Assim, ao retomar a produção sistemática de textos que sedimentam a imagem de Tiradentes como o “patriota ideal”, Laerte promove um enlace entre o implícito da memória com a crítica à conjuntura política brasileira contemporânea. A crítica vem com uma causa; a expressão “Vai pra Cuba!” funciona aqui como uma explicação ao porquê do enforcamento.

É necessário lembrar que o momento em que a charge é publicada coincide com o ganho de força das manifestações de rua pró-impeachment. “Vai pra Cuba!” é, portanto, uma expressão que transversaliza o discurso da charge para contribuir com a produção do sentido. A frase era usada constantemente pelos apoiadores do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, como resposta a posicionamentos de ordem mais progressista ou de apoio ao governo de Dilma.

É no alinhamento entre os sentidos estabilizados pela mídia no social sobre quem foi Tiradentes, com a expressão “Vai pra Cuba”, que Laerte produz o sentido da charge. O sujeito protagonista de um movimento de negar a exploração da pátria, agora é levado à forca como criminoso. Um sem-rosto lhe dá as opções: A morte ou o exílio. Ao mesmo tempo, o discurso produzido por Laerte sugere uma absolvição pela história – o condenado de hoje será o herói amanhã(?) – e ecoa como crítica às manifestações pró-impeachment.

Ao pôr em jogo diferentes elementos, Laerte dá ao mártir da Inconfidência Mineira uma interpretação contemporânea, posicionando-o num espaço ideológico específico, a cartunista brinca com a antecipação do locutor sobre o objeto do seu discurso,

fundando a sua estratégia do discurso na expressão que designa a formação imaginária do ponto de vista do locutor sobre o objeto a que se refere – “de quê lhe falo assim?” (PÊCHEUX, 1993 [1969], p. 84). Essa antecipação parte da retomada de dois contextos distintos – o histórico da Inconfidência e o contemporâneo dos movimentos pró-impeachment – e dá subsídios para que uma série de dizeres possa ser formulada sobre quem é submetido à execução e em qual lugar ideológico esse objeto se encontra. O efeito irônico do texto funciona tão bem, que a coluna online “Painel do Leitor” da Folha de São Paulo de 23 de abril de 2015¹⁵, é dedicada exclusivamente à repercussão dos leitores à charge.

A apropriação da charge: Tiradentes coxinha(?)

O quadro ilustrado na charge de Laerte foi editado, numa interpretação creditada, segundo a notícia do site Pragmatismo Político, aos integrantes de uma organização pró-impeachment. Nessa apropriação, o quadro da imagem permanece o mesmo, entretanto, o balão indicativo de diálogo é alterado. Os dizeres replicados agora são “coxinha”, “reaça”, “sonegador”, “fascista capitalista”, “neoliberal! Americanófilo!” e “20% de imposto já é pouco demais!”. O sentido da imagem é então descontinuado, convocando outras peças ao jogo discursivo.

Figura2: Segunda versão da charge.



Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/movimento-pro-impeachment-deturpa-charge-de-laerte.html>.

¹⁵ Painel do Leitor – 25/04/2015 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/04/1619935-charge-de-laerte-do-dia-de-tiradentes-gera-debate-entre-os-leitores.shtml>

A partir da alteração do texto, tem-se uma reorganização ideológica do papel da caricatura de Tiradentes. O “patriota ideal” está em uma posição de questionamento do Estado e de suas políticas e é rechaçado por uma série de expressões. Entretanto, o deslocamento ideológico não funciona a partir da caricatura de Tiradentes, mas pelas palavras que ecoam dos balões. Os balões de diálogo não apresentam nenhum condicionante – não é mais possível “ir pra Cuba” – há ali um juntado de expressões que, em tese, contribuiriam para a forja de um sujeito alinhado a um espaço ideológico distinto daquele da primeira materialidade. Cabe então, atentar para o modo como as expressões presentes na materialidade funcionam.

Campos (2016), em sua análise sobre “quem é o coxinha” apresenta uma possível gênese para o termo. Segundo a autora, nas décadas de 1980 e 1990, a relação entre os baixos salários e o alto índice de inflação fez surgir a expressão “vale-coxinha” em São Paulo, numa referência ao poder de compra do vale-alimentação fornecido à Polícia Militar – o valor baixo inviabilizava a compra de uma refeição, daí o consumo de salgados em padarias, entre eles, a coxinha – “assim, o policial, que historicamente representa a truculência e o conservadorismo, se torna sinônimo de ‘coxinha’ e a gíria transita pela capital do estado de São Paulo, em especial nas regiões periféricas, onde, também historicamente, a repressão da PM é mais ostensiva.” (CAMPOS, 2016, p. 193).

Ainda segundo a autora, a expressão vai sofrendo diversas ressignificações durante o passar do tempo – sujeito que se preocupa com a aparência, pessoa conservadora, que se identifica com os ideais burgueses... – até chegar às manifestações pró-impeachment contemporâneas, onde é apropriada pelos manifestantes e passa de insulto a orgulho. Do ponto de vista discursivo, no entanto, há que se pontuar que os dizeres que encontram-se transversalizados na expressão “coxinha” permanecem ali ecoando como implícitos, condensados agora em uma espécie de “orgulho coxinha”, numa aderência à forma-sujeito forjada sobre o termo.

Coxinha é, portanto, um termo que poderia agrupar muitos outros termos enunciados na materialidade. Dentro da unidade imaginária que condensa os dizeres sobre o “coxinha” está o capitalista, o neoliberal, o americanófilo, o reaçã e o fascista. Logo, o discurso se concentra na repetição, reforçando o seu posicionamento ideológico.

Em um primeiro momento, as expressões “sonegador” e “20% de imposto já é pouco demais” parecem descoladas da amálgama de enunciados que aderem ao “coxinha”, mas remetem a outros aspectos das condições de produção do discurso. Em “20% de imposto já é pouco demais” encontramos duas possibilidades, a primeira é referente ao imposto imperial cobrado sobre a produção de ouro no Brasil, o quinto. De acordo com Lamas (2008), na década de 1740, os valores de arrecadação do quinto chegavam à marca de 20% do ouro produzido, essa percentagem comumente referenciada na historiografia do Brasil-colônia é um dos elementos que compõem a conjuntura que leva, inicialmente à cobrança dos impostos atrasados – a derrama – e posteriormente ao movimento inconfidente.

Coincidentemente, a contribuição previdenciária cobrada dos empresários brasileiros pela lei da seguridade social - LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991 – é de 20% do valor da folha de pagamento¹⁶. Nesse contexto de produção, pode-se dizer que a expressão remete a um empresário que é “enforcado” pelo Estado, o que justificaria também o uso de “sonegador”, como alternativa à alta carga tributária imposta ao empresariado. Há, nesse caso, uma correspondência mais direta com os inconfidentes – predominantemente representantes da classe burguesa brasileira da época.

No entanto, dizer simplesmente que os subsídios dados pelo texto levam a crer que é “o empresário coxinha” quem é levado à execução, parece raso. Não há um estranhamento causado por uma única expressão, mas sim um esforço de repetição, uma reafirmação acerca de quem é esse sujeito. Como o reforço desse lugar ideológico muitas vezes rivaliza com os ideais sedimentados acerca da Inconfidência Mineira – como o coxinha (conservador, fascista, americanófilo) pode se assemelhar ao inconfidente que mobiliza um imaginário de independência progressista? – acredito que a estratégia de discurso se funda na relação entre os interlocutores, deixando o objeto do discurso em segundo plano.

Trata-se de pôr em jogo as formações imaginárias que antecipam “a imagem do sujeito colocado em A para o sujeito colocado em A” e “a imagem do sujeito colocado em B para o sujeito colocado em A”. (PÊCHEUX, 1993 [1969] p. 83). Diferentemente da produção de Laerte, não se trata mais de associar a caricatura de Tiradentes a um posicionamento ideológico específico, mas em antecipar exaustivamente ao leitor as características atribuídas ao

¹⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm

sujeito que vai para a força. Esse transbordo de características deixa pouca margem para reinterpretações, logo, o texto é produzido presumindo-se também a posição do interlocutor como alguém que, assim como o locutor, se identifica com o espaço ideológico que perfaz o texto comunicado.

O que se estabelece então é aquilo que Jung de Campos (2010) chama de descontinuidade da imagem, “um processo sem fim de retificações coordenadas, que se amparam na emergência de uma posição a ser assumida e fortalecida na adversidade das ideias, como uma luta de classes no campo dos saberes.” (JUNG DE CAMPOS, 2010, p. 288).

É então na descontinuidade do discurso produzido por Laerte que se evidencia a polarização ideológica. Evidencia, porque a charge original já continha – pela sua ironia proposital – um espaço contraditório que permitia questionar a relação direta entre a caricatura de Tiradentes e a expressão “Vai pra Cuba”. Na apropriação, no entanto, se estabelece “[...] um ponto de ruptura que instaura uma nova rede de dizeres” (JUNG DE CAMPOS, 2010, p. 291), que ao aderir a outro espaço ideológico apaga o efeito irônico da charge original e polariza as relações entre direita e esquerda do Brasil daquele momento.

O processo de descontinuidade também permite por em diálogo as duas materialidades. Na produção de Laerte fica em aberto a antecipação da imagem do interlocutor – o que interessa nesse caso é produzir o estranhamento e o efeito de ironia da charge. Já o movimento de apropriação, produzido pela outra charge, foca na repetição da posição ideológica dos interlocutores, antecipando seus lugares de fala.

Além disso, a segunda charge, quando vista a partir da sua relação com a produção original, ganha efeito de resposta a quem assiste à condenação e grita “Vai pra Cuba!”. Isso se dá porque mesmo após a edição, a assinatura de Laerte ainda está presente no segundo texto, referenciando outra autoria, remetendo a outro lugar que foi silenciado, nesse caso à charge original.

Nesse prisma, o discurso da segunda charge representaria a relação imaginária do lugar do interlocutor para si mesmo – “quem sou eu para que ele me fale assim?” (PÊCHEUX, 1993 [1969], p. 83) – enquanto leitor da primeira charge. Esse efeito se justifica pelo próprio desenrolar do contexto sociopolítico brasileiro da época das produções, momento de força dos movimentos pró-impeachment.

Assim, vistas como um só texto, as duas charges desenham discursivamente o desenrolar do contexto amplo de produção em que estão inseridas, apresentando quem é condenado e quem pede por essa condenação, sugerindo por fim, uma absolvição pela história, que se dá pela força do discurso transversal presente na caricatura de Tiradentes.

Por fim, desta análise resultam em aberto a possibilidade de se pensar o processo de forja da forma-sujeito da inconfidência mineira, seus pontos de contradição e o modo como essa unidade imaginária adere aos discursos contemporâneos sobre a conjuntura sociopolítica brasileira. Do mesmo modo, abre-se a possibilidade de se pensar as charges analisadas a partir das formações discursivas que mobilizam e o modo como os dizeres acerca da figura de Tiradentes são apropriados nesses espaços.

Referências

BRASIL. LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991. **Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CAMPOS, Marcella Machado de. 'Coxinha', afinal quem é você? **RevLet: Revista Virtual de Letras**, v. 8, p. 190-200, 2016. Disponível em: <<http://www.revlet.com.br/artigos/384.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 439-462, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200009>. Acesso em: 20 jan. 2018.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (organizadoras). **Memória e história na/da análise do discurso.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011, p. 67-89.

JUNG DE CAMPOS, Luciene. Imagens à deriva: interlocuções entre a arte, a psicanálise e a análise do discurso. **Organon**, Porto Alegre, nº 49, julho-dezembro, 2010, p.287-303. Disponível em <

<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29004> >. Acesso em: 20 jan. 2018.

LAMAS, Fernando Gaudereto. Para além do ouro das Gerais: outros aspectos da economia mineira no setecentos. **Heera (UFJF. Online)**, v. 1, p. 1-19, 2008. Disponível em < http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/04artigo_3.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PÊCHEUX, Michel. (1969). Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, Michel e FUCHS, Catherine. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise. e HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1993.

SILVA, Araceli Covre da; Referenciação e humor em charge. **Percursos Linguísticos (UFES)**, v. 7, p. 25-35, 2017. Disponível em: < <http://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/15571/11990>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

A harmonia secreta da desarmonia: esboço sobre o (in)cômodo lugar do discurso metonímico

Priscila Cavalcante do Amaral¹⁷

Enredo: ou sobre situar o que capturei de *Happiness*

A narrativa fílmica se passa em uma metrópole, a personagem principal – um rato – encena o dia atribulado de um típico sujeito da contemporaneidade, não lhe é dado nome ou sobrenome, é apenas mais um na multidão.

A sequência de imagens inicia ao som de “Habanera” da opera “Carmen” de Georges Bizet: vemos um rato andando cada vez mais rápido sob um fundo branco, até alcançar outros ratos em uma espécie de corrida. Ao longo da cena percebemos estações de metrô, calçadas, corredores, escadarias, ruas lotadas de ratos numa corrida frenética. Também percebemos que todos esses espaços físicos estão cercados pelas mais diversas peças publicitárias: cada uma prometendo “Felicidade” a partir de um produto diferente – refrigerante, academia de ginástica, roupas, bebidas, cartões de crédito entre tantos outros.

A movência fílmica segue: acompanhamos o protagonista até uma loja de departamento, neste momento, percebemos que está havendo uma grande liquidação, isto é, uma “Black Friday”. Os personagens estão numa disputa literalmente selvagem pelas mercadorias. Percebemos ao longo da cena pedaços de corpos voando junto de caixas de produtos. Em meio a essas imagens selváticas vemos o protagonista todo machucado e cansado arrastando um televisor HD 4K que em breve é abandonado. Mas seu

¹⁷ Doutoranda do Curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Participa do Projeto de Pesquisa “Oficinas de análise do discurso: conceitos em movimento” sob coordenação da Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira.

ânimo é renovado ao dirigir uma Ferrari vermelha velozmente até parar num longo congestionamento.

O desgaste e o desânimo da personagem são visíveis, mas o anúncio de uma bebida o faz lembrar que ainda é possível recuperar o ânimo. Entretanto, esse recuperar não se faz de forma satisfatória, pois o protagonista esvazia garrafas de cerveja, uísque e vodca, o que resulta em um desgaste ainda maior: uma ressaca. Tal estado é amenizado com a prescrição de “pílulas de felicidade”: as pílulas o carregam para um mundo perfeito, mas a realidade o chama e o despertar desse alívio se dá em meio a uma calçada. Novamente o desgaste, a falta de ânimo, mas essa situação é obliterada pelo cheiro de uma nota de dinheiro que recupera o protagonista e o apanha, levando-o para o trabalho. Ao final do curta-metragem tem-se o protagonista preso numa ratoeira enquanto digita, isto é, trabalha.

Assim, o que move o enredo parece ser a marcação distintiva entre dois universos, a saber: o que se situa no momento de euforia, isto é, o de conquista dos bens materiais, e o da falta de significação para esses bens de consumo. Tal leitura me é permitida no momento em que as cenas oscilam em contrastes de um todo: o consumo, a diversão, o trabalho parecem estar polarizados quando da pretensão de encontrar/ter/ser a felicidade, o estado feliz. Dessa forma, são os objetos exteriores ao sujeito protagonista que o permitem encontrar “happiness”.

É interessante observar ainda, que à felicidade são atribuídos valores de consumo, pois todos os itens disponíveis para aquisição têm em seus rótulos a palavra “happiness”. Desse modo, ora a felicidade é representada por um refrigerante, ora por um carro. Assim, o que está posto no vídeo traz à tona o que não está e, nessa direção encontro o não dito sobre a felicidade: o fato de ser fragmentada, de se dar em parte, de não se poder apanhá-la no todo.

Desse modo, relacionar o consumo à felicidade, que ao longo da história estava sendo associada a uma questão subjetiva, não é sem consequência para ordem do discurso. Diante disso, observo que a produção fílmica em tela expõe uma espécie de reprodução de evidências que atrelam felicidade e consumo na sociedade atual, isso se dá a partir da mobilização de uma memória que contribui para a (re) produção de um imaginário sobre a felicidade e sobre o sujeito que usufrui dessa felicidade. Sou autorizada a pensar assim na medida em que tomo o imaginário a partir da concepção pêcheutiana, isto é, como aquele que funciona dentro do processo discursivo a partir de uma série de *formações imaginárias*, as quais designam o lugar que o sujeito atribui a si e ao outro estabelecendo “as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representação dessas posições)” (Pêcheux 2010 [1969], 81-82).

Nesta medida, longe de ter sua origem no sujeito enquanto ato criativo, o imaginário se relaciona à ideologia, ou seja, relaciona-se ao mecanismo “através do qual coloca-se para o sujeito, conforme as posições sociais que ocupa, um dizer já dado, um sentido que lhe parece como evidente” (Mariani 1998, 25). Logo, as projeções imaginárias do curta evidenciam a naturalização para o sujeito do capital daquilo que seja a felicidade. Nas palavras de Mariani (1998):

O sujeito se imagina uno, [...] parece-lhe normal ocupar a posição social em que se encontra. O funcionamento ideológico provoca as ilusões descritas: apaga-se para o sujeito o fato de ele entrar nessas práticas histórico-discursivas já existentes (Mariani 1998, 25).

Nesse ínterim, o rato protagonista do curta-metragem *Happiness* desponta como a antropomorfização do sujeito do capital, ou seja, do sujeito cuja interpelação faz intervir o direito, a lógica e a identificação. Consoante Orlandi (2008, p. 104), diz que na interpelação “não há separação entre exterioridade e interioridade, mesmo se, para o sujeito, essa separação continue a ser uma evidência sobre a qual ele constrói sua ilusão.” É possível depreender, a partir dessa citação, que a relação entre o lugar de onde o rato protagonista significa a felicidade é marcado pelas práticas históricas do capitalismo e que estas lhe são constitutivas, na medida em que não há um fora no processo discursivo de significação, pois uma das especificidades da teoria discursiva pêncheutiana está em reconhecer o objeto discursivo como sendo um objeto-fronteira constituído de uma materialidade linguística e de uma materialidade histórica. Ferreira (2010, p. 21) a esse respeito explica que:

... a história intervém na língua e no processo de constituição dos sentidos. Nessa perspectiva, a exterioridade não tem a objetividade empírica daquilo que está fora da linguagem, já que ela é constitutiva do próprio trabalho dos sentidos atuando em determinados textos, enquanto discursos.

Assim, o protagonista de *Happiness* aplacará na materialidade exterior a falta que o constitui. Pois, o que ele diz, o que ele faz passam a se inscrever no domínio da vontade/ do desejo. Segundo Mariani e Magalhães (2011), a busca pela felicidade na contemporaneidade se instaura como lugar privilegiado do “ter tudo”. Esse “ter tudo” é a lógica de funcionamento do consumo para um sujeito filiado às redes de sentidos do discurso capitalista. As autoras salientam que o sujeito passa a ser detentor das vontades e o consumo passa a funcionar como imagem de felicidade. Um processo de produção de evidências e cujo funcionamento Mariani e Magalhães explicam:

O efeito discurso do 'eu quero X' fica aliado ao 'eu posso', marca da ideologia [...]. Se o sujeito não conseguir é porque não é bom o suficiente no que pretende. Frente à possibilidade de angústia instaurada pelo fracasso, ao invés de se indagar sobre a perda, o sujeito se vê relançado pelo mercado e pela mídia em direção a outros objetos de consumo que possam trazer a felicidade (Mariani e Magalhães 2011, 137).

Diante das colocações das autoras, o discurso capitalista desponta como aquele, em que se percebe a relação imaginária entre felicidade e consumo, mas o que está posto também deixa entrever o que não está, assim a cada investida no consumo e na busca de felicidade, realizada pelo protagonista, não há uma relação com investimento anterior. Desse modo, parece que é sempre num vir a ser que a felicidade do sujeito do capital funciona. Tal asserção torna-se evidente no curta-metragem, quando da exploração dos letreiros publicitários, pois o tédio de estar preso no trânsito pode ser sanado por uma felicidade momentânea encontrada no interior de cada embalagem, caixa ou embrulho. O tédio dos dias de folga pode ser aplacado por liquidações. Com isso sou instada a ler nas imagens fílmicas as seguintes proposições:

Happiness é...	→	uma liquidação;
Happiness é...	→	um televisor HD 4K;
Happiness é...	→	um conversível vermelho;
Happiness é...	→	bebida alcóolica;

Nessas proposições percebo a fragmentação e a transitoriedade da felicidade e para tentar entender um pouco mais tal fragmentação recorro à psicanálise, mais precisamente a Freud em O mal-estar na civilização ([1930]1996). Nesta obra o autor explica que a busca humana consiste em obter a felicidade, e que a felicidade se daria nas experiências em que esteja ausente qualquer tipo de sofrimento. De forma mais detalhada, ele nos diz que:

O que chamamos de felicidade no sentido mais restrito provém da satisfação (de preferência, repentina) de necessidades represadas em alto grau, sendo, por sua natureza, possível apenas como uma manifestação episódica. Quando qualquer situação desejada pelo princípio de prazer se prolonga, ela produz tão-somente um sentimento de contentamento muito tênue. Somos feitos de modo a só podermos derivar prazer intenso de um contraste, e muito pouco de um determinado estado de coisas (Freud 1996 [1930], 84).

A partir desse recorte posso afirmar que, para Freud, são alguns episódios subjetivos de satisfação momentânea em relação de

contraste com outros que se dá a felicidade. E Steve Cutts soube explorar bem essa questão ao designar os objetos de consumo com o termo *Happiness*. O autor substituiu o nome fantasia dos objetos pela palavra felicidade. As características estruturais dos rótulos foram mantidas, o que permitiu/permite ao leitor a identificação de cada uma das marcas empresariais, mas o deslocamento dos termos que designam salienta uma tomada de posição que pode e deve estar inscrita em uma formação discursiva que questiona o papel dos bens de consumo na sociedade contemporânea. E neste ponto, chego à inquietude que move este artigo. Pois funcionaria essa tomada de objetos distintos para significar a felicidade como um discurso metonímico, na medida em que cada objeto seria uma parte do estado de felicidade? E se fosse, poderíamos entender a proposta do rótulo como uma metonímia? Na tentativa de responder tais questões empreendo um breve caminhar sobre a noção de metonímia.

Na contiguidade: a vontade

A retórica clássica processa a metonímia como o uso de uma palavra, cuja significação tenha relação objetiva, de contiguidade, material ou conceitual, com o conteúdo ou referente ocasionalmente pensado. Dessa forma, o deslocamento de sentido teria que ser feito apenas com palavras pertencentes ao mesmo campo semântico, para que o deslocamento (re)significasse de forma contundente, isto é, uma espécie de correlação entre termos, tais como: vela, proa e outras pertencentes ao campo semântico das embarcações. No entanto, pousando o olhar de forma mais atenta sobre o deslocamento empreendido por Cutts ao longo do curta-metragem, percebo que os deslocamentos instaurados, quando da substituição do termo Coca-Cola pelo termo *Happiness*, ou quando da substituição do símbolo da Ferrari por *Happiness*, parecem trazer outra ordem que não só a da língua enquanto estrutura, mas a da língua em sua discursividade. Assim, penso que há um trabalho do simbólico, isto é, o trabalho de uma instância (da linguagem) que sustenta as tentativas de nomeação, ainda que, sabendo que algo não será de todo tocado, visto que a palavra “certa” manca. Na fala de Romão (2012), “... é a linguagem que (con)torna o vazio e tenta dar-lhe uma borda possibilitando ao sujeito colocar-se em movimento na cadeia de seus significantes.” Logo, os sentidos são sempre fugidios e opacos.

Diante dessas asserções, é preciso pensar a metonímia a partir de um conceito de língua inatingível que se dá na articulação entre discurso e psicanálise, sobre esta articulação Mariani (2007, p65) observa que:

Citando Lacan – só há causa daquilo que falha”-, Pêcheux dirá que a categoria do sujeito na análise de discurso deve considerar essa causa [do que falha], na medida em que ela se manifesta incessantemente e sob mil formas no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsão sentido/*non sens* (...) inconsciente e ideologia encontram-se materialmente ligados na ordem significante da língua.

Por isso, há algo que na língua, constitui-se como o impossível de ser dito de modo pleno, na medida em que nela há pontos de resistência à tentativa de domesticação do sentido. Nessa direção, a metonímia que esboço aqui mantém traços de sua significação primeira, mas junto desse significado primeiro ela traz outro. Pêcheux (2011, p158) ao falar sobre a figura do incêndio, diz que a palavra incêndio dentro da interpretação anarquista é “metonímica (na medida em que incêndios valem pelo incêndio geral que simboliza ele próprio o conjunto do processo revolucionário)”. Nesta perspectiva, conforme as palavras de Pêcheux (2011, p. 160) “a metonímia aparece como uma tentativa de reconstruir” os sentidos deslizando a partir das condições de aparecimento destes. Assim, para Pêcheux, a metonímia seria um *filó de trama* que atravessaria transversalmente sequências discursivas distintas relacionando-as a partir de outra sequência discursiva.

Na tentativa de visualizar a proposição de Pêcheux a partir da materialidade em análise, tenho:

S1 Felicidade (*happiness*) é um conversível vermelho/bebidas/compras
S2 Trabalho
S3(Atravessadas pela sequência do dinheiro)

↓
A noção de *trabalho* aparece no curta-metragem como uma espécie de prisão e é ilustrada pela metáfora perturbadora da ratoeira prendendo o rato em seu local de trabalho, isto é, na frente de um computador. Isso permite entender quão não prazerosa e benéfica são as condições de trabalho na conjuntura capitalista, pois ao ser apanhado pela ratoeira o protagonista leva o espectador a uma leitura de morte, haja vista que este é um objeto para exterminar ratos. No entanto, não há a morte literal, mas a morte figurada, morte para a vida prazerosa. O trabalho desponta no curta-metragem como o momento de não prazer. Com isso tem-se uma espécie de paradoxo, na medida em que é preciso viver a não felicidade para ter a felicidade. E nesse ponto é que as sequências S1 e S2, afastadas, aproximam-se a partir da S3 que vem “reconstruir” a relação entre a felicidade e o trabalho no mundo capital: o dinheiro. Logo, sou autorizada a dizer que: *A felicidade no sistema capitalista se dá a*

partir daquilo que o dinheiro adquirido através do trabalho pode comprar.

Dessa perspectiva a metonímia ganha uma visada não subjetiva, haja vista que os sujeitos são interpelados e produzidos como produtores livres de seus discursos cotidianos a partir do trabalho da ideologia e do inconsciente. Assim, é interessante explorar o atravessamento psicanalítico na teoria discursiva pêcheutiana, mais precisamente o inconsciente. Lacan pontua que o inconsciente está estruturado como uma linguagem, isso implica entender o inconsciente a partir de uma analogia com a estrutura da linguagem proposta por Saussure, guardando suas particularidades. Para Lacan o próprio ato da linguagem faz advir o inconsciente e o lugar onde ele se exprime. Dessa forma, é em torno de dois princípios que a analogia de Lacan funciona: (i) o da distinção entre significante e significado; (ii) a discriminação do eixo da linguagem. Ao trabalhar sobre a primeira Lacan fará uma inversão, o primado será do significante (representado sempre pelo “S” maiúsculo) sobre o significado (representado sempre pelo “s” minúsculo). Já a segunda trará para a teoria lacaniana o funcionamento da metáfora e da metonímia assim como da noção de valor.

Logo, não há um eixo, mas uma cadeia significante:

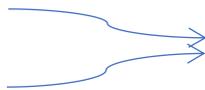
S (significante – imagem acústica)
s (significado – ideia)

Um sistema que se engendra a partir da condensação (metáfora) e do deslocamento (metonímia), esta última atuará impondo um novo significante em relação de contiguidade com um significante anterior, que ele suplanta. Cabe salientar que diferente do que ocorre na metáfora, o novo significante não passa sob a barra de significação e essa não transposição da barra me diz que há na metonímia um ponto que persiste em não deixar-se esquecer, algo grita para garantir que o anterior do sentido não se apague, assim nas palavras de Dor (2008 [1989]) “a manutenção da presença de dois significantes garante contra toda possibilidade de elaboração de um signo novo que associaria de forma aleatória um significante a um significado.” Portanto não há aleatoriedade na relação metonímica.

Nesse ponto, cabe uma observação que traz de volta o caráter clivado do sujeito discursivo, pois, sendo o sujeito duplamente afetado pela ideologia e pelo inconsciente, seu discurso estará sempre afetado pelo exterior constitutivo, diante disso sou autorizada a pensar, neste ponto de minha reflexão, que a palavra Happiness funciona em relação de contiguidade. Por consequência, ao pensar na figura metonímica com os Significantes latentes do curta, chego a:

S1 – imagem acústica: “happiness”
s1- ideia de ter felicidade

S2 – imagem acústica: “trabalho”
s2 – ideia de trabalhar



S2 (... .. S1)

s2
s1



A relação que se estabelece é a de contiguidade entre as ideias de felicidade e trabalho e todas as implicações resultantes dessa última, tais como consumo, dinheiro, entre outras significações imersas nas/pelas condições de produção capitalista. Diante disso, parece-me que a metonímia é um ponto de *persistência* do significado, ponto de base da falta, isto é, do por vir que ali reside. Lacan (1999), diz que “não existe objeto a não ser metonímico, sendo o objeto do desejo do outro, e sendo o desejo sempre o desejo de outra coisa.” Desse modo, a metonímia parece despontar como a marca do desejo no sujeito, marca daquilo que significa sem ser significante.

Um efeito de fim

Na narrativa fílmica *Happines*, o rato protagonista pareceu percorrer um caminho tortuoso em que brigas, tédio, embriaguez, conquistas e aventuras foram sustentados por uma vontade de ter felicidade. Vontade essa que pareceu dar-se a partir do jogo contrastivo entre a falta e o preenchimento do conjunto de significação: felicidade. Tentei, aqui, de forma incipiente, esboçar uma aproximação entre a metonímia de concepção lacaniana e a teoria discursiva de Michel Pêcheux. E, nessa articulação, pretendi marcar que a metonímia está para além das bordas de um mesmo campo semântico justamente porque seu funcionamento se dá imerso no discurso, ou seja, constituído por ideologia e inconsciente. Logo, é a partir do real da língua, isto é, da língua marcada pelo não todo que situo o lugar, (in)cômodo lugar da metonímia que garante uma espécie de harmonia secreta na/ da significação.

Referências

DOR, Joël. **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem**. Trad. Carlos Eduardo Reis. Porto Alegre: Artmed, 2008[1989].

FERREIRA, M. C. L. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 24. n. 48, p. 17-34, 2010

FREUD, Sigmund. “**O mal-estar na civilização**”. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, traduzido do alemão e do inglês por Jayme Salomão, 67-148. Rio de Janeiro: Imago, 1996 [1930]. p. 67-148.

GADET, F.; PÊCHEUX M. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. 2ª ed. - Campinas: Pontes, 2010.

Happines. Direção de Steve Cutts. 4 minutos e 17 segundos. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/steviecutts>. Acesso em 21 de dezembro de 2017.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

_____. Silêncio e metáfora, algo a se pensar. **Revista Trama**, v. 3, n.5 – 1º semestre de 2007 – p. 55-71.

_____. MAGALHÃES, Belmira. “‘Eu quero ser feliz’. O sujeito, seus desejos e a ideologia”. In: INDURSKY, Freda. MITTMANN, Solange. FERREIRA, Maria Cristina L. (Org.) **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 125-141.

_____. ROMÃO, Lucília Maria Sousa, MEDEIROS, Vanise (Org.). **Dois campos em (des)enlaces**: discursos em Pêcheux e Lacan. Rio de Janeiro: 7 letras, 2012.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2008.

_____. **Discurso em Análise**: Sujeito, sentido e ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise. HAK, Tony. Trad. Bethania Mariani [et al]. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux 4.ed. - Campinas: Editora da Unicamp, 2010 [1969].

_____. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011. p. 151-161.

**ESPAÇOS DE TECITURA:
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA**

(Ex)cultura na Hungria: arquivo e silenciamento

Evandro Oliveira Monteiro¹⁸

Análise do Discurso: alguns pressupostos

Nesta seção, acionaremos, brevemente, alguns pressupostos da teoria desenvolvida pelo filósofo Michel Pêcheux, a Análise do Discurso (AD) francesa. Ao nos colocarmos sob tal perspectiva teórica, consideramos o discurso para além de sua materialidade (o texto), atentando ao seu(s) processo(s) e funcionamento(s), assim como ao seu viés ideológico e social, que se dão sob condições históricas de produção diversas. Sendo assim, começamos recorrendo a Pêcheux para dizer que “a relação que associa as ‘significações’ de um texto [e, aqui, texto é entendido como além do verbal, podendo ser imagético, simbólico etc.] às condições sócio-históricas desse texto não é absolutamente secundária, mas constitutiva das próprias significações” (PÊCHEUX, 2017, p. 68). Em outro texto, o autor afirma que o sentido “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (PÊCHEUX, 2014, p. 146). Ou seja, as condições de produção de um discurso fazem parte da determinação de “seu” sentido, cujos efeitos são, por sua vez, concebidos, explica o autor, pela formação discursiva (FD) que, “a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, [...] determina o *que pode e deve ser dito*” (Ibid., p. 147 – grifo do autor), representando “um modo de relacionar-se com a ideologia vigente”, conforme aponta Indursky (2008, p. 11). Ainda nas palavras dessa autora, as FDs correspondem a domínios de saberes dotados “de fronteiras suficientemente porosas, que permitem que saberes provenientes [...] de outra FD nela penetrem,

¹⁸ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq “Discurso, Arquivo e Autorai”, sob coordenação da Profa. Dra. Solange Mittmann.

aí introduzindo o diferente [...], que fazem com que este domínio de saber se torne heterogêneo em relação a ele mesmo” (Ibid. , p. 14).

Em outras palavras, o funcionamento de uma FD, na intermediação ideologia-língua e determinação do(s) sentido(s), se assemelha ao funcionamento de um prisma: partindo de um ‘todo’ (que, neste caso seria impossível ao acesso e à dominação absolutos pelo sujeito) para fragmentações, frações, isto é, direcionamentos de/a dizeres e sentidos permitidos naquele domínio, que, ao serem projetados, ofuscam, silenciam outras formas (im)possíveis de dizeres, interditando sentidos. Todo esse processo se dá, cabe ressaltar, sob a dependência de formações ideológicas (FI) que, novamente conforme Pêcheux (2017, p. 73), constituem conjuntos complexos que comportam “atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas que se referem mais ou menos diretamente a ‘posições de classe’ em conflito umas com as outras”. As FDs representariam, assim, “‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (PÊCHEUX, 2014, p. 147), dissimulando, no/através do texto, efeitos de univocidade, evidência e transparência de sentidos. Isto é, ao ser projetado por meio de uma (ou mais) FD(s) e materializado através da língua, o discurso reflete disputas ideológicas de classes, de sentidos... conflitos constantes numa formação social. Dessa forma, percebemos que o sentido não está sistematicamente isolado, estável, alheio ao que, supostamente, lhe seria exterior. Pelo contrário, o exterior lhe atravessa, constituindo-o substancialmente e o determinando.

Assim como o discurso, o sujeito também é constituído, ou melhor, interpelado, por traços ideológicos; além disso, por estar necessariamente inscrito em FDs, é também fracionado, discursivamente heterogêneo. Segundo Pêcheux: “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas” (Ibid., p. 161 – grifo do autor), ou seja, pela ideologia. Para a AD, portanto, o sujeito também é historicamente determinado, visto que “se é sujeito pelo assujeitamento à língua na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua” (ORLANDI, 2010, p. 19). Portanto, para significar, o sujeito se submete, inevitavelmente, ao emaranhado histórica e heterogeneamente constituído da língua, (re)produzindo dizeres de uma posição da FD à qual está identificado, não necessariamente de maneira consciente.

Ao observar os delineamentos teóricos até então, podemos considerar, portanto, que, devido às suas inscrições em formações discursivas – que, por sua vez, ao estarem sob condições ideológicas, são heterogêneas –, discurso, sujeito e sentido são, em decorrência,

também heterogêneos, irregularmente constituídos pela dispersão e interligados sócio-historicamente de forma indissociável.

Posto isso, cabe, a partir deste momento, pensarmos no arquivo, que, uma vez sendo um processo resultante de práticas sociais, faz-se discursividade(s), e, dessa maneira, assim como qualquer discurso, está submetido a posições a partir de FDs e, conseqüentemente, ao ideológico e a tudo que dele decorre. Ao aqui tratarmos de arquivo através dos pressupostos da AD, estaremos mobilizando reflexões de Michel Foucault, passando pela determinação ideológica, proposta por Pêcheux (1997). Isso porque, segundo Sargentini (2014, p. 24-25), na década de 80, a AD se firmou como uma disciplina de interpretação e se voltou para a leitura de arquivo, considerando a perspectiva arqueológica foucaultiana.

Szoborpark sob a ótica do arquivo em AD

Em fevereiro de 2017, foi noticiado¹⁹ que, por iniciativa do partido de extrema direita húngaro, *Jobbik*, a escultura em homenagem a György Lukács, tido como um dos principais filósofos da história da Hungria, seria retirada de um dos parques centrais de Budapeste. Como justificativa, o partido alegou o envolvimento de Lukács no período comunista do país e o objetivo do grupo político de eliminar, de espaços públicos, símbolos que remetam ao comunismo: “não descansaremos enquanto o nome de uma única rua, escola, instituição pública ou uma única estátua preservar a memória da ideologia assassina!”²⁰ (JOBBIK.HU, 2017). Sem destino totalmente certo naquele período, especulou-se que a estátua do filósofo iria se juntar às tantas outras, também vistas como relacionadas ao comunismo, já retiradas da parte central de Budapeste, ficando isolada em um parque, o *Szoborpark*, construído justamente para abrigar imagens ditas como ligadas à ideologia comunista e que tenham sido removidas do cenário urbano da capital.

A partir disso, fomos à busca de informações sobre esse espaço de acolhimento. Como dito acima, o *Szoborpark* – também conhecido como *Memento Park* ou *Parque Memorial* – se trata de um parque de estátuas e placas a céu aberto, criado em 1993, quatro anos após o término oficial do regime comunista no país, e está

¹⁹ Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/293689-9>> acesso: 18 jun. 2017.

²⁰ “nem nyugszunk mindaddig, amíg akár csak egyetlen utca, iskola, közintézmény neve vagy épp egyetlen szobor őrzi a gyilkos ideológia emlékét!”. Disponível em: <<https://jobbik.hu/hireink/velunk-elo-kommunizmus-ujabb-darabjat-takarította-el-jobbik>> acesso: 18 jun. 2017.

localizado no subúrbio de Budapeste. O espaço conta com mais de quarenta esculturas de figuras simbólicas da história do comunismo, de soldados soviéticos e húngaros, assim como de seguidores ideológicos do período stalinista e pós-stalinista na Hungria. Dentre as principais estátuas, destacam-se as de Marx, Lenin, Engels e a réplica das famosas botas de Stalin – parte restante da grande escultura do líder soviético, que ficava exibida no centro de Budapeste e foi derrubada pelos milhares de manifestantes durante a Revolução de 1956. Conforme Fernandes (2011, p. 214):

essas peças de arte pública não foram destruídas mas sofreram uma *descaracterização simbólica quando se deslocizaram dos centros [...] da capital húngara para um espaço menos nobre. [...] enquanto recinto fechado na periferia da capital, o Szoborpark tem o simbolismo de aprisionar e confinar o comunismo num reduto longe da vida quotidiana.*

Diante disso, propomos tomar, como ponto de partida, o *Szoborpark* enquanto unidade – isto é, como efeito de um processo histórico²¹ – constituída a partir de saberes de uma FD nacionalista, para, então, aplicarmos questões e procedimentos de análise, encarando-o como arquivo.

Como dissemos anteriormente, o trabalho teórico sobre arquivo na AD toma como base a concepção foucaultiana. É por isso que recorreremos a Foucault (2013) para dizer que o arquivo ao qual aqui nos referimos não diz respeito a textos ou documentos que uma cultura possa vir a guardar como testemunho do seu passado e da sua identidade; não se trata, também, das instituições que venham a prestar, em algumas sociedades, o trabalho de manter e disponibilizar o acesso a textos e documentos de uma comunidade. Trata-se, na verdade, de “todo um *jogo de relações* que caracterizam particularmente o nível discursivo”, isto é, do que faz com que discursos “nasçam *segundo regularidades específicas*”. Ou seja,

o arquivo é, de início, a *lei do que pode ser dito*, o *sistema que rege* o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. [...] é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o *sistema de sua enunciabilidade*. (FOUCAULT, 2013, p. 157-158 – grifos nossos).

²¹ Conforme a Profa. Dra. Mara Ruth Glozman (UBA) no curso “Língua, discurso, política e arquivo”, realizado em Porto Alegre, em julho de 2017.

Pensar arquivo sob essa ótica é, portanto, vê-lo como (des)articulador de agrupamentos e sentidos, de efeitos de familiaridades discursivas, é encará-lo como sistema de regência (termo de Foucault) de (não-)dizeres.

Frente a essas concepções foucaultianas, Pêcheux (1997) contribui trazendo o aspecto ideológico do arquivo à discussão. Segundo Mittmann (2014), que parte de Pêcheux, ao mesmo tempo em que o arquivo traz em si próprio os efeitos ideológicos de estabilidade e naturalização, ele contém “o jogo de forças que ocorre [...] selecionando o que pode entrar e excluindo o que não pode” (MITTMANN, 2014, p. 36). Dessa maneira, ao estudar o arquivo pelo viés pecheutiano, é imprescindível considerar a ideologia enquanto constituinte. O próprio fato de podermos estar propondo trabalhar a noção de arquivo através da análise de um parque/museu de estátuas (ou seja, um arquivo de materialidades imagéticas) já é revelador do cunho ideológico da concepção, pois, de acordo com Sargentini, durante muito tempo, a imagem era negligenciada e não analisada no arquivo, cuja materialidade era concebida como apenas o texto escrito. Segundo a autora, tal fato nos permite observar que “os arquivos não foram (ou ainda não são), portanto, um justo espaço de preservação e conservação, pois ele é suscetível ao que se reconhece em cada tempo como materialidade que deve compor um arquivo”. (SARGENTINI, 2014, p. 26 – grifos nossos).

Portanto, ainda conforme Sargentini, deve-se atentar para o fato de que “ele [o arquivo] é, por sua prática de leitura, *revelador de interesses históricos, políticos e culturais*” (Ibid., p. 25 – grifos nossos), produto(r) de práticas ideológicas. A partir disso, nos perguntamos: quais interesses podem (se possível) ser observados em nosso objeto de análise? Parafraseando Mittmann (2014, p. 33), por quem são determinados e impostos os limites e formas de articulação do/no arquivo neste caso? Considerando o discurso como efeito de sentidos, como postula Pêcheux (2010), que sentidos podem ser mobilizados por meio do *Szoborpark* enquanto arquivo? O que ele permite que seja dito e o que é silenciado? Quais são os deslizamentos de sentidos ao se dar a reacomodação das esculturas em outro lugar da cidade?

Para buscar responder tais questões, faz-se necessário delinear brevemente as condições de produção do período de colocação das estátuas na cidade e as do período de 1989 até os dias atuais, em que há a abertura ao sistema capitalista, a construção do parque e a remoção contínua de estátuas da cidade, incluindo a de Lukács. Ao falarmos em condições de produção, visamos as contingências sócio-históricas de (re)formulação do discurso.

Segundo Pêcheux (2010, p. 78 – grifo do autor), trata-se do “mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto do discurso”.

Começamos pelas condições de produção do período stalinista e pós-stalinista, até 1989, período de imposição de novas práticas sócio-ideológicas aos dominados. Assim como em outras cidades sob domínio soviético, Budapeste presenciou “a eliminação dos sinais da economia capitalista e a modelação da cidade à imagem do ideal da sociedade comunista em construção”, práticas que procederam “à evocação pública, através de placas, baixos-relevos ou estátuas de personagens relevantes para a construção das sociedades comunistas, como Marx, Engels ou Lenin” (FERNANDES, 2011, p. 212). Ainda de acordo com esse autor, para a ditadura stalinista, “a paisagem urbana seria um instrumento que manipularia receptores apáticos e modelaria uma população passiva” (Ibid. p. 212). Sendo assim, o culto às personalidades de líderes revolucionários se fazia comum nos cenários urbanos.

Ao contrário do que se poderia esperar, dado o histórico de revoltas húngaras contra o regime soviético, diante de uma estagnação econômica e divisões ideológicas dentro do partido comunista, “a transição da Hungria para a liberação econômica foi um processo gradual, ao passo que o colapso do partido comunista se deu inteiramente de forma pacífica” (LIGHT, 2000, p. 167). No ano seguinte, 1990, a Hungria passou pela primeira eleição democrática, já dentro de um novo sistema político pluripartidário, após a queda de tal regime. Naquela ocasião, a centro-direita tomava o poder. Em relação aos monumentos, tomado o poder estatal por uma nova ideologia política, viu-se a necessidade de acabar com qualquer simbologia que remetesse ao regime anterior. No entanto, de acordo com Williams (2008)²², a maioria dos húngaros não apoiava nem o pequeno número de radicais que queriam as esculturas destruídas, nem o *Szoborpark* como solução. Grande parte da população tinha como preferência, geralmente devido a razões pragmáticas de trabalho ou custo, simplesmente deixá-las nos lugares.

Desde então, a Hungria passa por uma alternância contínua entre governos populistas ou de centro-direita e os socialistas. Atualmente, como uma república parlamentarista, o governo do país é composto essencialmente pelo nacionalista e populista *Fidesz* – partido do presidente e do primeiro ministro. O segundo partido líder em pesquisas e em maior ascensão, hoje, é o ultranacionalista e de extrema-direita, *Jobbik*, engajado em continuar a remoção de qualquer figura simbólica que venha a ecoar a ideologia comunista.

²² Todas as menções a Paul Williams (2008) serão dadas por nossa tradução livre.

Diante disso, cabe recorrermos às reflexões de Althusser²³ sobre condições de produção. O autor coloca em voga a tópica marxista (ou a teoria espacial do edifício), ilustrando a estrutura de toda sociedade como constituída pela infraestrutura (a base econômica) e os dois níveis da superestrutura (a jurídico-política e a ideológica). Ele explica que tal esquematização representa a base econômica (a infraestrutura) como sendo a “determinação em última instância do que acontece nos ‘andares’ superiores (a superestrutura)” (ALTHUSSER, 1996, p. 110). Ou seja, o jurídico-político e o ideológico sendo determinados pelo econômico. O autor pontua, além disso, que, na superestrutura, os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam sempre efetivamente de acordo com a ideologia dominante, pertencente à classe dominante. Isso porque, ao deterem o poder estatal e o Aparelho (Repressivo) de Estado, a classe e ideologia dominantes se sobrepõem, mantendo hegemonia sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado: “ao que saibamos, nenhuma classe é capaz de deter o poder estatal por um período prolongado sem, ao mesmo tempo, exercer sua hegemonia sobre e dentro dos Aparelhos Ideológicos de Estado” (Ibid., p. 117).

Dessa maneira, seguimos os preceitos do autor e verificamos o domínio do Aparelho Ideológico de Estado (neste caso, o cultural) por parte da ideologia política dominante, que detém o poder estatal em determinado período: na ditadura stalinista e pós-stalinista, por meio da instalação e exaltação às figuras simbólicas dos líderes revolucionários; na abertura ao ocidente e ao sistema capitalista, de 1989 até os dias atuais, – momento de crescimento acelerado da extrema-direita nacionalista tanto na Hungria quanto no resto da Europa –, através da remoção de toda e qualquer figura que venha a fazer apologia ao antigo sistema. Isto é,

a cidade é um espaço [...] de múltiplas apropriações simbólicas e funcionais e a paisagem urbana a síntese da sobreposição nem sempre harmoniosa de diferentes territorialidades, de múltiplos agentes, públicos e privados, individuais e colectivos. Por isso, 'a cidade não é um colectivo de vivências homogêneas' (ABREU, 1998, p. 86), mas um produto socioeconómico e cultural heterogêneo em constante (re)construção. [...] As paisagens culturais urbanas têm sido modeladas pela interacção entre o Estado e as entidades religiosas, entre estes e as apropriações individuais e privadas, de grupos ou subgrupos de contra-cultura e contestação, [...] um território de expressão ideológica, manifestações culturais,

²³ Michel Pêcheux era grande leitor e seguidor das ideias de Louis Althusser, cujos estudos são fortemente fundamentados pelos de Karl Marx.

celebração, consumo e trabalho, de protesto, resistência e afirmação. (FERNANDES, 2011, p. 211).

Além disso, faz-se possível considerarmos que o que constitui o *Szoborpark*, hoje, é passível de ser considerado enquanto dois arquivos, sendo o parque uma re-elaboração/ressignificação, em relação às contingências sociais, históricas e políticas. Expliquemos: ainda que dispersas pela cidade e representando imagens das mais variadas, as estátuas e placas constituíam um arquivo pois tinham, como regularidade específica, a função simbólica de exaltação, prática comum no regime soviético²⁴, aos líderes e figuras importantes do período. Tinham por principal função significar a soberania e o poder comunista, ideologia a ser seguida. A celebração e a glorificação à tal ideologia se faziam, assim, como o princípio organizador/articulador de sentidos desse arquivo. Com a queda do regime, em 1989, e a abertura ao oeste e ao sistema capitalista na Hungria, as estátuas e placas começaram a ser removidas e encaminhadas ao parque, em 1993. A partir daí, temos um outro arquivo, ainda que com os mesmos elementos, agora sendo reunidos em um pequeno espaço em comum. O arquivo se faz outro devido ao fato de que, a partir daquele momento, a articulação de sentidos e dizeres se desloca, passando os atos de remoção, expurgação e silenciamento a constituírem o sistema de regência de sentidos. Agora, as esculturas funcionam em favor do esquecimento. Vale ressaltar que tais transições histórica, física e semântica estão sob dependência das diferentes contingências históricas pelas quais o país passou, assim como estão de acordo com formações discursivas distintas: uma comunista e outra nacionalista. Com isso, podemos reafirmar a não estabilidade e fixidez do sentido, como exposto acima, já que, com a recolocação das esculturas, os sentidos deslizaram, permitiram-se outras significações serem atribuídas.

Compartilhamos das palavras de Williams (2008) quando o autor afirma que “o tamanho, a locação [...] e acessibilidade dos espaços [...] são vitais na reafirmação da importância de um evento, e, frequentemente, em reformular sua memória”, sendo que “o próprios espaços constituem o sentido, ao se tornarem tanto uma localização física quanto uma perspectiva de interpretação” (2008, p. 185).

²⁴ Um outro exemplo está na Lituânia: o *Grūto parkas*, fundado em 2001, tem a mesma finalidade do *Szoborpark*: abrigar as esculturas instaladas no país durante o período em dominância soviética.

Considerações finais

O arquivo enquanto índice de interesses da(s) ideologia(s) dominante(s) em determinada contingência histórica; a intervenção, apropriação (re)determinação e dominância por parte do Estado no Aparelho Ideológico cultural urbano – como vimos, a maior parte da população não estava de acordo com a criação do *Szoborpark*; o caráter ideológico, social e histórico constituinte dos sentidos: esses foram alguns aspectos que pudemos observar nesta análise, ao refletirmos sobre a reacomodação das peças que hoje fazem parte do parque.

Em decorrência do deslocamento para um espaço cercado, a céu aberto e bem menos prestigiado de Budapeste, o valor simbólico das esculturas passou a comportar outro funcionamento, em direção oposta à então usual: um passado a ser lembrado somente de forma seletiva, devendo ser dominado, contido e silenciado. Mas o silêncio que ecoa, (re)produz sentidos. Vimos, acima, que Fernandes (2011) fala em “descaracterização simbólica”, ao analisar o movimento das estátuas, do centro para o subúrbio da cidade. Preferimos falar em *re*caracterização, já que a materialidade manteve funcionamento(s) simbólico(s), ainda que, agora, também, de ordem contrária, produzindo ressignificações a partir de uma outra FD. Por isso, concordamos com Mittmann, quando a autora diz que: “sem dúvida, o modo de circulação faz significar de maneira particular os documentos de arquivo” (2014, p. 33). Assim, reafirmamos: o sentido jamais é dado, sendo a ideia de obviedade e evidência resultados de determinações ideológicas. O sentido é construção, processo... enfim, efeito (PÉCHEUX, 2010).

Em suma, abstermos-nos em ir além do caráter arqueológico devido a sua riqueza para o trabalho. Contudo, inúmeros são os aspectos ainda a serem abordados em relação ao objeto que aqui nos propusemos a analisar, dentre eles: a heterogeneidade que constitui a unidade, inerente às figuras que compõem o parque – tópico brevemente comentado por Williams: “pode ser que a significância moral de diferentes atos históricos precise ser negligenciada e indiferenciada para que o parque funcione como uma afirmação simples e única” (2008, p. 194); ou, ainda, a respeito de um suposto papel democrático do *Szoborpark*. O arquiteto do espaço, Ákos Eleőd, diz que o parque é, ao mesmo tempo, sobre ditadura e democracia, já que “somente a democracia é capaz de dar a oportunidade de pensarmos livremente sobre a ditadura”²⁵. No entanto, questionamos,

²⁵ Disponível em: <<http://www.mementopark.hu/pages/sights/>> Acesso em: 13 jul. 2017.

seria essa reflexão de fato livre, já que as esculturas/os sentidos são (e vêm sendo) “tirados de vista”, silenciados? Uma liberdade proporcionada pela prisão e condicionada pelo Estado? Essas são reflexões para uma próxima análise.

Referências

ABREU, Maurício de A. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, Portugal: vol. 14, p. 77-97, 1998.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 105-142, 1996.

FERNANDES, João L. J. As paisagens urbanas enquanto territórios turísticos e ideológicos: o caso particular do Szoborpark, em Budapeste. In: SANTOS, Norberto; CUNHA, Lúcio. (orgs.). **Trunfos de uma geografia ativa: desenvolvimento local, ambiente, ordenamento e tecnologia**. Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 211-218, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 8 ed., 2013.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília A. (orgs.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prata, p. 9-33, 2008.

LIGHT, Duncan. Gazing on communism: heritage tourism and post-communist identities in Germany, **Hungary and Romania**. *Tourism Geographies*, v. 2, p. 157-176.

MITTMANN, Solange. Formação discursiva e autoria na produção e circulação de arquivos. **Conexão Letras – A noção de arquivo em Análise do Discurso: relações e desdobramentos**. Porto Alegre: PPG-Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 9, n. 11, p. 31-40, 2014.

ORLANDI, Eni P. A cidade como espaço político-simbólico: textualização e sentido público. In: ORLANDI, Eni. P. **Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos**. Campinas, São Paulo: Pontes, p. 185-202, 2001.

_____. Análise do Discurso. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2 ed., p. 11-31, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P.(org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Tradução de Maria das Graças do Amaral. Campinas: Unicamp, 2 ed., p. 55-66, 1997.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani... [et al.]. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 4 ed., p. 59-158, 2010.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 5 ed., 2014.

_____. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (orgs.). **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, p. 63-75, 2017.

SARGENTINI, Vanice M. O. O arquivo e a circulação de sentidos. **Conexão Letras – A noção de arquivo em Análise do Discurso: relações e desdobramentos**. Porto Alegre: PPG-Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 9, n. 11, p. 23-30, 2014.

WILLIAMS, Paul. **The Afterlife of Communist Statuary: Hungary's Szoborpark and Lithuania's Grutas Park**. Forum for Modern Language Studies, v. 44, p. 185-198, 2008.

JOBBIK MAGYARORSZÁGÉRT MOZGALOM. **A velünk élő kommunizmus újabb darabját takarította el a Jobbik**. 25/01/2017. Disponível em: <<https://www.jobbik.hu/hireink/velunk-elo-kommunizmus-ujabb-darabjat-takaritotta-el-jobbik>> Acesso em: 18 jun. 2017.

MEMENTO PARK BUDAPEST. Disponível em: <<http://www.mementopark.hu/>> Acesso em: 13 jul. 2017.

A palha de milho elevada à dignidade de a Coisa no artesanato pradense

Mônica Restelatto²⁶

Neste trabalho procuro estabelecer relação entre as bonecas de palha produzidas na cidade de Antônio Prado/RS e o conceito lacaniano de *a Coisa*, para abordar a representação simbólica que esse objeto mobiliza. As bonecas de palha são a materialidade em questão, portanto tomadas como texto para análise discursiva. Através delas, é possível observar os discursos de filiação histórica para além da evidência de sua fabricação. Tal proposta é oriunda das inquietações deste entremeio teórico onde me situo enquanto psicóloga, de filiação psicanalítica, pesquisadora em Análise do Discurso, abordando um objeto no campo do saber do Turismo.

A Análise do Discurso (AD) de vertente francesa pecheutiana, como dispositivo teórico-analítico da minha produção, possibilita-me fazer uma reflexão a partir de conceitos específicos que, flexionados pela materialidade, convidam-me a reterizá-los. Espero fazer uma leitura sintomática, no sentido que Lagazzi-Rodrigues e Orlandi (2006) propõem, ao estabelecer uma escuta do dizer em relação a outros dizeres e o que ele poderia ser e não é. Nesta perspectiva epistemológica, o sujeito pesquisador que interpreta, o faz sob o dispositivo ideológico em que ele se reconhece e, por tanto, identifica-se com o que produz.

O cenário das inquietações é Antônio Prado, minha cidade, onde se situa o maior acervo de casas tombadas pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) do Brasil, de colonização italiana, na Serra Gaúcha. Além das casas tombadas, uma série de atrativos compõe o roteiro turístico de visitas na cidade. O artesanato é um dos principais artigos que representa o conjunto de procuradores de uma história inventada.

Para Hobsbawm (2008), por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas ritualísticas ou simbólicas, reguladas por regras,

²⁶ Psicóloga. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (PPGTURH/UCS), bolsista CAPES. Membro do projeto de pesquisa ARTESATUR-PPGTURH/UCS.

que visam imprimir determinados valores e normas de comportamento através da repetição, o que provoca uma continuidade em relação ao passado.

Não tenho a pretensão de denunciar a tradição, nem de desconsiderar a sua importância para a pesquisa em Turismo, nem para o turismo, enquanto atividade econômica. Meus estudos tratam de apresentar um outro olhar que se sustenta num gesto de análise, na busca do funcionamento discursivo da relação com a língua, a ideologia e o inconsciente.

Frente ao vasto arquivo sobre o tema *artesanato*, com suas diversas técnicas e materiais, monto um *corpus* de análise em que a boneca de palha é a materialidade discursiva. As bonecas de palha de milho artesanais (Figura 1) são tomadas como fragmento de linguagem que funciona como texto. Segundo Orlandi (2012), texto é caracterizado pela heterogeneidade da linguagem (oral, escrita, etc.), das posições discursivas, formações discursivas e dos materiais simbólicos (imagem, grafia, som, etc.). Não nos interessa a materialização do texto, mas sim, o efeito de sentido que ele produz. “Feita a análise, não é sobre o texto que falará o analista, mas sobre o discurso” (ORLANDI, 1995, p. 117). Desta forma, o material recortado para análise – as bonecas de palha de milho – enquanto texto, produzem saberes discursivos. Elas estão num dado local, num dado tempo, servindo a um dado discurso. As bonecas falam.

Figura 1 – Bonecas de palha de milho produzidas em Antônio Prado/RS



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O artesanato é um vestígio material que atualiza aquilo que a cidade quer mostrar como sua história, num acesso restrito ao interdiscurso. Entre crochê, crivo, macramê, e outros, sobressaltam-se as amáveis bonecas de, em média, vinte centímetros, feitas com

restos de palha de milho. Essas bonecas portam vestimentas recatadas. Vestidos compridos e aventais em base de pequenos pedaços de madeira, leve toque de tinta para apresentar feições tímidas. Tais artefatos, produzidos pelos descendentes italianos, já foram brinquedos para as crianças, mas atualmente são vendidos como um *souvenir*.

Segundo os resultados da pesquisa *Artesanato e Turismo: transformações nos saberes e nas trocas*, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (PPGTURH/UCS), quando o artesanato é chamado de *souvenir* ele sofre um deslocamento de sentido, passa a ser um resto, efeito de uma totalidade que nunca poderá ser compreendida. Pedaço que o efeito-sujeito turista tenta se apropriar na tentativa de estabilizar o estranhamento que o deslocar-se gera (CAMPOS, 2016).

É nesse sentido que a palha de milho (Figura 2), enquanto principal material de produção das bonecas, é resto – efeito de uma totalidade. O milho sempre esteve presente nas casas dos imigrantes e de seus descendentes que o produziam para comércio, alimento para os animais e para próprio consumo. É selecionado o milho para venda, retirado o que iria alimentar a família e o que é impróprio para consumo humano ou comércio, serve de alimento aos cavalos, gado, porcos e galinhas. A palha de milho que “não serve para nada”, serve. Serve como preenchimento de colchões, como palheiro para cigarros, para a produção de utensílios decorativos e acessórios, tais como tapetes, chapéus, bolsas e brinquedos. Entre os brinquedos, incluímos as bonecas que eram feitas pela própria criança ou pelos pais e irmãos mais velhos.

Atualmente os colchões de palha de milho foram substituídos pelas molas e espumas de alta densidade; os cigarros de palha, palheiros, foram trocados pelos produtos da indústria tabagista. Poucos utilitários da palha de milho ainda são produzidos nas residências dos descendentes de imigrantes italianos. As bonecas, feitas desses restos, perduraram. Esses objetos, que poderiam lembrar somente a escassez, eram brinquedos para crianças que viviam em meio a faltas e ausências. Bonecas que resistem. Resistem e se (re)apresentam. Antes brinquedos, agora objetos nostálgicos e decorativos.

Nesse sentido, o resto artesanato não une apenas os turistas, enquanto efeito de uma forma sujeito voltada ao consumo e apropriação de determinada cultura que não é a sua e lhe soa estranha. Mas, o mesmo resto, também une os cidadãos de uma mesma comunidade ou que julgam ter uma mesma descendência, mas que materialmente indicam uma classe social. Conforme afirma Hobsbawm (2008), trata-se de um costume de classe ou de profissão,

que pode representar algum direito adquirido por um grupo na prática, como o de imigrante italiano no Brasil, que eles agora procuram ampliar ou garantir de forma perene, através de um objeto-fato simbólico.

Figura 2 – A matéria-prima do artesanato pradense como resto



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

A transformação desse objeto inicia-se com a palha. Desprezada, é recolhida e selecionada para a criação do seu novo propósito. Esses restos, que até mesmo quem tinha pouco, os tinha, são a matéria-prima na produção das bonecas. De resto, a palha toma outro lugar, outro sentido e é elevada a algo precioso, que em Psicanálise, dizemos elevada à dignidade da Coisa.

A Coisa é o que está na ordem do irrepresentável, da falta, do vazio. Freud ([1895] 1996) introduz esse conceito em um de seus primeiros escritos, afirmando que a Coisa é mediada pela relação com a mãe. A mãe, enquanto função materna, proporciona a experiência de satisfação que acarreta a eliminação da tensão desprazerosa. O sujeito é levado a buscar essa sensação em qualquer objeto. Busca o objeto que possa dar essa satisfação inicial, busca a Coisa, o objeto inatingível, da satisfação inalcançável.

Na perspectiva de Lacan, a Coisa (*das Ding*) é o fora-de-significado, é o real do qual o significante padece. O sujeito vai em direção a um objeto sempre na busca da Coisa.

Esse objeto estará aí quando todas as condições forem preenchidas, no final das contas – evidentemente, é claro que o que se trata de encontrar não pode ser reencontrado. É por sua natureza que o objeto é perdido como tal. Alguma coisa está aí esperando algo melhor, ou

esperando algo pior, mas esperando. (LACAN, [1959-1960] 2008, p. 68)

De outra ordem, a Coisa, além de inatingível, por não ser (re)encontrada, é também, indizível. O princípio do prazer que regula o inconsciente não é vinculado a um significante, desta forma, a Coisa (*das Ding*) é inominável.

Para Freud ([1929] 1996) a consciência e o pré-consciente são regulados pelo princípio da realidade e relacionam-se com o mundo exterior. As coisas do mundo humano, da realidade, têm uma estrutura, assim como a linguagem.

Nossas ações sobre as coisas são fruto do pré-consciente e da consciência. Todas essas relações são parte de um universo de saberes presentes no mundo “real”, consciente, o mundo das coisas.

Das Ding não é reencontrado, nem é nomeável, mesmo assim dá sinais de existência pelo funcionamento do sujeito que é calcado na perda do objeto. Desta forma, podemos pensar as bonecas como o estranho para o sujeito, que ao contemplá-las, depara-se com algo perdido. Essa falta se dá pela impossibilidade de se apreender o objeto em sua totalidade. As bonecas aparecem como um fantasma, elas trazem à luz algo que é desse sujeito, que não está disponível e que é doloroso. O sujeito não encontra a Coisa – enquanto experiência primeira e fundadora – encontra o vazio, mas sente que ali, na personificação em palha da mulher, da mãe imigrante há algo não dito.

Segundo Lacan ([1959-1960] 2008), a arte é uma forma de representar a falta que circunda *das Ding*. É ela que expõe o vazio ao apresentar outro objeto que é colocado nesse lugar. É ela que consegue elevar o objeto à dignidade da coisa. Em vista disso, entendo que as bonecas também são obras que ocupam o lugar da Coisa. Criada no âmbito do discurso linear, repetitivo e previsível, a boneca (re)apresenta aquilo que está para além do mesmo.

Isso não significa que esse arcaico modelo de produção esteja fora do aprisionamento da ideologia vigente. A ideologia não tem exterior a ela.

Um dos efeitos da ideologia é a negação prática, pela ideologia, do caráter ideológico da ideologia. [...] Como se sabe, a acusação de estar na ideologia só se aplica aos outros, nunca ao próprio sujeito [...]. Isso equivale a dizer que a ideologia não tem um exterior (para si mesma), mas, ao mesmo tempo, que ela não é nada senão a exterior (para a ciência e a realidade). (ALTHUSSER, 2013, p. 134).

O sujeito é, e só pode ser, o sujeito ideológico. A ideologia se materializa no discurso. As bonecas pradenses, sob o observatório da Análise do Discurso, são produto das relações de força presentes no interdiscurso. Elas estão aí como parte de um discurso sobre a imigração italiana, a serviço dele. Essa análise traz uma perspectiva de visualização do artesanato para além do seu lugar de evidência de objeto decorativo e de representação. O velho e o novo, o mesmo e o diferente, disputam espaço e sentidos na zona fronteira do artesanato. Trata-se de um resto caído de uma memória que se atualiza na atualidade e que mexe com a rede de sentidos. Cabe a pergunta: Até que ponto as bonecas de palha de milho, em seu valor e esforço em evidenciar o discurso sobre a imigração italiana em Antônio Prado, desestabilizariam os sentidos apontando um outro saber?

Referências

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas para uma investigação. In: ZIZEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. 5a. reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. p. 105-142. (Traduzido por V. Ribeiro).

FREUD, S. Projeto Para Uma Psicologia Científica. In: FREUD, S. **Publicações pré-Psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889)**. v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 212-305. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud). Texto original escrito em 1895.

FREUD, S. O Mal-Estar na Civilização. In: FREUD, S. **O Futuro de uma Ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)**. v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 38-92. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud). Texto original escrito em 1929.

HOBSBAWM, E. J. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E. J.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 9-26.

CAMPOS, L. J de. **Relatório técnico de pesquisa do projeto “Artesanato e Turismo: transformações nos saberes e nas trocas”**. Caxias do Sul, RS: Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul, 2016.

LACAN, J. **Seminário, Livro 7: A ética da Psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. (Texto original de 1959-1960)

LAGAZZI-RODRIGUES, S.; ORLANDI, E. P. **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

ORLANDI, E. P. Texto e Discurso. **Organon**, Porto Alegre, RS, v. 9, n. 23, p.111-118, 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29365>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____ **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 10. ed. Campinas, SP: Pontes 2012.

A dialética não tem duas pontas: o maio de 1968 e a Análise de Discurso francesa

Stefany Rettore Garbin²⁷

*“Na greve, a verdade coletiva do trabalho se manifesta. O que vimos em maio, entretanto, foi a greve da verdade.”
(LACAN, [1968] 2008, p. 41)*

Aproximar discurso e trabalho em uma dissertação me levou por caminhos diferentes ao longo de dois anos de mestrado. Um deles foi um retorno à minha área de graduação: a História. Lembro-me das primeiras leituras dos textos de Michel Pêcheux. Era só aparecer o conceito *condições de produção* e, em minha mente, logo se montava uma cena de fábrica funcionando. O aprofundamento nas leituras me mostrou que as semelhanças não eram tão literais.

Conforme o tempo passava, percebi que na tríade dos campos de saber que constituem a Análise de Discurso (AD) – Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise – não havia espaço para o trabalho. Como!? Se o trabalho é o conceito que fundamenta a História como a história das forças produtivas e das relações que se dão através delas: a história da luta de classes. Assim, imitei os passos de Louis Althusser sobre a leitura marxista e busquei compreender a historicidade dos conceitos em AD. Se o fio do trabalho não fazia parte do tecido teórico e analítico, então ele só podia estar solto em alguma parte da costura.

Na dissertação, encontrei o fio e continuei a tecê-lo. Mas, mais do que isso, em meio ao percurso de Michel Pêcheux encontrei o trabalho também como pano de fundo. Ou seja, o contexto de aparecimento da Análise de Discurso na França também conta a história das lutas operárias. Nesse breve capítulo, apresento uma narrativa sobre esse cenário, um olhar sobre a conjuntura intelectual

²⁷Licenciada em História pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestra em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

e política que marca o aparecimento da teoria materialista dos sentidos: o movimento revolucionário de maio de 1968.

O maio de 1968 é um evento inesperado que encena, no teatro político francês²⁸, o que estava por vir. Movimento cuja força, conforme descrito por Sartre e Cohn-Bendit ([1968] 2008), residia na espontaneidade incontrollável. Como isso pôde acontecer em um país ocidental, em paz, industrialmente avançado e de aparente estabilidade política? Como isso pôde acontecer em plena década de 1960, em que os países da Europa Ocidental viviam, como posteriormente denominaram os economistas, a Era de Ouro do capitalismo? Que situação foi essa em que um conjunto de facções universitárias poderia ter tomado o Estado?

No ano em que o maio de 1968 completa cinquenta anos, o olhar no enalço destas questões não é desinteressado. Retomar sua história é um outro modo de significar questões que se reapresentam. Infelizmente, a estética política brasileira não é revolucionária. A política vertical da ideologia dominante endurece as estruturas e atravessa a universidade reclamando um embate no campo teórico. Contra os paradigmas positivistas que pairam sobre nós, tomo a tarefa de seguir apresentando que a única Verdade na Ciência é a História de seus conceitos. O maio de 1968 conta - na história das Ciências Humanas e Sociais – um encontro entre teoria e prática política. Onde, com o rigor da prática a estrutura endurece, *pero sin perder la ternura*.

***'Les trente glorieuses'* ou 'a greve dos satisfeitos'**

Se quisermos delinear a proporção do que um acontecimento tão pontual como o maio de 1968 representou, precisaremos direcionar brevemente nosso olhar para o pós-guerra. Como ressalta Eric Hobsbawm (1995) em *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*, cabe lembrar que em 1968 o mundo estava em plena Guerra Fria. Ou seja, em meio aos quarenta anos em que os dois blocos econômicos antagônicos formados após a Segunda Guerra Mundial - Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS) – passaram na sombra de uma guerra nuclear iminente.

²⁸Essa é uma expressão utilizada em 1852 por Karl Marx em "Os 18 de Brumário de Luís Bonaparte" para se referir à política francesa como um teatro em que o voto é uma participação tanto quanto um ingresso: "Por fim, as eleições gerais haviam assegurado ao Partido da Ordem a maioria na Assembleia Nacional. Nela, os deputados e pares de Luís Filipe encontraram uma legião sagrada de legitimistas para os quais numerosas cédulas de voto dadas pela nação haviam se transformado em bilhetes de ingresso para o teatro político." (MARX, [1852] 2011, p. 98).

Após a vitória dos países aliados, a Europa estava mais propensa à revolução social do que ao livre mercado. Em 1947 ainda estava muito viva a memória da Grande Depressão e os EUA precisavam evitar repeti-la: nem que isso levasse a uma nova guerra. Era necessário reconstruir a economia europeia imediatamente, pois com a URSS fortalecida o futuro do mundo parecia incerto.

Mas, longe de encabeçar uma conspiração comunista internacional, a URSS não tinha uma política expansionista. Saiu enfraquecida da Segunda Guerra, desmobilizou as tropas e adotou uma postura defensiva. Mais do que um desejo de bem-estar aos europeus, o Plano Marshall (1947)²⁹ articulava nos bastidores uma aliança militar antissoviética. No fim das contas, eram duas potências intransigentes, disputando a hegemonia econômica através da venda de armamentos e o conflito teria surgido mesmo sem a diferença ideológica.

Por que, então, o mundo parecia sempre à beira de uma cruzada comunista? Por que os EUA, diferente da URSS, eram uma democracia e um inimigo externo era conveniente para governos que precisavam ganhar votos. Claro que todos os governos europeus ocidentais eram anticomunistas, mas esse não era um elemento sério das políticas internas de nenhum governo. Apenas nos EUA os presidentes eram eleitos para combater o comunismo. Afinal, a questão não era o avanço do comunismo, mas a “manutenção da supremacia americana concreta” (HOBSBAWN, 1995, p. 234).

Embora a guerra nuclear nunca tenha estado realmente próxima de acontecer, seu prelúdio gerou consequências bastante concretas: estabelecer uma linha geográfica de demarcação entre o capitalismo e o socialismo. Acontece que, apesar da tensão gerada pela ‘cortina de ferro’, no início dos anos 1960 e, ao invés de enfrentar graves crises sociais, os países da Europa Ocidental se viram em uma era de prosperidade.

A Era de Ouro ou, como chamaram os franceses, *les trente glorieuses* foi uma combinação de governos conservadores moderados, domínio político e econômico dos EUA, constante ameaça nuclear, internacionalização do mercado e gastos militares exorbitantes. A década de pleno emprego tornou possível uma sociedade de riqueza popular, em que expectativa de vida e a produção de alimentos aumentaram. Toda a economia mundial – capitalista e socialista - crescia a uma taxa explosiva. Isso significa

²⁹ O Plano Marshall - que leva o nome do então secretário de estado norte americano, George Marshall - é o plano de recuperação econômico-social da Europa Ocidental, visando principalmente a Alemanha que, consistia em vastos investimentos financeiros. Política que foi o exato oposto da Primeira Guerra, quando os alemães foram desmilitarizados e obrigados a indenizar as potências aliadas pelos danos causados.

que bens e serviços antes restritos a minorias agora eram produzidos para um mercado de massas: automóveis, combustível, viagens para praias, potes plásticos e, é claro, tecnologia.

O avanço tecnológico transformou completamente a vida cotidiana no mundo rico, e mesmo em menor medida, no mundo pobre. Novidade era o recurso de venda para tudo, pois a crença era de que 'novo' equivalia não só a melhor, mas a absolutamente revolucionado. Quando a tecnologia passou a ditar as regras econômicas, qualquer crescimento precisava passar por 'pesquisa e desenvolvimento'. Um novo processo ligado à produção de conhecimento aplicado passou a fazer parte das condições de produção de um produto e, mais do que isso, passou a ser a parte mais importante desse produto. A produção passa a depender da produção de saberes aplicados. Passa a necessitar dos pesquisadores e das pesquisas que acontecem na universidade.

A inovação passou a ser tão contínua que os gastos com pesquisa se tornaram parte cada vez mais indispensável dos custos de produção. Logo, "a grande característica da Era de Ouro era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos gente, a não ser como consumidores" (HOBBSAWN, 1995, p. 262). Entretanto, esse foi um problema a longo prazo, porque o crescimento da produção era tão grande que a classe operária industrial manteve e até aumentou o número de postos de trabalho.

Muito embora esse aumento não se destinasse a qualquer empregado. Junto com a tecnologia, veio a oferta de ocupações que exigiam educação secundária e superior. Assim, o ensino universitário - insignificante na Alemanha, França e Grã-Bretanha antes da Segunda Guerra - aumenta subitamente a ponto de constituir em 1968 uma força social e política: "No fim da Segunda Guerra Mundial havia menos de 100 mil estudantes na França. Em 1960 eram mais de 200 mil e, nos dez anos seguintes, esse número triplicou para 651 mil." (HOBBSAWN, 1995, p. 295)

A maior parte da humanidade continuava pobre, mas o que poderia ser pobreza para um trabalhador na França com comida na geladeira que espera conseguir pagar a parcela do carro e passar as férias no litoral? Para o trabalhador que conseguia mandar os filhos para universidade e garantir para eles um futuro diferente? Era como se a promessa do progresso capitalista estivesse sendo cumprida. O capitalismo foi reformado até ficar irreconhecível e a reforma foi feita em nome da memória econômica da década de 1930.

A Grande Depressão foi catastrófica em todos os países e nenhuma potência pós-guerra sonhava em voltar ao livre mercado irrestrito. A 'lição' se traduziu em medidas concretas. Com o retorno do livre mercado fora de questão, era preciso dirigir as economias de

um modo que antes teria sido rechaçado como 'socialista'. A Era de Ouro só foi possível por essas *economias mistas*, ou seja, uma adaptação de ideias soviéticas de planejamento e administração à uma economia capitalista. Forma muito semelhante à que Grã-Bretanha e os EUA conduziram suas economias durante a Segunda Guerra.

A Era de Ouro era baseada em um consenso, onde a mão de obra recebia salários e benefícios que cresciam regularmente e o Estado mantinha o sistema previdenciário. Existia então, pela primeira vez, uma economia de consumo de massa com base no pleno emprego e no consumo constante. O equilíbrio político parecia inabalável. O maio de 1968 e o ímpeto de um processo revolucionário encabeçado por estudantes pegaram de surpresa políticos e intelectuais da época. Ninguém poderia esperar que uma reivindicação estudantil fosse mudar as Ciências Humanas e Sociais ou se transformar em uma greve geral.

Como veremos adiante, os movimentos estudantis não tiveram grande impacto político ou econômico. Porém, era um sinal de que esse equilíbrio já não poderia durar. Isto porque a estabilidade dependia do crescimento da produção e da capacidade dos consumidores de comprá-la. O maio de 1968 anunciava que aquilo que os reformistas da Era de Ouro chamavam de *consenso social organizado* estava cedendo.

O mais impressionante é que seus protagonistas foram jovens, ou seja, um grupo que até então não era sequer uma camada social separada, que dirá uma força política revolucionária. Milhares de estudantes e jovens eficazes em expressar o descontentamento tornam-se uma força política e social. Mas porque um processo revolucionário? Primeiro, para os jovens filhos de operários o ensino superior não representava uma recompensa em si. As universidades mudaram, lotaram os centros históricos com residências estudantis, aumentaram significativamente, mas continuavam a ensinar à maneira clássica e vertical. Havia um ressentimento contra o autoritarismo e contra a universidade em si que, para esses jovens, já não era uma garantia para nada.

Ainda, há um abismo entre essa geração de estudantes pós-guerra e seus pais. A geração anterior ainda era capaz de se comparar ao mundo antes da Segunda Guerra. Mas a insatisfação dos jovens não era amortecida pela memória. Por isso a agitação estudantil explodiu no auge do grande *boom* econômico mundial. A juventude se dirigia contra aquela sociedade sem precisar compará-la com o passado. O radicalismo do maio de 1968 foi um choque porque vinha de um grupo não afetado pela insatisfação econômica. As mobilizações e greves por melhores salários e condições de

trabalho vieram quando os operários sentiram que podiam pedir mais ainda.

As duas pontas da ferramenta revolucionária

Até aqui vimos porque o maio de 1968 é descrito como uma ruptura. Vimos também que seu grande impacto não foi político – o regime vigente do general De Gaulle não foi derrubado. Como veremos mais adiante, apesar de mobilizar quase 10 milhões de trabalhadores na maior greve geral da história, o movimento também não teve grandes consequências econômicas. Outro ponto que nosso panorama histórico ainda não enlaçou é a principal característica política do movimento: a esquerda. Vimos que um certo ressentimento atraia esses jovens - empurrados por seus pais para universidade para uma ascensão social - para o ideal revolucionário. Mas de onde vinha essa inspiração?

Trago abaixo um dos cartazes produzidos pelos estudantes, que nos ajudará a juntar as 'duas pontas' da conjuntura francesa:

Figura 1: Litografia produzida no Atelier Populaire, Escola de Belas Artes da Sorbonne.



Fonte: <http://lire-ecouter-voir.blogspot.com.br/2008/02/latelier-populaire-et-les-affiches-de.html>

Uma caneta, instrumento universitário, e uma chave inglesa, instrumento proletário. Como ilustra o cartaz, podemos entender o maio de 1968 como um momento em que os propósitos políticos e intelectuais pareciam formar um todo. Manteremos os dois lados em mente, porém nosso ponto de partida agora é a caneta. O maio de 1968 foi encabeçado por estudantes. Se começamos pela caneta é também porque as explicações teóricas podem dizer mais sobre o momento político do que a política do momento.

Maio de 1968 começou na Universidade de Nanterre, em torno das reformas no setor educacional. No livro *História do Estruturalismo: o canto do cisne de 1967 aos nossos dias*, François Dosse (1994) explica o que foi o 'pensamento de 68' com base nas perspectivas de duas personalidades que lecionavam em Nanterre: o sociólogo Alain Touraine e o filósofo Henri Lefebvre.

Touraine fazia um paralelo entre os movimentos estudantis e os movimentos operários e entendia que a universidade deveria ser o lugar da ação e mudança da sociedade. Lefebvre, por sua vez, combatia o estruturalismo na teoria e na política, por ser uma negação do movimento dialético da história. Com base nessas posições teóricas podemos ver como o cenário do maio de 1968 vai se desenhando, até chegar à ilustração acima.

Mas o que era mesmo o estruturalismo, para que os estudantes o combatessem? Brevemente: o estruturalismo surge após a publicação em 1916 do *Curso de Linguística Geral* de Ferdinand de Saussure. Essa obra é um marco nas Ciências Humanas e Sociais, pois nela, Saussure rompe com as teorias linguísticas que buscam explicar as palavras e o sentido através da gênese histórica. Saussure propõe um corte epistemológico³⁰ entre *língua e fala* e estabelece a Linguística como uma ciência, que busca compreender a estrutura e organização da *língua*, enquanto um sistema que é, ao mesmo tempo, individual e social.

A Linguística era a ciência piloto, por delimitar um objeto que servia de contraponto científico à descrição filosófica dos fenômenos, ao empirismo e ao historicismo. Porém, no final dos anos 1960 os jovens brandem contra a universidade: as estruturas não vão às ruas. Ou seja, o estruturalismo não era capaz de explicar a realidade. Para os jovens, as teorias não davam conta dos problemas sociais.

No meio universitário, os gritos de morte do estruturalismo. Nas ruas, cartazes e pichações expressam o desejo de alinhamento entre a luta de estudantes e operários. Em meio à inspiração maoísta de libertação cultural e o esgotamento do socialismo real stalinista, a luta contra o autoritarismo se aliava no plano teórico à crítica ao estruturalismo: pelo fim das ideologias.

Os estudantes clamavam por uma mudança na relação discente-docente e atacavam abertamente os mandarins³¹. Ocuparam as universidades, as ruas, lecionaram seus próprios

³⁰ Esse é o famoso 'corte saussuriano' que consiste em uma divisão metodológica. Isto é, separa para análise partes que na realidade são constitutivas do objeto.

³¹ Na China a Revolução Cultural extinguiu os mandarins, isto é, doutores titulares clássicos, que ocupavam cargos públicos. O termo passou a ser empregado na França pela influência maoísta e os estudantes chamavam de mandarins os professores clássicos que teriam a pretensão de exercer um monopólio do saber.

seminários. Contra o estruturalismo e contra seus representantes, toda a epistemologia das Ciências Humanas e Sociais foi colocada em questão.

Entre os mandarins, o principal alvo será o filósofo materialista Louis Althusser. Lutar pelo fim das ideologias, criticar o estruturalismo com base na dialética da história e ser contra Althusser. Soa estranho? Por questionar a possibilidade de relacionar as questões da ideologia e da ciência com a prática e com a luta de classes, Althusser será chamado de teoricista. Segundo os estudantes, seus conceitos inaplicáveis teriam feito da ideologia um mecanismo abstrato e determinista (DOSSE, 1994), julgamento que sua obra carregará para além do maio de 1968.

Não só pela postura teórica Althusser será atacado, mas também por ter permanecido no Partido Comunista Francês (PCF), crítico frente a onda maoísta. Os estudantes acreditavam que o movimento era a síntese da crítica à alienação da humanidade presente nos estudos do jovem Marx (DOSSE, 1994). Já os althusserianos se fragmentaram em duas tendências: uma teoricista e cientista, que permaneceu principalmente nas dependências do PCF; outra que se relacionava mais de perto com a psicanálise e privilegiava a noção de ruptura, dando atenção aos acontecimentos.

Como descreve Roudinesco (1995) em *Genealogias*, política e teoria caminhavam juntas o que levou essa geração de intelectuais de 1968 à questão de aderir ou não ao PCF. Courtine (2010), em uma entrevista para a *Revista Organon* em 2010, explica que os autores incluídos no percurso teórico de Michel Pêcheux³² (e isso incluía a ele próprio) formavam “uma corte de militantes comunistas”. A política e o marxismo eram o cotidiano dos intelectuais.

A revolução começou nas universidades e se estendeu às províncias e aos operários. Uma geração de jovens estudantes anunciava, conforme descrito por Jean Paul Sartre e Daniel Cohn-Bendit ([1968] 2008), um espírito novo na busca de uma reinvenção das formas de existir e de se relacionar com o mundo. Uma geração de trabalhadores - que só conheceu a experiência da insegurança econômica do entre guerras através dos livros de história - descobria que os aumentos constantes negociados pelos sindicatos eram muito menos do que podiam conseguir dos empregadores. Chegamos até a outra ponta da *Figura 1*, a chave inglesa, os trabalhadores entraram em greve.

Contra um movimento estudantil o regime não estava em risco. Mas ao recuar perante jovens desarmados na rua, De Gaulle acabou

³²Além do próprio Courtine, esses pesquisadores são Denise Maldidier, Régine Robin, Elisabeth Roudinesco, Paul Henry, Michel Plon, Françoise Gadet.

criando a situação que evitava. As manifestações se espalharam e levaram à mobilização operária. Com a greve o general vai forçar a repressão ao movimento. Justamente, a *união* entre estudantes e operários aconteceu no enfrentamento. Ou seja, quando a situação já era bem diferente daquela do início das agitações estudantis. A repressão do Estado serve como elemento unificador das duas pontas.

O que era um movimento estudantil de subúrbio se tornou uma greve geral espontânea e desordenada. Os trabalhadores rejeitaram o acordo negociado em seu nome entre sindicatos e governo. Os estudantes montaram barricadas. Daí a reação de De Gaulle ser diferente, é nesse momento que ele coloca o exército na rua. Fez isso, não porque os estudantes, e menos ainda os operários, tentariam de fato tomar o poder. Fez isso porque o descrédito do governo frente ao movimento deixava um vazio político que somente o PCF teria força para ocupar (HOBSBAWM, 1982).

Só que o PCF não tinha mobilizado as massas que o empurraram para o centro do poder e nem soube utilizar essa força para unir os grupos de oposição. A esquerda francesa não estava preparada para ocupar o lugar deixado vazio da desintegração do gaullismo. Logo, o general teve apenas de jogar com as armas da Guerra Fria: o medo da revolução.

Para Hobsbawm (1982), Alain Touraine é quem escreve a análise mais lúcida ao dizer que, além de um inimigo abstrato (o sistema), havia um aliado abstrato sobre o qual quase nada se produziu. Ninguém compreendia nada sobre as fábricas e escritórios que produziram dez milhões de grevistas e pouco se escreveu sobre a greve geral. O caráter do movimento não era político, apenas usava uma fraseologia política. Não havia uma situação ou um objeto unificador, somente um ideal revolucionário.

Aos poucos, o movimento vai esfriando e as centrais sindicais fragmentam as negociações para o fim da greve. Um ano depois, De Gaulle renunciou e fez eleições legislativas em que seus aliados venceram. O fracasso político do movimento foi sentido como a expressão do peso das estruturas (DOSSE, 1994). Após o arrefecimento do movimento, temos a História de volta ao centro das interrogações intelectuais nas universidades. O efeito teórico do fracasso revolucionário será uma tentativa de dinamizar as estruturas a partir da crítica ao modelo empirista.

Acontece que pensar as estruturas dos processos já abarcava, há muito tempo, uma crítica ao modelo empirista. O maio de 1968 foi o auge do estruturalismo por que é foi um retorno sobre o paradigma empirista, ou melhor, sobre a falta dele: “[...] para a questão de saber em que condições se pode construir um objeto científico no domínio

das ciências humanas. ” (DOSSE, 1994, p. 143). Se um ano depois Lacan retorquirá, “Se há algo que os acontecimentos de maio demonstram é precisamente a saída para a rua das estruturas”³³, é porque o maio de 1968 não mudou a estrutura política e na teoria não avançou, mas acentuou a crítica estruturalista das humanidades clássicas³⁴.

Desse momento em diante, departamentos de Linguística são criados em praticamente todas as universidades. Na busca pelo rigor científico os *retornos a...* Saussure, Marx e Freud são o eixo das discussões intelectuais. A crítica histórica pode ter levantado as barricadas da maior greve da história da França, mas o auge acabou sendo do estruturalismo e não do operariado³⁵.

Algo falha no sonho revolucionário. Michel Pêcheux, que foi aluno de Louis Althusser e frequentou os seminários de Jacques Lacan, inaugura sua produção teórica nesse momento. O aparecimento da Análise de Discurso fez parte desse sonho. Inferência que é possível fazer com base no texto *A respeito do movimento estudantil e das lutas da classe operária: 3 organizações estudantis em 1968*, escrito em 1973. Nesse texto, Michel Pêcheux e Jaqueline Wesselius fazem uma leitura crítica da representação que os estudantes tinham da união com os operários. Os autores analisam o contexto de aparecimento da palavra *luta* nos panfletos impressos entre maio e junho de 1968 por três organizações estudantis. *Luta* contemplava o que foi uma das características do movimento: a fraseologia política. Ou seja, ser uma luta contra o “poder” não importando como este fosse definido.

Não interessa para nós acompanhar a análise, mas direcionar o olhar para a questão que, desde o início, inquietava Michel Pêcheux. O que aconteceu, no maio de 1968, com a união entre prática teórica e prática política? Não se tratava de dois blocos de sentidos (estudantil e proletário) da ideologia dominada unidos contra a ideologia dominante. O movimento estudantil, para Pêcheux e Wesselius (1973), não é um movimento político autônomo. A sua consistência depende de um elemento que lhe é exterior: a referência à luta de classe. Referência que, em maio de 1968, situava-se efetivamente dentro de uma conjuntura de luta, da qual o proletariado participou como elemento decisivo.

³³ Resposta de Jaques Lacan a Lucien Goldman. (DOSSE, 1994, p. 149)

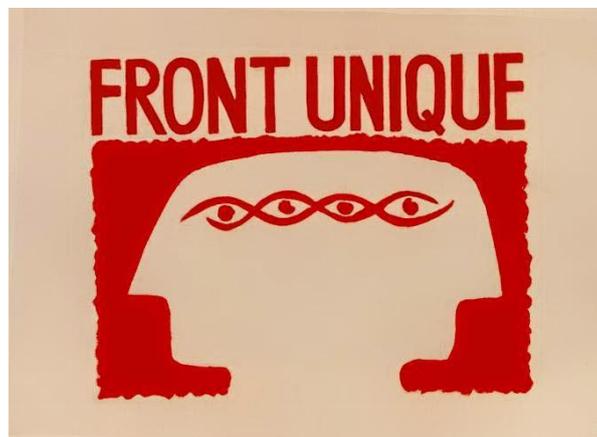
³⁴ Deixo registrada em forma de pergunta o comentário sobre esse trecho feito por Raquel Alquatti: Afinal, será que foi necessário uma tentativa empírica revolucionária para a apreensão teórica do modelo estruturalista? Uma teoria que se apreendeu da prática?

³⁵ Indo a fundo nessa estranha ironia, poderia dizer que a chave inglesa, enquanto representação da força política do operariado acabou inútil, com sua função no processo esquecida, como se nunca tivesse sido nada além de um adorno da caneta.

Os estudantes vão às fabricas convocar os operários em nome de uma transformação radical que, no fim, só será operada na universidade. A institucionalidade do saber deu força ao estruturalismo e não à classe operária. Se algo saiu forte desse movimento de pretensão revolucionária, foi a teoria. Por fim remeto à epígrafe de Jaques Lacan ([1968], 2008) que parece resumir o sentido da greve nos efeitos do maio de 1968. Não é a verdade coletiva do trabalho que se manifestava nas ruas. No maio de 1968 tudo começa como um esforço em unir a prática política e a prática teórica, e acaba como um retorno da teoria sobre a prática. Algo falhou na prática teórica, algo falhou na prática política.

Traços desse mesmo ideal moveram os primeiros estudos de Michel Pêcheux, onde a prática teórica (caneta) e a prática política (chave inglesa) formariam as partes de uma única ferramenta de transformação social. Em suas primeiras formulações, as bases teóricas são publicadas separadamente das bases analíticas. Trago outro cartaz do maio de 1968 para pensarmos essa divisão. A imagem de um sujeito fragmentado que nos remete a uma unicidade em contradição:

Figura 2: Litografia produzida no Atelier Populaire, Escola de Belas Artes da Sorbonne.



Fonte: <http://lire-ecouter-voir.blogspot.com.br/2008/02/latelier-populaire-et-les-affiches-de.html>

De um lado, o pseudônimo Thomas Herbert, que em 1966 publicou *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social* e, em 1967, publicou *Observações para uma teoria geral das ideologias*. Artigos onde afirma que a Psicologia, a Sociologia e Psicologia Social não são ciências, pois sem ter um objeto capaz de romper com a continuidade

ideológica da técnica, não fazem mais do que uma reprodução das práticas sociais.

Do outro, um Michel Pêcheux que, durante o período das publicações de Herbert, estava no CNRS, aparentemente, estudando balelas (MALDIDIER, 2003, p.17). Em 1968 ele defende sua tese, um dispositivo informático de leitura: *Analyse automatique du discours (AAD)*³⁶. Diferente dos textos sob pseudônimo seus questionamentos sobre a Psicologia Social e Sociolinguística partem da Linguística.

Na relação constitutiva entre o dispositivo de análise automática - AAD69 - e o discurso político poderíamos acrescentar aos reflexos do ‘estranho espelho’³⁷ o paralelo entre o que falhará mais tarde em *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*³⁸ e o que falhou no maio de 1968. Afinal “a elaboração da disciplina no fim dos anos 60 não seria só um artefato conjuntural? A questão merece ser posta.” (MALDIDIER, 2003, p. 75).

Afinal, não é disso mesmo que estamos falando? Não houve e não há homogeneidade na prática política. Não houve e não há síntese teórica possível. O princípio da luta de classes não é dominação, mas a dialética. Se o arrefecimento da luta política após o fim da greve é sentido como o peso das estruturas (DOSSE, 1994), era necessário *ouvir* o que vinha do interior do movimento operário.

Michel Pêcheux fez essa escuta e sua força política é o que Courtine chamou de ‘cadáver no armário’ da Análise de Discurso, tal como ela se desenvolve até hoje na França: “a política é o *péché* – ou o Pêcheux, quem sabe? - original da AD” (NUGARA, 2010, p. 2). Frente única, olhos no mesmo foco e um sujeito dividido. Vejo na imagem do maio de 1968 as palavras de Maria Cristina Leandro Ferreira (2016, p. 30), sobre um teórico que “soube, como ninguém, construir uma unidade dos contrários em torno de si, mobilizando os valores dialéticos que sempre sustentaram seu olhar teórico e político”.

Essa é a Análise de Discurso e o Herbert/Pêcheux que tentei mostrar. Para mim, antes do homem no “Cavalo de Tróia” descrito por Paul Henry (2014), há algo em Michel Pêcheux além da ambição em

³⁶Análise Automática de Discurso é publicada na França no ano seguinte, por isso me refiro-me a ela como AAD-69.

³⁷ “O estranho espelho da análise de discurso” é o prefácio do livro de Jean-Jacques Courtine ([1981] 2009) *Análise do discurso político: discurso comunista endereçado aos cristãos*, em que Michel Pêcheux discute a conjuntura de aparecimento da AD.

³⁸ *Les Verités de La Palice* – título original em francês – é o segundo livro de Michel Pêcheux, onde o autor aprofunda e reúne o dispositivo analítico da AAD-69 e a construção teórica feita como Thomas Herbert. Em 1982, na edição inglesa, Michel Pêcheux inclui em anexo na publicação o texto: *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, onde será repensado o funcionamento fechado da estrutura. A Análise de Discurso, nas palavras dele, “ia, sem dúvida, bem demais” (PÊCHEUX [1982] 2014).

produzir uma mudança no interior das ciências sociais. Acredito que a aventura teórica pode ter começado junto com o maio de 1968: como um projeto de dois lados em uma fantasia de totalidade. Mas o comprometimento político de Michel Pêcheux com a luta de classe não sofreu revisão teórica. O olhar junta os lados, pois o foco é a dialética.

Referências

COHN-BENDIT, Daniel; SARTRE, Jean-Paul. A expansão do campo do possível. *In*: CONH, Sergio; PIMENTA, Heyk (orgs.). **Maio de 68**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo**: o canto do cisne de 1967 aos nossos dias. Campinas: Editora da Unicamp, v. 2, 1994.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Pêcheux, nossa bússola inspiradora. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; DEN NARDI, Fabiele Stockmans (orgs.). **A análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas: Pontes, p. 21-34, 2016.

HENRY, Paul. Os fundamentos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony [et al.]. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. *In*: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes Editores, [1966] 2014.

_____. Observações para uma teoria geral das ideologias. **RUA**, Campinas, SP, n. 1, p. 63-89, [1967] 1994.

HOBSBAWM, Eric J. Maio de 1968. *In*: _____. **Revolucionários**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, cap. 24, p. 235-244, 1982.

_____. **Era dos Extremos**: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 16**: de um outro ao outro. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro: Zahar, [1968] 2008.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MARX, Karl. **Os 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, [1852] 2011.

NUGARA, Silvia. Entrevista com Jean-Jaques Courtine. **Organon**, Porto Alegre, v.4, n. 48, 2010.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do obvio. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 2014.

_____; WESSELIUS, Jaqueline. A respeito do movimento estudantil e das lutas da classe operária: 3 organizações estudantis em 1968. *In*: ROBIN, Régine. **História e linguística**. São Paulo: Cultrix, [1973] 1977.

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. *In*: **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do obvio. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1982] 2014.

_____. O estranho espelho da Análise do Discurso. *In*: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP, EDUFSCar, [1981] 2009.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Genealogias**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. 28 ed. São Paulo: Cultrix, [1916] 2012.

Dilúvio MA: acontecimento discursivo e corte analítico na cidade

Thaís Alves Ghenês³⁹

São nos territórios fronteiriços entre a arte e a psicanálise que se pretende articular tais campos do saber para (a)bordar o sujeito contemporâneo. O dispositivo teórico analítico metodológico é a Análise de Discurso (AD) de linha francesa, que tem como principal precursor Michel Pêcheux. Assim, objetiva-se aproximar a performance e a psicanálise para discutir os pontos de silenciamento no campo social, considerando o sujeito no entremeio da Psicanálise, da Linguística e da Ideologia, como nos propõem a AD (FERREIRA, 2007).

O *corpus* de análise escolhido são duas imagens da performance “*Dilúvio MA – A possibilidade da arte sobre as águas de Porto-Alegre*”, da oficina *Arte e Sustentabilidade em Intervenções Urbanas* do projeto ECOPOÉTICA. A concepção e pesquisa da obra é de Rosendo Rodrigues com criação de Marina Mendo, compondo ambos a instalação artística. As imagens que operam como sequências discursivas (SD's), são captadas por Gabriel Dientsmann e Natalia Utz, disponíveis no Acervo Projeto Eco-poética (<https://projetoecopoetica.com>).

As SD's tangenciam questões político-ideológicas e suas contradições na estrutura social, considerando as condições sócio-históricas na relação entre os sujeitos e o espaço urbano. A SD1 estabelece na cena o circuito pulsional das condições de produção da obra, situando pontos de silenciamento no social. Já a SD2 propõem uma análise da relação dos corpos no espaço urbano, assemelhando o analista de discurso, suspenso em andaimes sobre a materialidade

³⁹Psicóloga pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Pesquisadora voluntária do Projeto de Pesquisa ARTESATUR – UCS, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Luciene Jung de Campos (PPGTurH – UCS).

histórica, ao psicanalista que se sustenta sobre os alicerces da linguagem.

A análise da materialidade tem por objetivo transformar a superfície linguística em um objeto discursivo, transformando o discurso concreto em um objeto linguisticamente desuperficializado. Visa deslocar o sujeito frente aos efeitos linguísticos e ideológicos para analisar a discursividade, compreendendo como um objeto simbólico produz sentidos (ORLANDI, 2010).

O circuito pulsional da cena: da suspensão do corpo à suspensão do sentido

Segundo Triska e D'Agord (2013), o conceito de corte na obra lacaniana equipara conceitos como a interpretação e o ato analítico dentro da noção de corte interpretativo. Assim, Lacan refunda a interpretação psicanalítica a partir da proposição topológica da banda de *Moebius*, derivando para o oito-interior ou volta-dupla. Lacan (1961-62/2003) utiliza tal traçado topológico para uma nova proposição de repetição, na qual uma única linha se atravessa para depois se fechar, no ponto em que o traçado se encontra se auto-atravessando. Neste aspecto, propõe pensarmos que se a própria linha é corte cada um de seus elementos será secção, e é isso, portanto, que introduz o significante.

O inconsciente tem uma característica de superfície como um produto do ato, causa que o faz dividido, no qual a interpretação trata de fazer o corte que transforma a estrutura contínua e não-orientável em descontínua e orientável, atualizando o consciente em relação ao inconsciente (TRISKA E D'AGORD, 2013). Para Lacan (1967-68) a operação do ato psicanalítico deve reduzir o sujeito suposto saber a função do objeto pequeno *a*, passado no campo do Outro, o qual historizado não é anônimo, mas identificável e nomeável. A questão do objeto *a* em psicanálise se propõe a uma mudança de perspectiva, onde o objeto se torna ativo e o sujeito efeito.

“No corte da palavra, corte de linguagem descola-se significante de significado – faz-se ato analítico.” (MONTEIRO, 2014, p. 134). Pois, a interpretação é um corte que aponta para o desejo, é o ato como repetição que produz o desejo. Semelhante ao funcionamento da banda de *Moebius*, assim também é o sujeito do inconsciente, que é constituído como avesso para ser depois

destituído. “O sujeito do ato psicanalítico se impõem como sujeito de linguagem, feito e efeito de palavras.” (VÍCTORA, 2006, p. 12)

A repetição enquanto manifestação do desejo na cura é a transferência, contudo, o desejo do analista enquanto corte induz a repetição como ato, pois é a transferência a colocação em ato do inconsciente (LACAN, 1967-68). Deste modo, o corte evocado pelo significante, que produz o vazio, cria um espaço de fluxo para o sujeito falta a ser.

O sujeito do inconsciente influi no corpo, se propulsionando no corpo do outro para atingir o nosso (LACAN, 1974/1993). Assim, de acordo com Rivera (2013), o gesto implica a presença do corpo, mas aponta para fora dele, que endereçado ao olhar se dá como suspensão e perda. “O sujeito é o acontecimento – o sujeito é ato, é gesto, é movimento que transforma o espaço, mas só depois, nunca antes, só depois que o outro empresta a esse gesto seu olhar, seu corpo.” (p. 45)

A performance mostra que o sujeito, na medida em que dar-se a ver, pode aparecer apenas de modo fugaz, efêmero, como efeito de um ato que se dá entre o eu e o outro. Trata-se de um ato cujo trajeto tem que ser cumprido pelo outro, a exemplo do que nos diz Lacan sobre o ato analítico, em que tal ato seria a unidade mínima que resultaria no que o psicanalista chama de efeito sujeito: sujeito, efeito de um ato que se dá num circuito que necessita do outro, o convoca e somente com ele se completa (RIVERA, 2013).

De acordo com Betts (2006), assim como o vazio na psicanálise é o lugar onde o sujeito se inscreve, na obra de arte o artista cria um novo lugar de aparição para a enunciação. Conforme o mesmo autor, no ato artístico, o artista cria uma figura do Outro que fascina por sua imagem e interroga por seu significante, que o convoca a responder de um lugar estranho à familiaridade do eu.

Segundo Pêcheux (2010) a regularização discursiva é vulnerável e suscetível ao rompimento pelo efeito de um acontecimento perturbador à memória que pode deslocar e desregular os implícitos associados ao sistema de regularização anterior, denominado de acontecimento discursivo. Neste aspecto, para Jung de Campos (2013) o acontecimento discursivo é um equívoco que suscita um estranhamento, pois se instala num furo na cadeia de significantes em que aquilo que era familiar não encontra sustentação na cadeia de sentidos estabilizados, processo em que aproxima o objeto achado, velado e desestabilizador manipulado pelo

artista do conceito de acontecimento discursivo. Logo, pensa-se o ato artístico enquanto corte analítico, pois rompe com uma regularidade imaginária para instalar outra cena pela via do furo que produz o equívoco. Assim, "o vazio não é o espaço em que o artista fala. É o lugar em que aparecem o rosto e a voz do Outro pelo viés do toque do artista" (AZOURI, 1997, p.46).

SD 1. Foto de Gabriel Dientsmann e Natalia Utz.



Fonte: <https://projetoecopoetica.com/diluvio-ma-i/>. Acessado em 10 de abril de 2017.

A SD 1 é uma imagem da performance que evidencia a Ponte João Pessoa sobre o Arroio Dilúvio, na qual estão suspensos por uma rede com lixo um homem e uma mulher, ambos pintados de tinta branca, no entremeio da Avenida Ipiranga. Nesta sequência discursiva buscou-se transformar as condições de produção da enunciação, ou seja, seu contexto imediato em superfície textual; a saber: a Ponte João Pessoa, o Arroio Dilúvio e a Avenida Ipiranga.

De acordo com Orlandi (2012), as condições de produção da obra compreendem, fundamentalmente, os sujeitos e o contexto sócio-histórico, também a memória, que faz parte da produção de discurso, acionando as condições de produção. As condições de

produção são consideradas em sentido estrito e, nas circunstâncias da enunciação, seu contexto imediato. Em sentido amplo, as condições de produção consideram também o contexto sócio-histórico ideológico.

Para total canalização e retificação do Arroio Dilúvio foram necessários 20 anos, que resultaram na eliminação da Rua 28 de Setembro, data nacionalmente marcada pela Lei do Ventre Livre e Liberdade de Expressão, assim como a desapropriação de 204 famílias da Ilhota para o Bairro da Restinga, dando lugar a Avenida Ipiranga. A Avenida Ipiranga tornou-se um importante corredor de serviços e comércio, contudo, cresceu de forma fragmentada e irregular questionada pela qualidade físico-espacial de ocupação com o território e deste com o meio ambiente, visto o excesso de lixo e dejetos que tornou as águas um esgoto a céu aberto e um dos maiores problemas sanitário da capital a despeito de sua retificação ter sido considerada a maior obra urbanística do século XX. Enquanto resto de outra época, a Ponte João Pessoa⁴⁰ simboliza o período em que o Riacho era navegável e seu entorno um espaço de lazer, também a reparação de uma perda, do advogado e político João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (NUNES E CÉ, 2009).

As relações que se estabelecem no sistema capitalista são da ordem da perversão, em que há busca do gozo pelo outro transformado em objeto a, o contrário do amor em que o outro é valorizado enquanto sujeito na sua singularidade (COUTINHO JORGE & BASTOS, 2009). Aqui, podemos pensar na relação entre o homem da razão e a natureza, que no sistema capitalista também é posta enquanto objeto de gozo. A escolha pelo trajeto racional que dispensou a curva na Ilhota, em que interesses econômicos se sobrepuseram ao traçado original, desconsiderou o Riacho em sua subjetividade.

Pêcheux (2010) define o conceito de acontecimento discursivo como um ponto em que um enunciado rompe com a estrutura vigente, instaurando um novo processo discursivo. O acontecimento discursivo inaugura uma nova forma de dizer semelhante ao corte analítico. A SD 1 é acontecimento discursivo, pois desencadeia o deslocamento de um enunciado, viabilizando a produção contínua de sentidos outros que surgem. É isto que a arte, na imbricação com os

⁴⁰ Disponível em: http://www3.pucrs.br/php/noticias/noticia_portal.php?codigo=15748

elementos artísticos, faz com a performance de Dilúvio MA: viabiliza outra cena enunciativa na qual convoca o sujeito a ex-sistir.

Portanto, de acordo com Pêcheux (2010), é a perturbação da memória que legitima a regularização dos sentidos, que ao remeter ao que é familiar, fornece novos códigos para que seja possível ler os novos sentidos. A obra, em seu gesto poético, constrói instalações a partir do lixo que é deslocado para a cena artística, produzindo um novo dizer sobre o resto urbano. Contudo, como nos aponta Lacan (1960-61/2010) a finalidade da arte nunca é a representação, pois a Coisa é irrepresentável, assim, a obra quer extrair dos objetos que imita um sentido novo, inédito, que, simultaneamente, surge para cingir, presentificar e ausentificar (LUCERO & VORCARO, 2013).

SD 2. Foto de Gabriel Dientsmann e Natalia Utz.



Fonte: <https://projetoecopoetica.com/diluvio-ma-i/>. Acessado em 10 de abril de 2017.

Na SD 2 a imagem retrata em primeiro plano a performance, há outros elementos na cena, mas destaca-se a rede suspensa com os corpos pintados de branco em meio ao lixo. A superfície da cena cria um estranhamento no olhar do espectador. Os corpos na rede suspensa questionam o lixo enquanto efeito daquilo que é rejeitado pelo próprio sujeito do consumo, sobras que no imaginário capital desaparecem, reproduzindo a relação do homem com a natureza. Para além, os corpos pintados de branco fazem uma aparição pelo avesso, se o pensarmos enquanto denúncia do corpo negro no social.

A escravidão é uma instituição ocidental que os cristãos foram buscar no Império Romano do século IV, para dominar e explorar o trabalho humano. No Brasil, durante os seus quatrocentos anos de história, o trabalho foi majoritariamente escravo, sendo o primeiro a introduzir a escravidão africana nas Américas e o último a abolir o tráfico e a escravidão dos negros (FREITAS, 2000). De acordo com Jung de Campos (2013), a escravidão é uma formação discursiva reveladora das práticas sociais e de posições-sujeito, em que o homem é tratado como mercadoria, passível de ser descartável.

Segundo Orlandi (2011), a forma da cidade e a forma do sujeito, ou seja, o modo como os sujeitos aí estão dispostos, também o modo como se dispõem o espaço, é uma maneira de configurar sujeitos em suas relações, de significá-los. Os sentidos atribuídos aos espaços na cidade, na relação com o sujeito, são atravessados pelo político, significando-os. Assim, os modos de subjetivação se dão na conflitiva entre aquilo que individualiza o sujeito e o que o relaciona ao outro no espaço urbano constituído. Aqui, “o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um só” (p. 201).

Orlandi (2011) distingue a noção de ‘ordem’ e ‘organização’ nos estudos sobre a cidade. Ordem refere-se ao real da cidade, seu processo histórico e seus movimentos. Quanto à organização, está relacionada ao imaginário projetado por habitantes e especialistas do espaço sobre a cidade, organizando-a abstrata ou empiricamente e, em geral, ignorando as necessidades histórico-materiais enquanto instância real.

Percebe-se, que o percurso seguido pelo Arroio Dilúvio silencia sua ordem, propondo uma organização do espaço. Espaço este que significa as relações entre os sujeitos, na medida em que a divisão do espaço físico produzido pelas águas do arroio, em princípio, separou à região precária da Ilhota daqueles que habitavam os lugares com as melhores condições de subsistência.

A imagem é uma linguagem visual que carrega diversos signos, veiculando uma significação, que em sua eficácia simbólica opera enquanto memória social. A imagem do corpo antecede a palavra, contudo, como memória discursiva tem as marcas do já-dito. Neste aspecto, também os indivíduos são interpelados em sujeitos pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes correspondem, pois a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido (PECHÊUX, 1975/1995).

A performance dá-se a ver no real dos corpos, apresentando o significativo das relações de poder no capitalismo constituídas pelo eurocentrismo, remetendo a dominação do homem branco para com o negro. Destacamos aqui, retornando à tese de Bicudo, que o corpo negro carrega em si uma marca, um significativo histórico que produz o retorno de um recalco no social, pois, na medida em que o todo social produz seu apagamento, silencia o evidenciado. Também, considera-se a discriminação baseada em cor e não em etnia, subsumido a de classe (BRAGA, 2016).

Ao questionar o funcionamento da cidade, local em que a obra artística produziu um efeito de sentido, pode-se pensar que as cidades, de maneira mais evidente as grandes metrópoles, reproduzem na sua estrutura as condições de produção. Neste aspecto, o consumismo é um dos sintomas do capitalismo neoliberal em que, contraditório ao excesso de mercadoria produzido, a maioria não tem participação à obtenção dos bens de consumo e, por vezes, nem aos direitos humanos básicos para sobrevivência.

Portanto, nesta perspectiva, podemos considerar o corpo enquanto sustentação do sujeito, que sublinhado ao lado do imaginário, daquilo que a imagem alcança, carrega em si um traço significativo da historicidade discursivizada neste corpo. O corpo branco na relação com a história, nos termos do materialismo histórico, é considerado cidadão de direito, pois detêm os meios de produção da ideologia dominante ao contrário do corpo negro que é espoliado.

De acordo com Coutinho Jorge e Bastos (2009) a passagem da relação entre homens para a relação entre coisas é evidenciada no matema lacaniano do discurso capitalista. A relação entre objetos é um sintoma que recalca a verdade da relação de servidão homem-lobo-do-homem, no qual ao sujeito não é dada outra escolha se não ser explorado, à custa do seu próprio corpo, na produção de um gozo a mais para o capitalista. Também, a ideologia no capitalismo tira o sujeito do desejo, na tentativa desesperada de preencher sua falta e dar conta do vazio, propondo objetos enquanto satisfação plena que lançam o sujeito na ilusão da completude.

Benjamin (1994) ao tratar das relações de produção historiográficas na contemporaneidade, utiliza uma metáfora entre o sonho e o despertar, concebendo o sujeito como intérprete político dos sonhos da história, repetindo a tarefa da psicanálise na lógica do pensamento histórico. Nesta perspectiva, ao abordar os efeitos da razão instrumentalizada iluminista, o filósofo apresenta o anjo da

história. A figura do anjo, com o rosto dirigido ao passado, vê na cadeia de acontecimentos históricos uma catástrofe, na qual incansavelmente acumulam-se ruínas; ele gostaria de acordar os mortos e juntar os fragmentos, mas uma tempestade o lança ao futuro: essa tempestade é o que chamamos de progresso.

Dilúvio MA faz uma (re)apresentação dos destroços visualizados pelo anjo da história, de Walter Benjamin. O ser humano envolto às ruínas, produzidas por si próprio em nome do progresso. Assim sendo, como a tempestade lançou o anjo ao futuro, o Dilúvio (Arroio) lançou à capital porto alegre ao crescimento urbano e econômico, contudo, aquilo que visualizamos como acontecimento histórico é fragmento do que hoje é catástrofe: o esgoto a céu aberto que atravessa a cidade.

Para Lacan (1960/1998) “a arte do analista deve consistir em suspender as certezas do sujeito, até que se consumam suas últimas miragens” (p.253), o que consiste em suspender o significado para fazer surgir o significante. Portanto, pode-se pensar que o analista trabalha nos pontos de junção entre lalíngua e linguagem, entre gozo e desejo, entendendo por lei do sentido o desejo, cingindo o que de gozo escapa para produzir possíveis amarras no campo da significação. Ou, em outros termos, localiza as fixações dos significados para soltar-lhes os nós (RAMOS, 2016). Aqui, também se supõe o analista suspenso em andaimes sobre os alicerces da linguagem.

Considerações Finais

Considera-se que *Dilúvio MA* quebra com a regularidade imaginária do fluxo da cidade, propondo uma nova ordem de apresentação para o lixo e seu entorno, como o Arroio Dilúvio, a Avenida Ipiranga e a Ponte João Pessoa. A análise de tais condições de produção da obra, transpostas em superfície de texto pela imagem, denunciaram as contradições próprias da ideologia na luta de classes, apontando para um sintoma social do capitalismo neoliberal vigente: o transbordamento do gozo pelo excesso, no qual uma das vias possíveis de escoamento é o consumismo. A obra *Dilúvio MA*, elevada a dignidade de Coisa, questiona o sujeito contemporâneo, expõem seu mal-estar e vai em direção ao vazio através da suspensão de uma rede de lixo com corpos sobre o Arroio Dilúvio.

Na obra artística a questão do corpo ganhou evidência, já que na performance os corpos dos artistas funcionaram como tela de

pulsão escópica para projetar o olhar dos passantes, assim como, deliberadamente pintados de branco, ressaltaram as diferenças étnicas e seu funcionamento no espaço urbano. Aqui, a própria cidade foi tomada como um corpo, pensando o sujeito enganchado em seu corpo para poder existir e seu corpo atado ao corpo da cidade.

O sujeito se constitui na linguagem assujeitado pela ideologia, lugar em que o corpo é testemunho e fal(t)a. Tal perspectiva possibilita supor que o hibridismo da cena na performance toma o corpo para protesto na contemporaneidade, num ato de apelo ao outro, à alteridade e ao verbo, que atualmente sucumbem ao desfalecimento. No entanto, ao depositar na organização capitalista a demanda de uma fantasia de superação completa dos males que angustiam o ser humano, afastamo-nos do confronto com as realidades inescapáveis de limitação de nossa própria existência. Neste aspecto, supõe-se que as mazelas do capitalismo produzem um apagamento da poética da vida.

Referências

AZOURI, C. Testemunhos de um encontro com o vazio. In: D. WEILL. **Nota Azul: Freud, Lacan e a Arte** (Tradução Cristina Lacerda e Marcelo Jacques de Moraes). Contra Capa Livraria Ltda. 1997.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história. In: **Obras escolhidas I**. São Paulo: Brasiliense. 1994.

BETTS, J. **Ato analítico, ato religioso e ato de criação artística**. Porto Alegre: Correio da APPOA. 2006. nº 149, Ano XIII.

BRAGA, A. P. M. **Pelas trilhas de Virgínia Bicudo: psicanálise e relações raciais em São Paulo**. Revista Lacuna. 2016. nº 2.

JUNG DE CAMPOS, L. O sujeito na *posição-reciclador* no labirinto dos discursos: aportes da Análise do Discurso, da Psicanálise e da Arte para pensar o trabalho. In: M. Waismann, N. P. Méndez & J. Remedi (Orgs.), **Visões sobre o trabalho, diálogos interdisciplinares**. (pp.189-208). Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Caxias do Sul: EDUCS. 2013.

_____. **À borda da bordadeira: uma costura discursiva. Oficinas de Análise do Discurso: Conceitos em Movimento** (1ª ed). Campinas: Pontes. 2015. vol 1. pp. 65-77.

COUTINHO JORGE, M. A. & Bastos, F. C. P. **Trabalho e capitalismo: uma visão psicanalítica**. Artigos temáticos. 2009.

Acesso em 10 de maio, 2017, de <http://www.uva.br/trivium/edicao1/artigos-tematicos/2-trabalho-e-capitalismo.pdf>

FREITAS, D. Formas de escravidão no Brasil. In: A. Jerusalinsky; A. Merlo; A.L. Giongo (Org.). **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios. 2000.

LACAN, J. **Seminário: O ato psicanalítico**. Livro XV. Notas de Curso. (1967-68).

_____. **Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora Ltda. (1993).

_____. **Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano**. In. Escritos (Trad. Vera Ribeiro.). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. 1998.

_____. **A Identificação: Seminário 1961-1962**. [Tradução Ivan Corrêa e Marcos Bagno]. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife. 2003.

_____. **O seminário, livro 8: A transferência**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller, 2ª.ed. -Rio de Janeiro: Zahar. 2010. [Texto original publicado em 1960-61].

LUCERO, A. VACARO, A. **Do vazio ao objeto: Das Ding e a Sublimação em Jaques Lacan**. *Ágora*. Rio de Janeiro. 2013. vº. XVI, pp. 25-39.

MONTEIRO, M. P. **A topologia de Lacan**. Estudos de Psicanálise. Belo Horizonte-MG. 2014. nº. 41. pp. 133-140.

NUNES, J. S. & Cé, A. R. S. **Avenida Ipiranga: Processo Evolutivo ao Longo do Século XX**. X Salão de Iniciação Científica – PUCRS. 2009.

ORLANDI, E.P. Texto e discurso. **Organon**. 2010. v9 (23). p. 111-118. Acesso em 20 de Setembro, 2016, de www.seer.ufrgs.br/organon

_____. A casa e a rua: uma relação política e social. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre. 2011.

_____. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes. 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. São Paulo: UNICAMP. 1995.

_____ Papel da Memória. In. P. Achard, Et. al. **Papel da Memória.** (J. H. Nunes Trad.). Campinas, SP: Pontes Editores. 2010. 3ª ed. pp. 49-58.

RAMOS, C. Desejo e Sintoma: versão e a-versão do sentido. In. J. S. Cavallari; L. J. S. Baldini; M. A. Barbai (Orgs.). **Discurso e Psicanálise: a-versão do sentido.** Campinas, SP: Pontes Editores. 2016. pp. 89-99.

RIVERA, T. **O avesso do imaginário: arte contemporânea e psicanálise.** São Paulo: Cosac Naify. 2013. 432 pp.

TRISKA, V. H. C. & D'Agord. M. R. L. O corte interpretativo em psicanálise. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** 2013. v.29 (4). pp. 361-367.

VÍCTORIA, L. G. **A lógica do ato psicanalítico.** Porto Alegre: Correio da APPOA. 2006. n. 149, Ano XIII.

Nação do Maracatu Porto Rico e percursos de subjetivação: discursos de (r)existência

Lahana Sambaquy Gomes⁴¹

O Maracatu Nação é uma manifestação de cultura popular que surgiu no cenário urbano das ruas da cidade de Recife (PE), e foi registrado em 03 de dezembro de 2014 como patrimônio cultural imaterial nacional. O registro se efetivou no livro *Formas de Expressão*, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O que caracteriza o Maracatu Nação em relação aos grupos percussivos espalhados pelo Brasil e pelo mundo é a ligação com as tradições religiosas de matriz africana e com os terreiros. O sentido de comunidade também é uma característica essencial das nações de Maracatu, pois elas se formaram no contexto das comunidades onde os seus membros residem (LIMA, 2014).

As vivências dos integrantes das nações se manifestam na sua linguagem, suas práticas cotidianas e suas relações. Elementos como a música, a letra, a dança, assim como o cortejo, os personagens e a singularidade da própria linguagem são descritos e relacionados ao contexto histórico no qual vêm se construindo. As interfaces dos estudos do folclore com a história e a antropologia fornecem articulações acerca dos sentidos desses elementos no contexto de seu surgimento no período colonial, bem como a ressignificação que tem pelos sujeitos que fazem parte das nações de Maracatu em atividade atualmente no Brasil (LIMA, 2014).

O Maracatu Nação é parte integrante do cotidiano dos sujeitos que compõem as nações, enquanto experiência de sua fé. Além dos laços que essa manifestação cultural mantém com a ancestralidade, ela também é atravessada pelos laços familiares e comunitários. Somando-se a isso, os espaços em celebrações carnavalescas como o Concurso das Agremiações Carnavalescas, a Noite dos Tambores Silenciosos e a Abertura do Carnaval, conferem lugar de legitimidade

⁴¹ Graduanda de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista de Iniciação Científica voluntária do Projeto de Pesquisa Artesatur (PPGTurH-UCS), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Luciene Jung de Campos.

perante as comunidades, aos outros grupos e ao poder público (Inventário Nacional de Referências Culturais)

O IPHAN assim descreve o Maracatu Nação:

Com a grande maioria dos grupos concentrada nas comunidades de bairros periféricos da Região Metropolitana de Recife, também é conhecido como Maracatu de Baque Virado. Essa forma de expressão cultural apresenta um conjunto musical percussivo a um cortejo real, evocando as coroações de reis e rainhas do antigo Congo africano. Os grupos apresentam um espetáculo repleto de simbologias e marcado pela riqueza estética e pela musicalidade, assim podem ser traduzidas as apresentações de grupos de maracatu, em Pernambuco. O momento de maior destaque consiste na saída às ruas para desfiles e apresentações no período carnavalesco. Para o Iphan, o valor patrimonial do Maracatu Nação reside sua capacidade de comunicar elementos da cultura brasileira e carregar elementos essenciais para a memória, a identidade e a formação da população afrobrasileira. Entendido como uma forma de expressão que congrega relações comunitárias, o Maracatu Nação permite o compartilhamento de práticas, memórias e fortes vínculos com o sagrado.⁴²

Essa manifestação de cultura popular se constitui, conforme Alencar (2015), pelos seguintes elementos:

- **Percussão:** orquestra composta por maracatuzeiros, também chamados batuqueiros. Tocam instrumentos como: alfaias, caixas, atabaques, taróis, gonguês, abês e mineiros.
- **Loas e toadas:** canções entoadas pelos batuqueiros, nas quais o mestre faz a chamada (primeira voz) e os batuqueiros respondem (segunda voz).
- **Calungas:** bonecas negras de cera ou de madeira representam eguns (espíritos de pessoas que faziam parte da nação e tinham ligação com a religiosidade). As calungas têm nomes diferentes e protegem a nação. No cortejo, são carregadas pelas damas de paço.

⁴² Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/504/>

- **Corte real:** composta por personagens (rei, rainha, princesa, dentre outros) que utilizam vestimentas com grandes armações, tecidos bordados e brilho.
- **Cortejo:** estandarte da nação, seguido pela corte e por último a percussão.

Dado que a materialidade abordada trata-se de uma produção cultural e folclórica negra, originada no período colonial no Brasil e vem (r)existindo até o presente enquanto tal, é imprescindível contextualizá-la no âmbito das relações étnico-raciais. Segundo Vannuchi (2012), a sociedade brasileira contemporânea, sobretudo os sujeitos negros, é afetada pelas marcas de um Brasil constituído com base na exploração do trabalho escravo e na desumanização dos que foram sequestrados e escravizados. Essas práticas se iniciaram no século XVI e se estenderam até o final do século XIX. As múltiplas violências legitimadas pela sociedade branca contra a população negra no período colonial e nos anos subsequentes deixaram marcas na sociedade brasileira, que se presentificam no racismo em suas diversas formas.

A constituição das relações étnico-raciais no Brasil tem implicações nas formas de subjetivação que ocorrem a partir de movimentos de (r)existência e de reafirmação do protagonismo negro. A subjetivação à luz da Análise do Discurso francesa (AD) é apresentada por Magalhães e Mariani (2010) enquanto processo dialético de constituição do sujeito a partir de processos que são histórico e socialmente construídos – linguagem, seus sentidos e formações ideológicas – e de inscrição desse sujeito nesses processos histórico-sociais nos quais está inserido e implicado.

No Maracatu Nação, esses processos ocorrem através da expressão cultural, articulando, na percussão, na dança, nos personagens e no cortejo, narrativas acerca de vivências histórico-culturais que marcam esses sujeitos.

A Nação do Maracatu Porto Rico, sobre a qual esse estudo direciona um olhar, carrega, na sua vivência e na disseminação da tradição do Maracatu, as marcas da sua história. No site oficial da nação, consta que foi fundada no dia 07 de setembro de 1916 e localiza-se atualmente no bairro do Pina, na cidade de Recife, em Pernambuco. É a nação com mais títulos do carnaval de Recife⁴³.

Para tratar dos processos de subjetivação, este estudo aborda como materialidade a letra da loa 13 de maio, da Nação do Maracatu

⁴³ Disponível em: <http://nacaoportorico.maracatu.org.br/porto-rico/>

Porto Rico, tendo a AD como dispositivo teórico-metodológico de análise.

A AD, teorizada por Michel Pêcheux, aborda o sujeito entremeado no enlace entre a Linguística, o Materialismo histórico e a Psicanálise (FERREIRA, 2010). A articulação entre linguagem, ideologia e sujeito permite uma posição crítica do pesquisador, em que esse realiza uma leitura do sujeito em relação aos processos linguísticos e sócio-históricos que o antecedem (ORLANDI, 2013). É retomada, nesta pesquisa, a noção de memória discursiva, que circunscreve registros de ordem coletiva e guarda traços ideológicos, enquanto memória social que movimenta sentidos no discurso. Abarca o que é memorável e aquilo que é esquecido ou mesmo apagado (INDURSKY, 2011).

Os debates acerca das relações étnico-raciais: das violências legitimadas aos movimentos de (r)existência

A discussão das relações étnico-raciais agrega múltiplos processos e sentidos que se constituíram no decorrer da história desde o período colonial. O termo *étnico-racial* abarca uma rede de sentidos mais ampla do que a questão da raça. O conceito de raça reduz esses debates a uma ideia de seres humanos biologicamente inferiores. Essa ideia, que desumaniza o sujeito negro, foi construída a partir do interesse político e econômico de exploração da força de trabalho dos negros no Brasil no período colonial. Tratando-se de relações étnico-raciais, é possível abranger o conceito de raça, ressignificado enquanto "raça social", já que biologicamente não existem diferentes raças humanas. Esse conceito é mantido no termo, uma vez que é dotado de sentidos acerca da construção dessas relações no país (LIMA, 2008).

A presença desse conceito permite que se discuta o racismo e as violências nas quais se presentifica. Para além da raça, o termo étnico-racial agrega a etnia enquanto lugar simbólico e político, que tem a afrodescendência como referência social, histórica e cultural. As relações étnico-raciais se deram primordialmente na sociedade brasileira pela exploração da mão de obra escrava e depois pela reprodução de discursos racistas. Contudo, há possibilidades alternativas de abordagem dessas construções. Há outras narrativas que reafirmam posições-sujeito pela ressignificação dos sentidos dessas relações.

Materializam-se, na loa 13 de maio, os registros da memória discursiva que marca a expressão cultural do Maracatu na Nação

Porto Rico. Sua história é marcada por períodos de inatividade e de reinvenção, e hoje é a Nação de Maracatu com mais títulos do carnaval de Recife. A cultura popular do maracatu vem (r)existindo a várias formas de repressão através da história. A Nação Porto Rico é atravessada por esses movimentos e se constitui também pela (r)existência.

A loa 13 de maio faz referência ao dia, no ano de 1888, em que foi assinada a Lei Áurea. Essa lei libertou 723.419 negros que ainda estavam escravizados. Esse número enuncia a verdade por trás do mito de que a escravidão já era quase inexistente no Brasil no momento da abolição. Embora essa data seja significativa enquanto um marco na conquista da liberdade, ela não se resume a si mesma, mas decorreu de 65 anos de luta, desde a Assembleia Constituinte de 1823 (Senado Federal, 2012).

Contudo, 65 anos de luta, registrados formalmente por meio de mecanismos legais, não parecem ser suficientes para descrever os movimentos de (r)existência que acontecem desde que se iniciou o processo de escravização de sujeitos no Brasil. Albuquerque e Fraga Filho (2006) reiteram a atuação dos negros no processo de abolição, cujas práticas subversivas enfraqueceram o sistema vigente. Embora ainda houvesse número significativo de escravos no período da abolição, os movimentos de (r)existência e de luta pela libertação fragilizaram as instituições imperialistas, tornando a assinatura da Lei Áurea um acontecimento inevitável.

Na materialidade, há movimentos de contraidentificação em relação à FD colonizadora, cuja reprodução de sentidos atua na manutenção de discursos racistas. A contraidentificação carrega um caráter de denúncia do racismo expresso pela desumanização do negro, na SD1:

*Entre grandes heróis mostramos,
que o líder maior Zumbi,
nunca foi o bicho mau da história
que muitas vezes na escola
com medo ouvi*

Ainda na SD1, está presente também uma denúncia do apagamento do negro como sujeito de sua história, o que também ocorre na SD2:

*Viva 13 de maio
"negro livre no Brasil",
mas a bem da verdade foi um
"primeiro de abril".*

Uma vez contraidentificado em relação aos traços da FD que

atuam na (re)produção do racismo, o sujeito do discurso inscreve outras narrativas, e a partir desse deslizamento de sentidos, tensiona as fronteiras entre o discurso ideológico dominante e sua inscrição marcada pela (r)existência. Na SD1, há uma contraidentificação em relação à representação de Zumbi como “bicho mau”, e a inscrição da sua representação desse personagem histórico como “grande herói” e “líder maior”. Está inscrita também a denúncia da repetição do discurso de apagamento e desumanização no sistema educacional, representado na escola.

Na SD2, é representado, em um primeiro momento, o sentido instituído e que pode ser dito na FD, *viva 13 de maio/negro livre no Brasil*, para em seguida tensioná-lo pela contraidentificação, subvertendo esse sentido no enunciado: *mas a bem da verdade foi um/ “primeiro de abril”*. Esse trecho denuncia que a representação do 13 de maio como símbolo de libertação está carregada de um apagamento histórico, e inscreve que esse discurso é uma mentira, enunciando que há outras narrativas invisibilizadas: a exclusão social, o apagamento do protagonismo histórico e a dificuldade de ocupação de espaços – inclusive de espaços legitimados – confirmam a mentira do discurso da FD em questão. Esses processos de deslizamentos de sentidos foram possíveis porque há registros acerca desses acontecimentos na memória discursiva. Para que tais questionamentos e denúncias se materializem no discurso em análise, ocorre um percurso, conforme Indursky (2011), em que o primeiro sentido ecoa junto aos sentidos ressignificados. “É o memorável que aí ressoa. Não dá para interpretar uma atualidade sem mobilizar a memória” (INDURSKY, 2011, p. 86).

Para tratar da ocupação de espaços pelo maracatu, é preciso situar sua história na participação no carnaval. Lima (2014) narra que, em meados do século XIX, os grupos de maracatu ganharam legitimidade para ocupar o espaço público no carnaval, embora tais manifestações fossem marginalizadas. Nos jornais da época, eram registrados brevemente os grupos que desfilavam somente quando eram noticiados casos de brigas e badernas. No final do século XIX, até a década de 1920, cresceu a repressão policial a essa e outras manifestações culturais populares. A fiscalização se dava pautada pelo discurso sanitarista em curso na época, que ditava normas rígidas quanto a dias, horários, bem como padrões estéticos e civilizatórios aceitáveis pela elite branca. O Carnaval se constituiu, nesse contexto, como meio de manter esses grupos sob controle, seguindo normatizações e roteiro para desfilarem de forma civilizada, além de serem avaliados pela população. Os grupos que mais se adequavam às regras eram premiados. Somente a partir do final da década de 1940 é que houve movimentos de retorno às origens na vivência do carnaval popular.

Esse percurso mostra o deslizamento de sentidos: de um discurso ideológico de controle da circulação de negros no espaço público em um espaço de (r)existência. O espaço que se instituiu no século XIX como um discurso de segregação foi ocupado e teve seus sentidos ressignificados, configurando na contemporaneidade um lugar político. Esse movimento foi possível, pois a ocupação desse espaço, repetida através dos anos por mais de um século, foi marcada por outra posição-sujeito, como aponta Indursky (2011).

No que se refere aos movimentos de (r)existência, as lutas coletivas ou mesmo individuais podem ser tomadas como atos de (r)existência. Santos (2007) apresenta variadas formas de luta tanto no período escravista, como pós-abolição. No período escravista, os escravos resistiam ao controle pela recusa ao trabalho, pela organização coletiva por meio de fugas e formação de quilombos, por exemplo. Com relação aos movimentos sociais negros pós-abolição, esses surgiram com o propósito de viabilizar o protagonismo dessa população na sociedade por meio de vários mecanismos, como a criação de associações, clubes culturais, meios de comunicação, acesso a educação formal, dentre outros.

A partir dos funcionamentos da memória discursiva, há uma transgressão, pois se subverte os sentidos instituídos, e desse deslizamento inscreve-se uma posição de sujeito. No que se refere à Nação do Maracatu Porto Rico, sua própria história se inscreve como um percurso de (r)existência. Seus períodos de inatividade e de retornos, entremeada pela conjuntura política e por forças repressivas, mostram que esta nação se constituiu no tensionamento entre essas fronteiras. Uma vez que a experiência é compartilhada e se faz uma denúncia, conforme Rosa e Poli (2009), de qualquer forma que esta seja feita, há a possibilidade de ressignificar atos violentos ou traumáticos, já que compartilhar é transgredir, pois demanda o cruzamento de fronteiras simbólicas. Assim, o sujeito toma para si o poder, pois se reapropria de sua posição de sujeito desejante.

A resistência é conceituada como um deslocamento da marca psíquica da violência ou do trauma oriundo do racismo ou de práticas discriminatórias, para o registro por meio da experiência. A resistência ocorre quando o sujeito encontra ou cria instrumentos para lidar com as marcas da sua existência, quando encontra possibilidade de construir narrativas ou práticas de resistência. (ROSA & POLI, 2009)

É apropriado, neste estudo, o termo (r)existência, pois partindo dessa perspectiva, a existência da pessoa negra, marcada por violências históricas, é em si um ato de resistência. Assumir e (re)construir posições de sujeito para além das marcas presentificadas na sua existência, protagonizando suas próprias narrativas que reafirmam sua descendência e negritude, mesmo que

invisibilizadas pelo racismo, é resistir. O existir do sujeito negro é (r)existir.

A reafirmação de traços identificatórios de descendências africanas está presente por toda expressão cultural do Maracatu Nação, e também encontra-se representada na SD3 da loa em análise:

*Ô, eu sei, minha origem nagô
(É nagô, é nagô, é nagô, eu)
Ô, eu sei, minha origem nagô
Sei de onde vim*

Retomar no seu discurso e reafirmar esses traços por meio da repetibilidade, traços que foram apagados no discurso hegemônico, é um ato de (r)existência. As várias formas de apagamentos se traduzem na marginalização dos sujeitos que tensionam as fronteiras, que além de étnicas e culturais, são também políticas. A marginalização dos referenciais étnicos africanos atravessa toda a história do maracatu, passa pela tentativa de controle dos espaços públicos no carnaval na metade do século XIX, e pelas várias repressões sofridas. A manutenção da ocupação de espaços que atualmente são legitimados ainda se constitui como um processo de (r)existência.

Embora o Maracatu Nação tenha sido registrado como patrimônio cultural imaterial, e venha se difundindo pelo Brasil e pelo mundo, ainda enfrenta dificuldades para se manter em atividade. As nações se mantêm com pouco investimento do poder público, mesmo contando com a Subvenção Carnavalesca: LEI Nº 15.627 (Criada em 28 de abril de 1992 – Assinada em Recife, pelo prefeito Gilberto Marques Paulo), através da qual a prefeitura fornece verba aos Maracatus Nação. Essa verba, além de insuficiente para manter a atividade, é liberada em duas parcelas, em datas inviáveis para levar as Nações à rua no Carnaval. Além disso, a burocracia necessária acerca da solicitação e da prestação de contas para o acesso a esse direito acaba sendo excludente a uma parte das nações, uma vez que falta conhecimento sobre esses processos (Inventário Nacional de Referências Culturais). Essa exclusão e dificuldade de acesso a direitos e a ocupação de determinados espaços, é materializada pelos discursos de apagamento registrados na memória discursiva.

De todos os Maracatus Nação em atividade, apenas cinco, dentre eles a Nação Porto Rico, já viajaram para obter renda por meio de oficinas ministradas a grupos percussivos de Maracatu (Inventário Nacional de Referências Culturais, s.d.).

É preciso salientar que a “forma de expressão” maracatu nação vem sendo valorizada pela mídia e apropriada por diversos grupos sociais, mas essa fama ainda não se reflete nem trouxe melhores condições de vida aos maracatuzeiros, que continuam ocupando espaços marginalizados pela sociedade, tal qual o restante da população residente nas comunidades de periferia no Brasil, tendo pouco acesso a uma cidadania plena. (Inventário Nacional de Referências Culturais, s.d., p. 93)

Considerando a conjuntura da rede de órgãos públicos que atravessam a manifestação cultural e todas as dificuldades descritas, as Nações de Maracatu em atividade assim se mantêm porque (r)existem. O tecido discursivo no qual a Nação do Maracatu Porto Rico está entremeada confere legitimidade à manifestação cultural popular na ocupação de espaços, mas também confere legitimidade à denúncia realizada na loa da Nação Porto Rico, como enunciada na SD2:

*Viva 13 de maio
“negro livre no Brasil”,
mas a bem da verdade foi um
“primeiro de abril”.*

Essa SD revela que, mesmo com respaldo legal, que no papel significaria o acesso a um direito, sendo no caso do 13 de maio, direito à liberdade, na vivência, há outros sentidos que atravessam essa “liberdade”. A exclusão social, o apagamento histórico e a dificuldade de ocupação de espaços – inclusive de espaços legitimados – confirmam o real do discurso, que “o negro livre no Brasil” ainda não é uma verdade, já que essa liberdade não significa acesso equitativo a direitos. Para vivenciá-la, é preciso muita luta e (r)existência.

Considerações finais

Esse estudo possibilitou realizar uma leitura possível acerca dos processos de subjetivação em sua constituição sócio-histórica. Por meio da análise, pode-se observar a importância da expressão cultural do Maracatu Nação enquanto viabilizadora de discursos de reafirmação do protagonismo negro na história brasileira, e na (re)construção de discursos de (r)existência, constituindo subjetividades e fortalecendo o sentido de comunidade entre os integrantes da nação.

Na atual conjuntura sócio-política, de retrocessos, dentre eles

no âmbito da Cultura, é necessário que a psicologia e as práticas acadêmicas tomem as manifestações culturais e a arte para abordar seus desdobramentos nas possibilidades de percursos de subjetivação em diferentes contextos. Direcionar o estudo a narrativas que vem sendo historicamente apagadas, em contextos que ainda hoje enfrentam atravessamentos capazes de gerar exclusão e/ou sofrimento psíquico, devido a discursos colonizadores, é importante. Tanto para promover o abalo de sentidos, quanto para que essas narrativas sejam amplamente reconhecidas, faz-se necessário evidenciar e reconhecer o protagonismo negro nas narrativas acerca de sua história. A psicologia deve ocupar, no ambiente acadêmico, desde a formação de profissionais, espaços nos debates sociais e políticos contemporâneos, construindo-se posicionamento crítico e ético frente a essas questões.

Referências

- ALBUQUERQUE, W. R. & FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALENCAR, A. E. V. "**É de nação nagô!**" o maracatu como patrimônio imaterial nacional. 2015. 169f. Tese de Doutorado - UFSC, Florianópolis, 1994.
- FERREIRA, M. C. L. **Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso**. 2010. Acesso em 30 de outubro, 2017, de <http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/28636/17316>
- INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In F. INDURSKY, S. MITTMANN & FERREIRA, M. C. L. (Orgs.), **Memória e História na/da Análise do Discurso** (1ª edição; 67-89). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.
- Inventário Nacional de Referências Culturais. **INRC do maracatu nação**. Acesso em 29 de outubro, 2017, de http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DOSSIE_MARACATU_NA%C3%87%C3%83O.pdf
- LIMA, I. M. F. **As nações de maracatu e os grupos percussivos: fronteiras identitárias**. *Afro-Ásia* 49(2014), 71-104. 2014. Acesso em 11 de março, 2017, de <http://www.scielo.br/pdf/afro/n49/03.pdf>
- LIMA, M. B. Identidade étnico/racial no Brasil: uma reflexão teórico-metodológica. **Revista Forum Identidades**. 3(2), 33-46. 2008. Acesso em 7 de maio, 2017 de <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/LIMA-%20Maria%20Batista%20Identidade%20EtnicoRacial%20no%20Brasil%20uma%20reflexao%20teorico-metodologica..pdf>

MAGALHÃES, B., Mariani, B. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. **Linguagem em (Dis)curso**. 10(2), 391-408. 2010. Acesso em 7 de maio, 2017, de http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/450/470

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2013.

ROSA, M. D., POLI, M. C. Experiência e linguagem como estratégia de resistência. **Psicologia e Sociedade** 2, 5-12. 2009. Acesso em 8 de junho, 2017, de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21nspe/v21nspea03.pdf>

SANTOS, S. A. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. 2007. 554f. Tese de doutorado - UnB, Brasília - DF. 2007.

Senado Federal. **A abolição no parlamento: 65 anos de lutas** (2ª ed). Brasília, DF: Secretaria Especial de Editoração e Publicações. 2012

VANNUCHI, M. B. C. C. **A violência nossa de cada dia: o racismo à brasileira**. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, (41-42), 183-193. 2012. Acesso em 03 de junho, 2017, de <http://www.apoa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista41.pdf>

Sangria: discursos e memórias

Maria Daniela Leite da Silva⁴⁴

Introdução

O presente texto compreende modesto esforço analítico, que visa conduzir a reflexões sobre as noções de subjetividade, formação discursiva e memória. Para tal empreitada, valho-me de pressupostos que se sustentam a partir das perspectivas teóricas da Análise do Discurso de corrente pêuchetiana. A materialidade linguística escolhida para o trabalho compõe-se de alguns poemas e imagens do livro de Luiza Romão, intitulado *Sangria*. Nesta obra, a autora examina e expõe impiedosamente os modos pelos quais as mulheres brasileiras são subjetivadas.

A leitura concomitante de textos – visuais e escritos – levou-me a apreensão de que os processos de subjetivação feminina passam antes, por maneiras cruéis e cruentas de objetivação.

Algumas noções importantes

Dando início a um estudo mais pormenorizado, recorro a mobilização de certos saberes, que farão ancoragem às minhas propostas durante as análises. A primeira, e talvez mais pertinente questão a ser respondida, concerne à memória. Entretanto, ao voltar-me para essa noção, observo ser impossível não relacioná-la às questões referentes aos sujeitos e suas subjetividades. Torna-se significativo elucidar sob qual prisma tais definições são movidas neste espaço. Para tanto, cito Foucault (2008, p. 63) ao esclarecer sobre qual percurso discursivo escolhera:

⁴⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Grupo de Pesquisa “Discurso, arquivo e autoria”, sob coordenação da Profa. Dra. Solange Mittmann.

(Há) uma teoria do conhecimento objetivo; e, sem dúvida, seria preciso buscá-la no âmbito da filosofia analítica e do positivismo; - (há) uma nova análise dos sistemas significantes; e é onde a linguística, a sociologia, a psicanálise, etc., (pois que elas) deram lugar ao que se chama de estruturalismo; - (há o de) tentar recolocar o sujeito no domínio histórico das práticas e dos processos no qual ele não cessou de se transformar.// É por este último caminho que segui.

No caso do que aqui impele-me, observo que só existe memória, pois pré-existem sujeitos (historicamente constituídos) revestidos em posições e inscritos em determinadas formações discursivas, estas por sua vez, regulando tudo aquilo que pode e/ou deve ser dito. Essencial lembrar que o sujeito ao qual refiro-me, é aquele afetado pela ideologia e que dela sempre necessita, fazendo funcionar assim a ilusão - talvez mais importante - de que ele próprio é dono de seus dizeres e de que estes têm origem em e por si. Entretanto, não podemos atribuir somente aos efeitos ideológicos a constituição dos discursos dos sujeitos para a linha teórica da Análise do Discurso. Buscando outras definições com intuito complementar o que anteriormente referi, utilizo-me das palavras de Indursky (2003, p. 102 grifo meu).

[...] o sujeito, ao produzir um discurso, o faz afetado pela ideologia e pelo *inconsciente* e, por conseguinte, seu dizer inscreve-se, sem que ele perceba, em uma Formação Discursiva determinada, de onde não só ele retira os elementos de saber que se organizam no interior do discurso, como também e, sobretudo, ele se significa ao significar ou re-significar seu dizer.

Em meio à compreensão articulativa de que todos os nossos discursos são, em alguma medida (re)formulações de discursos outros (ordem da repetibilidade), provenientes de outros lugares, perfilados em posições-sujeito e inscritos em formações discursivas com as quais existe a possibilidade de nosso alinhamento ou não, surge a noção de *estrutura*. A estrutura consiste, pois, no lugar em que os saberes (entendidos como enunciados) presentificam-se. Dizemos que as estruturas possuem duas formas de serem percebidas, isto é, duas formas de existência. Vejamos o que diz Indursky (2003, p. 102):

A existência vertical dos enunciados e sua capacidade de serem repetidos é explicada pela noção de estrutura. Os saberes pré-existentes ao discurso do sujeito encontram-

se no interior de uma estrutura vertical, seja ela a FD que afeta o sujeito do discurso ou interdiscurso.[...] Por outro lado, os saberes mobilizados pelo sujeito, em seu discurso, passam também a existir no interior de uma estrutura horizontal que corresponde ao intradiscurso [...] após passar pelo processo de apropriação e sintagmatização.

É pelo *esquecimento*, que os sujeitos tomam como seus determinados saberes. Os esquecimentos, que propiciam (re)significações, reformulações discursivas e o posterior efeito de originalidade (esquecer para lembrar) pertencem a dimensões distintas - vertical e horizontal - contudo, ambas possuem estreita relação. Na dimensão vertical, temos os saberes dispersos, deslinearizados e de-sintagmatizados, mas o já-lá, como presença-ausente, pairando no interdiscurso. São saberes prontos a irromper discursivamente, dependendo da formação discursiva a qual pertençam. Na dimensão horizontal, assiste-se ao oposto, isto é, ocorre uma linearização e sintagmatização dos saberes por parte dos sujeitos que inscritos em suas posições passam a tecer formulações, isto é, produzem enunciados.

De tudo que foi dito até agora, inferimos que a noção de estrutura nasce da sobreposição entre inter e intradiscurso. Segundo Pêcheux (1990, p.17) este é o “ponto de encontro de uma memória com uma atualidade”. É na ausência/presente característica da memória, que uma nova formulação irrompe (como atual), projetando-se como autêntica. Quando a dimensão vertical encontra-se com dimensão horizontal surgem outros dizeres, e assim temos uma formulação (modo de trazer as informações). Conforme Indursky (2003, p.106) “as formulações são um conjunto de reformulações, vale dizer, de paráfrases discursivas do enunciado que tomamos como efeito de origem”.

A noção de memória discursiva atua, portanto, com função ambígua, na medida em que recupera o passado e, também o elimina operando apagamentos. Tal perspectiva de memória vai ao encontro do que postula (Courtine, 1981) quando reitera o fato de que para que possamos produzir nossos dizeres, é fundamental que esqueçamos que os mesmos já foram ditos antes, em outro lugar e/ou de outra maneira.

Sendo um discurso sustentado por outros discursos e, ao mesmo tempo estando estes apontando para um devir, é possível presumir que a memória discursiva resulta processos sociais e coletivos agindo a um só tempo.

Os sujeitos, ao produzirem efeitos de sentidos decorrentes de memórias “migrariam” de uma situação empírica para uma posição

discursiva. A este respeito faz-se mister lembrar que a noção de memória para a Análise do Discurso relaciona-se com dizeres e saberes que emergem a partir de contigências históricas particulares, diferentemente da concepção individualista de memória que a entende ligada a “lembranças de cunho pessoal”, fechada em si mesma.

A questão dos enunciados

Anteriormente citados, os enunciados compõem relevante posição no edifício teórico-discursivo. Sobre eles me deterei com maior atenção aqui. Comumente, os enunciados são interpretados pelo aspecto linguístico que possuem. Em geral, são tomados como sinônimos de frase, todavia, é necessário que se saiba que nem só de estruturas gramaticais é composto um enunciado. Aspectos como historicidade também devem ser considerados, se quisermos ser mais criteriosos quanto ao que consiste enunciar.

Em um esforço por formular uma caracterização de um enunciado, podemos dizer que ele não pode ser considerado autônomo. Precisa relacionar-se com outros para que tenha um papel. Se ele não possui existência fora de uma correlação com outros enunciados, então, podemos postular que um enunciado não é uma forma livre. Outra característica: O enunciado não tem uma materialidade linear, demarcando início e fim. Não se constitui por ser estritamente material, é também linguístico (mas não só). Atentemos ao que melhor coloca Foucault (2012, p. 105):

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita); é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.

Outro autor interessado nas definições de enunciado é Courtine (1982) que denomina como enunciados, elementos de saber próprios de uma Formação Discursiva. Ainda que as definições de Foucault e Courtine não sejam antagônicas, elas possuem algumas

diferenças que valem ser destacadas. Conforme Moreira (2010, on-line):

[...] o conceito de rede de formulações não é o mesmo nos dois teóricos. Em Foucault, a rede de formulações se daria na forma de um campo enunciativo ou um campo adjacente, uma espécie de domínio associado no qual o enunciado se insere e forma elemento. Foucault aponta para a relação entre a materialidade da língua e a materialidade do discurso, mas as articula sob a perspectiva de uma gênese, calcada na investigação de práticas institucionais. Já para Courtine, essa rede de formulações consiste em um "conjunto estratificado e desnivelado de formulações que constituem reformulações possíveis de enunciados" (1982:25). Este conjunto desnivelado reenvia as formulações "à dimensão vertical, ou, ao interdiscurso" (Ibid., p.25). O interdiscurso é visto como o processo de reconfiguração incessante do saber da qual uma FD é condutora.

Michel Pêcheux (1990), principal pensador da Análise do Discurso francesa, também elaborou sua descrição de enunciado. Em sua obra, "O discurso: estrutura ou acontecimento?" ele promove uma digressão sobre a constituição dos enunciados, assinalando que estes fazem parte de uma rede de relações. Tal colocação evoca a ideia anteriormente sublinhada por Foucault (2012), quando este afirma o caráter de dependência relacional entre os enunciados. Ao pensarmos no enunciado como estrutura, remontamo-nos ao real da língua. Ela concederá a materialidade ao enunciado. Deixemos que o próprio Pêcheux (1990, p. 53), tome a palavra: "Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso".

Caracterizando uma formação discursiva

Falar sobre formação discursiva significa dissertar sobre uma das noções centrais da Análise do Discurso. Recorrendo ao passado, veremos que o postulado sobre o que caracterizava uma FD era mais hermético do que a concepção hodierna. As formações discursivas delineadas por Pêcheux quando do lançamento das bases de sua teoria, possuíam contornos mais precisos, sendo portanto, um espaço ideologicamente mais homogêneo e, por conseguinte menos tenso. Porém, veremos que esta noção passará por transformações,

podendo trazer atribuições de sentidos um tanto mais esgarçados que outrora.

Com contornos mais fluidos, a heterogeneidade passa a ter relevo dentro do arcabouço teórico que propõe definições ao que seja uma FD. A reboque da heterogeneidade, instalam-se as contradições e desigualdades. De acordo com Pêcheux (1988, p. 254) “é preciso poder explicar o conjunto complexo, desigual e contraditório das formações discursivas em jogo numa situação dada, sob a dominação do conjunto de formações ideológicas, tal como a luta ideológica de classes determina”. É preciso sublinhar que a ideia de contradição chega a Pêcheux através de sua imersão na filosofia do materialismo histórico. Ao refletirmos sobre os domínios de uma FD estamos em constante questionamento de nossa autonomia como sujeitos e assim, compreendemos que os sentidos não são atribuídos por nós sujeitos plenamente conscientes. O movimento que realizamos durante os processos discursivos, nossa compreensão de mundo, é resultado de uma intervenção ideológica necessária e fundamental. A partir da relativização dos efeitos de origem e originalidade dos sujeitos devidamente inscritos em formações discursivas, entendemos que até mesmo a língua da qual nos servimos cotidianamente, possui autonomia relativa.

Ao procurarmos reconhecer os processos que levam a constituição de uma FD para Foucault (2012) e Pêcheux (1988), por exemplo, deparamo-nos com algumas observações a serem feitas. Ambos entendem que uma formação discursiva seria passível de transformações, sendo que estas estariam ligadas a séries temporais. Entretanto, a visão foucaultiana abriria menos espaço a questionamentos no que concerne à constituição dos sujeitos, sentidos e suas inerentes contradições. Segundo Indursky (2005, p. 186) “o espaço de transformação existe, mas é fortemente regulado”. Malgrado entre estes dois autores exista pontos teóricos de contato, Pêcheux opera deslocamento em relação a proposta foucaultiana que vale ser lembrado. Segundo Indursky (2005, p.186,187):

[...] Pêcheux examina três modos diversos, por ele designados de tomadas de posição, de se relacionar com a produção do conhecimento e com a prática do político. [...] estamos diante de um entrelaçamento teórico fundamental na obra de Pêcheux e que consiste na relação entre os saberes de uma FD, a Forma-Sujeito que organiza e regula o pertencimento destes saberes a uma FD e a identificação que o sujeito do discurso faz com estes saberes, estabelecendo diferentes modos de se relacionar com a Forma-Sujeito e, por seu viés, com a ideologia.

Os modos como as tomadas de posição descritas por Pêcheux (1988) acontecem, merecem ser lembradas. Sucintamente, usarei descrições diminutas para referi-as, buscando tão somente identificá-las. Pêcheux (1988) enumera em três momentos distintos em que os sujeitos estabelecem formas de se relacionar com na formação discursiva seguindo as trilhas da ideologia. Primeiro, segundo o autor, dar-se-ia uma plena identificação do sujeito com a formação discursiva na qual se inscreve. Emparelhado plenamente com os saberes do campo discursivo no qual está inscrito, este sujeito reproduziria o conhecimento em situação de hegemonia numa determinada FD. Na sequência, o sujeito se identificaria com a formação discursiva da qual faria parte, mas, neste cenário discursivo, já existiriam ressalvas. Dúvidas, indagações e contestações instaurariam o que Pêcheux (1988) denominou de “contra-identificação”. Finalmente, em um terceiro modo, os sujeitos não encontrariam mais nenhuma similaridade entre seus discursos e as formações discursivas de que originariamente estiveram inscritos, dando-se então o momento que instauraria a desidentificação. Indursky (2005, p. 187) “Diria mesmo que suas divergências são da ordem do antagonismo e seus questionamentos já são produzidos de um outro lugar, fora da FD. A desidentificação sinaliza que (...) o sujeito já identificou-se com outra ideologia”. É imprescindível o entendimento das contradições como constitutivas, ou seja, um sentido traz consigo a possibilidade do contraditório. Os dizeres não são fechados, logo, há espaço que possam ser ocupados. A contradição “eventualmente” ocupará estes espaços.

As materialidades, suas nuances e efeitos de sentidos

A proposta deste trabalho enceta possibilidades de análises que podem ocorrer tanto no plano agrafo - sendo aqui consideradas as imagens constantes no livro Sangria - como no plano do escrito, em que busco pensar a partir dos pressupostos teórico-discursivos. Para dar início às análises, valho-me de uma primeira imagem, de teor impactante. A seguir, sendo possível, busco entrelaçar sentidos com o poema apresentado sequencialmente.

Figura 1



Fonte: Romão, 2017. Foto: Sérgio Silva. Intervenção: Luiza Romão.

Dia 5 - Local de nascimento
(américa)

uma mulher não é um território
mesmo assim
lhe plantam bandeiras

uma mulher não é um souvenir
mesmo assim
lhe colam etiquetas

mais que nuvem
menos que pedra
uma mulher não é uma estrada

não lhe penetre as cavidades
com fúria
de um minerador hispânico

o ouro que lhe brota da tez
é antes oferenda
que moeda

uma mulher descende do sol
ainda que
forçada à sombra

Apresentados a duas materialidades distintas – não verbal e verbal, respectivamente - somos postos diante de possibilidades distintas de produção atribuição de sentidos. Relevante destacar que, segundo o quadro teórico da Análise do Discurso, as materialidades estudadas não precisam ficar restritas a aspectos predominantemente verbais, razão pela qual este trabalho faz uso de imagens. Dou início às minhas análises com a imagem nº1 que nos apresenta um corpo feminino comprimido, cerceado por correntes e pontos encarnados tal a cor do sangue humano. O formato dado ao corpo, delineado entre pontos grotescos e correntes, evoca os contornos do território brasileiro. Trata-se apenas de um corpo, posto que o rosto encontra-se escondido, igualmente comprimido entre as pernas. “Quando todo

sujeito perde seu corpo, perde seu rosto ou quando lhe é negado todo corpo, todo rosto” (SKLIAR, 2003, p. 90). A posição fetal sinaliza questões que podem estar ligadas ao medo e ao abandono. No flanco exposto à fotografia, as siglas indicativas do Brasil. Se uma imagem, revestida em sua materialidade instaura sentidos como os da proposta de leitura acima, assim faz por que os sentidos que mobiliza não existem de forma alienada, segregados da realidade. A materialidade visual mostrada retoma memórias que “disparam” discursos até então alheios. Em outras palavras: só é possível acionar sentidos em um discurso que se compõe de imagens, pois aquilo que é da ordem do imagético, também evoca outros discursos que podem ser verbais ou não.

Detendo nossa atenção sobre o poema, vemos que ele se estrutura a partir de uma série de negações: *uma mulher não é um território, uma mulher não é um souvenir, uma mulher não é uma estrada...* Tantos *nãos* suscitam a indagação do motivo pelo qual a autora escolheu negar ao invés de simplesmente afirmar. Uma possibilidade de resposta a esta questão remete à ideia de que ao negarmos, estamos respondendo a uma outra voz já-lá, um já-dito. São saberes que precedem e ecoam em nossos discursos, entretanto, ao serem lançados em uma outra rede de formulações, eles precisam ser re-significados, daí o uso reiterado das negações.

1) *uma mulher não é um território – em algum contexto, atrelado a um conjunto de condições de produção específica a mulher já foi historicamente entendida como um território.* O dono deste território possivelmente seja um homem se relacionarmos a dimensão do corpo feminino intrinsecamente ligado aos poderes machistas conferidos aos homens de outrora (ou nem tanto).

2) *uma mulher não é um souvenir – o discurso evocado coloca a mulher como objeto decorativo, voltado ao universo que privilegia apenas o estético.* O discurso que afirma que a mulher não é um souvenir rebate o senso-comum que vê na mulher apenas frivolidades, não sendo a ela dado o direito a de voltar seus interesses a nada que não pertença a ordem do superficial.

3) *uma mulher não é uma estrada – traz à lembrança o questionamento sobre a falta de autonomia da mulher que se expande das cercanias do ambiente doméstico a domínios sociais mais amplos.* O plano de interdição da mulher é vasto. Ainda na atualidade, vemos quantas negações nos limitam. Os disfarces para a manutenção da vilania dos preconceitos são inúmeros e eficientes em seus objetivos. Prova disso é o efeito de saturação dos sentidos que nos rodeia. A naturalização dos dizeres apregoantes referentes ao que uma mulher pode e deve fazer, os mesmos que vociferam os lugares pertencentes a elas e que, lamentavelmente são assimilados por parte do público feminino.

Figura 2



Fonte: Romão, 2017. Foto: Sérgio Silva. Intervenção: Luiza Romão.

O que vemos acima? Um braço estendido e um punho cerrado projetando-se em direção à câmera. A mão (de melhor definição visual) transporta a seguinte inscrição: *Lutea*. O rosto feminino presente na imagem encontra-se desfocado, ao contrário da mão, que ocupa o primeiro plano da foto. Igualmente desfocado está o colo feminino que parece carregar um cordão vermelho aparentemente tentando envolver o pescoço da mulher. Há ainda dois pedaços de cordões soltos. A que sentidos nos endereçam esta imagem? Em uma breve pesquisa na internet, especificamente na revista eletrônica Nexa,(2016) encontramos algumas definições para o gesto de punhos cerrados. Foi possível apurar a existência da leitura de sentidos estabilizados para tal gesto: significa resistência, solidariedade, unidade. Ora, sobre a mão da mulher, vemos a palavra *lutea*, provavelmente uma alusão à conclamação de luta, representando o a final da palavra, talvez a marcação de gênero feminino presente na Língua Portuguesa em um significativo número de palavras. O desfoque do rosto dá o tom de pluralidade necessário à unidade e ao engajamento, podendo também representar a naturalização dos processos de violência contra as mulheres. Finalmente, o cordão que pretende circundar o pescoço, pode até ser entendido como um artifício de embelezamento, porém, creio que no contexto descrito, seus sentidos devam ser outros. A corda ou cordão encarnado, já presente na foto anterior, e que agora aparece sobreposto ao pescoço com duas pontas soltas, pode bem sinalizar a paulatina vitória feminina diante das amarras que lhe retém. Os esforços na direção de prováveis percursos interpretativos que envolvem o verbal e o não verbal - caso apresentado acima – escapa das deduções óbvias ou por demais simplistas. Há de considerar-se o histórico como um dos fatores que contribuem para a existência de uma tentativa de

interpretação como a que empreendemos, mas não só. O gesto de compreender a imagem descrevendo-a leva em conta a mediação em várias instâncias, entre elas a social, quer dizer, o lugar social ocupado pela mulher na sociedade brasileira, sua inscrição em uma formação discursiva e os efeitos ideológicos do que representa ser mulher dentro deste grande sítio de dizeres. Crucial é lembrar que, se hoje entendemos a mulher como ocupante de determinado lugar social, é por ser tal fato decorrente de formulações e re-formulações deste papel perante a sociedade.

Posto isso, o enunciado *lutea* alude a uma rede de formulações que compreende o “ser mulher” e não só recupera estas significações, mas propõe que se lute para que os mesmos sejam (re)elaborados e transformados.

Dia 8 – Cláusula Adicional

sem nome

sem retrato

sem lugar à mesa

mas quase da família

O desafio que consiste em analisar discursivamente os poemas de Luiza Romão conduz-nos a mover malhas de memórias nas quais fomos habilmente presas. Nós mulheres, sabemos da dificuldade que significa encontrar uma brecha nesse tecido tão bem urdido e que parece nos reter e capturar, prendendo-nos a sentidos com os quais não nos identificamos ou sequer aceitamos. Devido ao caráter processual dos discursos, os estratagemas para o silenciamento das vozes femininas que se rebelam, não cessam. No poema apresentado, o somatório de poucas frases diz-nos muito em face das mais diferentes trajetórias femininas exemplificadas na linguagem lírica. O dia 8 aludido no poema refere-se ao ciclo menstrual. Em cada dia deste ciclo Luiza descreve um acontecimento tipicamente inerente à existência das mulheres, sobretudo, as brasileiras. Os três primeiros versos do poema abrem-se com a presença do advérbio de modo *sem*. O advérbio cumpre neste astutamente a sua função gramatical, qual seja, indicar o modo como a mulher é tratada e vista. *Sem nome, sem retrato, sem lugar à mesa*. A historicidade e o viés social que subjaz aos versos, indica a possibilidade de que uma pessoa em posição subalterna e de humildade esteja sendo descrita. Curioso notar que em nenhum dos versos, temos a definição de que trate-se de alguém do sexo masculino ou feminino, contudo, como negar os “gritos da história” ecoando em nossas mentes, mobilizando uma memória em que sentidos outros foram naturalizados e hoje empurram-nos na direção interpretativa que lê como possível apenas a uma mulher ser furtado seu nome, seu retrato e seu lugar à mesa?? Por fim, o arremate com o último verso que responde a possíveis

interrogações acerca da precariedade social em que vive o sujeito descrito: *mas quase da família*. A conjunção adversativa *mas* eleva-se, quem sabe, no intuito de amenizar tanta subjetividade subtraída. Outro advérbio de valor aproximativo se destaca, o *quase*. É bem provável que este figure na frase com o sutil objetivo de restaurar tantos cortes que envolvem o processo de constituição do sujeito descrito que, lamentavelmente, ao que tudo indica, trate-se de uma mulher.

Para efeitos de conclusão...

Com a ciência de que muito ainda poderia ser dito e que os discursos seguiriam percursos, muitas vezes inesperados, propomos um efeito de conclusão ao nosso estudo. Diante da sequência de versos e imagens apresentados, é preciso sustentar sempre o gérmen questionador que não aceita a singularidade e estabilidade dos sentidos. O que se depreende nas imagens e poemas deve suscitar indagações também pelo que neles não se encontra, não é dado como óbvio ou pronto. As outras possibilidades histórico-discursivas que não puderam vir à luz existem e nada impede que em outro momento irrompam possibilitando outras leituras.

Referências

COURTINE, Jean-Jacques. **Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours**: à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. Paris: Langages, 1981.

_____. **Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours**. Québec: Philosophiques, oct.1982.

FOUCAULT, Michel. **Aula de 08 de fevereiro de 1978**: Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A arqueologia do saber**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon** (UFRGS), Porto Alegre, v.17, n.35, p.101-121, 2003.

_____. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. In: Freda Indursky; Maria Cristina Leandro Ferreira (Orgs.). **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso**: uma relação de

nunca acabar. 1.ed. São Carlos: Clara Luz, 2005. p. 183-194.

LIMA, Juliana Domingos de. Qual o significado do gesto de levantar o braço com o punho fechado. **Nexo Jornal**. São Paulo: 24 junho, 2016. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/24/Qual-o-significado-do-gesto-de-levantar-o-bra%C3%A7o-com-o-punho-fechado>. Acesso em: 02/02/18.

MOREIRA, Raquel Ribeiro. Os conceitos de enunciado e formação discursiva nas perspectivas foucaultianas e pêcheutianas. II **Seminário Nacional em Estudos da Linguagem: Diversidade, Ensino e Linguagem**. Cascavel: UNIOESTE, 2010.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora UNICAMP, 1988.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

ROMÃO, Luiza Sousa. **Sangria**. 1.ed. São Paulo: Selo do Burro, 2017.

SKILIAR, C. **Pedagogia (Improvável) da diferença**. E se o outro não estivesse aí? Tradução de Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

**CORPO, GÊNERO E TEXTUALIDADE:
CERZIDURAS**

(Des)costurando o discurso: o corpo como materialidade discursiva

Marilane Mendes Cascaes da Rosa⁴⁵

Alinhavando o discurso...

Este texto se propõe, na perspectiva discursiva, a analisar três fotografias de Sérgio Silva, que são do corpo de Luiza Romão e que tiveram a intervenção desta. As fotografias fazem parte do livro *Sangria*, também de Romão. Neste, a autora conta a história do Brasil sob a ótica de um útero. O livro é dividido em 28 poemas, conforme o ciclo feminino e, então, a história é conduzida sob o ponto de vista do corpo da mulher. As imagens, em branco e preto, sofreram a intervenção da autora que as costura com linha vermelha e insere nelas objetos diversos: porca, corrente, talheres, pregos, espelhos, objetos metálicos... Luiza cria uma nova tessitura para essas imagens e para o corpo para denunciar a história do Brasil.

Além dos poemas e imagens que constituem o livro, os poemas foram gravados por 28 mulheres de diferentes áreas artísticas: pintura, bordado, dança, teatro, música, grafite e outros, constituindo, ainda, uma *websérie* de *Sangria*. Entendemos que *Sangria* vem (des)costurar um discurso outro, aqui, evidenciado por meio das fotografias.

Assim sendo, valemo-nos das noções de metáfora, memória e sujeito, abordadas por teóricos da análise do discurso francesa, principalmente, Pêcheux. Traremos, outrossim, para tratar a metáfora, das contribuições de Lacan. O corpo como materialidade discursiva é visto sob a perspectiva de Ferreira.

⁴⁵ Professora de Língua Portuguesa e Assistente Pedagógica da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob coordenação da Profa. Dra. Solange Mittmann.

Costurando as noções

Essa costura inicia com a escolha do livro *Sangria*, de Luiza Romão, o qual se constrói por meio de metáforas, impregnadas nas fotos, nos poemas e, posteriormente, nas performances. Por meio do corpo, do universo feminino, a autora recria a história da Brasil, sob outra perspectiva, a metáfora do Brasil, hoje, marcada no corpo.

Estamos compreendendo a metáfora não como uma simples figura de linguagem, como apontam alguns linguistas, mas ao modo de Lacan, como *substituição significante*, pois a metáfora revela que “os significados extraem sua coerência unicamente da rede dos significantes, o caráter desta substituição significante demonstra a autonomia do significante em relação ao significado e, por conseguinte, a supremacia do significante.” (DOR, 1989, p.43). Entendemo-la, também, ao modo de Pêcheux, como uma “*perturbação*, que pode tomar a forma do lapso, do ato falho, do efeito poético, do Witz ou do enigma.” (PÊCHEUX, 2015b, p. 160).

É o movimento dos sentidos em jogo, estranhamento, perturbação, produção de sentidos outros. Os sentidos deslizam e deixam marcas e “esse *deslizamento não desaparece sem deixar traços* no sujeito-ego da forma-sujeito ideológica, identificada com a evidência de um sentido”. (PÊCHEUX, 2014, p. 277). Assim, por mais que o *sujeito-centro-sentido* se empenhe para manter o “sentido evidente”, o *non-sens* não cessa, retorna, pressiona e é aí, nesse espaço discursivo em que o sentido se produz no *non-sens*, que se dá a constituição da metáfora.

As palavras, um enunciado, uma imagem, não têm um sentido próprio, literal, fixo, todavia se constituem nas relações de metáfora e recebem seus sentidos a partir das formações discursivas a que se filiam. Para Pêcheux (2014, p. 240), “a metáfora, constitutiva do sentido, é sempre determinada pelo interdiscurso, isto é, por *uma região* do interdiscurso”. A noção de metáfora, assim proposta por Pêcheux, evidencia este estado de deriva da língua. Segundo o autor (2014, p. 277), “‘uma palavra por outra’ é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso”, e nós ousamos dizer, a partir do que visualizamos na obra de Romão, que uma imagem por outra também é a definição da metáfora e, igualmente, o ponto de estilhaçamento dos sentidos, visto que elas fazem funcionar o inexorável jogo dos sentidos.

Neste entendimento, os sentidos sempre podem ser outros, não qualquer um, visto que são determinados ideologicamente, contudo podem deslizar e significar de diferentes maneiras. Metáfora e sentido se imbricam, não se distinguem ou se somam, entretanto implicam-se, numa *relação de nunca acabar*. Assim, a metáfora é

vista como a possibilidade inerente a todos os sentidos, porque esses estão inscritos na instabilidade dos dizeres possíveis, numa relação permanente de estabilização/desestabilização na língua.

Então, seja do ponto de vista da Psicanálise, a partir dos estudos de Lacan, ou da Análise do Discurso pècheutiana, a metáfora é da ordem da língua, é condição de existência dos sentidos e, assim sendo, está em discussão uma concepção de língua sujeita ao equívoco, a falhas, ao deslizamento significante, uma língua passível de jogo, de rupturas, deslocamentos, transgressões e rearranjos.

Para nos ajudar a pensar as imagens/fotografias aqui selecionadas, trazemos, também, a noção de memória discursiva. Para Courtine, ela

[...] diz respeito à *existência histórica do enunciado* no âmbito das práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos, ela visa o que Foucault (1971, p.24) assinala a propósito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, “discursos que estão na origem de um certo número de atos novos de fala que retomam, os transformam ou falam deles, enfim, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer”. (COURTINE, 2009, p.105).

Courtine (Ibid.) trata as questões da língua vinculadas à história, ou mais precisamente, com base em Pêcheux, o “real da língua”, em relação ao “real da história”, buscando a “existência histórica do enunciado”. Logo, memórias presentes, passadas, futuras, memórias lembradas e esquecidas, memórias não individuais, contudo memória mítica, social, inscrita em práticas, memória construída do historiador (PÊCHEUX, 2015a), ou, segundo Indursky (1999, p. 174), memória que promove “o encontro de *práticas passadas com uma prática presente*”. Memória que recupera do interdiscurso os sentidos. Todavia eles não são fixos, movimentam-se, assim, sentidos outros podem se infiltrar e, então, ressignificar e, também, serem esquecidos. Sentidos que, outrossim, conforme a formação discursiva a que o sujeito se filia, se distinguem.

Desta forma, o sujeito, via memória discursiva, recupera intradiscursivamente o que está no interdiscurso e faz com que o texto tenha sentido. E é assim porque, em algum momento, foi dito, foi visto, foi discursivizado, tornando a língua ou os sentidos históricos. Orlandi (2001, p. 59) diz que “para que nossas palavras tenham sentido é preciso que já tenham sentido. Esse efeito é produzido pela relação com o interdiscurso, a memória discursiva: algo fala antes, em outro lugar, independentemente”. Isto quer dizer que o que falamos sobre

um texto, a interpretação que fazemos, ou melhor, como esse texto produz sentidos, é fruto do que está no interdiscurso, que filiamos a redes de sentidos, relacionando língua e história, sob o efeito da ideologia e do inconsciente.

Para Pêcheux (2015a, p. 46) a memória é uma materialidade discursiva complexa, de repetição e regularização.

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Considera, ainda, que na memória haverá sempre um jogo de forças entre o repetível, a estabilização, e o novo, o acontecimento discursivo que vem perturbar a memória, assim “não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório”. (PÊCHEUX, 2015a, p. 50). A memória é um espaço de deslocamentos, de desdobramentos, de conflitos, do já significado que ressignifica, do esquecido e silenciado que é lembrado, espaço móvel e propício para outros dizeres.

A memória discursiva é esburacada, esgarça-se, acolhe outros discursos e traz outros sentidos. Ela se movimenta continuamente, entre o eixo do interdiscurso e o do intradiscurso, o do presente, o do passado e o do futuro. Deste modo, dizemos que a memória não é estática, ela é elástica, flexível, lacunar, mas também saturada. Para Ferreira (2013a, p. 130), “é a torção da memória que faz com que ao ser acionada outros sentidos sejam esquecidos e sejam esquecidos para que outros sejam lembrados”.

Importante destacar que a metáfora e a memória discursiva não podem ser pensadas isoladamente, elas estão em relação com outras noções da Análise do Discurso, uma noção está na outa, e não poderia ser diferente com o sujeito, outra noção teórica que trazemos para a análise de nossa materialidade.

A noção de sujeito é essencial para se compreender os sentidos, pois é por ele que os processos discursivos se desenvolvem, entretanto ele não é a origem do dizer, mesmo que tenha essa ilusão. O sujeito da AD, segundo Indursky (2008, p. 11), “é um *sujeito histórico, ideológico*, mas ignora que o é, pois é igualmente afetado, em sua constituição, pelo inconsciente”. Esse sujeito funciona discursivamente por meio da formação discursiva que, como sabemos, regula “o que pode e deve ser dito”, (PÊCHEUX, 1995, p. 160), ou melhor, “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos de seu discurso, pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.

(PÊCHEUX, 1995, p. 161). E, também, “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito” (PÊCHEUX, 1995, p. 163), mas assim como a formação discursiva o determina, ele também a afeta. O sujeito da AD é o sujeito do inconsciente, da ideologia, revestido pela linguagem e como tal sofre a dupla determinação, da ordem da interioridade, pelo inconsciente, e da exterioridade, pela ideologia. Assim, no dizer de Ferreira (2005, p. 14), “o sujeito do discurso vai, então, colocar-se estratégica e perigosamente entre o sujeito da ideologia (pela noção de assujeitamento) e o sujeito da psicanálise (pela noção do inconsciente), ambos constituídos e revestidos materialmente pela linguagem.”

O sujeito, na concepção da AD, se distancia da ideia de sujeito como unidade plena, que tem controle sobre a língua e os sentidos. Ele está inscrito na história, em determinados lugares discursivos, submetido à ordem da língua, mas ao mesmo tempo em que ele se constitui, ele também a constitui. Além disso, dependendo da formação discursiva a que se filia e da posição que ocupa, a ideologia o interpela diferentemente. Assim, produz seu dizer segundo essa posição, contudo pode se deslocar para outras regiões de sentido. Como podemos observar, sujeito e ideologia se imbricam, um está no outro, constituem-se.

Não é de um sujeito indivíduo que trata a AD, mas de um sujeito discursivo, inscrito na linguagem. Desse modo, sua voz se dá a partir do lugar ocupado por ele, em determinadas condições. Sujeito que não tem lugar fixo, que migra, está em permanente movimento.

Ferreira (2013a, p. 128) diz que:

[...] ao falar de sujeito estamos falando de um sujeito-feito e efeito-de-linguagem. Um sujeito assujeitado, da ideologia, e um sujeito desejante, da psicanálise. Um sujeito que tem um traço de determinação dupla, uma determinação constitutiva, que é revestido de uma existência histórica e interpelado em um ritual que o captura num processo sem início nem fim. Assim, movido por essa instância de determinação o sujeito segue seu processo de discursivização com a ilusão de que é livre para criar, para dizer, para atribuir seus sentidos.

E é isso que vamos observar nas fotos em análise. Ilusão de que, por meio da metáfora do corpo feminino, tudo pode ser (des)dito. E é do corpo, materialidade discursiva, que vamos nos ocupar. Nesta perspectiva, trazemos a noção conforme é abordada por Ferreira. Segundo a autora, o corpo é:

objeto discursivo que se configura em torno de limites e se submete à irrupção da falta que lhe é constitutiva. Corpo da visibilidade e da invisibilidade, corpo que se deixa olhar e que se coloca na posição de quem olha. Corpo como uma estrutura a que se tem acesso pelas falhas. (FERREIRA, 2013a, p. 128).

Da mesma forma que Ferreira, queremos tratar do corpo discursivamente e, por isso, adotamos as noções de *real do corpo* e *memória de corpo*. Para a autora (2013a, p. 131), o *real do corpo* é “o que sempre falta, o que retorna, o que resiste a ser simbolizado, o impossível que sem cessar subsiste. O real, apesar de resistir à simbolização, ele comparece no simbólico sob a forma da falta de um significante.” Para a autora, assim como com outras materialidades discursivas, o corpo também resiste e sofre tensão constante, a qual vem da sistematicidade, da historicidade e da interdiscursividade do objeto e são essas que se constituem como condicionantes do corpo e o tornam um objeto discursivo.

Em relação à *memória do corpo*, a autora afirma que “onde há corpo há historicidade, onde há historicidade há memória e onde há memória há esquecimento”. (FERREIRA, 2013a, p. 132). A memória aqui é concebida numa dimensão discursiva, regulada pelos aparelhos ideológicos e inscrita em práticas, conforme concebida por Pêcheux (2015a) e Courtine (2009).

Neste ínterim, enquanto objeto discursivo, o corpo nos possibilita um modo de ver o sujeito, as suas circunstâncias, a historicidade, a cultura e o que o constitui. O corpo que se olha e que se deixa olhar. Corpo que não se deixa alcançar e corpo da manipulação, corpo da falha e da falta, corpo da contradição e que inscreve o sujeito na dimensão do impossível, portanto um corpo atravessado e constituído pela linguagem (FERREIRA, 2013b). E mais, para Lacan (1992), o corpo é efeito de linguagem e, assim sendo, transforma-o, pois incide sobre ele.

No tecido da linguagem, costuramos aqui a metáfora, a memória discursiva, o sujeito e o nosso objeto de análise, o corpo. Na sequência, é nosso objetivo (des)costurar essa materialidade.

(Des)costurando a materialidade de análise: o corpo

Instigou-nos muito a forma como Luiza Romão, em *Sangria*, conta a história do Brasil. Assim, elegemos para tecer nossa análise três

fotografias de Sérgio Silva, tiradas do corpo da poeta, e que sofreram a intervenção da autora.

As fotografias funcionam, metaforicamente, como parte desta história contada por Romão e, por elas, recuperamos sentidos outros. Elas são em branco e preto e em todas há a presença de um fio vermelho costurado junto ao corpo, aquilo que se mantém e estabiliza. Contudo, além do fio, percebemos pecinhas, objetos metálicos que, também, foram costurados neles e se distinguem, conforme a parte do corpo, e rompem com a lógica da estabilização. Tais pecinhas funcionam como o efeito do interdiscurso, o atravessamento. Pecinhas, “pedras” no meio da língua e que nos fazem recuperar outras memórias, outros sentidos. Sentidos de denúncia, um grito de socorro e, ao mesmo tempo, de esperança.

A primeira imagem que selecionamos está presente no capítulo 1: Genealogia, e acompanha o poema “Dia 1: Nome Completo”.



Fonte: Romão, 2017. Foto: Sérgio Silva. Intervenção: Luiza Romão.

O corpo contornado lembra-nos o mapa do Brasil e, também, a posição fetal. Um corpo preso, contornado de um lado pelo fio vermelho e de outro acorrentado, e um rosto que não se mostra. O fio vermelho, além do contorno que faz em parte do corpo, serve para bordar as letras BR na coxa, para amarrar algumas argolas da corrente e fixar a corrente ao corpo. Discursivamente, notamos um sujeito assujeitado à sua condição e que deseja voltar ao útero da mãe. Desejo do sujeito de ver o Brasil nascer novamente, sob outras condições, romper e resistir. Desejo que constitui o sujeito. Nessa imagem do corpo, pela memória, recuperamos, também, os sentidos da tensão, da aflição, visto que é um corpo encolhido e marcado – BR.

A segunda imagem que selecionamos está no capítulo 4 – Corte, e acompanha o poema “Pílula 4 (dia 04 de fevereiro de 2017)”



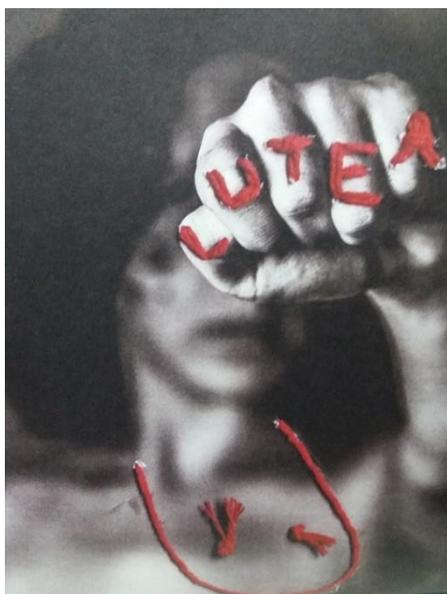
Fonte: Romão, 2017. Foto: Sérgio Silva. Intervenção: Luiza Romão.

A fotografia da língua vem nos mostrar uma língua amarrada, presa, remetendo-nos à (im)possibilidade de dizer. Os fios amarram a língua à parte externa do rosto, impedindo-a de se movimentar. A imagem que se coloca é opaca e embora a língua esteja presa, denuncia, fala. É como a concepção de língua da análise do discurso, que escapa, que leva em conta a deriva, o equívoco, o deslize, a falha. Língua passível de jogo e que produz sentidos na história. Língua que não é unívoca de sentidos, mas que se abre para a multiplicidade, os quais se constituem “exclusivamente nas relações de metáfora” (PÊCHEUX, 1995, p. 363). Enfim, língua da *estrutura* e do *acontecimento* (PÊCHEUX, 2017).

Há as arruelas, pecinhas metálicas costuradas na língua. Pecinhas que ressoam efeitos de sentidos distintos, pecinhas da falta e daquilo que não cessa de se inscrever. Pecinhas dos (des)limites da língua. Arruelas que, em nosso entendimento, servem para suportar o peso da língua e que representam bem o furo de que ela é constituída: o equívoco.

As arruelas, maiores ou menores, grossas ou finas, outrossim, instigam-nos a pensar no *real do corpo* e no *real da língua*, conforme proposto por Ferreira (2013a), ou seja, o que falta, retorna, resiste, mas não cessa.

A última imagem que selecionamos é também a última do livro. Está no capítulo 6 – Menstruação, e acompanha o poema “Dia 28. Lútea”



Fonte: Romão, 2017. Foto: Sérgio Silva. Intervenção: Luiza Romão.

Aqui o foco é dado à mão fechada. O rosto fica desfocado, pondo em evidência ainda mais a mão. Nela está bordado “LUTEA”, última fase do ciclo menstrual e se relaciona ao período fértil, podendo o óvulo ser fecundado ou não. Neste entendimento, recuperamos efeitos de sentidos de que em nossas mãos está a força, assim, podemos gerar um filho ou não, podemos lutar por aquilo que nos impulsiona ou deixar que, ao final do ciclo, o sangue se derrame. Filiamos esses dizeres ao que visualizamos na sociedade hoje. Poucos têm coragem de lutar por uma sociedade mais justa, muitos se acomodam e caem no ciclo da mesmice, num ciclo que retorna e numa gestação impossível, gestação interrompida por corrupções e golpes diversos. E, então, a gestação da transformação e da mudança não ocorre.

Embora o que se sobressaia seja a mão, há no pescoço um fio vermelho atravessado, remetendo-nos aquilo que fica “engasgado” e que nem sempre pode e deve ser dito, efeitos de uma formação discursiva dominante e que nos assujeita. Ao mesmo tempo, notamos que, ao costurar o fio no pescoço, o sujeito tem a ilusão de que tudo disse, efeito do atravessamento ideológico e inconsciente. Da costura no corpo, recuperamos a memória de um tempo outro, tempo de ditadura e que menos ainda podia ser dito, mas que se atualiza hoje. Tempo também de luta contra a opressão e as injustiças, tão presente na atualidade. Assim, a memória se atualiza e (re)significa, memória lacunar e que aciona outros sentidos para que outros sejam lembrados e outros ainda esquecidos.

Percebemos nessas imagens deslizamentos de sentidos. E embora a autora tente marcá-los sob a ótica feminina, ainda assim não se controlam, nem se individualizam, entretanto se deslocam, escondem-se e estão sempre prontos para nos surpreender. As fotos causam-nos estranhamento, característica essa inerente da metáfora, assim como fazem as engrenagens dos sentidos se movimentarem. Assim, via memória discursiva, recuperamos lá do interdiscurso, lugar da metáfora, os sentidos. E eles vão habitar, provisoriamente, a formação discursiva a que se filiam. Na metáfora, o significante tende a deslizar e foi o que observamos na materialidade desse corpo.

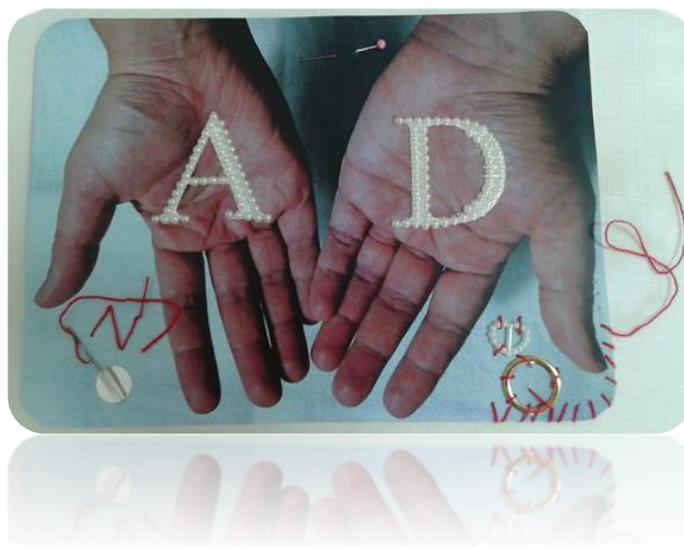
Notamos que a memória do corpo retorna sob a forma de um desejo, desejo de denúncia, marcado na fotografia do corpo, costurado, afixado de objetos. Embora essa costura aconteça nas fotografias, choca-nos, parece ser no próprio corpo e nos faz lembrar Magritte: “Ceci n'est pas une pipe”, contudo, para nós, isso é um corpo sim, mesmo que impresso em um papel. Um corpo que resiste, que denuncia, que grita, embora sua voz esteja abafada e a língua costurada. Um corpo opaco, incompleto, em falta e sujeito ao equívoco, à falha.

Por meio dessas fotografias, notamos a perturbação da metáfora, o ressoar da memória, um sujeito feito e efeito de linguagem e que resiste, e um corpo atravessado por falhas, furos e brechas. Neste entendimento, as fotografias (des)costuram um discurso outro que se abre para a multiplicidade de sentidos.

E, num gesto de leitura, também ofereço parte de meu corpo... Corpo que não foi costurado, mas que costura. Nas bordas da imagem e por entre ela o fio foi tecido, a agulha furou o papel, costurou os pequenos objetos e demarcou seu espaço. Os pontos foram feitos e desfeitos e as marcas ali ficaram impregnadas. O fio não foi perdido, contudo, na mão, nenhum ponto consegui fazer, porque embora pudesse se tratar apenas de uma fotografia de minhas mãos, a sensação que tinha era de que eram nelas que a agulha entraria e o fio vermelho se misturaria ao vermelho do sangue, unindo-os e tornando-os um só: fio-sangue.

Então, como analista de discurso que sou, meu gesto foi outro e sempre pode ser outro, por isso, além dos fios que contornam a imagem e dos objetos ali inseridos, ao meu modo, coleí as letras da teoria que me fascina e pequenas pérolas foram postas sobre ela. E nesse entendimento, ofereço em minhas mãos aquilo que de melhor tenho, a nossa teoria...

Imagem 4: Mãos que costuram e se oferecem



Fonte: Acervo da autora, 2018.

E se a metáfora é a condição de existência dos sentidos, seguimos o ritual, mas sem esquecer que ele falha...

Referências

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdufScar, 2009.

DOR, JOËL. **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

INDURSKY, Freda. De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

_____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Orgs). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Discurso, arte e sujeito e a tessitura da linguagem. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (Orgs). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013a.

_____. O corpo como materialidade discursiva. **Redisco**, Vitória da Conquista, v.2, n.1, p.77-82, 2013b.

_____. O quadro atual da análise de discurso no Brasil. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.

LACAN, Jacques. **O Seminário**, livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995, 2014.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2015a.

_____. Metáfora e interdiscurso. In: **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Textos selecionados. Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015b.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni P. Orlandi. 7. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

ROMÃO, Luiza Sousa. **Sangria**. São Paulo: Edição do Autor: Selo do Burro, 2017.

Opressão e resistência: efeitos de sentido em discursos LGBT

Lucas Carboni Vieira⁴⁶

Introdução

No intento de compreender como sujeitos LGBT significam a discriminação e a militância da nossa comunidade, realizei esta pesquisa ao longo de 2016, balizando-me na Análise de Discurso de Michel Pêcheux. Desejei ainda compreender a relação dos sentidos atribuídos pelos entrevistados com a heteronormatividade que ainda afeta, direta ou indiretamente, a comunidade LGBT. Busquei, para além do aporte teórico de Pêcheux, os trabalhos de Eni Orlandi (2012), Aracy Ernst-Pereira (1996) e Maria Cristina Leandro Ferreira (2005). Busquei, também, pesquisas sobre a história dos e das LGBTs, trazendo para o estudo Jonathan Ned Katz (1996), Júlio Assis Simões e Regina Facchini (2009)⁴⁷.

Surpreendi-me, através do trabalho com o corpus, com duas formações discursivas (FD) que se antagonizam – Formação Discursiva da Heteronormatividade e Formação Discursiva de Gênero Transgressora, ambas inscritas em uma formação ideológica (FI), que identifiquei como Formação Ideológica da Heteronorma. Essa inscrição das FDs em uma mesma FI não indica, entretanto, a não resistência ou luta de sujeitos LGBT acerca do discurso dominante, mas sim que o discurso da heteronormatividade ainda domina o dizer LGBT, gerando efeitos de silenciamento e de censura. Inscritos nestas duas FDs, apreendemos nove efeitos de sentido, dos quais

⁴⁶ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Grupo de Pesquisas sobre Educação e Análise de Discurso, sob coordenação da Profa. Dra. Dóris Maria Luzzardi Fiss.

⁴⁷ Em função dos objetivos deste artigo, os estudos de Katz, Simões e Facchini não foram explorados nesta produção, mas suas descobertas acerca da história de sexualidade e da história do movimento LGBT no mundo afetaram diretamente as análises aqui realizadas. Suas contribuições serão retomadas em artigo mais longo, que se encontra em fase de elaboração.

apresentaremos dois que ilustram a complexidade contraditória em que estes sujeitos se encontram. São eles o efeito de sentido de militância guardiã e o de militância sobrevivente. O primeiro se inscreve na FD de Gênero Transgressora e o segundo na FD da Heteronormatividade. Nesta FD, se sustentam concepções que, pelo silêncio de recusa da palavra ao outro diferente, chancela a norma vigente que regula e oprime; por outro lado, a FD de Gênero Transgressora, apesar de ainda envolvida no silêncio, explode os princípios reguladores da sexualidade na medida em que desafia a norma, buscando desconstruí-la e fundando, nesse silêncio, sentidos outros de enfrentamento.

Metodologia

A presente pesquisa é de natureza qualitativa do tipo estudo de caso. Como nos aponta Minayo (2007), as pesquisas de cunho social apresentam profundas afetações advindas da relação do pesquisador com seu objeto de estudo. Não é possível pensar o processo da pesquisa ignorando a subjetividade do pesquisador, seu desenvolvimento se dá em razão das particularidades do sujeito que a desenvolve. O reconhecimento dessa relação entra em consonância com a perspectiva dialética que constitui o trabalho da/na Análise de Discurso: o sujeito-pesquisador também é interpelado pelo seu contexto sócio-histórico, também é afetado por seu contexto e por seu lugar sociocultural. Foi a partir dessa relação de ser e estar na história que constituí este trabalho, implicado pelas especificidades e pelas marcas culturais que agem sobre mim. Foi como analista de discurso, como LGBT, pedagogo, homem, branco, brasileiro, gaúcho que realizei esta pesquisa. Corroboram, ainda, Lüdke e André, quando afirmam que é “importante lembrar que, como atividade humana e social, a pesquisa traz consigo, inevitavelmente, a carga de valores, preferências, interesses e princípios que orientam o pesquisador” (1986, p. 3).

Como um estudo de caso, esta investigação coloca em análise os enunciados de um grupo específico de pessoas, sujeitos LGBT. A produção de dados foi realizada com dezesseis interlocutores de pesquisa, através de um questionário virtual semiestruturado. Se qualquer colaborador desta pesquisa fosse substituído, todo o *corpus* analítico teria sofrido modificações consideráveis e, por consequência, o gesto de análise sobre ele seria outro, pois outros seriam os enunciados, outros os dizeres. Assim sendo, o objeto de estudo é, justamente, o conjunto dos enunciados dos participantes. Os dados produzidos contam com a participação de pessoas a-

gêneros, do gênero masculino e feminino, pansexuais, assexuais, bissexuais, gays e lésbicas; as idades variam de 19 a 36 anos, com escolaridades que vão do Ensino Médio até o Mestrado. São residentes em Porto Alegre, Alvorada, Canoas e Gravataí. Ao total, foram produzidos 105 enunciados. O questionário, realizado através da plataforma virtual *Survey Monkey*, apresentava aos respondentes dez questões. As três primeiras perguntas eram de caráter sociodemográfico, enquanto as questões restantes convidaram os colaboradores da pesquisa a refletir sobre a questão da militância LGBT e da LGBTfobia. Os enunciados eram os seguintes: 1) Para você, o que é militância? 2) Para você, militância e ativismo têm o mesmo significado? Quais são suas semelhanças ou diferenças em termos de significado? 3) Para você o que significa política? 4) Existe homofobia? Se sim, você sofre com isso? 5) Você acha que a homofobia pode ser combatida? Como? 6) Se você acredita que é possível combater a homofobia, o que você faz para combatê-la? A décima questão era optativa, convidando o participante a discorrer livremente sobre alguma experiência de vida relacionada ao fato de ser um sujeito LGBT.

O filósofo e sua obra

A Análise de Discurso (AD) é uma disciplina de entremeio que tem sua origem na década de 60. Michel Pêcheux (1938-1983), seu fundador, foi um filósofo francês, aluno de Louis Althusser, sendo diretamente influenciado pelos trabalhos de Althusser sobre Marx e os aparelhos ideológicos de estado. Com relação às suas primeiras produções, é necessário abrir breve parêntese, a partir do qual estabeleço conexão entre elas e os tempos que antecipam e preparam a fundação da AD. Entre 1966 e 1969, Pêcheux deslizou de um momento, o da escrita dos textos *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia geral* (1966) e *Observações para uma teoria geral das ideologias* (1967), no qual assinava sob o pseudônimo Thomas Herbert, para outro, o da escrita de *Análise de conteúdo e teoria do discurso* (1967)⁴⁸ e *Por uma técnica de análise do discurso* (1968), no qual os escritos já não mais se abrigavam sob a guarda de Herbert. O uso de um pseudônimo se explica não apenas por uma cautelosa atitude assumida por ele, mas, sobretudo, pela identificação com projetos de trabalho que, embora relacionados, atendiam, inicialmente, a propostas diferentes. Enquanto Herbert evidenciava engajamento no projeto althusseriano

⁴⁸ A referência utilizada para este texto é do livro "Por uma Análise Automática do Discurso", organizado por Gadet e Hak (1993, p. 61 a 105).

de construção de uma teoria geral das ideologias, Pêcheux endereçava seu interesse maior para a elaboração da Análise de Discurso. Portanto, a Análise de Discurso pode ser considerada como um projeto teórico mais amplo de Michel Pêcheux, que nasceu no interior da elaboração de uma teoria geral das ideologias na esteira de Louis Althusser.

Pêcheux mobiliza conceitos originários da teoria marxista (relida por Althusser) e da psicanálise freudiana (relida por Lacan), a fim de repensar a língua desde a compreensão apresentada por Ferdinand de Saussure, relida por Pêcheux, e formular um novo objeto: o discurso. É necessário destacar o que torna possível o encontro entre Pêcheux, Lacan e Althusser: um gesto epistemológico comum – a subversão nos respectivos gestos disciplinares da compreensão estritamente biossocial da ordem humana pelo reconhecimento da castração simbólica. “Pêcheux é um herdeiro não subserviente do Marxismo, da Linguística e da Psicanálise na Análise de Discurso que propõe e que trabalha as relações entre o sujeito, a língua e a história” (FERREIRA, 2005, p. 11). Dito de outra forma, acompanhando Pêcheux e Fuchs (2010, p. 163-164), o quadro epistemológico da AD se compõe a partir da articulação de três campos do conhecimento científico atravessados por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.
- 4.

A língua é a materialização do discurso. Parafraseando Orlandi (2012), quando refere suas potencialidades, a AD oferece contribuições relevantes para o campo dos estudos da linguagem desde as interfaces constituídas com outras regiões de conhecimento – ela provoca a: problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem; perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade; saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é

irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar. Eni Orlandi aponta que:

o discurso é [...] palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na Análise de Discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. (2012, p. 15.)

A AD não pensa apenas o dito, mas reflete sobre os processos e as condições de sua produção e as relações tramadas entre ele e os sujeitos que os enunciam. O analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade. Como esclarece Pêcheux (1997, p. 78),

[...] os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que esse funcionamento não é integralmente linguístico [...] e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto do discurso [...].

A Análise de Discurso implica um esforço de compreensão do funcionamento do discurso por meio da observação dos processos e mecanismos de constituição de sentidos e sujeitos. É imprescindível considerar a opacidade da linguagem, ou seja, o conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção (CP) do discurso. “Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 1997, p. 77) que apontam para o sujeito (posição dos protagonistas do discurso e formações imaginárias) e para a situação de surgimento do mesmo (referente, contexto no qual aparece o discurso). Seria dizer que, ao mencionar sujeito, Pêcheux não está referindo à presença física de organismos humanos individuais, mas lugares determinados na estrutura de uma formação social – o lugar de professor, o lugar de aluno, de pai, de mãe, de mulher, de homem e assim por diante. Esses lugares estão afetados pelos contextos históricos e sociais, instados a interpretar os fatos ao seu redor a partir destas condições de produção.

A Análise de Discurso compreende a língua como algo não transparente. Ela é opaca, fugidia. Não somos senhores do seu significado, tampouco detemos o sentido daquilo que falamos.

Partindo desse pressuposto, sua preocupação não é dizer o que determinado texto significa, atravessando-o e chegando à verdade. À AD, cabe compreender como o enunciado analisado significa. “Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica⁴⁹: ela o concebe em sua discursividade” (ORLANDI, 2012, p. 18).

Essa perspectiva é essencial para a Análise de Discurso, que se preocupa em mostrar que a relação linguagem-palavra-mundo não é retilínea e unívoca. A história está na língua haja vista os fatos históricos existirem sob efeito da interpretação. A história se inscreve na língua, portanto, a exterioridade não corresponde a um exterior empírico, mas se constitui no próprio trabalho dos sentidos (FERREIRA, 2005). Um traço permanente desta disciplina de entremeio é o fato de ela continuar “[...] se pautando por uma teoria materialista dos sentidos, que considera a língua na sociedade e na história, fazendo intervir a ideologia” (FERREIRA, *Ibid.*, p. 195).

A Psicanálise contribui com o deslocamento da noção de sujeito idealista para a de sujeito descentrado, este constituindo-se na relação com o simbólico, com a história. Enquanto o sujeito idealista é compreendido como fonte intencional do sentido que ele exprime por meio de uma língua transparente, o sujeito descentrado é o sujeito produzido pela linguagem, um sujeito do inconsciente, um sujeito desejante, se considerado desde concepções freudo-lacanianas. “Ao construir sua teoria do inconsciente, Freud põe em questão a ideia de um sujeito natural, cuja unidade está assegurada pela consciência” (ERNST-PEREIRA et al., 1996, p. 45). Lacan, desde a releitura que faz de Freud, adverte que, para este, o processo de conhecimento não se faz enquanto modalidade de desvendamento da verdade a partir do real, sendo impossível ao sujeito escapar ao primado do simbólico. Nesses termos, o sujeito não é um agente homogêneo, mas se constitui desde uma relação complexa que implica o inconsciente e a ideologia. O “eu” perde a sua centralidade e, disperso, diluído, embora falado, também fala e, ao falar, intervém nos sentidos já-dados.

Militância Guardiã e Militância Sobrevivente: efeitos de sentido

⁴⁹ Área da Linguística que estuda o significado das palavras em ação no texto. “A linguagem é constituída da soma de sons e significados. A Semântica [...] se interessa pela natureza, função e uso desses significados. A Semântica não estuda os significados como um dicionário trata as palavras da língua, mas da maneira como os significados ocorrem integrados nos textos falados e escritos” (CAGLIARI, 2008, p. 45).

Esta etapa de análise focou as perguntas 1, 2 e 3 do questionário. Dos enunciados, destaquei três palavras: *defender* (presente em três enunciados), *lutar* (presente em sete enunciados) e *ativamente* (presente em dois enunciados). *Defender* e *lutar* me provocaram em razão da sua ausência. Em razão da minha experiência como membro do diretório acadêmico, militância é um termo atravessado por tais palavras. Isso, entretanto, não aconteceu: apenas 12 respostas, das 48 produzidas nas três perguntas deste eixo, fizeram referência a *defender* e *lutar*. Apenas uma resposta relaciona as três palavras.

A fim de apreender os sentidos estabilizados dessas expressões, recorri ao dicionário virtual Caldas Aulete⁵⁰. Este movimento é importante, porque tais significados compõem certa parte da memória discursiva destes termos, do interdiscurso, caminhando sempre no intervalo entre estabilização e renovação dos sentidos. Neste momento de passagem pela superfície linguística, encontrei os seguintes significados:

Defender: proteger-se de ataque; manifestar-se favoravelmente a; lutar em favor de, advogar em benefício de; afastar risco, perigo, de si mesmo ou de alguém.

Lutar: desferir golpes, brigar; participar de combate ou batalha; fazer frente a, resistir a algo ou alguém; trabalhar com afinco, para sobreviver ou obter compensações.

Ativamente: adv. || de modo ativo. || (Gram.) Em sentido ativo, na voz ativa.

No que concerne, especificamente, ao advérbio *ativamente*, é importante lembrar que, segundo Barros (1985), os advérbios em geral são palavras adjuntas, modificadoras, porque podem ser determinantes do adjetivo, do advérbio, do pronome, do verbo e mesmo de orações e substantivos. Acrescenta, igualmente, que “só o contexto caracteriza e define o advérbio. Só o contexto lhe indica as circunstâncias” (BARROS, 1985, p. 203). No que concerne aos advérbios em *-mente*, sublinha que eles não apenas comunicam ideia de tempo, de modo, mas também de qualidade. “A anteposição comunica ao advérbio o valor adjetival que atinge o sujeito e a oração inteira” (Ibid., p. 305). Bomfim (1988), ao discutir o mesmo assunto, indica o caráter subjetivo da maioria dos advérbios, que não se comportam meramente como a gramática tradicional os posiciona na

⁵⁰ Disponível em: <http://www.aulete.com.br>. Todos os sentidos dicionarizados utilizados neste trabalho foram retirados deste dicionário virtual.

frase, ligando-se, isto sim, ao sujeito da enunciação, ao emissor responsável pelo enunciado.

Pensar no funcionamento sintático do advérbio *ativamente*, tomando a SD na qual ele foi utilizado, obriga evocar, também, o que Luft (2000) destaca quando fala a respeito. O autor explica que os elementos com valor adverbial não são rigorosamente necessários à compreensão básica do enunciado, tendo a (sub)função de determinar, qualificar e modificar outros termos. Destaquei, do *corpus*, a sequência discursiva de Garwin⁵¹ que, ao responder à questão “Para você o que é militância?”, apresentou os três itens lexicais selecionados:

SD1 – *É defender uma causa e lutar ativamente a favor dela.*

Nesta formulação, fica evidenciada a função de modificador e de intensificador do advérbio que, uma vez considerado o funcionamento sintático, influencia outros elementos – *defender* e *lutar* – que devem ser feitos de modo ativo, profundamente intencional. O sujeito que luta ou defende ativamente é um sujeito que toma a frente na ação de forma diferente daquele que simplesmente luta/defende. Dito de outra forma, a mera luta poderia não ser sistemática ou ainda profunda o suficiente para envolver o sujeito. Lutar ativamente, ou defender ativamente, denota uma entrega e uma decisão pessoal profundas.

Na SD utilizada como exemplo, um sujeito LGBT aponta que a militância é o exercício da defesa – ativa, intensa, profunda – de uma causa. É possível escrever este enunciado de outra forma, no momento em que substituimos os itens lexicais “defender” e “lutar” por um de seus significados estabilizados. Apresentarei os deslizamentos dos sentidos que podem, sempre, ser outros. É possível dizer, a partir desta SD, que a militância:

Deslizamento 1 – Item lexical: Defender

A) *É proteger-se de ataque em favor de uma causa e lutar ativamente a favor dela.*

B) *É afastar o perigo em favor de uma causa e lutar ativamente a favor dela*

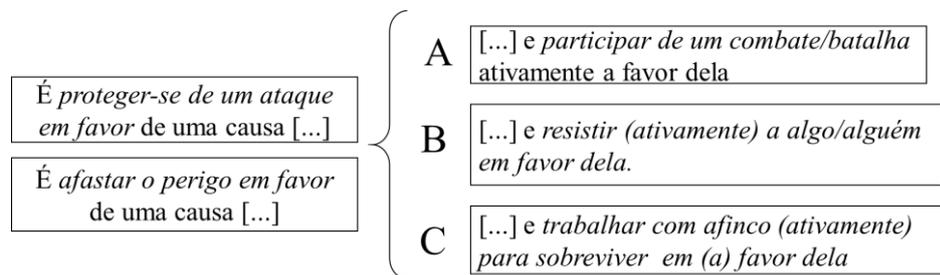
A partir desta transformação do dito, surgem outras questões como: de quem ou do que é preciso se proteger? Quem é este sujeito atacante que exige do militante uma ação de proteção? Seguindo para o segundo deslizamento: que perigo é esse que precisa ser

⁵¹ Nome fictício para preservar a identidade do participante.

afastado pelo militante para que a sua causa tenha andamento? A militância parece ser, então, um processo de combate ao perigo, de resguardo daquele que a pratica, pois ele (ou a causa que defende) sofre ataques intensos com poder suficiente para destruí-la.

Passsei, então, para o deslizamento 2, onde substituí o termo *lutar*, usando as mesmas alterações lexicais já realizadas com o termo *defender*, o que permitiu 6 combinações possíveis de deslizamento:

Deslizamento 2 – Item lexical: Defender + Lutar



Através dos sentidos estabilizados, militância, além de ser um ato de proteção que envolve afastar o perigo eminente, que ameaça de forma efetiva a causa daquele que se coloca na situação de militância, trata-se de uma situação de sobrevivência, de resistência, de combate. O sentido de ameaça se intensifica. O militante não é só aquele que está sob perigo, sob risco de uma ação que lhe é violenta. Como sobrevivente, ele resiste não por mera contraposição: sua própria existência está ameaçada. Militar é uma questão de vida ou morte.

Evidencio dois efeitos de sentidos: *militância guardiã* e *militância sobrevivente*, considerados, agora, como objeto discursivo que escapa às armadilhas da suposta transparência da língua. Efeitos de sentidos que se interpenetram, que dialogam profundamente, pois a militância guardiã assume este posto de protetorado em razão da ameaça destruidora que recai sobre o militante, ou sobre a causa de sua proteção. Diferente da condição de sobrevivente, a militância guardiã está mais empoderada do seu papel e da sua identidade de militante e por isso consegue tornar-se protetora de outrem – ela milita não apenas para si mesmo, mas para o grupo que representa, compreendendo que militar por si mesmo reverbera na proteção de todos.

Digo “ameaça destruidora”, pois não é qualquer espécie de oposição que demanda uma “batalha intensa”, um “trabalho dedicado pela sobrevivência”. Sobreviver é sobrepor-se a uma fatalidade, a

uma força que, em muitos casos, pode ser maior que aquele que contra ela luta. No dicionário, sobreviver está definido como “permanecer vivo após desaparecimento de outros, ou após passar por perigo mortal, doença, dificuldades”. Este perigo mortal representado pela oposição à causa do militante, ao meu ver, só pode ser considerado mortal por afetar dimensões do sujeito militante que se costumam à própria essência do seu viver. Tomemos, por exemplo, a causa LGBT: aqueles que atacam a causa LGBT, atacam o próprio direito de ser dos gays, das lésbicas, dos bissexuais, das travestis e dos/das transexuais. Outros e outras já desapareceram antes, foram derrotados pela ameaça. Aqueles que militam são guardiões da própria existência e da existência de sua causa, como também militam no esforço do sobreviver.

Conclusão

Inscrevendo-se em uma FD de Gênero Transgressora, encontrei o efeito de sentido militância guardiã, enquanto em uma FD da heteronormatividade, encontrei o efeito de sentido de militância sobrevivente. Se, por um lado, militar torna-se um ato de manifestação pública e de resistência, de proteção, criando rachaduras na heteronormatividade, “apenas” – o digo entre muitas aspas – sobreviver à ação dela materializa seu intento: subjugar aqueles que desviam de seu desejo, de sua ordem. Ninguém vive em plenitude na condição de sobrevivente. Militar é um ato que habita na dualidade do desejo de liberdade – de romper com a normatividade, com o controle, com a opressão, com a proteção do direito de uma vida plena – e do desejo de sobreviver – de ver-se perseguido, caçado, marcado, obrigado, de uma forma ou de outra, a encontrar subterfúgios para resistir a uma “força maior”. O sujeito LGBT ainda se vê demandado a resistir e sobreviver à força de uma norma opressora, que, pelos fios do discurso, busca interditar a possibilidade do dizer acerca de si mesmo, em perspectivas outras, que não sejam as tomadas por este contexto de discriminação e transgressão. Muito se conquistou em termos de direitos sociais, mas ainda se faz indispensável conquistar mais, criar novas rachaduras e alçar novos voos na direção da possibilidade do dizer mais pleno, não obnubilado por uma normatividade sufocante e injusta.

Referências

- BARROS, Enéas Martins de. **Nova gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Atlas, 1985.
- BOMFIM, Eneida. **Advérbios**. São Paulo: Ática, 1988.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2008.
- ERNST-PEREIRA, Aracy et all. **O discurso pedagógico: a presença do outro**. Letras – Revista do Mestrado em Letras da UFSM (RS), janeiro de 1996
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O Caráter Singular da Língua Na Análise de Discurso. **Organon**. Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 189-200, 2005.
- HERBERT, Thomas. Observações para uma teoria geral das ideologias. **Rua**, Campinas, n. 1, p. 63-89, 1995 [1967].
- HERBERT, Thomas Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Análise do Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes, p. 21-54, 2011[1966].
- KATZ, Jonathan Ned. **A Invenção da Heterossexualidade**. Tradução por Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **A Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- LUFT, Celso Pedro. **Pequeno dicionário da língua portuguesa**. 14. ed. São Paulo: Scipione, 2000.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 10. Ed. Campinas: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. **Analyse de contenu et théorie du discours, Bulletin du CERP, v. 16, n. 3, Paris, CNRS, p. 211-227, 1967**.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 2. Ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. **Vers une technique d'analyse du discours, Psychologie Française, v. 13, n. 1, p. 113-117, 1968**.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, p. 163-252, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise. HACK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, p. 61-105, 1993.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

“¡Trae Tus Colores!” ou “Traia Suas Cores?”: fragmentos de uma análise sobre as condições de produção do discurso turístico LGBT

Maicon Gularte Moreira⁵²

O presente texto é um recorte do meu trabalho de dissertação, realizado no Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul, sob a orientação da prof.^a Dr.^a Luciene Jung de Campos, intitulado “*¡Trae tus Colores! a (sex)usualidade no turismo LGBT*” (MOREIRA, 2017)⁵³. Meu objetivo foi o de problematizar o segmento de Turismo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) com base na análise dos mecanismos de interpelação do sujeito LGBT como um turista LGBT. Trata-se de um recorte, o que não significa realizar uma transcrição, pois os sentidos jamais são evidentes e deslizam no tempo.

É importante frisar que minha área de formação é o Turismo, assim como me posicionar não apenas como um sujeito LGBT, mas também como um ativista. Sendo assim, desde o início do meu curso de graduação, produzo questionamentos sobre as justificativas dadas à segmentação do turismo para as pessoas LGBT. Sempre questionei o modo como a oferta de produtos pelo mercado turístico se dá às pessoas LGBT, frequentemente, com apelo ao sexo.

Nesse campo de formação, as produções acadêmicas existentes a esse respeito têm validado práticas do mercado e apresentado, exclusivamente, como justificativas para esse tipo de segmentação, a definição de um perfil econômico dos sujeitos LGBT.

⁵² Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista FAPERGS/CAPES.

⁵³ Para a realização do trabalho de dissertação foi imprescindível o apoio financeiro, em forma de bolsa de pesquisa, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Segundo tais definições, os LGBT são mais escolarizados e com maior renda em relação à média da população, não possuem filhos e, conseqüentemente, têm mais tempo e dinheiro disponível para a realização de atividades de turismo e lazer (ANGELI, 1999; OLIVEIRA, 2002; TREVISAN, 2006).

Por sua vez, as práticas de mercado, já validadas pela academia, produzem mais dados em torno desse perfil, criando um estereótipo deturpado sobre os sujeitos LGBT. Ambos, academia e mercado, retroalimentam-se nos dizeres. Quem disse antes? Tadioto (2016, p. 40) propõe que “a discussão sobre os segmentos na academia é apenas uma reprodução dos resultados observados nas pesquisas de mercado, sem a devida reflexão crítica esperada”. Assim compreendido, tanto mercado quanto academia não possuem como alvo a inclusão do sujeito LGBT, suas demandas históricas, sociais, políticas e culturais contingenciadas, mas o potencial retorno financeiro que a promessa de inclusão social pode lhe gerar, seu *pink money*⁵⁴.

Em razão da posição que ocupo e a partir da reflexão de Campos (2010, p. 41), que propõe, sob a perspectiva althusseriana, pensarmos na publicidade/ propaganda “como um ritual de interpelação ideológica do sistema dominante, uma prática de manutenção e reprodução do capitalismo”, tomo como materialidade de análise o folheto da campanha promocional “¡Trae tus Colores!” (GUIYA EDITORA, 2014). Esta campanha, apoiada pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), promoveu o Brasil como um destino turístico LGBT em dezembro de 2014 nas cidades de Madrid e Valência, na Espanha. A EMBRATUR é o órgão federal responsável pela promoção do Brasil, no exterior, como um destino turístico. Conseqüentemente, os dados e informações que serão utilizados ao longo do texto possuem como limite e contexto temporal o período de realização da campanha.

Iniciei pelo questionamento realizado por Orlandi (2010, p. 59) a respeito do papel do analista do discurso: “Que escuta ele deve estabelecer para ouvir para lá das evidências e compreender, acolhendo, a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente [...]?”. Essa reflexão me fez compreender que o analista do discurso é, pois, o responsável pela construção do seu próprio dispositivo de análise, orientado pelos pressupostos teóricos e metodológicos que servem como seu suporte, mas não apenas. O dispositivo teórico e metodológico que falo é o da Análise do Discurso

⁵⁴ Termo utilizado no mercado e na academia para designar o dinheiro utilizado pelos sujeitos LGBT.

(AD), inaugurado pelo filósofo francês Michel Pêcheux. No entremeio do discurso, construímos e somos construídos pela análise, construímos e somos construídos pela AD.

O abalo epistemológico que os campos teóricos mobilizados pela AD (Materialismo Histórico, Psicanálise e Linguística) produzem sobre o Turismo são indispensáveis no tratamento e atrelamento das questões sociais, políticas e, sobretudo, ideológicas que envolvem esta área do saber.

Importante notar, ainda, que o mesmo processo de ruptura com o paradigma dominante à época, foi fundante tanto para AD quanto para a resistência dos sujeitos LGBT em sua luta por respeito e dignidade humana. Foram os acontecimentos do maio de 1968 francês, época em que Pêcheux defendeu sua tese e nos apresentou à Análise Automática do Discurso, que reverberaram ao redor do mundo e fomentaram o fortalecimento e a constituição de muito movimentos de reivindicação por direitos humanos e sociais, entre eles o Movimento Social LGBT. A AD, portanto, significa neste trabalho mais do que um dispositivo teórico-metodológico de análise. É, também, uma tomada de posição política.

Diante da materialidade, então, selecionei oito sequências discursivas (SD), as que se mostraram ao olhar, em forma de estranhamentos. Dessas oito, trago para este texto a discussão realizada em torno de duas, cuja numeração utilizada no trabalho de dissertação será mantida, ou seja, chamarei de SD5 e SD6. Contudo, não posso me furtar de mostrar a imagem (Figura 1) de todas as sequências que se encontram em arranjo com SD5 na materialidade.

A respeito de SD5, **“AVANCES EN DERECHOS LGBT”** (GUIYA EDITORA, 2014, p. 3, grifo dos autores), começo por um fragmento de análise sintática. Observa-se, logo, que estamos diante de um enunciado sem verbo ou núcleo verbal e, portanto, sem sujeito. O enunciado, deste modo, joga com as (im)possibilidades sintáticas de uma frase com essas características. Os avanços em direitos LGBT foram realizados por quem? Onde? Como? Quando?

Há a viabilização de um jogo com os sentidos, um funcionamento em ocultação, uma vez que, conforme Bechara (2009, p. 540), “a ausência de um núcleo verbal, [...] impede que se identifiquem entre seus constituintes as funções que se manifestam na oração”. Ao mesmo tempo, “a frase aponta para asserção de uma verdade geral, já que exclui a forma verbal responsável por uma particularização da expressão” (BECHARA, 2009, p. 540), ou seja, esse tipo de estrutura sintática mantém entre os termos existentes uma relação gramatical tênue. Com isso, abre caminho para a efetivação de múltiplos deslizamentos de sentido e,

consequentemente, para a mobilização de uma cadeia de significantes mais ampla. Isso possibilita a identificação/interpelação do sujeito para quem o enunciado se destina através de um efeito metafórico, “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” (PÊCHEUX, 2014, p. 96).

Figura 1: Página três do folheto promocional ¡Trae tus Colores!, com indicação de SD5, SD6 e SD7

SD6
Marcha Nacional contra Homofobia

SD5
AVANCES EN DERECHOS LGBT

Brasil es el mayor país del mundo donde el casamiento entre homosexuales fue legalizado, y este es uno de los más recientes derechos alcanzados por el segmento LGBT. Mutualistas deben incluir compañeros del mismo sexo, el Impuesto a la Renta puede ser declarado por parejas de hombres o mujeres, las cirugías de readecuación de sexo para transexuales se realizan por medio del sistema público de salud.

Los desafíos son grandes, pero los avances están claros. Algunos Estados y varias ciudades cuentan con leyes contra la homofobia y servicios de denuncia de discriminación. En el ámbito federal, está el Disque 100 (servicio telefónico en defensa de los derechos humanos). Además, es creciente el número de secretarías de gobierno dedicadas a la defensa de la ciudadanía LGBT.

SD7

Casamiento colectivo entre homosexuales en Rio de Janeiro

Acción en la playa de Panama por la ciudadanía LGBT

Fonte: Adaptado de Guiya Editora (2014, p. 3).

Em busca do objetivo de romper com a opacidade de SD5, para além das pistas expostas na superfície sintática do enunciado, proponho observar o efeito metafórico operando em torno das Formações Imaginárias (FI), conceito proposto por Pêcheux (2014), que pressupõe todo processo discursivo segundo o autor.

Assumi este conceito em razão do objetivo de problematizar os modos de interpelação do sujeito LGBT em turista LGBT, ou seja, o jogo de forças (e de sentidos) que envolve a produção dessa interpelação (simbólica) pela identificação (imaginária) do sujeito com a materialidade. Penso que esse processo de interpelação/identificação é essencial para compreender o funcionamento discursivo que está aqui em jogo, o da publicidade/propaganda no turismo.

Para chegar a este conceito, Pêcheux (2014) assume, através da enunciação dos elementos estruturais das condições de produção do discurso, o esquema informacional de comunicação como o modelo a ser seguido. Ele diz que este esquema “coloca em cena os protagonistas do discurso bem como o seu ‘referente’” (PÊCHEUX, 2014, p. 80), entendendo como referente (R) o contexto ao qual a mensagem se refere. Porém, ao invés de utilizar a mensagem como uma transmissão de informação entre pontos definidos como A e B, Pêcheux (2014, p. 81) irá “preferir aqui o termo discurso, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B”.

Para ele, A e B não designam uma presença física, mas “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, 2014, p. 81). Todavia, ele não irá entender esses lugares funcionando como um conjunto de características definidas, visto que “esses lugares estão **representados** nos processos discursivos em que são colocados em jogo” (PÊCHEUX, 2014, p. 81, grifo do autor). Ou seja, o que funciona é “uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 2014, p. 82), conforme demonstrado na Tabela 1.

Pêcheux (2014) considera que as Formações Imaginárias resultam “[...] de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo [...]” (PÊCHEUX, 2014, p. 85). Logo, a apreensão do referente, do outro e de si mesmo “é sempre atravessada pelo ‘já ouvido’ e o ‘já dito’, através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas” (PÊCHEUX, 2014, p. 85). Sobre isso, Campos (2010, p. 93) resume: “O que ocorre

é um jogo de imagens: dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados e que ainda poderão vir-a-ser ditos e que estão no interdiscurso”.

Tabela 1 – Formações imaginárias

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente	
A	$I_A(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_A(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
	$I_A(R)$	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B	$I_B(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	$I_B(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”
	$I_B(R)$	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Fonte: Adaptado de Pêcheux (2014, p. 82-83)

A partir das formações imaginárias propostas por Pêcheux (2014) na Tabela 1, proponho pensar as condições de produção de SD5 e SD6 em torno das seguintes questões:

- Quem você pensa que é para falar ao LGBT assim ($I_A(A)$)?
- Quem você pensa que é o LGBT para que lhe fale assim ($I_A(B)$)?
- De que você fala ao LGBT assim ($I_A(R)$)?

Desde o término da ditadura franquista, em 1975, e a promulgação da Constituição, em 1978, a população LGBT espanhola têm se engajado e alcançado expressivas conquistas na garantia de acessos a direitos, tornando a Espanha um modelo internacional:

España se ha situado a la vanguardia internacional al proporcionar derechos a las llamadas 'minorías sexuales' tras la aprobación del matrimonio entre personas del mismo sexo en junio de 2005 y el reconocimiento algunos derechos para las personas transexuales con la mal llamada 'Ley de Identidad de Género', presentándonos como un laboratorio de libertades sexuales (Osborne 2007). Si observamos el escenario político, nos encontramos con que la sexualidad ha entrado en la agenda construyendo diferentes problemas políticos: primero, con la demanda del derecho a hacerse pareja de hecho (1992-2002), segundo con la demanda del derecho al matrimonio de personas del mismo sexo (2002-2005) y, por último, centrándose en los derechos de identidad de género (de 2004 en adelante). (PLATERO, 2009, p. 109)

No Brasil, ainda que a união civil entre pessoas do mesmo sexo tenha sido instituída por ato normativo do Conselho Nacional de Justiça no ano de 2013, é preciso destacar que esta legalização (sic) se deu através da proibição da recusa deste tipo de união (CNJ, 2013), recusa até então praticada. Esta norma não se deu por meio de um processo legislativo democraticamente discutido pelos representantes (sic) eleitos pela população. Como agravante, o Brasil não possui qualquer lei que criminalize a violência contra a população LGBT, mesmo figurando na primeira posição do *ranking mundial* de assassinatos de LGBT, especialmente de travestis e transexuais, representando 40% do total mundial no ano de 2013 (GGB, 2013) e 50% do total mundial no ano de 2014 (GGB, 2014). Toda e qualquer tentativa de aprovação de uma lei que criminalize esse tipo de violência, até os dias atuais, foi fracassada em função da atuação de boa parte de políticos cujos interesses individuais sobrepõem-se aos da população.

Ao nos depararmos com o contexto apresentado por Platero (2009) e o cenário de violência contra a população LGBT no Brasil, temos indícios de contradição em SD5, pois ao mesmo tempo em que reconhece a existência de uma problemática que envolve os direitos LGBT, afirma novas perspectivas que estão sendo 'avançadas' em relação a esses. O título enunciado é tratado, portanto, como a afirmação de uma verdade, mas que nos impõe dois sentidos em tensionamento: há uma demanda por direitos da população LGBT; e,

há avanços em direitos LGBT. Os sentidos expostos em jogo suscitam questões: onde há demanda por avanços em direitos LGBT? Onde há avanços em direitos LGBT?

Entra em cena o referente (R). Ao contrário do que seria evidente, uma campanha promocional ofertando o Brasil como destino LGBT só pode estar se referindo ao Brasil, meu gesto interpretativo sugere que o referente estruturante da produção de SD5 não é o Brasil, mas sim a Espanha. No jogo de imagens que condiciona a produção de SD5, a imagem que o enunciador faz de si (atrasos em direitos LGBT) em confronto com a imagem que faz do LGBT espanhol (avanços em direitos LGBT), faz com que o enunciado, ao invés de se referir ao Brasil, use a Espanha como seu referente.

É nesse efeito metafórico, produzido pelo deslizamento entre lugares que significam ‘avanços’ distintos ditos ao mesmo tempo, que se instala a interpelação através dos significantes de verdade do lugar a que o enunciado se destina. Preso ao jogo das evidências, o sujeito é interpelado na trama das identificações simbólica e imaginária. Simbólica porque traduz o motivo pelo qual eu me identifico com aquilo que eu gostaria de ser ($I_A(A)$), ou seja, quando eu tento simbolizar o meu desejo. Imaginária porque traduz aquilo que eu gostaria de ser para ser amado ($I_A(R)$), ou seja, quando eu tento simbolizar o desejo do Outro que, não sendo o meu desejo, se desdobra em uma fantasia. É nessa trama, instituída por uma relação parafrástica, produtora de um efeito metafórico entre formações imaginárias, que apreendo o equívoco da língua em SD5.

Paralelamente, considerando SD6, a contradição opera por meio de um ato falho. A imagem em questão ilustra a Marcha Nacional contra a Homofobia, em frente ao Congresso Nacional, na cidade de Brasília/DF. Mais do que a Marcha e a ligação semântica que esta possui com o termo avanço, a imagem mostra ativistas do Movimento Social LGBT ao redor de uma grande bandeira do arco-íris. Mais do que os ativistas, a imagem traz em destaque, um(a) ativista segurando a bandeira do arco-íris, cobrindo o entorno de sua cabeça com a bandeira do Brasil e vestindo uma camiseta em cuja estampa há o símbolo representativo da Marcha. Esse símbolo, possui um alvo no centro. Cada linha deste alvo possui uma das cores do arco-íris, símbolo do Movimento Social LGBT. No centro do alvo está a sombra do prédio do Congresso Nacional e, abaixo dele, a estátua de uma mulher de olhos vendados segurando uma balança, o símbolo da justiça. Sobre este símbolo está escrita a frase “Marcha Nacional contra a Homofobia”.

Entendo que SD6 visa representar o país da justiça e dos direitos das pessoas LGBT, equívoco já destacado em SD5, pela

associação do(a) ativista ao mesmo tempo enrolado(a) com a bandeira brasileira e segurando a bandeira do Movimento Social LGBT; pela Marcha Nacional contra a Homofobia ocorrendo em frente ao prédio do poder legislativo brasileiro, a 'casa do povo' (sic), onde o Estado Democrático de Direito garante acesso e igualdade de direitos e deveres a todas as pessoas.

No entanto, vista por um olhar mais atento, observa-se pelo menos um elemento de contradição em SD6, cujo contexto é mobilizado em SD5. Se o Movimento Social LGBT está em marcha pelas ruas, em frente ao alvo da marcha, o Congresso Nacional, representado na camiseta da ativista LGBT, pergunta-se: como pode o Brasil ser apresentado no título como o país dos avanços em direitos LGBT ao mesmo tempo em que o Movimento Social LGBT está na rua reivindicando a criminalização da violência contra sua população?

Trata-se aqui, provavelmente, de um ato falho em SD6, visto que o alvo da manifestação é totalmente ignorado pelo sujeito produtor de SD5. Preso ao jogo de sentidos em torno da imagem que possui do LGBT espanhol (I_A(B)), bem como do seu ponto de vista sobre o referente Espanha (I_A(R)), é evidente que uma manifestação do Movimento Social LGBT significará o avanço dos seus direitos.

Por isso, ao mesmo tempo em que o sujeito se identifica com o Brasil, esquece que está se identificando também com seus atrasos. Na medida em que recalca a impossibilidade de seu desejo, desloca os sentidos sobre o referente para seu objeto de identificação, o Brasil, e, mais além para o seu objeto de gozo, ou seja, o folheto promocional "¡Trae tus Colores!". Transborda, contudo, através do equívoco, da contradição e de suas manifestações inconscientes, vistas tanto em SD5 quanto em SD6. Se o contexto referido realmente fosse o Brasil, teríamos atrasos em direitos LGBT, não avanços e o convite a ser realizado seriam à traição de todas as cores.

Referências

ANGELI, Erika A. Turismo GLS. In: ANSARAH, Marília G. R. (org.). **Turismo: segmentação de mercado**. São Paulo: Futura, 1999, p. 183-208.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CAMPOS, Luciene Jung de. **Imagens à deriva: interlocuções entre a arte, a psicanálise e a análise do discurso**. 2010. 157 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Letras, Instituto de

Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/27958>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. **Diário da Justiça**. Brasília, 15 maio 2013. n. 89, p. 2. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atosadm?documento=2504>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

GGB. Grupo Gay da Bahia. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil: relatório 2013**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2013. 21 p. Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/relatorios/2013-2/>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

GGB. Grupo Gay da Bahia. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil: relatório 2014**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2014. 17 p. Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/relatorios/2014-2/>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

GUIYA EDITORA. **Trae Tus Colores**: Turismo LGBT (español). 2014. folheto. 24 p. Disponível em: <http://issuu.com/guiyaeditora/docs/turismo_lgbt_brasil_espa__ol/1>. Acesso em: 13 abr. 2015.

MOREIRA, Maicon Gularte. **¡Trae tus Colores!**: a (sex)usualidade no turismo LGBT. 2017. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/2659>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

OLIVEIRA, Luciano A. **Turismo para gays e lésbicas: uma viagem reflexiva**. São Paulo: Roca, 2002.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 9. ed. Campinas. SP: Pontes, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5. ed. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2014, pp. 59-158.

PLATERO, Raquel. Transexualidad y agenda política: una historia de (dis)continuidades y patologización. **Política y Sociedad**, Madrid, v. 46, n. 1-2, p.107-128, 2009. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO0909130107A>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

TADIOTO, Mateus Vitor. **O lugar discursivo do sujeito no segmento turístico GLS**. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/1679>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

TREVISAN, João S. Turismo e orientação sexual. In: BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Social**: diálogos do Turismo, uma viagem de inclusão. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. p. 139-177.

Discurso da resistência *versus* discurso do silêncio

Elisângela Bertolotti⁵⁵
Maria Thereza Veloso⁵⁶

A temática deste trabalho teve origem na notícia divulgada por veículos midiáticos na semana do dia 04 de abril de 2017, intitulada “Globo suspende José Mayer; atrizes fazem protesto contra assédio” (G1.COM, 2017), que remetia ao ato de assédio praticado pelo ator José Mayer contra uma figurinista da emissora, Susllem Meneguzzi Tonani. O caso teve grande repercussão pela mídia. Algumas matérias foram em defesa do ator e outras em amparo aos direitos à saúde física e mental da figurinista que, após apresentar para a mídia o assédio que vinha acontecendo há oito meses, foi apoiada por diversas atrizes da emissora que criaram o slogan “MEXEUCOMUMAMEXEUCOMTODAS #chegadeassédio”.

Dessa forma, a atenção deste estudo recai sobre a maneira como será visto e avaliado, pela empresa empregadora de ambos, o fato motivador de a figurinista ter formalizado sua queixa nas redes sociais contra um ator do primeiro escalão da teledramaturgia da casa. Isso posto, a causa motivadora da análise levará em conta as repercussões que os pressupostos de prestígio profissional ou de estigmatização de ambos, ator e figurinista, determinarão junto à mídia e demais sujeitos, atrelados a seus discursos, determinados esses discursos pela posição sujeito que agora ocupam, um e outra, diante da opinião pública.

Assim, nesse viés de exposição inicial do arquivo sob análise e, a partir do pressuposto de que a exterioridade é determinante aos sujeitos no que tange à produção e a compreensão de discursos, (ORLANDI, 2015), reitera-se a importância deste trabalho, haja vista

⁵⁵ Mestranda em Letras da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen (URI/FW).

⁵⁶ Doutora em Letras e professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen (URI/FW).

a intenção da pesquisadora de pautar assuntos de teor social e cultural, tendo como base a dimensão leitora e a competência interpretativa dos sujeitos. Dessa forma, considera-se que analisar discursos permeados por ações tidas como cotidianas e normatizadas pela sociedade, como o discurso em destaque, em conjunto com questões de cunho cultural e, principalmente, de igualdade social, poderá contribuir para produção e reprodução de conceitos significativos para a construção de um olhar crítico e abrangente acerca da coletividade que constitui, de certa forma, o inconsciente do sujeito.

Com base nesses pressupostos, o tema em destaque surge a partir da denúncia de assédio sexual feita publicamente pela figurinista Susllem Meneguzzi Tonani, que se sentiu moralmente desconfortável em decorrência de atos abusivos cometidos pelo ator José Mayer. Inicialmente, a vítima do assédio não teve a atitude de denunciá-lo, tendo em vista priorizar seu tão sonhado trabalho, conforme a tribuna do blog do Jornal Folha de São Paulo, denominado “#AgoraÉQueSãoElas – espaço para mulheres em movimento”, em que Susllem faz seu primeiro relato ao público, “Eu, Susllem Meneguzzi Tonani, fui assediada por José Mayer Drumond. Tenho 28 anos, sou uma mulher branca, bonita, alta. Há cinco anos vim morar no Rio de Janeiro, em busca do meu sonho: ser figurinista.” (OROFIN *et al.*, 2017).

Diante disso, após inicialmente ter negado a acusação e, como segunda estratégia de desvio do acontecimento, dizer que se confundiu com o personagem que estava interpretando – Tião Bezerra, na novela “A lei do amor”-, o ator José Mayer, foi afastado da emissora em que atua e se posicionou através de uma singela carta solicitando desculpas à figurinista. A carta divulga um arrependimento justificado. Seu autor pede a compreensão de Susllem e das demais colegas de trabalho dele dizendo: “A única coisa que posso pedir a Susllem, às minhas colegas e a toda a sociedade é o entendimento deste meu movimento de mudança” (METRÓPOLES, 2017). O ator se diz culpado pela atitude, mas acrescenta que seus atos são resultantes da criação machista que teve:

Tristemente, sou sim fruto de uma geração que aprendeu, erradamente, que atitudes machistas, invasivas e abusivas podem ser disfarçadas de brincadeiras ou piadas. Não podem. Não são. Aprendi nos últimos dias o que levei 60 anos sem aprender. O mundo mudou. E isso é bom. Eu preciso e quero mudar junto com ele. [...] A única coisa que posso pedir a Susllem, às minhas colegas e a toda a sociedade é o entendimento deste meu movimento de mudança. (G1.COM, 2017).

Dessa forma, o ator considera-se um sujeito ideologicamente interpelado, tendo em vista que, através do seu discurso, generaliza sua atitude de modo que a culpa não seja somente sua, mas sim da maneira como aprendeu, como foi educado, transferindo-a aos seus pais e demais responsáveis pela sua conduta. Logo, seja pela fala, ou por qualquer outra forma de expressão da linguagem, o discurso, que está presente em todos os atos de interação social, sobrecarregado de significados, permite que leitor interaja, questione e, se lhe advém, provoque sensações e estados de pensamentos (BARTHES, 1984), o que lhe possibilita uma leitura crítica acerca do posicionamento do sujeito discursivo.

Ao discorrer sobre este discurso e o efeito de sentido que pode provocar a partir da formação discursiva de cada sujeito, cabe enfatizar o poder da exterioridade no processo discursivo-ideológico. Assim, embora os textos não sejam reconhecidos como superfícies planas e lineares, a leitura/compreensão não se torna independente aos olhos de diferentes leitores. Pelo contrário, ao ser exposta, exprime uma necessidade direcionada, de clareza interpretativa. Por isso, reitera-se o que Orlandi (2015, p. 15) menciona sobre como a exterioridade interfere na relação texto-sujeito: “Não é verdade que o texto possa se desenvolver em qualquer direção: há uma necessidade que rege um texto e que vem da relação com a exterioridade”.

Ao observar os discursos e as interpelações destes advindas, cabe ressaltar e analisar, inevitavelmente, a relação que possuem esses discursos com as respectivas situações e posições discursivas dos sujeitos, resultantes estas das formações ideológicas constitutivas das formações discursivas (FDs) a que pertencem e que possuem uma materialidade social e histórica, efeito das práticas do sujeito. Assim, seja pela imagem do homem sedutor e da mulher por ele considerada como objeto de desejo a ser satisfeito mesmo à revelia dela, ambos são vistos enquanto sujeitos discursivos em posições imaginárias distintas, resultantes da interpelação ideológica vinda tanto das respectivas formações discursivas familiares, quanto da sociedade em que vivem e que igualmente os submete a conceitos ideológicos que os interpelam permanentemente.

À luz dessas colocações, Althusser (1983, p. 92) postula que “só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos”. Logo, nota-se a relação entre sujeito e ideologia, tendo em vista a *autoconstituição ideológica como “realidade” ou “natureza”, havendo dificilmente um conflito entre a ideologia dominante e a realidade. Dessa forma, torna-se clara a colocação de cunho ideológico utilizada por José Mayer como justificativa de sua atitude, tendo em vista que inúmeras vezes esse tipo de ação é considerado comum e também justificado pela*

cultura a que o sujeito está exposto e na qual foi e continua a ser constituído como ser de linguagem.

Lembrando constituições ideológicas, pertinentes diante de um estudo deste teor, cita-se Lacan. No que diz respeito ao inconsciente, afirma ele que “o inconsciente é, em seu fundo, estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem” (LACAN, 1981, p. 135 *apud* CASTRO, 2009, p. 2). Dessa forma, relacionado com os discursos apresentados para análise, nota-se como é elaborado o inconsciente coletivo no que se refere a questões sociais que baseiam o acontecimento tomado como arquivo para análise, ou seja, a constituição de um sujeito assujeitado, submetido ao seu inconsciente e às circunstâncias histórico-sociais que o orientam, determinando seu modo de proceder.

Tratando da constituição do inconsciente coletivo, a manifestação da emissora envolvida no caso expõe a gravidade do assunto, elogia as condutas e o reconhecimento do ator e pede desculpas à figurinista, manifestando-se brevemente, sem detalhamentos, conforme parte da carta aberta divulgada pela emissora:

[...] a emissora enfatizou que repudia toda e qualquer forma de desrespeito, violência ou preconceito. E que zela para que as relações entre funcionários e colaboradores se deem em um ambiente de harmonia de acordo com o Código de Ética e Conduta do Grupo Globo. Esta convicção da Globo foi reafirmada para um grupo de atrizes, diretoras e produtoras, reunidas no domingo à noite, quando a emissora informou que, apurado o caso, tomou a decisão de suspender o ator José Mayer de produções futuras dos estúdios Globo por tempo indeterminado [...]. Sobre a iniciativa de funcionários, colaboradores e executivos de usar hoje camisetas com os dizeres 'Mexeu com uma, mexeu com todas', a Globo se solidariza com a manifestação, que expressa os valores da empresa. O ator José Mayer, de enorme talento e com grandes serviços prestados à Globo e as artes brasileiras, certamente terá oportunidade de expressar seus sentimentos em relação ao triste episódio e esclarecer que atitudes pretende tomar. A Globo lamenta que Susllen Tonani tenha vivido essa situação inaceitável num ambiente que a emissora se esforça cotidianamente para que seja de absoluto respeito e profissionalismo. E, por essa razão, pede a ela sinceras desculpas. (G1.COM, 2017)

De acordo com uma entrevista realizada pela revista Veja com o advogado trabalhista Aparecido Inácio Ferrari de Medeiros, especialista em temas de assédio sexual e moral em ambientes de

trabalho, a atitude da emissora foi coerente com as necessidades judiciais que o caso necessita. Assim, a empresa afastou o acusado por tempo indeterminado e pede desculpas a figurista. Contudo, lê-se, na carta aberta divulgada, um discurso de valorização e prestígio profissional ao ator, tendo em vista a posição sujeito que ele ocupa – ator, famoso, branco, etc. – e os elogios que a empresa faz a José Mayer, já sobre a figurinista, a empresa aproveita a carta para falar de sua própria ética, profissionalismo, sem enaltecer as qualidades da funcionária.

São, portanto, sujeitos que ocupam posições muito distintas na mídia, afirmação que pode ser comprovada com a não continuidade do caso na justiça, por decisão da, atualmente, ex-figurinista da emissora – com término na novela, Suslem teve seu contrato com a empresa encerrado –. De acordo com o depoimento final sobre o caso, intitulado “Me deixem deixar de ser vítima: me deixem voltar a ser eu”, escrito por Suslem e divulgado no blog do Jornal Folha de São Paulo, denominado “#AgoraÉQueSãoElas – espaço para mulheres em movimento”, a figurinista faz algumas colocações que esclarecem algumas especulações e matérias com informações errôneas que foram divulgadas pela mídia:

Não, eu não fui amante de José Mayer.

Declaro que não fiz acordo com nenhuma parte envolvida e muito menos recebi algum dinheiro.

Não fui demitida da Rede Globo. O meu contrato, como o previsto, se encerrou com o final da novela.

Declaro que não retirei queixa contra José Mayer pelo simples fato de que nunca a fiz.

Eu fui vítima de assédio sexual. E agora estou sendo vítima novamente. Das especulações que colocam dúvidas sobre a minha dor. E me fazem revivê-la. (TONANI, 2017)

A figurinista afirma, em seu depoimento, que a cultura machista amedronta grande parte das mulheres, permitindo que nas redes sociais continuem idolatrando a cultura machista. Observa-se, também, que a declaração escrita como forma de esclarecer e justificar sua decisão de não dar prosseguimento ao caso na justiça, acolhe outras pessoas que já foram/são vítimas de assédio e também sentem medo de delatar um abuso, o que faz com que sites e aplicativos de relacionamentos, em situações idênticas à relatada, acusem a mulher como responsável por tal comportamento. Assim, Suslem Tonani (2017) ironiza sobre a impressão que a mídia reproduziu a respeito dela, “A história da mulher sedutora, agora

passional e vingativa. Da mulher que mereceu. Da amante rejeitada”, e reitera que continua sendo a vítima, mas agora,

Vítima de profissionais exibicionistas. Vítima da narrativa produzida por tabloides irresponsáveis, das versões misóginas da violência que vivi que tornam suspeito meu gesto de denúncia, bem como a sonoridade das que me apoiaram. E tenham certeza: estou sendo revitimizada pelo machismo que tenta me enfraquecer, me roubar a coragem de lutar. Mas cada vez que o conteúdo que questiona minhas razões é compartilhado, não sou só eu que estou sendo subjugada. Toda vítima está sendo coagida. Reprimida. Oprimida.

Nesse viés, observando o discurso enquanto “suporte abstrato que sustenta vários textos que circulam em uma sociedade” (GREGOLIN, 1995, p. 5), percebe-se como Suslem utiliza-se de um discurso que permeia a coletividade e pela solidariedade para se defender e, também, para encorajar e justificar mulheres que denunciam ou que permanecem, por medo, caladas. Compreende-se, desse modo, que o discurso da figurinista tem o intuito de desconstruir conceitos que são normatizados pela sociedade.

Dessa forma, as constituições dos discursos utilizados para análise, da figurinista e do ator, são exemplos de como as atitudes dos sujeitos podem ser interpretadas e constituintes do inconsciente dos sujeitos. Há, portanto, nessa análise, a leitura de dois discursos vindos de sujeitos em posições discursivas distintas, um homem que se utiliza de suas constituições ideológicas para justificar-se e uma mulher que, por ser vítima da cultura machista, não toma todas as atitudes – tidas como – cabíveis para resolução do caso.

Lê-se que a atitude de Suslem foi coerente com a sua declaração inicial, a denúncia, o desabafo, a necessidade de não se sentir mais oprimida por atitudes de assédio, mesmo agindo em desacordo com o que comumente é esperado que aconteça diante de um fato com essa repercussão. “Reservo a mim o direito de encerrar esse assunto. Chego ao final da minha jornada. Estou no limite da minha capacidade emocional de seguir na linha de frente dessa luta. [...] Outras podem assumir a frente dessa luta.” (TONANI, 2017).

Conforme já mencionado, ambos os envolvidos no caso sofreram críticas ou auxílio positivo com relação ao caso. A figurinista, inicialmente, obteve a solidariedade de várias atrizes da emissora e de parcelas de público que se sensibilizaram com o acontecimento. José Mayer também foi alvo de críticas, houve, ainda, outras denúncias de assédio envolvendo seu nome, além de manifestações

de outros atores que defenderam sua atitude, aspecto que permitiu e fortaleceu o número de denúncias de assédio nos últimos tempos:

O meu objetivo ao expor a minha história foi sair da invisibilidade, romper o silenciamento imposto, transcender este lugar de vítima que me era insuportável. Sou apenas uma profissional, que cansada de ser desrespeitada, lutou pelo que acredita. Por que incomodou tanto o meu silêncio pós-relato? Talvez porque eu não tenha cumprido o papel da oportunista exibicionista que o patriarcado esperava. Talvez porque não tenha sido a liderança, o exemplo que queriam que eu fosse. Desculpe desapontar estas e estes. (TONANI, 2017).

Entende-se, por esse viés, que a figurinista obteve a justiça desejada. Obteve repercussão midiática e pôde ajudar outras mulheres que sofreram da mesma forma. Assim, compreende-se que os envolvidos no episódio apresentam-se com atitudes que possibilitam que os seus interlocutores construam conceitos diante de ações que, por vezes, são consideradas como normais em determinadas cenários sociais e profissionais, como o da teledramaturgia. Logo, a reflexão e o (re)conhecimento da gravidade desses comportamentos são importantes, pois têm a ver com pessoas que foram prejudicadas em sua dignidade pessoal e profissional, em seus afetos e aspirações.

As indagações e suas respostas coincidem com os pressupostos deste estudo, que teve como motivação maior compreender um pouco mais sobre como as atitudes dos sujeitos, independente do âmbito, se ficcional ou não, interferem na constituição e na validade dos direitos humanos. Sob essa perspectiva, o arquivo utilizado para análise permitiu uma leitura ampla de ações tidas como normatizadas e justificáveis quando se trata de sujeitos com prestígio social elevado em relação à sua, neste caso, vítima, uma mulher, de classe média, vista como objeto sexual, estando social e profissionalmente em uma posição considerada de menos valia em relação à ocupada por seu assediador - homem, branco, famoso, (re)conhecido pelas suas atuações como intérprete de papéis de relevância na teledramaturgia brasileira.

As situações de violência, de assédio sexual e moral, aqui mencionadas a título de reflexão interpretativa, incidem negativamente sobre a perspectiva de vida e do âmbito social em que essas pessoas vivem e expressam-se. O assédio, portanto, é atitude que repercute fundamente na constituição dos sujeitos discursivos, tanto enquanto vítimas como enquanto espectadores de tais atitudes e esse é um fator reiterador da relevância deste estudo, isto é, na

medida em que se reflete sobre essas situações, contribui-se para outras discussões que possam encorajar novos olhares críticos acerca dessas e outras ocorrências semelhantes.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 6. ed. Traduzido por Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- BARTHES, Roland. **A câmara clara**. 12. ed. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- CASTRO, Julio Cesar Lemes de. O inconsciente como linguagem: de Freud a Lacan. **Cadernos de Semiótica Aplicada**. Vol. 7. n. 1, julho de 2009. Disponível em: <http://www.academia.edu/4491792/O_inconsciente_como_linguagem_de_Freud_a_Lacan> Acesso em: 20 jan. 2018.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orient.). Bolsista de Iniciação Científica Ana Boff de Godoy [et.al.]. **Glossário de termos do discurso**: projeto de pesquisa: A Aventura do Texto na Perspectiva da Teoria do Discurso: a posição do leitor-autor (1997-2001). Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001. -30p.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Análise do Discurso**: conceitos e aplicações. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3967/3642>> Acesso em: 20 jan. 2018.
- ORLANDI, Eni. P. **Análise do Discurso**: princípios & procedimentos. 12. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2015.
- _____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- OROFIN, Alessandra; EVANGELISTA, Ana Carolina; PELLEGRINO. Globo suspende José Mayer; atrizes fazem protesto contra assédio. **O GLOBO**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/globo-suspende-jose-mayer-atrizes-fazem-protesto-contra-assedio.ghtml>> Acesso em: 20 jan. 2018.
- MIKLOS, Manoela. **José Mayer me assediou**. Disponível em: <<http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/03/31/jose-mayer-me-assediou/>> Acesso em: 20 jan. 2018.
- METRÓPOLES. **Após acusação de assédio, José Mayer admite que errou e pede desculpas**. Disponível em: <<http://www.metropoles.com/vida-e-estilo/feminismo/apos-acusacao->

de-assedio-jose-mayer-admite-que-errou-e-pede-desculpas> Acesso em: 20 jan. 2018.

TONANI, SUSLEM. **Me deixem deixar de ser vítima: me deixem voltar a ser eu.** Disponível em:

<<http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/05/05/me-deixem-deixar-de-ser-vitima-me-deixem-voltar-a-ser-eu/?loggedpaywall>> Acesso em: 20 jan. 2018.

DESENLACES ENSI-NO

Ciclo da vida docente em discurso: mal-estar e errância

Valéria da Silva Silveira⁵⁷

Primeiros Passos

O estudo sobre o qual discorro aqui⁵⁸, é um esforço de pesquisa que tem por objetivo analisar o discurso pedagógico, influenciado por uma inquietação, pois, atuando como supervisora em escola pública municipal, situada no litoral norte do Rio Grande do Sul e ouvindo diferentes depoimentos de professores no meu dia a dia de trabalho, percebi que a vida do docente em atividade passa por diferentes ciclos. Tal elemento justifica a necessidade de uma pesquisa, como esta, que assume como principal finalidade a busca de compreensão dos sentidos de docência que reverberam em enunciados desde a consideração dos ciclos de vida.

Tenho como propósito, também, identificar, nos dizeres dos docentes, quais as relações podem ser estabelecidas entre o ciclo de vida docente e os modos de permanência na escola, como estas ressoam em seus dizeres e que efeitos de sentidos sobre os modos de ser docente na escola produzem ecos no discurso pedagógico. Para fins de análise, busco, em marcas linguísticas de referência, ditos e não-ditos, efeitos de sentidos que articulam-se à condição de ser professor, memórias interdiscursivas concernentes ao magistério.

Como caminho teórico, sigo, na qualidade de principal base referencial, a Análise de Discurso de tradição francesa fundada por

⁵⁷Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Grupo de Pesquisa sobre Educação e Análise de Discurso, sob orientação da Profa. Dra. Dóris Maria Luzzardi Fiss.

⁵⁸Este artigo é uma versão adaptada de texto publicado nos Anais do VII SBECE (Seminário Brasileiro de Estudos Culturais) e IV SIECE (Seminário Internacional de Estudos Culturais) no ano de 2017. Da mesma forma, considerações incipientes sobre esta pesquisa foram discutidas em Simpósio que ocorreu no VIII SENALE (Seminário Nacional de Linguagem e Ensino) na Universidade Católica de Pelotas no ano de 2016.

Michel Pêcheux desde estudos desenvolvidos por ele e, igualmente, por Eni Orlandi, importante representante da AD no Brasil. A Análise de Discurso possibilita pensar como os sentidos trabalham sobre os sentidos, ou seja, como um objeto simbólico produz sentidos a partir determinadas condições de produção do discurso. Nessa perspectiva, o discurso é um efeito de sentido entre (inter)locutores. Nesses termos, pretendo surpreender os sentidos que ressoam do discurso docente, destacando flutuações ou movências dos mesmos, as quais apontam para sua heterogeneidade.

Para tanto, esclareço que o termo “ciclo de vida docente” está sendo utilizado no sentido que Michel Huberman (1992) e Maurice Tardif e Danielle Raymond (2000) conferem a ele. Para Huberman, ele corresponde ao tempo de envolvimento do docente com o magistério e às diferenças nas relações de pertencimento estabelecidas ao longo desse tempo, remetendo a um deslizamento de um momento inicial de engajamento para um momento de desânimo em relação ao trabalho desenvolvido na escola. Este autor desenvolveu uma teoria, baseado em pesquisa realizada com um grupo de professores, sobre a vida profissional docente. Ele identificou certa tendência no desenvolvimento do ciclo de vida docente: a repetição ou semelhança de estágios que o profissional enfrenta. Para Tardif e Raymond (2000), o ciclo de vida do professor inicia quando ele é aluno e tem a imagem do que é o ser professor. Dessa forma, o desenvolvimento profissional é associado tanto às fontes e aos lugares de aquisição do saber quanto aos momentos e às fases de construção a ele associados.

A docência em discurso

Para esse texto, os discursos analisados foram produzidos durante uma reunião pedagógica realizada em escola pública de cidade do litoral norte do Rio Grande do Sul, no mês de julho de 2015. Estavam presentes quatro professoras de ensino fundamental (séries finais) e eu, supervisora educacional. A reunião ocorreu em situação de conversa informal e tinha por objetivo principal a elaboração de um projeto sobre incentivo à leitura para os alunos das séries finais do ensino fundamental. Debatendo sobre a educação e relatando experiências vividas, em determinado momento, as professoras, de maneira espontânea, problematizaram, em suas falas, o que, para elas, “é ser professor hoje”.

Sendo assim, é importante destacar que as enunciadoras foram quatro professoras que estão em um ciclo de vida etária e docente diferente. Durante a pesquisa, as chamarei de P1, P2, P3 e P4. A seguir, apresento o perfil das enunciadoras seguido de parte de seus depoimentos.

P1 – Professora de 60 anos de idade e 30 anos de docência: “Eu me sinto psicóloga, psiquiatra, assistente social, mãe e até pai, pois, de vez em quando, tem que dar conselho para os “barbados” como se fosse pai deles, engrossando a voz e subindo o tom e tudo. Me sinto tudo, menos professora, eu não, faço tudo isso e não me sinto professora, é brabo”.

P2 – Professora de 40 anos de idade e 15 anos de docência: “Hoje...ser professor, hoje, é um desafio, tá muito tumultuado, muito desvalorizado, a gente é qualquer coisa menos professor, parece que, às vezes, trabalhamos em uma casa de apoio, fazemos de tudo e no mínimo do tempo... damos aula, ou tentamos”.

P3 – Professora de 31 anos de idade e 9 anos de docência: “Hoje eu estou muito cansada, sem voz e trabalhando. Eu vejo que fazemos muito, mas parece pouco, sempre é pouco. Vou dizer bem a verdade, o que faz eu continuar aqui é a segurança financeira, a estabilidade. Cada ano que passa parece que, sei lá ... é mais complicado entrar em uma sala de aula, hoje para entrar em uma sala é preciso coragem, são vários problemas para uma professora só. E isso é uma pena, uma pena...”.

P4 – Professora de 28 anos de idade e 2 anos de docência: “Eu percebo que desde que eu comecei a dar aula aprendi muito. Na prática ser professor é mais difícil do que eu pensava. Não sei se é a sociedade que mudou, mas não era assim na minha época de aluna. É estranho como agora a escola é vista, assim... são muitas obrigações, muitas competências colocadas aqui. Sabe, eu... eu gosto de ser professora, mas quando tu entras na sala, muitas outras exigências entram contigo, e assim tu vai levando...”.

A partir da leitura destes depoimentos, realizei recortes, ou seja, seleção de falas cujas análises possibilitassem atingir o objetivo do estudo. Nestes recortes foram destacadas marcas linguísticas a partir das quais foi possível compreender o funcionamento do discurso. Sobre as marcas linguísticas, foram realizados gestos de análise nos quais decorreram a evidenciação de movimentos ou movência dos sentidos, passando por momentos inter-relacionados conforme proposto por Pêcheux e Fuchs (2010): passagem pela *superfície linguística*, com trabalho em torno dos sentidos dicionarizados e do funcionamento sintático da palavra, seguida de deslizamento para a sua compreensão como *objeto discursivo*, com a consideração da marca linguística desde suas relações com a história e com mecanismos imaginários, até a análise dos *processos discursivos*, buscando discorrer sobre as relações de tensão entre paráfrase e polissemia. Estas seriam, respectivamente, a

estabilização e o equívoco, o mesmo e o diferente, portanto, a tensão entre elas seria um jogo, já que, quando falamos, mexemos com os sentidos.

Vozes docentes

A Análise de Discurso francesa proposta por Michel Pêcheux, como o nome diz, trata do discurso, sendo ele prática de linguagem, palavra em movimento. “Movimento dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é discurso, isto é o ritual da palavra” (ORLANDI, 2012, p. 10). A língua(gem) é compreendida como mediação necessária entre o homem e a realidade, seja ela natural ou social. A linguagem estudada dessa maneira possibilita conhecer a capacidade do homem de significar e significar-se, aliás, a Análise do Discurso estuda a língua, considerando diferentes e heterogêneos processos de significação articulados aos modos de constituição dos sujeitos e dos sentidos. Na busca por desenvolver um trabalho sobre os sentidos que ecoam no discurso praticado por quatro docentes de escola pública, considerando o funcionamento discursivo parafrástico e polissêmico, tomo seus depoimentos como corpus analítico.

As condições de produção (CP) do corpus analítico incluem o contexto sócio-histórico e ideológico e a situação na qual o discurso irrompeu ou, dito a partir de Pêcheux (2010), a posição dos protagonistas do discurso e formações imaginárias bem como o referente (contexto, situação na qual aparece o discurso). Pêcheux (2010, p. 83), em *Análise Automática do Discurso (AAD69)*, esclarece que “[...] a posição dos protagonistas do discurso intervém a título de condições de produção do discurso”, acrescentando que “[...] o ‘referente’ pertence igualmente às condições de produção” tomado não como “realidade física”, mas como “objeto imaginário”, ponto de vista do sujeito, já que o lugar de onde o sujeito fala faz parte da constituição do que ele diz.

Nesses termos, é importante considerar o tempo de regência de classe de cada uma das professoras, já que posicionam-se a partir de ciclos de vida diferentes no magistério. Esse posicionamento em ciclos de vida, para a Análise de Discurso, é entendido como remetendo a posições discursivas diferentes, pois, por exemplo, quando P1 fala, ela não está no mesmo ciclo de P4. Huberman (1992) aponta quatro fases ou estádios que marcam o processo de evolução da profissão docente: a entrada na carreira (de 1 a 3 anos de profissão), a estabilização (de 4 a 14 anos), a experimentação ou diversificação (de 15 a 25 anos) e a preparação para a aposentadoria (a partir dos 25 anos de profissão). Temos assim, nesta análise, conforme os estudos de Huberman: P4 no estádio da entrada na

carreira, onde ocorre o que ele chama de “sobrevivência”, “descoberta”, “choque do real”; P3 no estágio da estabilização, ou seja, a fase do “comprometimento definitivo”, lugar onde há um estilo próprio que se afirma e uma relativização dos insucessos; P2 no estágio da diversificação, fase de múltiplas facetas que pode caminhar da motivação ao desencanto, devido a fatores internos e externos à docência; e, finalmente, P1 no estágio da preparação para a aposentadoria onde percebe-se a presença de dois perfis distintos de docência: serenidade e distanciamento afetivo⁵⁹.

Pelo fato de estarem entre colegas em uma reunião cuja pauta incluía apenas assuntos pedagógicos, espontaneamente discutindo a respeito da identidade docente, as relações instituídas nesses discursos estabeleceram-se pelas formações imaginárias de todos presentes na reunião, o que ajuda no processo de significação, uma vez que o imaginário participa do funcionamento da linguagem e os sentidos das palavras estão aquém e além delas mesmas. São consideradas, portanto, representações constituídas a partir do modo como as docentes e a supervisora (e pesquisadora) projetam as relações instituídas entre elas e o lugar de cada uma nessas relações de professor/colega, professor/supervisor, supervisor/professor. Pêcheux (2010, p. 82), ao discorrer sobre os elementos estruturais pertencentes às condições de produção, lembra que: “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”.

Dessa forma, observando que as posições discursivo-enunciativas assumidas pelas docentes são atravessadas por formações imaginárias e, também, por já-ditos que compõem uma memória a respeito do ser docente, do ser supervisor e do ser pesquisador, os trechos analisados foram selecionados a partir de regularidades discursivas, as chamadas marcas linguísticas. Os recortes realizados destacam fragmentos que possibilitam compreender o funcionamento do texto e as posições de sujeito presentes assim como as Formações Discursivas (FDs) com que identificam-se os sujeitos, que são onde os sentidos formulados através do discurso articulam-se de acordo com a posição do sujeito.

Marcas linguísticas: o mal-estar em discurso

Como anteriormente mencionado, os recortes realizados possibilitaram a evidência de algumas marcas linguísticas. Neste texto, apresento análises das marcas “muito”, “coisa” e “tudo”, por

⁵⁹Entende-se por distanciamento afetivo quando o professor mais velho e seus jovens alunos entram em conflito de geração, tornando o diálogo mais difícil.

terem suscitado meu estranhamento, devido à ambiguidade com que são empregadas.⁶⁰

Levando em consideração a necessária busca de compreensão do discurso a partir do vaivém do intradiscurso para o interdiscurso, e vice-versa, que é própria ao trabalho realizado pelo analista de discurso, e o fato de que o dizer não é propriedade particular (ORLANDI, 2012), mas está afetado pela memória discursiva, as marcas linguísticas serão “decapadas” consoante o itinerário apresentado por Pêcheux e Fuchs (2010) e retomado por Orlandi (2012) quando discorrem sobre o lugar de mediador ocupado pelo analista de discurso. Tal desenho teórico-metodológico envolve a mobilização de conceitos próprios à AD por parte do analista, seguindo um caminho no qual ele: remete textos ao discurso pela consideração da relação entre linguagem e exterioridade; esclarece as relações do discurso com as formações discursivas; compreende as relações entre formações discursivas e ideologia.

O vocábulo “muito” é uma marca encontrada nos depoimentos produzidos por P2 e P3:

P2 – “Hoje...ser professor, hoje, é um desafio, tá muito tumultuado, muito desvalorizado [...]”.

P3 – “Hoje eu estou muito cansada, sem voz e trabalhando. Eu vejo que fazemos muito, mas parece pouco, sempre é pouco”.

Ao buscar seu sentido dicionarizado, encontrei as seguintes possibilidades:

s.m. Em grande quantidade; com abundância: agradeceu pelo muito que realizaram. adv. Excessivamente; em excesso; com muita intensidade: ela canta muito. Extremamente; de modo extremo: muito chato! Abundantemente; em que há exagero ou excesso: a empresa produziu muito. Durante um grande tempo: estudava e pensava muito. p.indef. Uma grande fração de; uma grande porção de: ofereceu muito de sua casa. Muito e muito: em que há excesso de; muitíssimo. De há muito. Há muito tempo; de muito tempo atrás: há muito sabíamos disso. Quando muito. Tendo em conta a melhor das alternativas; no máximo: quando muito, conseguimos

⁶⁰Cf ERNST-PEREIRA, Aracy; MUTTI, Regina Maria Varini. O analista de discurso em formação: apontamentos à prática analítica. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 817-833, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/18486/14344>; ERNST-PEREIRA, Aracy. “Escovando” palavras: movimentos possíveis de interpretação. In: FANTI, Maria da Glória di; BARBISAN, Leci Borges. *Enunciação e Discurso: tramas de sentidos*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 95-102.

bons ingressos.⁶¹

O sentido dicionarizado associa “muito” a três classes de palavras: substantivo, advérbio e pronome. No presente caso, trata-se de um advérbio de intensidade. Consoantemente explica Neves (2000), o advérbio é periférico em um sintagma, incidindo sobre seu núcleo que, de acordo com a subclasse do advérbio que esteja em questão, pode ser verbo, adjetivo (ou sintagma com valor adjetivo), advérbio (ou sintagma com valor adverbial), numeral, substantivo, pronome ou a conjunção “embora”. Ele pode também ser periférico em um enunciado, incidindo sobre a oração, ou no discurso, incidindo sobre todo o enunciado. No caso do advérbio “muito”, ele atua sobre os adjetivos “tumultuado”, “desvalorizado” e “cansada”, e sobre o verbo “fazemos”, intensificando o conteúdo deles, haja vista afetar o significado do elemento sobre o qual incide em função de ser um advérbio modificador de intensidade (ou intensificador). Se mesclarmos as informações obtidas no dicionário àquelas disponíveis na gramática, poderemos propor substituições da palavra “muito” por sinônimos com preservação dos sentidos estabilizados:

P2 – “Hoje...ser professor, hoje, é um desafio, tá muito tumultuado, muito desvalorizado [...]”.

extremamente extremamente

P3 – “Hoje eu estou muito cansada, sem voz e trabalhando. Eu vejo que fazemos muito, mas parece pouco, sempre é pouco”.

extremamente abundantemente, em que há exagero ou excesso

Analisar a palavra “muito” como advérbio modificador permite identificar que, nos enunciados de P2 e P3, estão estabilizados sentidos que remetem à intensidade das relações estabelecidas entre os docentes e suas condições de trabalho: P2 e P3 estão bastante cansadas, sentem-se extremamente desvalorizadas e consideram que as demandas às quais precisam atender são exageradas. Entretanto, se pensados desde o âmbito discursivo, que efeitos de sentidos reverberam em tais enunciados? Reflito que “muito” também pode indicar efeitos de sentido de “desvalorização”, precarização e crise, em um jogo estabelecido a partir a posição em que as docentes estão, nesse caso, posição de professor de ensino fundamental em escola pública num tempo histórico em que este profissional é questionado quanto às suas competências e tem sua sobrevivência colocada em risco por políticas que não priorizam a educação de modo evidente. O sentido de excesso, estabilizado no dicionário e na gramática, permanece, mas espalha-se sobre relações sociais se a

⁶¹Disponível em: <https://www.dicio.com.br/muito/>

palavra “muito” for considerada quando de sua conversa com elementos do interdiscurso, de memórias discursivas que têm, de modo recorrente, falado sobre o professor como alguém que, conquanto desenvolva atividades de menor valor por não afetarem de modo tão direto e rápido a economia, precisa assumir muitas responsabilidades – o que ecoa, sobretudo, no dizer de P3 quando desabafa: “[...] fazemos muito, mas parece pouco, sempre é pouco”. Parece pouco para quem? É pouco para quem? Para a mídia? Para a comunidade escolar? Para as quatro professoras com quem conversei? Não há como afirmar, mas suspeito que as intenções de P3 se movam pelas margens de tais sentidos, reiterando um ideia de excesso que articula-se a um provável sentido de mal-estar inclusive físico – P3 está cansada, tão cansada que sua voz falha. Contraditoriamente, o sentido de excesso coaduna-se a um sentido de falta, de escassez, ao que falta ao professor – condições de trabalho minimamente razoáveis. Esta falta, esta escassez resulta de excessos: excesso de desvalorização, de trabalho, de exigências. Sentidos e sujeitos deslizam, na movência, entre excesso e falta, indefinição, precarização, desvalorização, desidentificação.

No enunciado de P2, “Hoje...ser professor, hoje, é um desafio, tá muito tumultuado, muito desvalorizado, a gente é qualquer coisa menos professor, parece que, às vezes, trabalhamos em uma casa de apoio, fazemos de tudo e no mínimo do tempo... damos aula, ou tentamos”, outra palavra chama a atenção: a palavra “coisa”. No sentido dicionarizado, a marca “coisa” é entendida como denominador de objetos não identificados, estando associada a outros significados também:

s.f. Tudo o que existe ou que pode ter existência (real ou abstrata). O que pode ser alvo de apropriação: ele possui poucas coisas. O que ocorre; acontecimento: o curso natural das coisas. O que é real em oposição ao que é abstrato: quero coisas e não promessas. [Popular] Negócio, troço; tudo o que não se quer designar pelo nome. O que caracteriza um fato, evento, circunstância, pessoa, condição ou estado: essa chatice é coisa sua? O assunto em questão; matéria: não me fale essas coisas! Viemos aqui tratar de coisas relevantes.⁶²

Ainda que, segundo as gramáticas de Língua Portuguesa “coisa” possa ser classificada como substantivo, adjetivo ou advérbio, no enunciado em análise, aparece na condição de substantivo em função de nomear algo sem definição: algo que não se quer, ou não se consegue designar pelo nome.

De certa forma, P2 reforça uma utilização recorrente deste item lexical uma vez que ele substitui qualquer outro que não ocorre a

⁶²Disponível em: <https://www.dicio.com.br/coisa/>

quem fala, ganhando os usos mais diversos. A palavra “coisa” funciona, então, como uma espécie de muleta, que ampara o falante quando este não encontra a palavra exata para exprimir a ideia pretendida. Sob certo aspecto, quando P2 enuncia que “a gente é qualquer coisa”, ela denuncia a dificuldade para designar o docente ou qualificá-lo de modo mais claro, preciso, sendo possível qualquer palavra para referir-se aos trabalhadores em educação. Em “a gente é qualquer coisa menos professor”, P2 permite observar que “coisa” recebe as cargas semânticas mais diversas. Contudo, com um limitador: “menos professor”. Poderíamos dizer que P2 reconhece estar assumindo muitas responsabilidades, tantas que não consegue enumerar, mas que tais compromissos estão distantes daqueles que precisariam ser tomados para si.

Associada ao pronome “qualquer”, no enunciado “a gente é qualquer coisa menos professor”, reverberam efeitos de sentido de precarização da docência, de desqualificação, de desidentificação do ser professor com o seu ofício, com o que é inerente as suas atribuições. Cabe lembrar que, quanto ao ciclo de vida docente consoante a compreensão de Huberman (1992), P2 integra o grupo de professores que está numa fase na qual eles (os professores) podem oscilar da motivação ao desencanto, devido a fatores internos e externos à docência como, no caso em análise, a sobrecarga de tarefas experimentada pelos docentes, bem como os efeitos das opções e/ou omissões políticas tomadas no que se refere à educação. O depoimento de P1 reitera isso: “Eu me sinto psicóloga, psiquiatra, assistente social, mãe e até pai, pois, de vez em quando, tem que dar conselho para os “barbados” como se fosse pai deles, engrossando a voz e subindo o tom e tudo. Me sinto tudo, menos professora, eu não, faço tudo isso e não me sinto professora, é brabo”.

A marca linguística “tudo”, encontrada na fala de P1, é gramaticalmente classificada como pronome indefinido e entendida, no sentido dicionarizado, como a maior quantidade possível, o estado de ser completo, inteiro, totalidade, aquilo que é excessivamente importante (FERREIRA, 2013). De certa forma, “coisa”, ou “qualquer coisa”, e “tudo” estão próximos quanto à indefinição a que remetem. Pensando em termos de processos discursivos e efeitos de sentido, pelo menos duas hipóteses são possíveis. Quando P1 fala “Me sinto tudo, menos professora”, esse “tudo” reverbera por processos polissêmicos que, ao constituírem-se a partir da estabilização do sentido de indefinição captado no dicionário e na gramática, revelam fissuras e fragmentações que predominam no trabalho pedagógico em decorrência da necessidade de acolher funções outras como aquelas que se espera fossem desempenhadas por “psicóloga, psiquiatra, assistente social, mãe e até pai”. Da palavra “tudo” escoam sentidos de nadificação, de reificação, de coisificação do professor, de produção da docência como não-lugar, lugar com o qual P1 talvez

já não constitua relações potentes. Se considerarmos que P1 se situa numa fase de preparação para a aposentadoria, os efeitos de sentido identificados talvez apontem para certo distanciamento afetivo em relação aos alunos, por conta, também, de conflitos geracionais. Contudo, para além do que Huberman estabiliza em seu modo de compreensão do ciclo docente, as palavras de P1 parecem atualizar essa memória: mais do que conflitos geracionais apenas, P1, P2, P3 e P4, referem elementos outros que correspondem a dificuldades que precisam administrar – o professor é instado a assumir funções outras (“psicóloga, psiquiatra, assistente social, mãe e até pai”), a escola ganha significados outros (“uma casa de apoio”).

Considerações finais

Através das análises feitas, percebo, nas posições assumidas pelas quatro professoras que contribuíram com a pesquisa, traços difusos e contraditórios do mal-estar docente. Sentidos e sujeitos deslizam, na movência, entre excesso e falta, indefinição, conflitos. Os sentidos dominantes compõem uma família parafrástica em torno de uma Formação Discursiva Pedagógica de Mal-estar que representa o modo como os professores são falados numa sociedade em que as políticas públicas investem cada vez menos na educação pública. Todavia, outros sentidos tocam as margens dessa FD, o que autoriza-me a especular que uma Formação Discursiva Pedagógica de Resistência esteja em conflito com aquela: as professoras enunciam dificuldades e desânimos, mas, independentemente do estádio em que encontram-se, segundo a classificação proposta por Huberman (1992), elas mantêm o vínculo com o magistério. Elas não desistiram totalmente.

Tal descoberta reivindica a continuação desse estudo de modo a explorar, mais uma vez, os depoimentos docentes, talvez, problematizando o que está estabelecido na compreensão do ciclo de vida docente a partir de Huberman, ou quem sabe aproximando-se mais de Tardif e Raymond (2000) quando propõem que considere-se as identidades docentes desde fatores que passam por elementos que ultrapassam a relação professor-aluno.

Referências

Dicionário Online de Português – Disponível em <https://www.dicio.com.br/>

ERNST-PEREIRA, Aracy. “Escovando” palavras: movimentos possíveis de interpretação. In: FANTI, Maria da Glória di; BARBISAN, Leci Borges. **Enunciação e discurso**: tramas de sentidos. São Paulo: Contexto, 2012. p. 95-102.

ERNST-PEREIRA, Aracy; MUTTI, Regina Maria Varini. O analista de discurso em formação: apontamentos à prática analítica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 817-833, set./dez. 2011.

Disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/18486/14344>

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2013.

HUBERMAN, Michaël. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, António (Org.). **Vidas de professores**. Lisboa: Porto Editora, 1992.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática dos usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010. p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010. p. 163-252.

TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 73, Dezembro/2000.

Estágio curricular e identidades docentes: efeitos de sentido em movimento

Sandra Regina de Moura (UFRGS)⁶³

Introdução

Este trabalho investigativo é um recorte de pesquisa maior que procurou compreender de que modo os professores regentes que acolhem estagiários em suas turmas durante o estágio supervisionado percebem essa experiência e são por ela afetados na constituição de suas identidades docentes. Trata-se de pesquisa qualitativa, desenvolvida desde um delineamento de estudo de caso, incorporando a técnica de geração de dados com grupo focal por meio de entrevista a quatro educadoras de uma escola da rede pública municipal de ensino de Porto Alegre/RS. O referencial principal é a análise de discurso francesa pêncheutiana, disciplina de interpretação que tem como marca fundamental a relação constitutiva entre a língua e a exterioridade.

Especificamente sobre a temática investigada - estágio curricular e identidades docentes - abordo conceitos de Selma Garrido Pimenta e Maria Socorro Lima, pressupostos de Maurice Tardif e Daniele Raymond, perspectivas de Antonio Nóvoa e concepções de Manoela Garcia, Álvaro Hypolito e Jarbas Vieira.

O corpus analítico foi composto por depoimentos de educadoras que acolhem estagiário(a)s em suas turmas e sobre os quais produzi gestos de interpretação que evidenciam identificações com redes de memórias, surpreendendo efeitos de sentidos entrelaçados de “responsabilidade concentrada na titular, responsabilidade compartilhada, negociação” vinculados a uma Formação Discursiva Pedagógica heterogênea com posições de

⁶³Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Análise de Discurso, sob a coordenação da Profa. Dra. Dóris Maria Luzzardi Fiss,

sujeito em confronto deslizando da posição-sujeito professor conservador para a posição-sujeito professor emergente. Como resultado, deparando-me com identificações com redes de memórias, entrevejo que a movência de posições-sujeito e de sentidos aponta para modos de se pensar e de se fazer docentes em função de experiências que significam o estágio como acontecimento, fase dinâmica que viabiliza a interlocução entre a escola e espaços de formação docente, destacando a necessidade de serem repensadas as formas de aproximação entre espaços escolares e espaços universitários.

Análise de Discurso

O referencial teórico-metodológico que sustenta essa pesquisa é a Análise de Discurso francesa, fundada por Michel Pêcheux. A Análise de Discurso (AD), disciplina de entremeio que tem como marca fundamental a relação constitutiva entre a língua e a exterioridade, busca apreender os processos discursivos enquanto processos significativos, configurando-se como uma disciplina de interpretação que envolve atualização de sentidos e produção de memória.

Para este trabalho investigativo se faz necessário adensar os conceitos de sujeito, posição e contexto segundo perspectivas da AD. Para a AD, os sujeitos não são sujeitos empíricos, mas sim posições discursivo-enunciativas: “O sujeito é uma “posição” entre outras. O modo pelo qual ele se constitui em sujeito, ou seja, o modo pelo qual ele se constitui enquanto posição não lhe é acessível. Esse é o efeito ideológico elementar” (ORLANDI, 1996, p. 48). E, por extensão, posição discursivo-enunciativa remete à posição assumida pelo sujeito, posição ideológica assumida por ele, posição que o analista evidencia em função dos vestígios delas que são surpreendidos no dizer do sujeito. Neste universo conceitual, posição discursivo-enunciativa, portanto, pode ser considerada como condição de produção (CP) do discurso. Quando Orlandi (2012), a partir de Pêcheux (2010b), esclarece que as condições de produção do discurso são o sujeito e seu contexto, está referindo, num sentido estrito, as circunstâncias da enunciação e, num sentido amplo, o contexto sócio-histórico, ideológico. Dessa forma, as CPs incluem as relações de força, de sentido e de antecipação que se estabelecem entre os sujeitos, as formações imaginárias que afetam os interlocutores e a situação imediata de irrompimento do dizer:

A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços característicos [...]. Nossa hipótese é a de que esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o lugar como feixe de traços objetivos funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado, em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias [...]. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). (PÊCHEUX, 2010, p. 82).

Portanto, a posição dos interlocutores intervém, a título de condições de produção, devendo ser consideradas como tais por habitarem o imaginário dos protagonistas de um discurso dado. E contexto, como assinala Pêcheux (2010, p. 82), integra, também, as condições de produção, tratando-se de objeto imaginário, ponto de vista do sujeito enquanto posição discursiva enunciativa, não da realidade física, por isso, passível de interpretação.

Condições de produção do discurso pedagógico

A seguir, trago informações sobre os sujeitos e as condições imediatas (quem falou, em que tempo e em qual espaço) e amplas (contexto histórico atual), nas quais o discurso aconteceu, para que o leitor possa conhecer um pouco sobre situação e sujeitos que se constituem em condições de produção dos discursos docentes investigados.

As educadoras participantes desta pesquisa trabalham em uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre/RS que atua na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial, com funcionamento nos três turnos (manhã, tarde e noite), ofertando Atividades Complementares e Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nessa instituição, no lugar das séries do Ensino Fundamental, a organização do currículo é feita por Totalidades (Iniciais e Finais). A Instituição atende atualmente cerca de 900 alunos, promovendo a escolarização de jovens e adultos apoiada em proposta político-pedagógica diferenciada. A educação é voltada não apenas para a certificação, mas, também, para a educação ao longo da vida, com vistas à integração social e valorização humana, seguindo os pressupostos pedagógicos de Paulo Freire segundo os

quais onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender.

Considerando as condições de produção imediata, os discursos das educadoras irromperam em forma de entrevista em grupo focal ao entardecer de uma data marcada por movimentações de apelo em defesa de direitos constitucionais, o dia 31 de março de 2017, em uma sala de aula na instituição parceira na pesquisa, ao final de um longo e cansativo dia de trabalho ocupado por reuniões pedagógicas. As educadoras reservaram 60 minutos de seu tempo para a entrevista, após atender às suas demandas profissionais e antes de se juntar aos colegas de docência no movimento de protesto popular nomeado “Ato”. Tal movimento teve por objetivo defender as conquistas históricas dos trabalhadores em função de, segundo este grupo, elas estarem sendo atacadas pelo presidente Michel Temer que, considerado ilegítimo pela maioria do povo brasileiro, beira os 9% de aprovação e os 61% de reprovação dos brasileiros, segundo pesquisa Datafolha. Na capital gaúcha, o “Ato” aconteceu na “Esquina Democrática”, com início às 18 horas daquele dia.

Como condições de produção amplas, temos o atual momento histórico, segunda metade da segunda década do século XXI, que se tem revelado um tempo de grandes turbulências no cenário político brasileiro. Constituindo parte das condições de produção amplas do discurso, os dizeres das educadoras são borrifados por dias de sobressalto nos quais, após processo de impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff, marcas preocupantes de uma crise ética se tornaram mais visíveis, porque decorrentes de uma sucessão de fatos que, tornados públicos, apontam para o envolvimento de diferentes instituições do meio político e do meio empresarial em ações as quais, ainda sob investigação, parecem envolver desvio de verba pública para o atendimento de finalidades particulares desvinculadas de um compromisso com a garantia do bem-estar social.

Conceitos e prática de análise

A AD, enquanto disciplina de interpretação, nos convoca a prática da análise discursiva. Orlandi (1996, p.9) enuncia que “A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação”. Partindo desse pressuposto, assumo o ato interpretativo, desde a posição de analista de discurso, operando com concepções da Análise de Discurso francesa, como dispositivo teórico-metodológico. Nesta posição, experimento uma relação diferenciada com a linguagem, um vínculo marcado pelo olhar atento à textualização do político com vistas à interpretação dos discursos docentes de modo menos ingênuo haja

vista, consoante esclarecem Moura e Fiss (2017), a Análise de Discurso se constituir em uma forma particular de pensar a língua, as línguas, as linguagens, os sentidos, os sujeitos, o mundo. A relação do analista com o discurso precisa ser cuidadosa e sensível na intenção de surpreender, nas materialidades linguísticas do *corpus* empírico, recortes discursivos que possam vir a constituir o corpus de análise.

Assim, surpreendi, nos discursos docentes, efeitos de sentidos relacionados a afetações provocadas pelo estágio curricular na constituição das identidades de educadoras que acolhem estagiárias. Efeitos de sentidos que significam o estágio como acontecimento e pelos quais me senti instada a, a partir de meus gestos de interpretação, arriscar respostas para a questão de pesquisa que indaga “De que modo professoras titulares, que acolhem estagiários em suas turmas, percebem a experiência do estágio curricular e são por ela afetadas?”.

No processo de evidenciação de sentidos, a considerar os processos discursivos, minha atenção se volta para a tensão entre o já estabilizado, a paráfrase, e o a se dizer, a polissemia, amparada pelos pressupostos de Orlandi (1996, p. 13) para quem a “[...] abertura do simbólico tem sido tratada nos limites indecisos, e muitas vezes tensos e indefiníveis, entre paráfrase e polissemia, dois eixos que constituem o movimento de significação entre a repetição e a diferença”.

Como parte dos itinerários analítico-discursivos traçados por mim, sequências discursivas (SD) foram recortadas do corpus empírico como resultado de certo estranhamento provocado por elas que, pertencentes à Formação Discursiva Pedagógica, possibilitaram evidenciar a tensão entre os funcionamentos discursivos parafrástico e polissêmico como também o jogo de sentidos que se estabelece entre o intradiscorso, marcado pelo registro dos dizeres docentes, e o interdiscorso, a memória do dizer que demarca o dizível com o qual é possível evidenciar efeitos de sentidos que fazem pulsar as formações ideológicas que o habitam.

O interdiscorso não se refere a uma memória transparente ou a um repositório de unidades do dizer, e sim a um saber discursivo que funciona afetado por esquecimentos. No esquecimento ideológico, o sujeito que enuncia se pensa origem do dizer, e no esquecimento enunciativo o faz pensar que o que disse só pode ser dito daquela maneira, acreditando que só há uma forma de dizer, pressupondo que há uma relação direta entre o pensamento e a linguagem.

Desde a perspectiva discursiva assumida por mim neste trabalho, o discurso, pedagógico ou não, surge como categoria na

qual todo sujeito é posicionado e reposicionado. Dito de outra forma, assume posições diferentes. Nos enunciados aqui considerados, pelo menos duas posições, que remetem a diferentes entendimentos relativamente às afetações do estágio nas identidades docentes, foram identificadas. Por extensão, a direção dada à análise levou a evidenciação de vários efeitos de sentidos que, relacionados ora a uma posição-sujeito professor conservador ora a uma posição-sujeito professor emergente, revelam o modo de constituição de sujeitos e sentidos na movência. Um sujeito que, fragmentado, se desloca de uma posição para outra, se faz e desfaz desde movimentos intervalares - o que autoriza perspectivar que os modos pelos quais as docentes se significam, do interior da experiência de acolher estagiárias e acompanhar seu trabalho, tenham essa mesma característica: como sujeitos intervalares que são elas se fazem a partir de deslizamentos que envolvem estabilização e desestabilização de sentidos, identificação com certa rede de memórias e desidentificação das mesmas. Ressalto ainda que, como lembra Orlandi (1996), o sujeito ao produzir um enunciado produz também um gesto de interpretação que o inscreve no interdiscurso, portanto, funda sentidos onde outros sentidos já se instalaram. Assim sendo, no caso destas análises, surgiu a possibilidade de reconhecimento, por parte do analista de discurso, de posições de sujeito em confronto no discurso.

Neste batimento, que tem como ponto de partida a escolha e análise de sequências discursivas desde sua superfície linguística, destaco que as entrevistadas, ao assumirem a posição de educadoras que acolhem estagiário(a)s em suas turmas, em minha interpretação enquanto analista de discurso, estabeleceram identificações com redes de memórias que me levaram a surpreender efeitos de sentido variados, vinculados a uma Formação Discursiva Pedagógica (FDP) heterogênea com posições de sujeito em confronto que deslizam da posição-sujeito professor conservador ou tradicional para a posição-sujeito professor emergente ou emancipatória.

Ao realizar uma passagem pela língua, encontro no dicionário que *conservador* é um adjetivo que se refere a quem ou àquilo que conserva (BUENO, 1996, p.158). Neste trabalho, a palavra *conservadora* ou *conservador* ganha nuances de conhecimento totalitário, conforme concepções de Boaventura de Sousa Santos (1988). Para o autor, dentro da concepção conservadora ou tradicional (também chamada por ele de dominante), o conhecimento ganha o sentido de mecanismo de regulação por estar pautado pelo determinismo, pela resistência a mudanças visto que está submetido a interesses que tendem à setorialização e especialização dos saberes acompanhada da desconsideração das experiências sociais

as quais costumamos nomear de senso comum e que, segundo Santos (1988), é uma riqueza social que está a ser desperdiçada.

A concepção chamada por Freire (1987) de *educação bancária* também traz elementos pertinentes para a compreensão do sintagma *conservadora* ou *conservador*. O autor lança críticas veementes a ela por considerá-la dominadora, uma forma de doutrinação que costuma considerar os sujeitos passíveis de corresponderem a um *depósito de informações* com a conseqüente conformação pacífica a toda forma de opressão.

Quanto ao sintagma *emergente*, se faz necessário esclarecer que, segundo o dicionário, trata-se de um adjetivo de dois gêneros que se refere a algo que emerge, que surge, que resulta ou procede, que sai de um meio que atravessou. A palavra *emergente*, nesta análise, significa a possibilidade de vir a ser que anuncia a diversidade e a disponibilidade para o novo. Para Santos (1988), “A possibilidade é o movimento do mundo” a apontar para uma abertura para o novo que, no caso da docência, envolve o desejo de mudança dos paradigmas sociais e epistemológicos que têm orientado as políticas públicas de educação em nosso país e, por conseqüência, a formação docente, as práticas educativas e a constituição das identidades docentes. Segundo Freire (2000), “Na história como possibilidade não há lugar para o futuro inexorável. Pelo contrário, ele é sempre problemático” (p.57).

Esclareço que partindo dos pressupostos da AD a análise não se destina a buscar uma verdade, mas sim levantar efeitos de sentido que revelam o funcionamento do discurso ao materializar, por meio da língua, filiações ideológicas que ecoam da posição discursiva enunciativa assumida, ou seja, a posição de professoras que acolhem estagiária(o)s em suas salas de aula.

A seguir, apresento um pequeno recorte dos efeitos de sentidos que compõem a pesquisa maior, visando mostrar o movimento no discurso pedagógico marcados pelo deslizamento das posições-sujeito. Os efeitos de sentidos identificados são apresentados, num momento inicial, sob a forma de títulos a que se segue a consideração mais pormenorizada de cada um deles.

Efeito de sentido de responsabilidade concentrada na titular, responsabilidade compartilhada, negociação

P1 assim se pronuncia quando indagada a respeito das afetações do estágio sobre o trabalho dela:

P1: Não me afeta! Eu continuo com meu planejamento. Ah, deixo até a estagiária fazer experiências [...].

P1: [...] depois retomo com ela a partir das experiências dela, né?

O recorte em análise permite marcar, de forma pontual, as posições discursivas de sujeito em confronto. Muito embora, segundo Pimenta e Lima (2013), o estágio curricular deixe reverberar sentidos de campo de conhecimento como práxis, ou seja, um lugar de prática refletida e produção de teoria - o que ressoa nos enunciados que falam sobre o acolhimento de estagiárias por parte das professoras titulares - evidenciando uma posição-sujeito professor emergente. Porém, surpreendo, nos discursos dessas mesmas docentes, outro efeito de sentido. Neste caso, o de responsabilidade concentrada na titular, o que evidencia uma posição-sujeito professor conservador.

No mesmo recorte discursivo, encontro duas posições-sujeito em confronto - professor conservador e professor emergente, oferecendo pistas que sinalizam a movência de sujeitos e de sentidos: as posições discursivo-enunciativas assumidas pelos sujeitos implicam em deslizamento dos sentidos que ressoam de seus dizeres a partir da tensão que se estabelece entre as expressões "meu planejamento" e "experiências dela" e os verbos "deixo" e "retomo". Quando P1 diz que o estágio não lhe afeta e que continua com seu planejamento, assume uma posição-sujeito professor conservador que é reafirmada em outra formulação: “[...] até deixo a estagiária fazer experiências”, denotando que quem tem a palavra final, quem determina o que deve ser feito é a titular, porque cabe a ela a responsabilidade pela turma, e não à estagiária.

As relações entre titular e instituição de ensino colocam o professor nesse lugar de responsabilidade em que o educador regente de classe tem certas obrigações frente à escola e aos alunos. Um compromisso que precisa ser atendido com seriedade e sensatez. Para cumprir com essa convenção, o educador necessita dominar muitos saberes (competências, habilidades, e atitudes), os quais Tardif chama de *saber*, *saber-fazer* e *saber-ser*. A responsabilidade do estágio aparece como uma obrigação de quem possui todos ou a maioria desses saberes validados. Ora, segundo o imaginário das docentes, elas não sabem quais são os saberes, as competências e as atitudes que os estagiários mobilizam. O que sabem é que eles estão na escola para desenvolver habilidades práticas. Com relação a esses saberes, Tardif (2012, p.60) explica que eles

[...] provêm de fontes diversas (formação inicial e continuada dos professores, currículo e socialização escolar, conhecimento das disciplinas a serem ensinadas,

experiência na profissão, cultura pessoal e profissional, aprendizagem com os pares etc.).

Contudo, P1 também pode estar significando que é por meio dessas experiências que a docente vai conhecer as habilidades da estagiária. Nesse contexto, mesmo que já não mais exista o tom sagrado de vocação, o sentimento de responsabilidade sobre o serviço alinha-se a uma missão (LÜDKE; BOING, 2004). Fato que se reafirma quando, ao enunciar que “[...] depois retomo com ela a partir das experiências dela, né?”, sugere um movimento de missão educativa sobre os saberes experienciais da estagiária, ressoando um efeito de sentido de negociação e parceria com a estagiária, de responsabilidade compartilhada, o que permite perspectivar que assume uma posição-sujeito professor emergente.

Nos seus dizeres, as educadoras reiteram compromissos e responsabilidade profissional firmada com a educação, nos quais percebo reverberar os efeitos de sentidos de responsabilidade concentrada na titular, responsabilidade compartilhada, negociação, registrando de forma clara os deslizamentos de sentidos que reverberam em posições discursivas de sujeito em confronto. Na posição-sujeito professor emergente o estágio é considerado prática refletida, que acolhe a inovação, considera e deixa as experiências das estagiárias acontecerem, mas quando ocorre o deslizamento para a posição-sujeito professor conservador, o docente ocupa um lugar de responsabilidade e controla as experiências licenciandas, enunciando que “deixo até” a estagiária fazer experiências, significando que tem a palavra final, o controle, porque, como afirma Tardif (2000), “A autonomia e a competência profissional têm, como contrapeso, a imputabilidade dos profissionais e sua responsabilidade para com os clientes” (p.7).

Contudo, ao finalizar dizendo que depois retoma “com ela” a partir das “experiências dela”, P1 expressa um sentido de missão educativa pautada pela negociação e parceria, deslizando para a responsabilidade compartilhada, regressando a uma posição enunciativa de professor emergente. Esse deslizar de uma posição a outra envolve estabilização e desestabilização de sentidos, como uma tensão que envolve um batimento que se alterna entre a identificação com certa rede de memórias e a desidentificação das mesmas.

Tessituras ressonantes

As movências de sentido emergentes das análises, bem como as apresentadas durante o VI Fios ao Tear, se devem a um

assujeitamento ideológico que, em AD, não é inventado por adesão a ideias, mas efeito de práticas que se situam como forças materiais que interpelam os indivíduos em sujeito. A ideologia, dentro de uma teoria materialista dos processos discursivos é, portanto, produto das lutas de classe, apreendendo o sujeito como “invenção” dessas forças, dinâmica na qual sujeito e sentido se constituem juntos. Sentidos e sujeitos que, nas materialidades linguageiras desta investigação, significam e se significam conservadores/emergentes, marcando a filiação a uma Formação Discursiva Pedagógica atravessada por uma situação de crise na educação.

Ao filiar os recortes discursivos do trabalho maior, do qual a análise aqui apresentada é um recorte, a uma Formação Discursiva Pedagógica marcada pela tensão entre a posição-sujeito professor conservador e a posição-sujeito professor emergente, não pude deixar de notar que, no âmbito geral, há uma dominância da posição-sujeito emergente sobre a posição-sujeito conservador. O que denota que as narrativas das docentes estão mais conectadas com mudanças e possibilidades (polissemia) do que com o determinismo (paráfrase).

Por meio dos gestos de interpretação por mim mobilizados, acompanhei a movência de sujeitos e de sentidos no intuito de dar maior visibilidade para as duas posições discursivas identificadas. É fundamental esclarecer que, num trabalho como este que realizei, não atravessei o texto com o objetivo de extrair, a partir dele, um conteúdo específico. Passei por sua materialidade linguística, percebendo os recortes como objetos discursivos que me convocaram a pensar a respeito dos processos discursivos de modo a surpreender os modos como sentidos e sujeitos neles se constituem, produzindo efeitos filiados a redes de sentidos específicas. Assim sendo, os sentidos foram dessuperficializados, abrindo caminho para uma perspectiva de interpretação que considera um fazer-se híbrido de sujeitos e de sentidos.

Trabalhar com tais movimentos justifica o encontro proposto entre educação, pesquisa e linguagem, pela via da análise de discurso, haja vista ser imprescindível não apenas a escolha adequada do modo de interação com os sujeitos de pesquisa quanto de caminhos de análise que considerem as relações entre intradiscurso (materialidade linguística, fio do discurso, dizer das docentes) e interdiscurso (exterioridade, condições de produção desse dizer).

Em função do exposto, se torna evidente que, para a educação como para a pesquisa em educação, que se realizam necessariamente num contexto discursivo, os princípios e procedimentos sobre os quais a análise de discurso está balizada se

traduzem como parceiros singulares nessa aventura que envolve a busca de interpretação das relações dos sujeitos com os sentidos. A análise, pois, implica na consideração das condições de produção, de que fazem parte as formações imaginárias, e, do mesmo modo, toca o espaço próprio que cada discurso se configura para si próprio na relação intradiscorso e interdiscorso. Discurso que é a representação material da ideologia.

Ainda envolvida com tais reverberações, concluí este estudo com entusiasmo, porque o estágio curricular foi reafirmado como espaço de práxis, reverberando efeitos de sentidos que habitam os discursos docentes desde uma posição discursivo-enunciativa que, ao se constituir pelo assujeitamento ideológico resultante da relação de forças entre academia e escola, deixa despontar o desejo de assunção dos saberes resultantes das práticas educadoras a categorias que lhe confirmam maior legitimidade, marcando um tempo de resistência à inflação teórica da qual as docentes se ressentem, ao mesmo tempo em que fornece elementos para um estreitamento de laços entre escola e instituições universitárias.

Referências

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LÜDKE, Menga; BOING, Luiz Alberto. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. **Educação & Sociedade**, vol. 25, n. 89, p. 11591180, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22616.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2014.

MOURA, Sandra Regina de; FISS, Dóris Maria Luzzardi. Identidades, estágio curricular e trabalho docente: análise de depoimentos de licenciandas de uma universidade federal no Rio Grande do Sul. **Arquivos analíticos de políticas educativas**, v. 25, n. 79, p. 1-38., jul. 2017. Disponível em: <http://epaa.asu.edu/ojs/article/download/2732/1941>. Acesso em: 24 jul. 2017.

ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2010b. p. 61-161.

SANTOS, Boaventura Souza Santos. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados** [online], Instituto de Estudos Avançados na Universidade de São Paulo. 1988, vol. 2, n. 2, p. 46-71.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, n. 13, p. 5-24, jan/fev/mar/abr de 2000. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE13/RBDE13_05_MAUURICE_TARDIF.pdf. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016

_____. **Saberes docentes e formação profissional**. 14. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

Efeitos de sentidos sobre a escola por ciclos em Porto Alegre: “O que aconteceu com a Escola Cidadã?”

Kelly da Silva Fernandes⁶⁴

Meu interesse na pesquisa sobre educação começou com o trabalho de conclusão de curso (TCC) - *O ensino de português e a formação da cidadania: uma análise dos discursos políticos e pedagógicos dos sujeitos e das instituições* (2008), em que abordei a relação entre a construção da cidadania e o ensino de português, analisando discursos de professores e de alunos da educação básica.

Depois de dois anos lecionando na rede municipal, li, pela primeira vez, o *Caderno Pedagógico 9 – Ciclos de Formação Proposta Político Pedagógica da Escola Cidadã*, publicado pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Porto Alegre no final dos anos 90. Fui apresentada a uma proposta de ensino diferenciada em relação ao ensino seriado, com organização própria e seguindo uma lógica específica. A “Escola Cidadã” representa uma extensão do tema da *cidadania na escola*, e surgiu o questionamento: De que forma uma escola por ciclos é uma escola cidadã?

O tema de minha pesquisa atual é, portanto, a relação entre a escola por ciclos e a cidadania nos discursos dos professores, considerando as duas décadas e meia de existência de tal proposta político-educacional no município de Porto Alegre. Assim, tornou-se objetivo geral de minha pesquisa, evidenciar sentidos de cidadania que ressoam, ou não, no discurso docente produzido numa escola ciclada da rede municipal de ensino de Porto Alegre.

Quanto à teoria que embasa o estudo, a Análise de Discurso (AD) é um campo teórico-conceitual situado no espaço tenso dos

⁶⁴Mestranda do Programa de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Análise de Discurso, sob a coordenação da Profa. Dra. Dóris Maria Luzzardi Fiss.

entremeios, entre fronteiras de outros saberes. Pêcheux e Fuchs (1993, p.163-164) descrevem o quadro epistemológico da AD na articulação do materialismo histórico, da linguística e da teoria do discurso, atravessado pela teoria psicanalítica da subjetividade – definindo-se como *uma teoria não-subjetiva da subjetividade* (PÊCHEUX, 1997).

Análises *discursivas* não se restringem ao *texto*, situando-o como materialidade linguística de um discurso em permanente relação com outros discursos, com o já-dito e com o a-dizer; levam em conta a incompletude da linguagem e a imobilidade impossível dos sentidos. Uma leitura sob esta ótica, busca compreender, além do que está dito na superfície linguística, o *não-dito* que significa, os silêncios das entrelinhas. A historicidade da linguagem e seu caráter de código socialmente constituído, sua equivocidade, são aspectos que não podem ser ignorados em uma análise discursiva.

Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. (PÊCHEUX, 2015, p. 53)

O caráter histórico da linguagem faz dela, ao mesmo tempo, *mutável e permanente*, conforme descrito por Orlandi (1998, p. 46). Dessa forma, o reconhecimento da linguagem como realidade histórica não significa pensar os sentidos como rigidamente determinados, fixados pelo momento da enunciação; e sim perceber suas filiações históricas que permitem a *pluralidade possível* das leituras (ORLANDI, 1998, p. 43). Na AD pècheutiana, a história não tem a ver com contexto, entendido como algo exterior que reflete no discurso; ao contrário, “[...] faz parte da ordem do discurso e isso já impõe uma diferença”, o histórico não é algo fora da linguagem, mas “[...] constitui-se no próprio trabalho dos sentidos, atuando em determinados textos, enquanto discursos” (p. 191).

Em AD, a forma de acessar o discurso, seu objeto de análise, é partir da materialidade linguística. O analista busca compreender como dá-se a interpretação em suas diversas possibilidades, como funcionam os processos de atribuição de sentidos, “[...] é preciso que ele atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito” (ORLANDI, 2001, p. 61), que devem-se aos esquecimentos n.º 1 e n.º 2, efeitos ideológicos elementares para que haja sentido. Analisar o discurso pressupõe a presença da interpretação, sem a qual não seria possível significar, mas não se resume a interpretar. Os procedimentos da AD visam a

analisar os processos de constituição dos sentidos, que são históricos e sociais, nunca evidentes e transparentes, em sua opacidade e contradição.

Remetendo o texto ao contexto discursivo, é possível ao analista acessar o *discurso* e, cotejando-o com outros discursos – que o confirmam, que o questionam ou que a ele opõem-se, descobre-se as redes de sentido nas quais ele constroi-se e como relaciona-se com as formações discursivas (ORLANDI, 2001). As materialidades, linguística e histórica, juntas, vão compor a materialidade discursiva. O analista de discurso não prescinde de nenhuma delas em sua análise (FERREIRA, 2003).

O caráter inesgotável do discurso impõe ao analista um recorte em função das questões que guiam sua análise, que também determinam a reunião do corpus empírico e o trabalho que o transforma em corpus discursivo; sua abertura torna imprescindível delimitá-lo para a investigação. Assim, o analista do discurso trabalha com apenas alguns estados do processo discursivo, selecionados em função de seu objeto analítico.

Por meio da *interpelação ideológica*, o indivíduo assujeita-se, torna-se *sujeito* de seu discurso, um sujeito descentrado, pela filiação ideológica à qual se submete ao se identificar com a forma-sujeito de uma formação discursiva (FD), esse conjunto de saberes organizado, mas heterogêneo e contraditório como a própria ideologia.

Na análise discursiva, faz-se necessária uma seleção de conceitos, uma particularização da teoria em vista de seu objeto de análise, elaborada a partir da demanda imposta pelo seu corpus e pelas questões que o organizam (ORLANDI, 2001). Essa especificidade faz cada análise diferente de outras.

Algumas noções empregadas nesse trabalho são: *Formação Ideológica* (FI), *Formação Discursiva* (FD), *sentido*, *interdiscurso*, *sujeito – posição-sujeito e forma-sujeito*, *língua*, *discurso*, *história*, *ideologia*. São conceitos imbricados de tal forma que, conceituando um, tocamos inevitavelmente em outros, numa rede de relações que configura a teoria do discurso.

Ferreira (2003) apresenta ideologia como prática significante, “[...] efeito da relação necessária da língua com a história, no processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos”. A ilusão da evidência de sentido e a impressão de que o sujeito é a origem do que ele diz se apresentam como mecanismos ideológicos, uma vez que é a ideologia que aponta a interpretação em uma direção e não em outra, “[...] determinada pela relação da língua com a história” (p. 191-192).

A impressão de ser sempre já-sujeito é evidência primeira da *interpelação* pela ideologia e tem, por assim dizer, efeito retroativo.

Ela ocorre por intermédio das *Formações Ideológicas*, representadas pelas *Formações Discursivas* (FD) no discurso – permitindo a construção de uma “identidade” e de uma “realidade” para o sujeito do discurso (PÊCHEUX, 1995, p. 161). A noção de *Formação Ideológica*, por sua vez, compreende um “[...] conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (Pêcheux; Fuchs, 1993, p.166) (grifos dos autores). A FD é componente da formação ideológica e determina o que pode e o que deve ser dito em uma conjuntura histórica determinada. Os sentidos das palavras, frases e proposições são determinados pela formação discursiva na qual eles foram produzidos (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 1971).

Para melhor definir FD, é interessante explicar o conceito de *interdiscurso*, pois é lá que se constituem os objetos dos quais o sujeito enunciador se apropria para transformá-los em objetos de seu discurso (COURTINE, 1981). “Ora, este algo é o que chamamos de interdiscurso, o saber discursivo, a memória dos sentidos que foram-se constituindo em nossa relação com a linguagem” (ORLANDI, 1998, p. 206). Interdiscurso é o que determina uma FD e é um complexo de FDs que se ligam entre si.

A heterogeneidade permite a contradição no seio da FD, nas várias modalidades de tomada de posição facultadas ao sujeito pela ideologia frente à forma-sujeito – posição-sujeito que domina os saberes da FD – o que em AD se chama *fragmentação da forma sujeito*. A essas modalidades chamamos *posições-sujeito* (INDURSKY, 2008).

O conjunto das posições-sujeito constitui a *forma-sujeito* de uma formação discursiva, uma forma fragmentada, com a qual é possível se identificar em diferentes níveis. Cada uma dessas posições é um modo diferente de se relacionar com a ideologia da FD, de se identificar com sua forma-sujeito. Há três modalidades de *tomada de posição* do sujeito frente à forma-sujeito dominante em uma FD: identificação plena, reduplicação da forma-sujeito; contra-identificação, quando o sujeito se opõe à posição-sujeito dominante da FD; e desidentificação, a terceira, prevê a identificação ideológica com outra FD ou a criação de uma nova FD, como consequência do sujeito não mais se identificar com a forma-sujeito da sua FD de origem.

A delimitação do corpus já é tarefa de análise, pois é organizada a partir da questão posta pelo próprio analista. Há dois tipos de corpus com os quais se trabalha em Análise do Discurso, o *corpus de arquivo* e o *corpus experimental*, conforme Courtine (1981).

Los *corpus* realizados son de dos tipos, los identificados en el estudio sobre las formas de *corpus* en AD. Se trata, ya sea de *corpus de archivos* (constituídos a partir de materiales, preexistentes, del tipo de aquellos con los que consultan los historiadores, por ejemplo), ya sea de *corpus experimentales* (que conducen a la producción de secuencias discursivas por locutores ubicados en una situación experimental definida). (COURTINE, 1981, p. 125).⁶⁵

O corpus de análise com que pretendemos trabalhar na dissertação é do tipo experimental. Formado a partir dos registros de conversas entre professores de uma escola da rede municipal de Porto Alegre, voluntários, participantes de um grupo focal. A discussão será orientada a partir de tópicos-guia, a fim de suscitar o surgimento de assuntos que tangem à questão da escola ciclada na sua relação com sentidos de cidadania. Os tópicos-guia serão elaborados a partir de textos que circulam em sites de notícias em mídias online, relacionados às escolas municipais de Porto Alegre⁶⁶.

Em Análise de Discurso, é impossível conceber o sentido fora da ideologia, o que explica que não haja neutralidade nem mesmo para o analista que descreve o processo discursivo. É necessário que se entenda que o analista também envolve-se na interpretação, pois não há como descrever sem interpretar. O papel do dispositivo teórico é justamente intervir na relação do analista com os objetos simbólicos que se propõe a analisar, a fim de produzir um deslocamento na relação com a interpretação, na qual também é sujeito. (ORLANDI, 1999, p. 58-59).

Ernst-Pereira e Mutti (2011) apresentam algumas operações fundamentais para o analista de discurso. Por meio delas, o pesquisador volta sua análise para o inesperado em dada circunstância. Os três conceitos-chave – a *falta*, o *excesso* e o *estranhamento* – devem ser, segundo as autoras, interpretados em dupla dimensão, levando em consideração o interdiscurso, como memória discursiva, e o intradiscurso, como materialidade discursiva, em função do objeto da Análise de Discurso, inscrito na relação da língua com a história (ERNST-PEREIRA; MUTTI, 2011). Partir da identificação de elementos que se sobressaem por falta, excesso ou

⁶⁵Tradução da autora: “Há dois tipos de *corpus* identificados no estudo sobre as formas de *corpus* em AD. Tratam-se de *corpus de arquivos* (constituídos a partir de materiais preexistentes, daquele tipo que os historiadores consultam, por exemplo) ou de *corpus experimentais* (que conduzem à produção de seqüências discursivas por locutores colocados em uma situação experimental definida)”.

⁶⁶Os textos estão disponíveis nos seguintes endereços: <https://goo.gl/QvCMG4>; <https://goo.gl/XNmttN>; <https://goo.gl/dmSLH1>; <https://goo.gl/XQ7h8o>.

estranhamento “constitui-se numa via possível” para iniciar os procedimentos de análise. O que diz-se demais, de menos ou que parece não caber naquele discurso pode indicar silenciamentos de sentidos outros, redirecionando as interpretações.

Nos discursos oficiais vigentes sobre educação, fala-se muito em *participação social, cidadania, cidadão*; a formação de cidadãos se apresenta como objetivo ideal da educação. Entretanto, quando se considera a opacidade da linguagem, precisamos duvidar da pretensa *transparência* desses conceitos, dada a impossibilidade de univocidade dos sentidos. São muitos os sentidos de cidadania possíveis. Quais deles se relacionam à *Escola Cidadã*?

Se a *cidadania* que se busca inclui participação social, capacidade de questionamento e criticidade, o DP caracterizado e criticado por Orlandi presta um desserviço a essa causa, pois ensina a calar, a suportar, a aceitar sem opinar, principalmente, quando não se está de acordo com o que é dito/imposto. Como auxiliar na formação dos cidadãos se lhes negamos a cidadania que regulamenta seus papéis sociais de alunos? O DP dominante talvez esteja obstruindo a formação da cidadania nos estudantes, mais que os auxiliando nessa tarefa. O discurso que, segundo Orlandi (1983), melhor se presta a uma educação comprometida com uma formação crítica seria o *discurso polêmico*, que se abre a uma disputa pelos sentidos, permite a polissemia controlada pela própria visão do objeto. No entanto, a configuração atual do DP mostra-se predominantemente autoritária.

O Aparelho Ideológico Escolar hoje é um dos principais encarregados pela “transmissão cultural/ideológica” entre gerações. O “saber”, o “conhecimento”, a “ciência” *transmitidos* não são neutros; são ideologicamente selecionados e determinados de forma desigual. A seleção, a importância e a ênfase dadas aos “conteúdos” e às “habilidades” propagados/desenvolvidas pela escola não são gratuitas nem iguais para todos os sujeitos, e a sua distribuição não se dá por acaso. Para que o Aparelho Ideológico Escolar funcione é preciso efetivar a reprodução das relações de produção – educando alguns para servir, outros para mandar. (ALTHUSSER, 1985).

Nessas vozes, que podemos ouvir nos discursos dos sujeitos diversos envolvidos com o ensino, tentaremos compreender o jogo de efeitos de sentido de *cidadania* que se materializa na escola ciclada participante da pesquisa proposta neste Projeto. Na última década do século XX, surge a escola por ciclos, em Porto Alegre, um contraponto ao funcionamento tradicional, pensada especificamente para as classes populares. O sistema de valores escolar tradicional justificava a exclusão como parte do processo e prova da incapacidade dessas classes, cuja pobreza seria resultado da falta de mérito e de condições

mínimas.

Nessa proposta pedagógica não há espaço para a interlocução. É coerente com sua perspectiva de cidadania diferenciada e sectária. Cabe ao professor falar aquilo que lhe mandaram e ao aluno ouvir e deglutir, sem se manifestar. Está aí, o modelo “perfeito” de escola preparando para uma sociedade “também perfeita e estável” que se pretende construir. O fracasso escolar e social deve-se à “imperfeição” da maioria dos indivíduos em cumprir seus papéis de forma “competente”, ou, no caso específico do escolar, a supostas situações de carência familiar e/ou cultural. (SILVA, 1999, p. 40).

Até o momento em que escola por ciclos de formação abre uma brecha nas certezas e levanta questionamentos. A primeira estranheza que causa a organização por ciclos de formação é o agrupamento dos alunos por idade, em vez da habitual enturmação por conhecimento, segundo a fase de desenvolvimento: infância (6 a 8 anos), pré-adolescência (9 a 11 anos) e adolescência (12 a 14 anos) (KRUG, 2001). Além de reunir as crianças por idade, a escola com essa proposta assume como fundamental oportunizar uma intervenção de qualidade para que os estudantes possam aprender o conhecimento formal, respeitando o ritmo de cada um, atendendo suas necessidades e reconhecendo seu desenvolvimento atual e suas possibilidades. Um mesmo conteúdo precisa ser ensinado de forma diferente a crianças de idades diferentes, que desenvolvem as mesmas habilidades de formas diversas. Para atender a essas especificidades que surge o ensino por ciclos de formação.

No Trabalho de Conclusão da Graduação, enquanto unidade de análise, lidamos com os PCN e com as respostas aos questionários: as fontes servem apenas como base, a sua remissão às condições de produção traz-nos o objeto da análise – os discursos oficial e escolar, do Aparelho Ideológico, dos professores e dos alunos.

No corpus de arquivo – os PCN, a pesquisa foi feita a partir da busca pela palavra-chave *cidadania* relacionada com o ensino de LP e Literatura. As sequências consideradas mais representativas foram selecionadas para análise. Constatando que o principal objetivo educacional, segundo esse documento, era formar a *cidadania* dos estudantes, elaborei um questionário que salientasse tais questões, cujas respostas formam a parte experimental do nosso corpus.

Foram feitos dois recortes de análise: o primeiro sobre as noções de cidadania e formação do cidadão; o segundo acerca da importância do ensino de LP e Literatura. Cada um deles foi dividido

em três blocos: o discurso oficial, o discurso dos professores e o discurso dos alunos, para facilitar a comparação entre os diferentes discursos com cada tema. As sequências recortadas estão numeradas e alguns trechos significativos foram destacados com negrito.

A escola, essa instituição cujos discursos analisei, atua como Aparelho Ideológico do Estado, o *Aparelho Ideológico Escolar* (ALTHUSSER, 1985). O interior dos Aparelhos Ideológicos também é sede da luta de classes, porque eles podem comportar mais de uma formação ideológica, nem sempre com uma relação tranquila entre si (PÊCHEUX; FUCHS, 1993).

Constituída por elementos ideológicos não-discursivos necessários na constituição de sentido, divisamos uma única – embora heterogênea – formação ideológica determinando os discursos analisados, que chamamos de Formação Ideológica Educação. No interior dessa formação, compartilham o mesmo conjunto de atitudes e representações. No entanto, mais de uma forma de discursivização determina pelo menos duas Formações Discursivas (FDs): a Formação Discursiva Oficial (FDO) e a Formação Discursiva Escolar (FDE).

A primeira FD que identifiquei foi denominada *Oficial*, composta pelo discurso oficial – representado aqui pelas SDs recortadas dos PCN. Essa FD diferencia-se da FD Escolar por sua função de autoridade. Por essa razão, a posição-sujeito que recebe o estatuto de *forma-sujeito* dessa FD é denominada Posição-sujeito Autoridade, pois representa o que se espera de um representante do Aparelho Ideológico do Estado: que apresente-se enquanto autoridade a ser respeitada; que defina diretrizes de trabalho; que esclareça o *certo* e o *errado* em sua área de atuação.

Na FD Escolar, que organiza os discursos dos sujeitos que circulam diariamente pela instituição escolar, mas que são também afetados pelo discurso oficial, destacamos, com base nas análises, pelo menos, quatro posições-sujeito. Posição-sujeito Professor Tradicional e Posição-sujeito Aluno Repetidor são exemplos de um assujeitamento pleno à forma-sujeito da FD Escolar, de acordo com o previsto para cada aluno e para cada professor nesse domínio discursivo. No que concerne a essa forma-sujeito, alguns saberes pressupostos por ela são: a inquestionabilidade da importância/necessidade do conhecimento escolar, autoridade do professor e obediência do aluno como bases da relação escolar e a reafirmação das verdades escolares, em geral.

Outras duas posições-sujeitos encontradas se contra-identificam com a forma-sujeito do discurso escolar. A primeira delas, assumida pelo sujeito que ocupa o lugar social de professor, é

chamada Posição-sujeito Professor Inovador, posicionamento adotado pelo professor quando se opõe ou quando questiona algumas das evidências postas pela forma-sujeito da FD Escolar – seja no que diz respeito a dar voz ao aluno ou pela troca dos saberes estabelecidos tradicionalmente por novos outros saberes no discurso escolar. A segunda é a Posição-sujeito Aluno Questionador. Considero aqui, o aluno que assume tal posição quando não aceita – ou resiste a aceitar – seu lugar de *receptor* da *transmissão do saber*.

A análise demonstrou não haver, necessariamente, implicação entre as diretrizes do discurso oficial e aquelas que regem o discurso escolar. Existem sobreposições, isto é, ideias que se repetem, mas elas devem-se muito mais ao que permanece no discurso oficial do que ao que muda no discurso escolar.

Os deslizos devem-se, de acordo com nossa análise, aos questionamentos e dúvidas introduzidas tanto por professores quanto por alunos, que se dispõem a quebrar o ciclo de funcionamento desse discurso autoritário por meio da remissão ao externo. Ao fazer isso, esses sujeitos trazem a possibilidade de polemização do discurso escolar, sua abertura para que haja disputa de sentidos.

Refletindo sobre a dinâmica desses discursos, percebemos que a *necessidade* de mudança nas práticas discursivas pedagógicas já aparece como um dos saberes da FD Escolar. No entanto, esse saber não é, ainda, aceito pela ideologia dominante da FD; ele representa uma matéria discursiva que só os *maus sujeitos* podem enunciar. Insatisfeitos, esses talvez não sejam minoria. Eles podem, inclusive, espalhar-se e organizar-se de tal forma que venham a modificar totalmente a FD Escolar, interferindo na forma-sujeito ou mesmo instaurando outra forma-sujeito e, conseqüentemente, outra FD nessa mesma Formação Ideológica Educação.

Isso pode ocorrer num futuro próximo ou distante, ou nem ocorrer. Tais discursos podem representar apenas a heterogeneidade discursiva que não ameaça o discurso escolar dominante, ou a tensão que leva às mudanças discursivas e sociais.

A pesquisa de mestrado, que dará continuidade a esse trabalho refere-se a abordagem, do tipo qualitativa, por oposição à pesquisa quantitativa. A preocupação principal em uma pesquisa qualitativa, segundo Silveira e Córdova (2009), é aprofundar a compreensão de grupos sociais ou organizações, não se ocupando propriamente com representatividade numérica. Um trabalho de pesquisa que pretenda basear-se em análises discursivas é, por definição, uma forma qualitativa de estudo.

A dinâmica do grupo focal, que se pretende utilizar, é uma interação social entre os participantes, na qual o entrevistador atua como um moderador. Seu objetivo é incentivar os participantes a

reagir ao que outras pessoas no grupo dizem, levando-as a falar, intervir e tomar posicionamento. O grupo focal é mais autêntico que a entrevista individual em profundidade e, para análises discursivas, essa entrevista grupal representa uma oportunidade de fazer os sentidos ou representações emergirem, pela maior influência da natureza social da interação do grupo, diferentemente, da perspectiva individual que fundamenta a entrevista em profundidade (BAUER; GASKELL, 2012).

A conversa é organizada a partir de tópicos guia, para garantir fluência, duração e a manutenção dos assuntos pertinentes à pesquisa. A preparação desses tópicos é fundamental no início do estudo, mas eles devem ser usados de forma flexível, uma vez que, temas importantes para a pesquisa podem aparecer na discussão do grupo focal independentemente de planejamento prévio.

Os sujeitos participantes dessa pesquisa serão professores de uma escola ciclada da rede municipal de Porto Alegre, convidados a participar de um grupo focal sobre a Escola Cidadã. Conforme referido, como tópicos guia serão selecionados trechos de textos publicados na mídia sobre a escola por ciclos de formação, nos quais agitam-se sentidos que apontam ora para a repetição, ora para a inovação no discurso pedagógico.

Referências

ALTHUSSER, Louis. [1985] **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 10 ed. Petrópolis, RJ Vozes, 2012. p. 64-69.

COURTINE, Jean-Jacques. [1981] El Concepto de Formación Discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 119-141.

ERNST-PEREIRA, Aracy; MUTTI, Regina Maria Varini. O analista de discurso em formação: apontamentos à prática analítica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, V. 36 n. 3, p. 817 a 833, set/dez, 2011. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 23 de abril de 2015.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O Caráter Singular da Língua na Análise de Discurso. **Organon** – Discurso, língua, memória. Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v.

17, n. 35, 2003, p. 189-200. Disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30023/18619>.
Acesso em: 07 de março de 2016

HAROCHE, Claudine. PÊCHEUX, Michel. HENRY, Paul. [1971] A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 13-31.

HENRY, Paul. [1969] Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997. p. 13-38.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (orgs.). **Práticas Discursivas e Identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 9-33.

KRUG, Andréa. **Ciclos de formação: uma proposta transformadora**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

ORLANDI, Eni. As histórias das leituras. In: _____. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1998a.p. 41-46
_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2001.

_____. Identidade linguística escolar. In: SIGNORINI, Inês. **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998b. p. 203-212

_____, Eni Pulcinelli. O discurso pedagógico: a circularidade. In: _____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 9-17

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. [1975] In GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3 ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993. p. 183-252.

SILVA, Antonio Fernando Gouvêa da. Reorientação curricular: planejando a mudança. In: SIMON, Cátia Castilho et al. (org.) **Escola cidadã: trajetórias**. 1. ed. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre / Secretaria Municipal de Educação, 1999. p. 35-50.

SILVEIRA, Denise Tolfo. CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa

científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.